

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
Rua Barão de Geremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina, Salvador-BA.
(Última revisão 19102007)

UNDIRA MARIA DE OLIVEIRA FRATEL

O HOMEM SACRO E PROFANO E AS FORMAS DO SILÊNCIO 'A
N' A DEMANDA DO SANTO GRAAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Leal Gonçalves Pereira
Linha de Pesquisa: Mudanças lingüísticas na România.

SALVADOR -BAHIA
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

UNDIRA MARIA DE OLVEIRA FRATEL

**O HOMEM *SACRO* E *PROFANO* E AS FORMAS DO *SILÊNCIO*
NA DEMANDA DO SANTO GRAAL**

SALVADOR – BAHIA
2007

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão, em primeiro lugar, a Deus, por ter-me mostrado, com seu *silêncio*, o remédio para uma vida mais feliz e cheia de realizações.

Aos Mestres que fizeram com que, cada vez mais, fossem despertados os primeiros e mais intensos desejos de saltos ainda maiores nos caminhos da Lingüística Histórica, em uma iniciante sedenta por conhecer.

Penso na Mestra Lícia Regina Carvalho Moreira de Souza pelas valiosas sugestões e pelo estímulo. Suas críticas e seus conselhos esclarecidos me foram muito valiosos.

À Mestra e Orientadora Dr^a. Teresa Leal Gonçalves Pereira, o meu maior agradecimento, pois compartilhou das minhas primeiras angústias e incertezas deste percurso, auxiliando-me nas pesquisas do primeiro ao último momento, lendo e relendo boa parte deste trabalho, sugerindo o que é essencial à completude do texto.

Agradecimentos especiais vão à Prof^a. Dr^a. Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio, mui digna Diretora deste Instituto de Letras da UFBA. Seu apoio, sua solidariedade, sua constância e habilidade para solucionar problemas não serão esquecidos.

À minha Família, que sofreu comigo nas horas de angústia, apoiando-me, e se alegrou nas horas em que o otimismo batia à minha porta.

À minha Mãe, hermeneuta da minha vida inteira, muito obrigada.

A meus Alunos de ontem, de HOJE, da vida inteira,
dedico este trabalho.

*(Não cantarei o mar: que ele se vingue
de meu **silêncio**, nesta concha.)*
C.Drummond de Andrade, *Nudez*.

RESUMO

Este trabalho examina as formas de *silêncio*, n' *A Demanda do Santo Graal*, assim como a significação relativa ao comportamento do homem medieval, que se uniformiza em um ser *sacro* e *profano*, do ponto de vista da Semântica, da Pragmática e da Análise do Discurso. Não se leva em consideração somente o enunciado propriamente dito, mas seu processo de construção, entendido como prática sócio-histórica e ideológica. Importa saber o que se disse, mas, importa mais ainda, *o modo como se disse*, para se explicar e/ou se descobrir os pressupostos, os subentendidos, os *silêncios*, os apagamentos e a multiplicidade de sujeitos e sentidos que resultam da atitude de um personagem mudo e pensativo, diante do pecado ou diante da possibilidade da desonra ou ainda diante da incerteza de alcançar a salvação eterna.

Palavras-chave: Semântica; Pragmática; Análise do Discurso; silêncio; sacro; profano; *A Demanda do Santo Graal*.

ABSTRACT

This work is intended to look into the forms of *silence* in *A Demanda do Santo Graal*, as well as the meaning related to the behavior of the medieval man, who is *sacred* and *profane* at the same time, from the point of view of Semantics, Pragmatics and Discourse Analysis. Not only are the propositions considered, but also their processes of construction, as a socio-historical and ideological practice. What matters is what was said and, more than this, *how it was said*, in order to explain and/or discover the fundamentals, the implications, the *silences*, the suppressions and the multiplicity of subjects and senses which result from the attitude of a mute and pensive character before the sin, before the possibility of dishonor or before the uncertainty of eternal salvation.

Key words: Semantics; Pragmatics; Discourse Analysis; silence, sacred, profane, *A Demanda do Santo Graal*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O HOMEM, A IDEOLOGIA E O SILÊNCIO	20
1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	21
1.2 A SEMÂNTICA.....	30
2 .2.1 Semântica	da
enunciação	40
1.3 O SILÊNCIO E OUTRAS LINGUAGENS: A PRAGMÁTICA.....	49
1.4 A ANÁLISE DO DISCURSO.....	60
1.4.1 A inter-ação pela linguagem: a argumentação	71
1.4.1.1 As marcas lingüísticas da argumentação.....	71
1.4.2 Texto e recorte	72
2 METODOLOGIA	74
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	75
2.2 DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	81
3 A BUSCA DA PALAVRA PERDIDA	82
3.1 RECORTE ENUNCIATIVO I.....	84
3.1.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	84
3.1.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	86
3.1.2.1 No plano da “narrativa”.....	86
3.1.2.2 No plano do “discurso”.....	86
3.1.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	93
3.2 RECORTE ENUNCIATIVO II.....	95
3.2.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	95
3.2.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	96
3.2.2.1 No plano da “narrativa”.....	96
3.2.2.2 No plano do “discurso”.....	98
3.2.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	106
3.3 RECORTE ENUNCIATIVO III.....	108
3.3.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	108
3.3.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	110
3.3.2.1 No plano da “narrativa”.....	110

3.3.2.2	No plano do “discurso”.....	111
3.3.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	116
3.4	RECORTE ENUNCIATIVO IV.....	119
3.4.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	119
3.4.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	121
3.4.2.1	No plano da “narrativa”.....	121
3.4.2.2	No plano do “discurso”.....	121
3.4.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	130
3.5	RECORTE ENUNCIATIVO V.....	132
3.5.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	132
3.5.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	135
3.5.2.1	No plano da “narrativa”.....	135
3.5.2.2	No plano do “discurso”.....	138
3.5.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	145
3.6	RECORTE ENUNCIATIVO VI.....	147
3.6.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	147
3.6.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	149
3.6.2.1	No plano da “narrativa”.....	149
3.6.2.2	No plano do “discurso”.....	152
3.6.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	152
3.7	RECORTE ENUNCIATIVO VII.....	162
3.7.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	162
3.7.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	163
3.7.2.1	No plano da “narrativa”.....	163
3.7.2.2	No plano do “discurso”.....	165
3.7.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>	171
3.8	RECORTE ENUNCIATIVO VIII.....	
3.8.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer	
3.8.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado	
3.8.2.1	No plano da “narrativa”.....	
3.8.2.2	No plano do “discurso”.....	
3.8.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do	

	<i>profano</i>
3.9	RECORTE ENUNCIATIVO IX.....
3.9.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer
3.9.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado
3.9.2.1	No plano da “narrativa”.....
3.9.2.2	No plano do “discurso”.....
3.9.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>
3.10	RECORTE ENUNCIATIVO X.....
3.10.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer
3.10.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado
3.10.2.1	No plano da “narrativa”.....
3.10.2.2	No plano do “discurso”.....
3.10.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>
3.11	RECORTE ENUNCIATIVO XI.....
3.11.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer
3.11.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do <i>corpus</i> selecionado
3.11.2.1	No plano da “narrativa”
3.11.2.2	No plano do “discurso”.....
3.11.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>

3.12	RECORTE ENUNCIATIVO XII.....
3.12.1	Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer
3.12.2	A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do corpus selecionado
3.12.2.1	No plano da “narrativa”.....
3.12.2.2	No plano do “discurso”.....
3.12.3	Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do <i>silêncio</i>, do <i>sagrado</i> e do <i>profano</i>

CONCLUSÃO.....

REFERÊNCIAS.....

ANEXOS.....

ANEXO A – Quadros demonstrativos do levantamento das lexias e/ou expressões caracterizadoras do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*.....

ANEXO B – Capítulos d’A *demanda do santo graal* de onde foram extraídos os recortes para a análise.....

INTRODUÇÃO

Quando se trata de ciência, vem à memória de todos aqueles que se propõem a estudá-la que se deve fazer a abordagem de domínios de investigação bem definidos, métodos aperfeiçoados, análises unanimemente aceitas pelas comunidades lingüísticas. Mas, quando se trata de Semântica, de Pragmática e da Análise do Discurso, está-se percorrendo caminhos cuja investigação é um domínio de limites moveidões, porque na observação da determinação entre o lingüístico e o social é imprescindível olhar, não só o que está inscrito na linguagem, mas o que dela transborda. Isso porque os semanticistas e os estudiosos da pragmática exploram conceitos, em que é necessário deslocar os limites do lingüístico, para atribuição ou reconhecimento de sentidos.

Este trabalho intitulado “**O HOMEM SACRO E PROFANO E AS FORMAS DO SILÊNCIO NA DEMANDA DO SANTO GRAAL**” tem por objetivo investigar e indicar as várias pistas do *silêncio* como fundador e a ideologia dominante da Idade Média, que traz, para a superfície da narrativa, um homem *sacro* e *profano* sempre em busca da salvação¹. As teorias da Semântica e da Pragmática foram utilizadas para a consecução da pesquisa, e, para compreender, perseguir e explorar, mais profundamente o objetivo proposto, tornou-se necessário fazer um percurso pela Análise do Discurso, cujas funções e o alcance de alguns dos seus princípios permitiram “o alargamento e a compreensão das relações que se deve manter com as palavras, não para falar delas ou de seus ‘conteúdos’, mas para falar *com* elas” (ORLANDI, 1995, p.14). Portanto, as análises elaboradas e apresentadas propõem-se, na medida do possível, a fazer um estudo, na perspectiva da verticalidade, considerando que a produção da linguagem se faz na articulação entre o histórico, o social e o lingüístico.

O homem é um ser heterogêneo, interage com a realidade da linguagem que também é heterogênea, pois existem múltiplas formas de se produzir sentido – quer no plano do consciente,

¹Parte do material que aqui está sendo apresentado retoma trechos publicados na Dissertação de Mestrado, intitulada “*O silêncio fundador na Demanda do santo graal – uma análise sincrônico-diacrônica*”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia - UFBA, defendida em 2005, sob a orientação da Profª. Drª. Teresa Leal Gonçalves Pereira. A originalidade do trabalho está na tentativa de mostrar, nos recortes escolhidos como *corpus*, a estrutura interna e externa da língua em confluência com o sujeito, a ideologia e a história (FRATEL, 2006).

quer no plano do inconsciente. A linguagem e a língua são, indiscutivelmente, instrumentos indispensáveis da vida social e do funcionamento das sociedades humanas.

Foi A. Meillet, contemporâneo de Ferdinand de Saussure, quem se distanciou do posicionamento do mestre, que concebeu a língua como uma abstração, independente das condições externas, argumentando que “a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”, idéia fundamental de Saussure (1916) no *Curso de Lingüística Geral* (SAUSSURE, 2002, p. 271). Sobre tal fato, veja-se o que diz Eduardo Guimarães:

O corte saussuriano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história. A semântica do nosso século vem procurando repor estes aspectos no seu objeto. O corte saussuriano exclui e dá o quadro de pertinência para o excluído. A questão é como incluí-lo. E isto só pode se dar a partir deste mesmo corte, que ao formular-se escapa da hipótese de que a língua expressa o pensamento, pois o signo de Saussure não admite um pensamento noutra lugar que se expresse pela linguagem (GUIMARÃES, 1995, p. 20).

Todo o fundamento da obra de A. Meillet afirma o caráter social da língua, implicando, ao mesmo tempo, uma abordagem *interna* e *externa* dos fatos da língua, buscando explicar sua estrutura pela história e pelo contexto sócio-econômico e cultural de uma sociedade, em uma determinada época. Para ele, não se pode chegar a compreender os fatos da língua sem se fazer referência à história (CALVET, 2002, p.14 -15).

Deve-se a essa natureza social da comunidade lingüística - heterogênea e flutuante - o fato de as palavras não traduzirem inteiramente a riqueza do real, porque estão permeadas com a imperceptível carga dos sentidos, das intenções, das impressões, lastreados pela *ideologia* das classes dominantes, tanto nos textos literários, quanto nos textos científicos e/ou informativos. Decorrente de tal fato, escolhas lexicais que preenchem as lacunas deixadas pelo *silêncio* foram privilegiadas. Neste estudo, tais escolhas foram revistas e analisadas, fundamentadas nos pressupostos teóricos da Semântica e da Pragmática, mantendo-se a interface com a Análise do Discurso, conforme já referenciado.

É elucidando o contexto em que está inserido o *silêncio*, que se dará voz ao dominado, considerando que a *ideologia* da classe dominadora, conta com o poder cultural e econômico. Nesta perspectiva, constituem o foco desta pesquisa as questões da linguagem, para perscrutar o

universo pluridimensional do *silêncio*, do que não é dito – o silenciado - e que constitui igualmente o sentido de tudo que é dito e muito mais, ao lado da subordinação explícita do homem medieval ao discurso religioso², mostrando as duas faces com que se apresenta – um homem, ao mesmo tempo, *sacro* e *profano*. Como em todo discurso autoritário e polêmico, em *A Demanda*, pode-se perceber, subjacente à narrativa, uma ação que não é desinteressada, mas um ato de poder.

O *corpus* básico a ser analisado tem como ponto de referência *A demanda do santo graal*, edição crítica de Irene Freire Nunes, 1995.

Tal escolha deveu-se ao fato de, em primeiro lugar, haver, desde as últimas décadas do século XX aos dias atuais, grande interesse em se proceder a um estudo de caráter lingüístico da época medieval, fundamentado em textos fidedignos, considerando que podem contribuir para desvelar muitas questões formuladas sobre a língua e ainda sem respostas. Observa-se com frequência que essa ocorrência se reflete no grande número de publicações que têm sido feitas sobre o assunto. Não se pode deixar de colocar em evidência a importância que vem sendo atribuída às traduções de textos medievais, objeto de análises em congressos e conferências, assim como em trabalhos de teses, dissertações de mestrado e monografias. No caso específico da *Demanda*, salientam-se os inúmeros trabalhos realizados pelo emérito Professor Dr. Heitor Megale, grande divulgador da crítica arturiana em português, cuja atenção está centrada não só pela versão única em português, como também pelas origens francesas de *A Demanda*. A partir dos anos oitenta do séc. XX, tais estudos voltaram a despertar grande interesse pelo passado da língua, tanto no Brasil quanto em Portugal, dando lugar a novas e renovadas pesquisas sobre o período arcaico/medieval do português.

Em segundo lugar, por se tratar de um documento medieval precioso da língua portuguesa, que surgiu como documento românico, no início do século XIII no norte da França, e se projetou ao longo desse século e dos séculos XIV e XV, com a força de uma inundação, por toda a Europa, com as fascinantes histórias de cavaleiros, amores castelãos, magia e muita religião. Além disso, devem ser consideradas as mudanças lexicais que se constata ao longo da narrativa, verificando-se o emprego de várias formas que resistem ao tempo, outras que desapareceram mais tarde, outras que se perpetuaram no tempo e no espaço, a descoberta das

² C. Haroche (1987) mostra-nos que a forma-sujeito religioso, característica da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da moderna forma-sujeito jurídico, pois a subordinação deste é menos explícita que a subordinação daquele (ORLANDI, 2005, p. 51).

muitas faces ocultas que a linguagem, em sentido amplo, encerra, isto é, “o que é que, no dito, permite a passagem ao não-dito” (CARREIRA, 2001, p. 208).

A intenção foi que o estudo recaísse em testemunhos de uma época equivocadamente caracterizada como “período das trevas”, no que se refere ao desenvolvimento econômico, cultural e religioso. A Idade Média, porém, não é um “período das trevas”, como muitos ainda acreditam. É nesse período da história que se dá o reconhecimento da autoridade de Aristóteles e dos padres da Igreja, com a Patrística, estudo da vida e das obras dos padres da Igreja, e a coleção de seus escritos, o encontro do Cristianismo e o mundo. Esse encontro foi preparado pelos padres gregos, sobressaindo-se Clemente e Orígenes. Observa-se, nesse momento, “a maturidade do platonismo que ilumina toda a Idade Média” (LYON, 1997, p. 76). Como pode um período tão rico em fatos culturais, que modelaram a fisionomia do Ocidente, ser chamado de “época das trevas”?

Os objetivos aqui sugeridos partem da constatação de que as análises lingüísticas dos textos produzidos nos séculos XIII / XIV podem contribuir para dar sustentação ao que teóricos, a partir do final do século XIX aos dias atuais, vêm vivenciando, com descobertas cada vez mais revolucionárias no campo da *semântica* e da *pragmática* e da *análise do discurso*. É imprescindível enfatizar o que muitos desses teóricos têm-no afirmado - *no bojo da Idade Média gerou-se o mundo moderno*. Portanto, a modernidade do século XX vem de lá.

Este trabalho de pesquisa constitui-se em um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras – Lingüística, e apresenta os seguintes objetivos: (i) descobrir a história que atravessa a escrita, por meio de um jogo complexo de suportes lingüísticos, como funcionam, e os conteúdos implícitos impostos por uma *ideologia* cristã; (ii) investigar, através de incursão na questão histórica da língua e das relações com a cultura, a significação do *silêncio* nas ‘cadeias enunciativas’, assim como as representações que caracterizam o *homem sacro* e *profano*, colocando em estado de questão os elos que existem entre o locutor, que é o ser do discurso, e entre o ser empírico, que é o interlocutor. As hipóteses que orientaram o desenvolvimento deste trabalho foram: (i) se a língua não está descosida da realidade, dos usos e da interação social, deverá informar a significação possível que o *silêncio* traz em seu bojo, consequência da cristianização de uma cultura pagã; (ii) considerando-se a "materialidade" do *silêncio*, ele se constitui em um elemento imprescindível à significação contextual, uma resposta à *ideologia cristã* e *pagã* que domina o homem da Idade Média; (iii) decorrente das hipóteses

anteriores, acredita-se que o conhecimento da teologia dominante, na época, poderá revelar os intertextos, com os quais dialoga e que são mediadores da atribuição de outros sentidos do discurso que estariam submersos no *silêncio*.

Deseja-se, através dessa interação lexical, em que se combinam as circunstâncias da comunicação com a intencionalidade do locutor, possibilitada pelos fatores semântico/pragmáticos e da Análise do Discurso, chegar ao âmago da questão de que *o silêncio é um componente imprescindível para a edificação do sentido* e de que o homem está dividido entre um *ser sacro e profano*. Desvendar o que está inscrito nas entrelinhas das muitas aventuras dos textos arturianos é a verdadeira aventura.

Como diz Megale,

Catar a estória e ler as letras resume o estado de busca em que se envolvem quantos algum dia tomam conhecimento da vasta matéria arturiana, também conhecida como *Matéria da Bretanha*. A demanda maior, a maior busca, evidentemente, é a do Santo Graal, o graal, vaso que contém alimento com o gosto de que mais aprecia quem dele se serve, cristianizado já na altura em que os textos atingem a Península Ibérica. Outros segredos há que convergem para a busca maior e só se desvendam a catar a história e ler as letras. Leitura e releitura que cada vez tornam o leitor mais apto a perseguir trilhas, a perceber as tramas, a entender não somente o que está por trás dos acontecimentos, das relações pessoais, como no caso de Morderete, que vê as cenas pintadas com a estória e as letras, que de cada uma maneira diziam os nomes, maravilha-se muito porque bem vê que a estória era de rei Artur e da rainha e de Lancelote, mas não sabe entender (MEGALE, 2001, p. 22).

A aventura de escrever este trabalho é para viver, re-viver e contribuir, de alguma forma, com outras leituras. Espera-se que os leitores, mesmo os menos familiarizados com o assunto, colham informações, descubram as belezas ocultas nas narrativas e nos diálogos e aprofundem, nas aventuras narradas e nas análises feitas, as dimensões de espaço e tempo, como condição de apreender a relação deste discurso, sua historicidade específica e articulação entre o sagrado e o profano, para produção do mundo simbólico.

Esta Tese compõe-se de uma Introdução e de três Capítulos, além da Conclusão, das Referências e dos Anexos.

Na Introdução, faz-se uma explanação sobre os objetivos, a justificativa, as hipóteses, métodos e teorias utilizados, assim como são identificados os *corpora* básicos que serão analisados neste trabalho.

.O primeiro capítulo - *O homem, a ideologia e o silêncio* - traz uma exposição que servirá de intertexto para a compreensão do *homem ser sacro e profano e das formas de silêncio* e foi subdividido em: 1.1 “O contexto sócio-histórico”, imprescindível para o conhecimento da época, sua ideologia, sua estrutura social e econômica, pois das incursões na história e da compreensão mais aprofundada da sociedade medieval é que se chegará a um melhor conhecimento do homem. Em 1.2 “A Semântica”, apresenta-se uma visão geral da estrutura teórica da semântica, cuja abordagem dará sustentação à pesquisa. As análises se concentrarão na “Semântica da Enunciação” que vem descrita em 1.2.1, abordando-se o significado nas relações de dialogia, “argumentologia” ou argumentatividade, que serve não para apontar algo do mundo exterior, mas para convencer, seduzir o outro. Por isso, não se descarta a interferência dos implícitos, pressupostos e subentendidos, postulados por Ducrot (1969), pela Análise do Discurso. Em 1.3 “O *silêncio* e outras linguagens: a Pragmática, caracteriza-se pelo estudo das teorias que regem a Pragmática e põe em relevo a abordagem da linguagem em *uso*, ou, segundo a definição de Charles Morris em 1938, o primeiro a usar esse termo contemporaneamente, compreende o estudo da “relação dos signos com seus intérpretes”. Rudolf Carnap foi o lógico e filósofo alemão, com quem Morris trabalhou em Chicago, por sua vez, definiu a Pragmática como o estudo da linguagem em relação aos seus falantes ou usuários. Na Pragmática, a linguagem inclui tanto a verbal quanto a não-verbal - gestos, olhares, atitudes, *silêncios*, lágrimas, entre outras. Faz-se a abordagem propriamente dita da teoria semântica da “Análise do discurso”, em 1.4, que defende uma concepção de linguagem construída pelos sujeitos, através de práticas cognitivas e discursivas, compartilhadas social e culturalmente com os demais sujeitos do mundo, do discurso ao interdiscurso. Em 1.4.1, “A inter-ação pela linguagem: a argumentação”, faz-se um estudo teórico sobre os conectivos argumentativos que, segundo os lingüistas e estudiosos sobre o assunto, possibilita a atribuição de sentidos e de entendimento de como funciona o texto, sua articulação com o contexto, para produzir coesão e coerência textuais. Desdobra-se este tópico em 1.4.1.1: “As marcas lingüísticas da argumentação”, que trata das marcas das intenções explícitas ou veladas que o texto veicula, o funcionamento dos tempos verbais no discurso, os operadores argumentativos, os dêiticos entre outras. O tópico 1.4.2 esclarece o conceito de texto e recorte.

O segundo capítulo descreve a “Metodologia” que foi utilizada para a consecução da pesquisa. Está dividido em: 2.1 “Caracterização do *corpus*” traz uma explanação sobre a *Demanda do santo graal*, suas origens, o interesse que a matéria vem despertando nas pessoas, o

surgimento da matéria por via oral, o mérito atribuído às pesquisas realizadas por Fanni Bogdanow, quanto à questão da tradução da Post-Vulgata arturiana. Esta arturiana apresenta um dado novo sobre o assunto no livro que traz a proposta de reexame da questão por meio de uma tríplice colação de largos trechos dos diversos testemunhos: francês, português e castelhano (MEGALE, 2001, p. 23); na segunda parte, 2.2 “Delimitação do *corpus*”, apresentam-se os capítulos, de onde foram retirados os recortes para a análise.

No terceiro capítulo, “A busca da palavra perdida”, analisam-se e discutem-se os recortes escolhidos, sob a ótica da Semântica, da Pragmática, numa interface com a Análise do Discurso, buscando-se localizar a instabilidade que está presente em todo discurso polêmico e fundador. Encontra-se dividido em doze subcapítulos que correspondem aos recortes enunciativos escolhidos para a análise. Fez-se o levantamento de dados presentes em cada um deles, tanto no plano da “narrativa”, quanto no plano do “discurso”, analisando-se a significação e a presença do *silêncio*, as formas do *silêncio* e a *ideologia* que faz do homem medieval um ser *sacro* e *profano*, Que se mobiliza para conseguir as *benesses* oferecidas pelo *Graal*, a fim de alcançar o paraíso celeste. Com a abordagem à luz da Semântica da Enunciação, detectou-se a presença da polifonia e dos morfemas que determinam os encadeamentos possíveis com outros enunciados e “têm a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com a exclusão de outros” (KOCH, 1993, p. 104). Para a complementação de cada análise, foi imprescindível fazer-se a Seleção Lexical de que se compõe cada recorte, pois a escolha de determinados termos pode estar, como geralmente acontece, a serviço da intenção argumentativa, tornando possível certa estabilidade dos pressupostos básicos do texto, através dessa seleção lexical.

A Conclusão constitui-se de um balanço de tudo que foi analisado, para a verificação da confirmação dos objetivos e das hipóteses que foram propostos para esta pesquisa.

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão dos conflitos da experiência humana, onde a vontade de Deus e a vontade dos homens, em função da oposição e luta entre diferentes forças, buscam o equilíbrio, através da produção de discursos que possibilitam a passagem do *sacro* para o *profano* e vice-versa, fazendo com que a história assuma um sentido único. Procurou-se refletir sobre a linguagem deste discurso e seus diferentes processos de significação e como atua e atravessa diferentes discursos da cultura ocidental.

Vale ressaltar que não se propõe, neste trabalho, uma apresentação exaustiva da análise de todas as lexias, expressões, gestos, lágrimas, fatores semântico-pragmáticos, enfim, de que se

compõe o *silêncio*, mas uma clara manifestação de que o processo dialógico n' *A demanda do santo graal* não poderia deixar de refletir, além de uma íntima ligação do *sagrado* com o *profano*, a materialidade de que se constitui o *silêncio*, que possibilita a “legibilidade” do dizer.

1 O HOMEM, A IDEOLOGIA E O SILÊNCIO

“O exame minucioso do presente mostra que boa parte do passado está, todavia, entre nós. O estudo da história se beneficia da continuidade do passado, e das analogias com o presente”.

William LABOV.

Para a consecução deste trabalho, foi significativa a fundamentação da pesquisa nas teorias basilares da Semântica e da Pragmática e nas propostas da Lingüística Textual vinculadas à Análise do Discurso. Nesta perspectiva, fundem-se significativamente, nessa análise em que texto e discurso estão implicados, o lingüístico e o extralingüístico, para se descobrir o *homem, a ideologia e as formas de silêncio* que permeiam todo o fio narrativo na *Demanda*.

De acordo com as teorias referidas, não se pode estudar a linguagem fora da sociedade. É necessário o conhecimento sócio-histórico da época, sua estrutura social, as leis que regulamentam a ordem sócio-política, a relação dos discursos orientados pela ideologia dos estamentos superiores. Apesar de a mutabilidade ser uma característica própria do homem, as diferentes situações de linguagem são reguladas pela representação de uma ordem considerada “legítima” em um determinado grupo social. As mudanças que se realizam através do uso da linguagem, não são autônomas. Na maioria das vezes, são constituídas no processo de interação social, mediadas pela ideologia da classe dominante, que legitima as condições de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas as leis por eles impostas. Como em todas as épocas, as classes pertencentes aos estamentos superiores, apropriam-se do saber dominante, do considerado “conhecimento legítimo”, para inspirar confiança e respeito. N^a *Demanda*³, veja-se o respeito que inspiram o ermitão, Galaz, “o cavaleiro prometido”, e, por certo tempo, Lancelote e o taciturno rei Artur.

Com base nas inúmeras pesquisas que foram feitas por destacados historiadores e lingüistas, durante toda a Idade Média, o homem foi impelido a se preocupar mais em se preparar para a vida celestial do que em se realizar em sua vida terrena. O *desejo de salvação* do homem medieval estava tão enraizado em seu interior, quanto a *obsessão pelo lucro*, apontada como uma das características do homem dos últimos séculos (LYRA, 1979, p. 18-24).

³ Doravante *DSG*

1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

A interpretação cristã da *DSG* começou no limiar do século XIII por Robert de Boron, uma primeira fase de cristianização do Graal, em que os elementos cristãos e pagãos foram justapostos. Em um universo de florestas, vales e rios cercados de castelos, associado ao fantástico, movem-se cavaleiros andantes à procura de aventuras por anos e anos, encontrando, nessa travessia, ermitões que prediziam os acontecimentos, através dos sonhos, e belas mulheres espertas, maliciosas e ‘solitárias’. As aventuras terrenas, recheadas de episódios fantásticos, eram representações dos símbolos da luta entre Deus e o Inimigo (o Demônio).

No início do século XIII, dá-se a misticização da cavalaria, inspirada, provavelmente, no texto cisterciense *La queste del Graal*. Os temas que apareciam no romance *Perceval* de Chrétien de Troyes, final do século XII, baseavam-se na lenda arturiana, contendo não só muitos elementos de raiz celta, como também muitos outros de ascendências árabe-persas, vindas da Espanha ou da Terra Santa dos cruzados (LE GOFF et al., 1986, p. 67).

Imbuída da mística cisterciense (ordem austera de frades e freiras que se baseava nas regras beneditinas, fundada em 1098), a *DSG* não podia deixar de manifestar a íntima ligação do *silêncio* com o sagrado (CARRETO, 1996, p. 286). Um *silêncio* que pode representar a articulação do plano humano, sentimento de culpa, com um plano espiritual, respeito às coisas sagradas. O homem medieval tem consciência de que não é suficientemente devotado a fins sagrados, por isso é considerado herético ou um ser profano e, em vista disso, busca obsessivamente a salvação de sua alma.

É a *geis*⁴ céltica, semelhante aos tabus clássicos, que age como controladora da palavra, "demasiado preciosa para ser sempre e por todos utilizada". Através da *geis* sobre a palavra, reestrutura-se virtualmente o espaço semiótico (CARRETO, 1996, p. 34-35).

⁴ Trata-se de um ato verbal que oscila entre o pacto e o aprisionamento do outro, na palavra e pela palavra. Essa definição permite que se ponham em destaque os vários sentidos próprios às *geasha* (plural de *geis*). Chama-se a atenção para o fato de que a civilização tende a desvalorizar a linguagem, a (des) gastar a palavra, utilizando-a de forma abusiva. Pelo contrário, para a maior parte das culturas ditas tradicionais, as manifestações verbais encontram-se limitadas e sujeitas a circunstâncias prescritas por regras. Nesse contexto, vê-se aparecer a *geis*. Etimologicamente, o substantivo *geis* associa-se à forma verbal *guidim* – que significa ‘preço’, ‘rogo’ ou ‘desejo’-, que, por sua vez, liga-se ao nome *guith* a voz. No seu duplo aspecto - positivo e negativo -, a *geis* determina os limites da liberdade. Dela depende o prestígio ou a decadência do homem sobre o qual recai. Enquanto traço distintivo, embora não exclusivo da literatura irlandesa celta, a *geis* passa para o romance arturiano do século XII, sob a forma de substrato imaginário que influencia a própria estrutura narrativa de diversos romances (CARRETO, 1996, p. 36-38).

Movimento contrário se opera nos *lais* bretões, em que há transgressão do *silêncio*, trazendo conseqüências desastrosas na hierarquia social e conseqüente desequilíbrio na ordem simbólica. Impera uma figura feminina simultaneamente conciliadora e autoritária, protetora e materna, mas destruidora também: a fada. Através da fada, a palavra assume, de imediato, dois aspectos aparentemente opostos: a imposição da *geis* sobre a palavra, que está na base do contrato amoroso, leva a uma deserção da palavra no outro, como se vê diversas vezes ao longo deste trabalho. Mas, se a língua veicula o pecado, é também um precioso instrumento de salvação. É nesse espaço contraditório do silenciamento e do dizer que o *silêncio* e as palavras não são transparentes, estão inscritos nas relações de poder, nos processos de exclusão e reprodução das ideologias, que organizam as relações sociais e a relação dos homens com Deus, o não-limite, o poder absoluto, a salvação.

Nos escritos de São Gregório, os autores de textos sobre os pecados da língua encontraram a fundamental equivalência entre a má palavra e o mau silêncio (*mala taciturnitas*). É a partir da necessidade de guardar a língua (que simboliza a atitude de vigilância do homem face ao mundo e ao risco constante de se cair em pecado) que o mosteiro tende a banir totalmente a palavra, uma vez que mais vale pecar por falta do que por excesso (CARRETO, 1996, p. 62).

Veja-se o que escreve Van Coolput-Storms:

Une telle religion, qui pendant tant de siècles a orienté sa pastorale sur la Peur du Jugement, a fini par conduire à une névrose obsessionnelle collective qui est à présent reconnue (la “névrose chrétienne”) et que l’on observe à chaque page de la *Demanda do santo Graal*: peur panique de la souillure, impression de ne jamais atteindre la pureté tant recherchée; le prix à payer pour gagner l’amour de Dieu n’est jamais assez élevé: refus de s’accepter avec son corps et ses désirs, perpétuels examens de conscience, insistance sur la culpabilité personnelle, escalade de mortifications (haire de Galaad, jeûnes, abstinence...), obsession de la pénitence alors que le rachat de la faute s’avère toujours impossible, fixation sur la mort, sur l’Enfer ou, au mieux, sur le Purgatoire qui attend dans l’au delà (VAN COOLPUT-STORMS, 1999, p. 70).⁵

⁵ Uma tão eficaz religião, que durante tantos séculos orientou sua pastoral sobre o Temor do Julgamento, acabou por conduzir a uma coletiva neurose obsessiva que é atualmente reconhecida (a “névrose chrétienne”) e que se observa a cada página da *Demanda do santo graal*: medo, pânico da desonra, impressão de jamais alcançar a pureza tão procurada; o preço a pagar para ganhar o amor de Deus nunca é bastante elevado: recusa em se aceitar com seu corpo e seus desejos, perpétuos exames de consciência, insistência sobre a culpabilidade pessoal, escalada de mortificações (penitência de Galaad, jejuns, abstinência...) obsessão pela penitência pois nesse caso o resgate da falta se mostra sempre impossível, fixação sobre a morte, sobre o Inferno ou, o que é melhor, sobre o Purgatório que espera no além (Trad.da autora deste trabalho).

É importante registrar que, na *DSG*, a noção de pecado e de culpabilidade, ao menos na versão portuguesa, pesa de tal forma sobre a consciência dos seres humanos aí retratados que se apresentam aos olhos do leitor como personagens que se vêem oprimidos de forma contundente. Na verdade, não se afigura muita chance de recuperação para eles. A doutrina da Igreja pode estar deturpada pela rigidez moralista, pois a salvação e o perdão dos pecados são assegurados pela infinita misericórdia de Deus, tão bem ilustrada na hagiografia francesa da Idade Média. É sintomático que a visão negativa que permanece na caracterização de um Deus cruel é uma forte marca, presente na versão portuguesa na *DSG*, que se mostra pessimista e contrasta bastante, nesse aspecto, com a versão francesa (C. VAN COOLPUT-STORMS, 1999, p. 66-67).

A partir da segunda metade do século XII, muitas reflexões foram desenvolvidas sobre o universo do romance arturiano que se revela, enriquecido pela fusão de duas culturas (a erudita X tradição popular), de dois imaginários igualmente importantes e fundadores, no que diz respeito à concepção e ao tratamento da palavra. A articulação entre estes dois mundos se faz através das *gesha* celtas e do discurso teológico, alimentado pela ideologia da cultura clássica, sobre os *peccata linguae*, centro supostamente gerador de sentido e da verdade que orienta as reflexões dos teólogos medievais.

Há, também, na literatura arturiana, a presença constante do espectro de um mito, em tudo, subversivo (em termos morais, sociais, simbólicos, bem como lingüísticos), criando uma nova imagem do amor, depois da desvalorização do verso, da oralidade e da progressiva substituição do símbolo à história e à ideologia. A narrativa vai reunir os mais importantes elementos - motivos, *topoi* -, que asseguram longevidade ao tema da *palavra impedida* e conduziram a literatura arturiana a sua apoteose, pois ilustra paradigmaticamente a correspondência medieval do saber do mundo e sobre o mundo (CARRETO, 1996, p. 24-26).

Observa-se, na narrativa, o sistema cavaleiresco da época, através da vida do cavaleiro, a misticização secular de sua maneira de enfrentar o mundo, envolvendo condições que são a ausência de pecado e o não envolvimento com os sabores do mundo, pois são vistos como os verdadeiros cavaleiros de Deus.

Assim, pode-se constatar a interpretação ético-alegórica da cavalaria:

Trata-se de uma tradição ambígua: por um lado, convida a uma objectiva desvalorização da experiência guerreira que é considerada como mera alegoria da *pugna spiritualis*, mas, por outro lado, reveste as armas e os combates de uma profunda dignidade espiritual. (...) Nessas narrações, a par dos recontros (mais duelos do que batalhas) e das caçadas, vibra a tensão erótica e espiritual da conquista da dama e, através dela, da afirmação de si próprio; o cavaleiro continua a ser um herói guerreiro, mas é também, e sobretudo, um tipo humano que busca uma identidade e uma autoconsciência que lhe escapam. (...) A aventura era a sério. Georges Duby demonstrou que o elemento activo da pequena aristocracia europeia dos séculos XII e XIII – sobretudo francesa, mas também, imitando o modelo francês, anglo-normanda, alemã, espanhola e italiana – era constituído pelos *iuvenes*, ou seja, pelos cavaleiros recentemente “sagrados”, que tinham acabado de receber as armas durante a cerimónia do revestir da armadura e que abandonam, agrupados em companhias mais ou menos numerosas, o seu ambiente normal, perseguindo talvez sonhos, mas sobretudo ideais, sempre muito concretos, mas nem sempre alcançados, de segurança e de prestígio social (LE GOFF et al., 1989, p. 67).

Leituras interpretativas, como essa acima ressaltada, constituem suporte de grande interesse para uma análise minuciosa da *DSG*, porque revelam o funcionamento ideológico, político e religioso, evidentes na narrativa, através da adesão ao cumprimento da história do reino, por via da mistificação e da confiança em Deus.

Ao longo da narrativa, observa-se o contraste do cosmo cristão com o mundo terreno, cujo destino está fadado ao desmoronamento, pela condição humana, caracterizada pela imperfeição e desregramento no pecado, mas aponta possibilidade de mudança em direção à salvação para a vida eterna. O que configura tal paradoxo é a constatação das ações e das falas repetidas de ermitães ou *homens bõs*. Eles apregoavam que entrar na demanda era buscar as maravilhas da Santa Igreja, as maravilhas que Nosso Senhor não poderia oferecer àqueles que estivessem em pecado mortal.

É a Bíblia o núcleo irradiador que prega a presença do Bem como sendo “as puridades da *Santa Igreja*” e o Mal, como sendo “o pecado, a luxúria, o orgulho, a inveja”, que teimam em povoar a vida dos homens na terra. Na época, o conhecimento da teologia é um poderoso intertexto, e tal permeabilidade acontece porque a grande maioria dos autores pertence ao clero.

H. Megale observa que é estreita a relação na construção da narrativa como estrutura ideológica que ela veicula e que nasce e se decompõe com a vida do reino. Porém, para se chegar à compreensão da presença viva da ideologia, há de se considerar, em primeiro plano, o conhecimento da História, a história da civilização medieval. Em nenhuma época, mais do que na Idade Média, fica comprovado que foi no âmago dos estamentos dominantes que se recrutaram, de modo genérico, os *fabricantes de idéias*, pois apenas os participantes desses

estamentos dispunham de condições de acesso à cultura. Assim, pregavam aquilo que correspondia a seus interesses e privilégios, e os justificavam, favorecidos por sua situação social, únicos que possuíam meios para difundir tais idéias. Era o poder material intimamente associado ao poder espiritual. No bojo das classes dominantes, portanto, recrutaram-se esses fabricantes de idéias, pois tinham todos os meios de difusão dessas idéias, devido à privilegiada situação social, aliada à situação econômica. Não se pode esquecer que o discurso utilizado pela classe dominante era construído em consonância com os seus interesses (MEGALE, 1992, p. 11-15).

Os historiadores confirmam que havia abades e bispos relacionados com o sistema feudal, não só pela sua nobre estirpe, mas também por interesses políticos e econômicos. As ordens monásticas, cujos abades possuíam enormes riquezas e tinham legiões de subordinados à sua disposição, mantinham-se tão distantes das massas populares, como os senhores seculares.

Sobre as ordens monásticas, observe-se que

Os *Diálogos* de Gregório Magno são, em grande parte, uma exposição de *signa* e de *virtudes* de ascetas, de fundadores de comunidades e de monges: assim se manifesta neles o operante poder de Deus na história e, por sua vez, esses sinais confirmam, para instrução e ensinamento de todos, a bondade e a excelência da sua vida. Os mosteiros tornaram-se lugares de veneração, que se revelam terríveis para os seus profanadores, mas que são garantia e promessa de orações e de graças para os seus benfeitores. O antigo apelo de S. Paulo para que se socorresse materialmente a comunidade dos “santos” de Jerusalém (Rom. 15, 25-27) traduz-se, em termos actuais, no empenho de manter, com ofertas e doações de bens, as comunidades monásticas, como meio de compartilhar, em certa medida, dos seus méritos e de lucrar com as suas graças (LE GOFF et al., 1989, p.39).

Está instituída, assim, a relação privilegiada entre soberanos, nobres e fundações monásticas. É o mosteiro lugar de oração e ascese, onde o homem comum, que, não dispondo de bens, não tem acesso.

Na sua *História ecclesiastica gentis Anglorum*, Beda aponta, como conseqüência e confirmação de que um longo período de serenidade e de paz está próximo, o facto de muitos poderosos, juntamente com pessoas de todas as condições, terem abandonado as armas e se terem submetido, eles e os filhos, à disciplina monástica (LE GOFF et al., 1986, p. 39).

O tom otimista do discurso de Beda se justifica pelo fato de ter sido monge, desde os sete anos de idade, participando somente das benesses advindas dos que tinham acesso aos mosteiros, e “que a maior parte dos homens se vêem privados; por isso, não sabe, não pode ver que são exactamente essas características das fundações monásticas que incentivam os mecanismos mais perversos cujos resultados condena” (LE GOFF et al., 1989, p. 40).⁶ É algo paradoxal a opção de pobreza dos monges, considerados “homens de Deus”, e o mosteiro como um centro privilegiado de riqueza e poder. Essa convivência entre o plano espiritual e o temporal, no mesmo espaço, ocorria porque, além de conferir, aos nobres, posse de território, era uma forma de se conseguir as vantagens espirituais que eles – reis e senhores -, com suas doações, esperavam obter.

E o que se pode constatar, senão em todos, mas na maioria dos capítulos da *DSG*, é esse desejo de Deus, esse desejo de ver e de se deleitar, antecipadamente, das primícias das coisas eternas. Para isso, devia-se renunciar às coisas do mundo, às riquezas, pois estas são transitórias. Daí eleger-se o voto da “pobreza voluntária” e das palavras persuasivas: “*E eis que deixámos tudo e seguimos-te*”. Criaram-se os mosteiros, que encheram de monges os claustros e que povoaram as florestas de anacoretas. É uma “pobreza” que nada tem em comum com a situação em que viviam os pobres da época: sem bens e sem meios para consegui-los, sem direitos, com escassas garantias, e destituídos do todos os poderes (LE GOFF et al., 1986, p. 48).

Some-se a isso o fato de que a Igreja deteve, de certo modo, o monopólio do saber, por ela ter assumido o ensino. Todos os monges tinham a obrigação de aprenderem a ler, quer entrassem para o mosteiro ainda crianças, quer entrassem já na idade madura, ainda analfabetos. O mosteiro se afigura como se fosse *uma ilha isolada de uma sociedade que se prefere ignorar, a não ser naquilo que é necessário para o bem-estar espiritual e material dos monges*, como a obrigação da hospitalidade e a assistência concedida aos pobres (LE GOFF et al., *op. cit.*, p. 37). (Grifo da autora do trabalho)

A população da Idade Média, na sua maioria, era constituída de analfabetos, como é o caso dos leigos, até o século XIII. No mundo dos iletrados, a palavra assume um poder especial, assume uma grande força, porque desenvolve processos de interação entre as classes dominantes

⁶ O costume que predominava entre os nobres e os cavaleiros de confiar a um mosteiro os filhos ainda crianças corresponde igualmente à necessidade de um longo tirocínio educativo que só no mosteiro encontra tradições e meios para poder ser levado a bom termo (LE GOFF et al., 1986, p. 50).

e dominadas, para ocultar as diferenças e manter a distância entre saber e não saber. Ouvindo as pregações, o iletrado absorve instrução moral e religiosa e a reproduz, pressupondo-se que ele tenha uma boa memória, exercitada naturalmente ou por formação especial. No geral, partia-se do princípio de que a função do professor era ensinar a verdade e essa função o mantinha em alto prestígio e respeito, até quando não fosse suspeito de heresia. Daí também o prestígio dos monges. É certo que o texto escrito sempre foi supervalorizado como instrumento da cultura e do saber letrado, como se vê em relação às Sagradas Escrituras, aos clérigos, homens de escrita, a começar pelos monges, que tinham um lugar especial nos mosteiros como o *scriptorium* – lugar da escrita. Mas o grande veículo de comunicação é a palavra.

Então, é fato que a cultura medieval tornou-se quase um privilégio do clero, com a língua oficial, o latim, não havendo a possibilidade de acesso aos textos, de uma maneira geral, por parte do povo, pela proibição de serem traduzidos. Daí, as novelas de cavalaria serem consideradas como verdadeiros quadros da vida cristã. Mas, à medida que os textos atingiam a oralidade, certamente funcionaram como via de compensação para o grande público, pois a linguagem oral é o mais expressivo veículo de transmissão da cultura popular, permitindo a mobilização do conhecimento, legítimo ou não, para refletir e recriar os espaços de sociabilidade.

A cultura popular, porém, subordinou-se à cultura dominante, conforme se pode comprovar no excerto abaixo:

Mas esto nom ousou traladar Ruberte de Borem⁷ em francês de latim, porque as puridades da Santa Egreja nom quis ele descobrir, ca nom convém que as saiba homem leigo. E, doutra parte, havia medo de descobrir A Demanda do Santo Graal, assi como a verdadeira estória o conta de latim, como os homees, em quanto nom sabem em estudar, caem em erro e em menospreço de fé. E por esto poderia cair ca seu livro seria defeso, que niuu nom usasse del nem lesse o que el nom queria em niua guisa.(...) Mas quando esto quiser trabalhar-se de saber, o livro do latim, aquel livro [21, b] vos fará entender e saber enteiramente as maravilhas do Santo Graal. Ca nós devemos louvar as puridades da Santa Egreja. Nem eu nom direi mais, segundo meu poder, ca o que aa estória convem, ca nom convem ao homem descobrir as puridades do alto Meestre" (NUNES, *DSG*, 62 (62, 7-23)).

Começou-se, então, a se reivindicar uma literatura em língua vulgar. A narrativa permite observar que a ideologia surgida no processo histórico da vida do reino domina todas as

⁷ Robert de Borom

atividades das personagens e faz com que toda a estrutura social mantenha estreita relação do *sacro* com o *profano*.

A religião católica ameaçava a todos com o Julgamento Final, resultando em uma obsessão nervosa coletiva que se observa em cada página d' *A Demanda*: o pânico da salvação, medo de não se chegar à pureza que garantia a vida eterna, recusa de receber em seus corpos as primícias do amor sensual/terreno, fixação sobre a morte, sobre o inferno e também sobre o purgatório, que representa o resgate de uma falta que se mostra sempre impossível de ser alcançada. Em cada capítulo d' *A Demanda*, observa-se que o homem da Idade Média vive obcecado pelo pecado, que comete, quando se entrega ao Demônio, quando se declara vencido pelo vício, que tem a forma de animais simbólicos – no caso da *Demanda* veja-se o embate do homem com a *Besta Ladrador*⁸ -, de alegorias ameaçadoras, encarnação dos pecados capitais que, a partir do século XX, significariam o orgulho, a avareza, a gula, a ira, a inveja e a preguiça. Ainda nessa relação do homem com o pecado, adotam a forma das filhas sedutoras do Diabo, casadas com os “estados” da sociedade. O Diabo tem nove filhas que ele casou da seguinte forma: a simonia desposou os clérigos seculares; a hipocrisia desposou os monges; a rapina desposou os cavaleiros; o sacrilégio desposou os camponeses; o fingimento desposou os oficiais de justiça; a usura desposou os burgueses; o luxo mundano desposou as matronas.

Há, ainda, uma nona filha – a luxúria – que ele não quis casar, mas que ofereceu a todas as pessoas como amante comum (LE GOFF, 1989, p.25).

Assiste-se, pois, a um novo mecanismo de comportamento já identificado por Freud que, em um dos seus escritos, dizia "la conscience coupable se forme par le retour sur soi d'une agressivité qui est normalment tournée vers de dehors"⁹ (FREUD, apud COLETTE ANNE VAN C. STORMS, 1999, p. 69). Em muitos capítulos d' *A Demanda*, as pessoas se matam como consequência de um pecado considerado “mortal” pela Igreja.

O homem medieval – de visão e de pensamento simbólico - vive em um universo onde se misturam o visível com o invisível, o natural com o sobrenatural. É uma vida povoada de sonhos: sonhos premonitórios (como os que tinham Lancelote - visão do fogo do inferno, se continuasse amando Genevra, pois se tratava de uma relação adúltera), sonhos reveladores e

⁸ Os capítulos que se referem à *Besta Ladrador* que, na narrativa, é a representação física do Demônio, serão objetos de análise de outro trabalho que se pretende desenvolver. (Observação da autora do trabalho)

⁹ "A consciência culpada se forma pelo retorno sobre si de uma agressividade que está normalmente voltada para fora." (Tradução da autora deste trabalho)

sonhos instigadores. Nessa articulação entre o plano divino e o plano humano, o homem reconhece sua fraqueza, para frear os instintos e superar os limites de sua condição de pecador e teme a punição do seu Deus que salva, mas também condena. N'A *Demanda*, eram, em sua maioria, sonhos premonitórios (Le GOFF, 1995, p. 107). Estava destinado a ser um grande sonhador, mas o cristianismo controlou sua atividade onírica. A Igreja passou a distinguir os sonhos entre “verdadeiros” e sonhos “falsos” e atribuir-lhes uma origem tripla: Deus, fonte de sonhos benéficos, o corpo humano, criador de sonhos suspeitos e o Demônio, o grande artífice de sonhos tentadores e perniciosos, orientando o cristão a não procurar o seu significado, a fim de evitar essa ocasião de pecar. Só sonhadores privilegiados – os reis, os chefes e os monges – podiam tirar partido dos sonhos para encontrar as mensagens enviadas por Deus. Por volta dos séculos XI e XII, a pressão que se exerceu sobre os sonhos venceu os medos da Igreja e o homem medieval tornou-se um sonhador habitual, fascinado pelos sonhos e desejoso de fazê-los interpretar, tarefa atribuída aos ermitães. Em várias passagens, Lancelot recebe “avisos” através de sonhos.

E as mulheres, no século XII, como eram vistas, como eram tratadas? Georges Duby, no livro de sua autoria intitulado *Dames du XII siècle*, cita como exemplo uma obra de autoria de Étienne de Fougères que tinha sido capelão de Henri Plantagenêt, um dos padres responsável pela realização das liturgias da casa principesca. Para Étienne, a mulher é portadora do mal. Isso é o que repete em seu poema intitulado *Livre des manières* (1174 e 1178). Em uma coleção de seis sermões, cada um deles concernente a uma categoria ou classe social, chama a atenção para seus defeitos específicos e propõe um modelo de conduta para a mulher.

Le prélat, en fait, ne considère pas toutes les femmes. Ses fonctions l'astreignent à veiller spécialement sur le haut de la société, sur les dirigeants, sur les maisons nobles, et c'est là qu'il parle, aux nobles, non pas au peuple (...) et quand il en vient à décrire les péchés féminins, ce sont les dames, seules, qu'il fustige (DUBY, 1996, p. 11-13).¹⁰

¹⁰ O prelado, com efeito, não julga todas as mulheres. Suas funções restringem-se a vigiar especialmente sobre as altas camadas da sociedade, sobre seus dirigentes sobre as casas nobres, e é de lá que fala aos nobres, não ao povo. (...) e quando ele descreve os pecados femininos, são os das damas, somente, que ele fustiga. (Trad. da autora do trabalho)

Ainda segundo Duby (1996), esse homem da Igreja que as julga é seu juiz e descobre na natureza feminina três vícios. As mulheres, segundo ele, têm, primeiro lugar, a capacidade de desviar o curso das coisas, por conseguinte, opondo-se às intenções divinas, usando como clientela para tais atos, na maioria das vezes, cozinheiras, às quais transmitiam seu segredos. Todas mais ou menos feiticeiras, as damas faziam coquetéis de suspeitas misturas a começar pelas pinturas do rosto, os unguentos, pastas depilatórias, disfarçando suas aparências corporais, para se apresentarem, enganosas, diante dos homens. A segunda falha é quanto à indocilidade, à agressividade, são naturalmente hostis e não suportam a necessária tutela de pais, irmãos, ou descendentes. Diante do esposo, mostra-se “sem vivacidade”, mais “morna”, mais “insubmissa” quando este se prepara para o amor. Étienne, com discernimento, escolhe com cuidado suas palavras – elas são “mudas”. As damas, segundo ele, são rebeldes, as damas são pérfidas, elas são vingativas, e sua primeira vingança é a de servir-se de um amante. Seu terceiro vício é a luxúria. Diante do marido elas reprimem seu ardor. Em revanche, insatisfeitas, elas correm, amigas dos galanteios, nas igrejas (*enténébrées*), durante os ofícios da noite, propícios aos encontros furtivos, bonitas jovens caçam em busca do prazer. Enfim, o ardor devora suas entranhas ao “indecente pecado”, ao pecado “em sentido oposto ao natural”, o mais execrável de todos (DUBY, 1996, p. 12-16). (Trad. da autora do trabalho)

Genevra, sob muitos aspectos, é o espelho, a personificação dessa mulher do século XII, descrita por Duby em seu livro.

E quanto aos cavaleiros e seus ideais cavaleirescos? Teria sido a Igreja que os “inventou”, modificando profundamente a ética feudo-militar e inculcando um sistema de virtudes guerreiras baseado no ideal de defesa dos fracos e do martírio pela fé?

Na opinião de historiadores, deve-se levar em conta o seguinte:

A constatação de que as *chansons de geste* ficavam muito a dever, conceptual e estilisticamente, às fórmulas litúrgicas e aos textos hagiográficos e que, por esse motivo, podiam ser, na realidade, instrumentos de uma propaganda gerida por meios eclesiásticos, desempenhou no passado um papel importante na imposição dessa tese. Actualmente, porém, há muitos estudiosos que pensam exactamente o contrário, ou seja, que as *chansons* são a voz antiga, talvez revista e aperfeiçoada entre o século XI e o século XII – e, se quisermos, adequada a um novo sentir, poderosamente marcado pelo *leitmotiv* do heroísmo religioso -, de uma cultura leiga de larga autonomia; e são, possivelmente, as fórmulas litúrgicas e a literatura hagiográfica que se adaptam a elas de modo a adquirirem, jogando com a sua popularidade, uma maior capacidade de implantação mais sólida nas consciências e no imaginário coletivos. Por isso, não há bem uma cristianização da cultura cavaleiresca, mas, se se quiser, uma militarização e

heroicização de alguns modelos de testemunho cristão considerados particularmente capazes de conquistar, de comover, de servir, em suma, como instrumento de propaganda (LE GOFF, et al., 1989, p. 61).

O perfeito cavaleiro deve ter em mente o sentido de amizade fraterna e solidariedade de grupo. No decorrer da narrativa da *DSG*, por exemplo, encontram-se bastantes cenas em que os cavaleiros, à hora da morte, confessam-se e absolvem-se uns aos outros, basta que se reconheçam como sendo companheiros da Távola Redonda, do grupo do rei Artur. E a cavalaria arturiana encontrava-se ali reunida, em torno da Távola Redonda, em busca de dois objetivos: cumprir o desígnio de busca do Graal, isto é, a salvação eterna, ao mesmo tempo em que buscava cumprir a vida do reino, sua sustentação.

1.1 A SEMÂNTICA

A Semântica foi um dos recursos que norteou e propiciou um maior aprofundamento aos estudos de identificação dos encadeamentos discursivos/ argumentativos que ora se propõem fazer sobre o texto *A demanda do santo Graal*. Isso porque tal teoria tem como objeto de estudo a questão do significado e dos processos semânticos que articulam a produção de um discurso e as condições em que foi produzido.

Nas três primeiras décadas do século XX, houve consideráveis avanços no estudo da estruturação dos processos semânticos, embora desde a Antigüidade os fatos do discurso, principalmente a relação discurso/argumentação constituem importantes contribuições para os estudos da linguagem, destacando-se a Retórica de Aristóteles, de Platão e na de Crátilo, a do grande orador romano Cícero com o mais antigo tratado de retórica em latim, além dos estudos feitos por gramáticos latinos. Na Idade Média, a Retórica clássica perdeu muito de seu prestígio, sendo reduzida a uma disciplina escolar.

É no século XIX que a Semântica se constitui como disciplina lingüística. Muitos assuntos fundamentais da Semântica moderna já se anunciavam esporadicamente, segundo observações de autores gregos e latinos. Um dos problemas que foi observado e que lhes chamou a atenção

foi o das mudanças de significado, devidas às transformações econômicas e sociais das populações, do contato de línguas, entre outros.

Um dos marcos da constituição da Semântica como disciplina lingüística é a obra de um estudioso francês, Michel Bréal, *Ensaio de Semântica*, publicado em 1897. O termo “semântica” foi, inicialmente, usado em um artigo seu de 1883, intitulado *Les lois intellectuelles du langage. Fragment de Sémantique*. Para Michel Bréal, a Semântica, que tem como fundamento de sua constituição sua significação, ocupa-se, inclusive, do que se inclui na sintaxe e na morfologia (GUIMARÃES, 1995, p. 13-14). Em uma passagem do seu artigo, Michel Bréal defende o uso da palavra dentro da frase, assim como as letras não têm existência senão nas palavras. É bem fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história como se ela não fosse “contagiada” por nuances diferentes em contato com outras palavras, com o situacional, ou mesmo, completamente transformada por outras palavras. Portanto, não se deve tomar uma palavra à parte, pois ela sempre recebe influência próxima ou mesmo longínqua por outras palavras do vocabulário. Interessa a Michel Bréal o elemento subjetivo da linguagem, que é representado por palavras, elementos das frases, formas gramaticais e pelo plano geral de cada língua. Isso porque as línguas têm marcas subjetivas, por isso, é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem, ou seja, no emprego dos advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais, entre outros elementos que marcam a presença do elemento subjetivo quando se fala (GUIMARÃES, 1995, p. 13-17).

Sobre a mudança de significado, Bárbara Weedwood, lingüista neo-zelandesa, cita Michel Bréal como o estudioso que se dispôs a determinar leis que regessem as mudanças no significado das palavras. E, até 1930, a pesquisa semântica se pautou por essas leis, quando os semanticistas voltaram sua atenção para o estudo sincrônico do significado. Várias propostas foram elaboradas para justificar as mudanças no significado das palavras, mas nenhuma comparável às leis de mudanças fonéticas dos fonologistas. O que parece é que as mudanças podem ser ocasionadas por inúmeros fatores, porém o mais importante foi enfatizado pelo chamado movimento “Palavras e Coisas” na Semântica histórica, isto é, a mudança sofrida no curso do tempo pelos objetos ou instituições que as palavras designam. Bárbara Weedwood menciona, como exemplo, que a palavra CARRO remonta, através do latim CARRUS, a um termo celta que designava uma carroça de quatro rodas, bem diferente do carro contemporâneo. Observa-se, outrossim, que algumas mudanças são causadas por seu uso habitual em contextos particulares: é o caso da

palavra VEADO que adquiriu um significado especializado, designando um tipo de animal selvagem, ao passo que no latim VENATUS, -US significa ‘produto de caçada’, ‘caça morta’ de maneira geral (WEEDWOOD, 2003, p.114-115).

Outro fator a ser observado no caso das mudanças é o que nos esclarece Bréal em seu livro *Essai de sémantique*, sobre a analogia:

Dans les livres de linguistique publiés depuis quinze ou vingt ans, l’analogie occupe une grande place, non sans raison, car l’homme est naturellement imitateur, et s’il a quelque expression à inventer, il a plus vite fait de la modeler sur un type existant que de s’ingénier à une création originale. Mais on se trompe quand on présente l’analogie comme une cause. L’analogie n’est qu’un moyen. Les vraies causes, nous allons tâcher de les montrer. Les langues recourent à analogie: A. *Pour éviter quelque difficulté d’expression*; B. *Pour obtenir plus clarté*. C. *Pour souligner soit une opposition, soit une ressemblance*. D. *Analogie pour se conformer à une règle ancienne ou nouvelle*. (...) C’est grâce à elle que nous sommes sûrs d’être entendus, sûrs d’être compris, même s’il nous arrive de créer un mot nouveau. Il faut donc regarder l’analogie comme une condition primordiale de tout langage: si elle a été une cause d’uniformité stérile, c’est ce que l’histoire individuelle de chaque langage peut seulement nous apprendre (BRÉAL, 1982, p. 60-78).¹¹

Portanto, a Semântica, por ser o estudo do significado, e por representar a história individual de cada linguagem, constitui-se de um campo lingüístico bastante heterogêneo e, por isso, ainda não se conseguiu apresentar uma resposta satisfatória para definir o que é "significado". Isso porque, no seu interior, além dos conhecimentos lingüísticos habituais - das questões lingüísticas, das palavras em sentido literal e gramatical -, dever-se-á englobar, também, a questão do conhecimento dos encadeamentos argumentativos, criados na linguagem e pela linguagem, e a contribuição das inúmeras fragmentações que caracterizam o discurso - leis de ordem sociológica, psicológica ou lógica, figuras de estilo empregadas pela comunidade que fala a língua - com suas condições de aplicação. Enfim, uma descrição semântica se constituirá de

¹¹ Nos livros de lingüística publicados há quinze ou vinte anos, a analogia ocupa um grande espaço, não sem razão, pois o homem é naturalmente imitador, e se ele tem qualquer expressão a inventar, ele toma mais rapidamente por modelo já existente, em lugar de se esforçar com uma criação original. Mas uma pessoa se engane quando apresenta a analogia como uma causa. A analogia é apenas um meio. As verdadeiras causas, nós vamos tratar de mostrá-las. As línguas recorrem à analogia: A. *Para evitar qualquer dificuldade de expressão*; B. *Para obter mais clareza*; C. *Para sublinhar seja uma oposição, seja uma semelhança*. D. *Analogia para se adaptar a uma regra antiga ou nova*. (...) É graças a ela que nós estamos certos de sermos entendidos, certos de sermos compreendidos, mesmo se acontece inventar uma palavra nova. Deve-se considerar a analogia como uma condição primordial de toda linguagem: se ela foi uma causa de uniformidade estéril, infrutífera, é isso que a história individual de cada linguagem pode somente nos ensinar. (Trad. da autora do trabalho)

informações referentes às diferentes utilizações da linguagem, na mesma comunidade, cujas mudanças se dão pela intervenção e consentimento da vontade do homem. O que significa que as questões de significação não podem ser tratadas somente por via etimológica, mas pela consideração de seu emprego, considerando-se a palavra nas suas relações com outras palavras. Devido a isso, existe uma grande problemática para se chegar a uma definição única do que seja "significado".

Diante de tantas opiniões divergentes, mas não descartáveis, chegou-se, então, à conclusão de que, seja qual for a escolha feita pelo lingüista quanto à natureza dos significados – referencial, ideacional, comportamental, ou qualquer outra -, torna-se necessário que se estabeleça uma “linguagem” adequada para o estudo desses significados. Trata-se de se estabelecer uma *metalinguagem* em que essas relações, que constituem o objeto de estudo da Semântica, possam ser *nomeadas*. E o primeiro passo seria estabelecer uma linguagem que, de alguma forma, represente a relação entre o lingüístico e o não-lingüístico.

Outro assunto que gerou grande polêmica foi o que se refere à utilização de linguagens lógicas para o estudo das línguas naturais. Há quem ache que a utilização de linguagens formais como “modelos” para a semântica das línguas naturais teria ainda a vantagem de permitir a exposição e a explicação de seus paradoxos que surgem nas línguas naturais. Por outro lado, há também quem ache que as linguagens formais dos lógicos e dos matemáticos nada têm a dizer sobre os problemas das línguas naturais, que são instituições de outra ordem e com outra natureza. Uma das principais objeções levantadas é a de que, enquanto as linguagens formais são exclusivamente “representativas”, isto é, existem para representar as coisas, as línguas naturais, além dessa função “representativa”, têm outras funções que seriam, em princípio, inacessíveis às linguagens formais, sua força ilocutória, por exemplo). Outra objeção, levantada, baseia-se, segundo Borges Neto, em se assumir que as línguas naturais são “maiores” do que as linguagens formais, isto é, todas as linguagens formais estão, de uma forma ou de outra, embutidas na língua natural (BORGES NETO, 2003, p. 9-11).

Daí a importância da metáfora para a formação da linguagem. Metáforas populares que, só se tornaram objetos de interesse central das ciências humanas a partir de 1970, mais especificamente, das ciências da linguagem e da psicologia cognitiva, sempre existiram e passam de uma linguagem a outra (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 13).

Veja-se o que diz Bréal sobre o assunto:

On a dit que les métaphores d'un peuple en laissent deviner le génie. (...) elles nous donnent l'esprit de tout le monde, qui ne varie pas beaucoup d'une nation à l'autre. Nous allons en citer quelques exemples, priant d'avance le lecteur d'en excuser la simplicité. Il s'agit pour nous, non de faire admirer ces images, qui n'en sont plus, mais de montrer combien la langue en est pleine. Comme il faut se borner, nous les puiserons toutes dans la même langue: le latin. Voyons, par exemple, comment le peuple romain nomme ce qui est bon et ce qui est mauvais (BRÉAL, 1982, p. 124-125)¹².

Na *DSG*, pode-se observar o uso da metáfora que faz parte também do cotidiano da sociedade medieval. Entre os muitíssimos usos metafóricos das palavras na *Demanda*, encontra-se o uso das lexias *besta*¹ ‘animal quadrúpede de carga’, do latim *bestia*, e *besta*² ‘antiga arma para arremessar pelouros ou setas’, ou *baesta*, e que também se encontra grafada *beesta* como se pode constatar nos trechos abaixo (CUNHA, 1986, s.v. BICHO). No Michelis, além das acepções acima descritas, encontra-se *besta do Apocalipse* ‘animal simbólico, descrito no livro do Apocalipse’. Observe-se que o exemplo (03) apresenta a forma *beesta*, divergindo das anteriores, tanto no significado, quanto na representação gráfica, que se sobressai pela seqüência vocálica idêntica.

Vejam-se os usos metafóricos da lexia *besta* nos exemplos abaixo reproduzidos:

(01) *E aa nacença do que tu trages parecerá que não foi de mim, ca nunca de homem nem de molher saiu tam maravilhosa cousa como de ti sairá; que **diaboo** o fez e **diaboo** trages e **diaboo** sairá em semelhança da **besta** mais desassemelhada que nunca homem viu. (DSG 448 –449 (614,17)). (= *besta do Apocalipse*, ‘demônio’).*

(02) *E eles estando a este departamento virom sair da mata a **besta desassemelhada**(...) (DSG, 76 (82, 8)).*

(03) *E eles em esto falando cataram ante si longe e viram viir, quanto ua deitadura de **beesta**, uu cavaleiro sobre uu cavalo blanco, e tragia sua espada na mão (DSG, 206 (256, 11)). (= antiga arma para arremessar setas)*

Para filósofos e lingüistas, portanto, ainda está sendo problemático chegar-se a uma definição única do que seja “significado”, porque compreende desde as palavras em sentido literal e gramatical, até penetrar na questão do conhecimento e do não-literal que se estende além das

¹² Diz-se que as metáforas de um povo deixam adivinhar-lhe o gênio. (...) elas nos dão o espírito de todo mundo, que não varia muito de uma nação a outra. Nós vamos citar alguns exemplos disso, pedindo de início ao leitor para desculpar essa simplicidade. Ela se move para nós, não para que admiremos suas imagens, que não são muitas, mas para mostrar quanto a linguagem é plena. Como ela pode se limitar, nós as pusemos todas na mesma língua: o latim. Vemos, por exemplo, como o povo romano nomeia o que é bom e o que é mau. (Trad. da autora do trabalho)

fronteiras da Lingüística. Isso porque o conhecimento engloba a soma de um número infinito de encadeamentos argumentativos criados na e pela linguagem – um verdadeiro rol de figuras de estilo, com suas condições de aplicação e sofrendo influências da Psicologia, da Sociologia, da Lógica, de múltiplas e diferentes relações sócio-culturais, utilizadas pela coletividade que fala a língua, e das contribuições dos inúmeros fragmentos dos discursos.

Nesse contexto, em que conceitos de diversas concepções teóricas da Semântica são construídos a partir de pontos de vista diferentes, procuram-se responder às diferentes dúvidas e/ou questionamentos, no que se refere à relação entre a linguagem e o mundo. Constituem, até certo ponto, sua noção individual de significado / linguagem / mundo, sendo modelos fechados, incomunicáveis com outros (DUCROT, 1987, p. 15).

Segundo Oliveira (2001), a pluralidade semântica será ilustrada pela apresentação das linhas mestras de três formas de fazer semântica: a *Semântica Formal*, a *Semântica da Enunciação* (ou *Argumentativa*) e a *Semântica Cognitiva*. Nelas, o *significado* e o fenômeno lingüístico a *pressuposição* recebem um tratamento diferenciado em cada abordagem (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

A *Semântica formal*, historicamente, antecede as demais, e o termo ‘semântica formal’ é comumente empregado, hoje em dia, com *referência* particular a determinada versão da semântica da *condição de verdade*. Nada melhor para ilustrar esta versão da Semântica do que retomar os estudos feitos por Aristóteles¹³ ao analisar o raciocínio dedutivo presente em certas sentenças. A partir de uma frase de sentido universal que ele chamou de premissa maior, e que deve ter o valor de verdade, e de uma segunda - premissa menor, todas duas devem ser verdadeiras para se chegar a uma terceira que é a conclusão.

Foi grande a influência, nos estudos sobre a significação, dos trabalhos do lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925), ao distinguir, no significado, duas partes: o *sentido* e a *referência* e o conceito de quantificador. De grande importância, também, é a distinção que ele faz entre representação, por um lado, e sentido e referência, por outro, considerando que a representação de um objeto é de caráter subjetivo, psicológico (portanto não interessa para o ponto de vista de Frege); enquanto que o sentido e a referência são objetivos: a referência é um objeto perceptível e

¹³ Vale lembrar que a expressão formal do método dedutivo é o *silogismo*, que é uma argumentação na qual, de um antecedente que une dois termos a um terceiro, infere-se um conseqüente que une esses dois termos entre si. Das três proposições que constituem o silogismo, as duas primeiras chamam-se premissas: premissa maior que deve ser universal: todo ou nenhum, e a última conclusão. Chega-se à descoberta da verdade apenas por via indutiva ou dedutiva” (GARCIA, 1992, p. 300-301).

o sentido é o modo de apresentar um objeto de modo igual para aqueles que falam uma determinada língua (GUIMARÃES, 1995, p. 27). Portanto, Frege exclui da Semântica o estudo das representações individuais. Também as sentenças, para Frege, têm como sentido o pensamento que expressam e como referência seu valor de verdade. Uma verdade que não está na linguagem, mas nos fatos do mundo. A linguagem é apenas um instrumento que permite o locutor/enunciador/receptor alcançarem aquilo que há: a verdade ou a falsidade da sentença.

Por isso, diferentemente do conceito da corrente estruturalista, importa à Semântica Formal a relação linguagem / mundo. O sentido da palavra possibilita o conhecimento do objeto, somente se houver relacionamento deste com o mundo, ou se a ele corresponde a referência.

Frege observou no fim do século passado que, ao indagar sobre a verdade ou falsidade de orações como:

(1) O maior poeta português morreu na miséria,

admite-se implicitamente que existiu alguém que foi poeta; desse modo, Frege aponta de modo bastante claro para o desdobramento de (1) em dois enunciados distintos:

a) Existiu alguém que foi poeta

b) Esse alguém morreu na miséria.

Seguindo o caminho percorrido por Frege, há *pressuposição referencial*, quando tanto a verdade quanto a falsidade da sentença dependem da verdade pressuposta. Uma oração pressupõe outra, quando a *verdade* e a *falsidade* da primeira tornam inescapável a verdade da segunda (ILARI; GERALDI, 2003, p. 60-61). Mas quando se quer dar à *pressuposição* um valor de verdade e se pressupõe a existência de uma entidade da qual se predica algo, está-se fazendo uma *pressuposição existencial*, que foge aos parâmetros da Semântica, para penetrar nos parâmetros da Pragmática, como se pode constatar no seguinte exemplo:

(2) Le Goff é **um grande historiador**.

Passa-se agora para a abordagem da *Semântica cognitiva*, que tem como um dos seus marcos inaugurais a publicação, em 1980, de *Methfors we live bay* de Georges Lakoff e Mark Johnson. Nesse modelo, parte-se da hipótese de que o *significado* é que é o foco para onde convergem todas as investigações sobre a linguagem, ao contrário da linha gerativista que considera como centro de seus estudos a sintaxe, que se opõe ao que Lakoff chama de *Semântica objetivista*, pois prega que o *significado* se baseia na referência e na verdade em correspondência com o mundo. Para a *Semântica Cognitiva*, o objeto a que se refere adquire um conceito

lingüístico por meio de manipulações sensório-motoras com o mundo. Assim, é tocando as coisas que se formam conceitos pré-lingüísticos, e que depois aparecem nas práticas lingüísticas (OLIVEIRA, 2001, p. 19). O *significado*, segundo a Semântica Cognitiva, não é extrínseco, mas intrínseco, isto é, ele emerge de dentro de cada indivíduo e se completa através da ação corporal e gestual, em interação com o meio circundante. É natural e experiencial, sustentando-se na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas corpóreas com o ambiente em que se vive.

Assim, as ações realizadas pelas pessoas permitem distinguir três tipos de esquema:

(i) Esquema CAMINHO (deslocamentos de um lugar para o outro)

A (fonte do movimento) -----→ B (alvo)

a) IMAGÉTICOS ESPACIAIS – privilegia a METÁFORA - (estende os esquemas imagéticos)

(6) *Fui* de Itabuna *para* Salvador.

(7) *Foi* de uma rua a *outra* cantando sem parar.

(ii) Esquema RECIPIENTE (estar dentro e fora de um lugar)

(8) Ele *nasceu* na Bahia

(9) Não consigo *tirar* você de minha cabeça.

(iii) Esquema BALANÇO (dá sustentação ao *mas*)

(10) “Os olhos com que todo me roubastes (...) / *MAS* eu me vingarei (...)”

(Camões)

O esquema CAMINHO – indica os deslocamentos que se faz de um lugar para outro, estruturam um esquema imagético. O que dá sentido às sentenças (6) e (7) não é uma relação de correspondência com o mundo, nem a dialogia com um outro, nem encadeamentos discursivos, mas o fato de estar presente na (6) e (7) o esquema imagético CAMINHO; em (8) e (9) o esquema RECIPIENTE; o esquema BALANÇO – dá sustentação ao *mas*. Etimologicamente *mas* deriva da expressão latina *magis quam* que estabelecia a comparação de superioridade – isto é ‘mais do que aquilo’. Se se adotar a hipótese de que os usos mais antigos são aqueles mais próximos do físico, então é o esquema corporal do BALANÇO que dá sustentação ao *mas*: pesamos duas coisas e a balança pende mais para uma delas. No exemplo (10), a força

argumentativa maior está na oração encabeçada pelo *mas*. Trata-se do conectivo mais estudado e que apresenta um grande interesse para a Análise do Discurso, devido a sua ligação com o implícito. Muitas conjunções coordenativas (como *mas, porém, contudo, pois, já que etc.*) e algumas subordinativas (como *embora*) são mais apropriadas à tarefa de explicitar uma relação entre argumentos e conclusões, ou seja, a explicitar a inclusão ou a exclusão de um possível argumento na classe argumentativa de uma determinada conclusão (ILARI; GERALDI, 2003, p. 81). Por isso, para a Semântica Cognitiva, o *significado* é uma questão de cognição, em geral, e não um fenômeno pura e prioritariamente lingüístico.

O falar e o pensar cotidianos são, na sua maior parte, metafóricos, segundo as conclusões a que chegaram Lakoff e Johnson, que seguiram o caminho aberto por Reddy (1979) que investigou, numa análise rigorosa de enunciados lingüísticos, como se conceptualiza metaforicamente o conceito de comunicação entre falantes da língua inglesa (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.15). De modo que metáfora não se refere àquelas frases que, na escola, aprendemos a classificar como metáfora. Em “Seus olhos são cristais” e “Os maus nadando em mares de alegria” são exemplos de metáforas lingüísticas para a Semântica Cognitiva, porque elas expressam uma maneira fantasiosa de falar, não uma metáfora conceptual. A metáfora, para a Semântica Cognitiva, é um processo cognitivo que permite o mapeamento de esquemas aprendidos diretamente pelo nosso corpo, com os verbos ‘tomar’, ‘pegar’, ‘apanhar’, ‘ir’, ‘vir’, em domínios mais concretos, (“Tomar chá”, “Tomar cerveja”, “Tomar comprimido” etc.) ou mais abstratos (“Tomar injeção”, “Tomar a auto-estrada”, “Tomar o avião”, “Tomar o ônibus”, “Pegar o trem”, “”Pego às oito e largo às dez” etc.) cuja experimentação é indireta. Observa-se, portanto, uma tendência natural para a criação de extensões metafóricas. Vejam-se outros exemplos, entre muitos, retirados de recorte enunciativo II da DSG e do recorte enunciativo IV, respectivamente:

(11) “Dom Lançarot, **filhade** esta espada, ca ela é vossa (...)” (DSG, 27 (12, 2)).

(12) “-Sobrinho, pois dom Lançarot recebeu a espada, **provade**-a vós (...)” (DSG, 27 (12, 2)).

Nas sentenças (11) e (12), o emprego dos verbos “*filhade*” ‘tomar’ e “*provade*” ‘testemunhar’ é metafórico, porque é um processo cognitivo, apreendido indiretamente pelo nosso corpo, e no qual o uso dos verbos se deu em domínios mais abstratos.

São exemplos que confirmam a existência da *metáfora conceptual*, porque a metáfora não é apenas uma questão de linguagem, pois não se constituem em simples formas de dizer, mas de

pensar e agir. A partir delas é que se compreendem facilmente usos novos e criativos na linguagem literária. Os autores fornecem, desde o primeiro capítulo do livro *Metáforas da vida cotidiana*, uma série de exemplos que ratificam a presença da metáfora na linguagem do cotidiano e na qual se vive imerso, sem se atentar para tal fato. Apoiados no exemplo ARGUMENTAR É GUERRA extraem-se enunciados que não são simples formas de dizer, mas de pensar e agir:

(13) Vou defender minha tese.

(14) Vou fazer-lhe mudar de partido.

(15) Vou convencê-lo a fazer Lingüística Histórica.

Na teoria da Semântica Cognitiva há, portanto, os esquemas imagéticos, que já foram explicitados aqui e demonstrou-se que eles se estendem via *metáfora*, e as categorias de nível básico, tratadas em seguida, discussão que toca na questão da categorização, assunto muito importante para a Semântica Formal. A categorização explica quais os critérios que permitem que um dado exemplar faça parte de uma determinada categoria (ou conceito).

Conceitos se estruturam por protótipos, já que não há uma única propriedade necessária presente em todos os exemplos (proposta de Wittgenstein). Privilegia a *metonímia*, estendendo as categorias, e ancoram-se nos exemplares com as características mais reveladoras da categoria: PARDAL / CANÁRIO / BEIJA-FLOR = membros centrais da categoria de ‘pássaros’; PINGÜIM / GALINHA = membros periféricos (porque são pássaros, mas não voam).

Da mesma forma que a *metáfora é o processo para estender os esquemas imagéticos*, a *metonímia estende as categorias*.

Quanto à abordagem das *pressuposições* adotada pela Semântica Cognitiva, a grande contribuição tem sido de Gilles Fauconnier (1985). Este autor parte da hipótese de que na interpretação formam-se domínios ou espaços mentais/cognitivos e são descritos como significados que se transferem de um espaço mental para outro. Na interpretação da frase “Le Goff é um grande historiador”, formam-se dois espaços mentais independentes da relação de referência: um espaço mental em que há um e apenas um *historiador*, que se originou no espaço mental A, que se move até o espaço mental B, em que se afirma que ele *é grande historiador*. Se

se negar o primeiro espaço mental, essa pressuposição não é transportada para o segundo espaço mental, não podendo haver *pressuposição* (FAUCONNIER, apud OLIVEIRA, 2001, p. 41-43).

Os problemas que se levantaram com relação à referência, à pressuposição, à categorização e a outras implicações aqui abordadas são descritos de modos diferentes, pelas linhas mestras dos modelos semânticos atuais: o modelo formal, o modelo enunciativo e o modelo cognitivo. Mostrou-se que, na lingüística contemporânea, não há nem resposta única para o problema do significado, nem uma metodologia única para descrevê-lo.

Essa pluralidade de modelos transparece também no fato de que, muitas vezes, o que é problema para um modelo não o é para outro. Esse é o caso da categorização que interessa à Semântica formal e à Semântica cognitiva e não interessa à Semântica da enunciação. Se adotarmos o ponto de vista da Semântica da enunciação ou da Semântica cognitiva, jogamos fora a idéia de que a verdade tem algo a ver com o significado. Na Semântica da enunciação, o significado é descrito nas relações de dialogia, “argumentologia” ou argumentatividade. Ele não serve, pois, para apontar algo no mundo exterior, mas para convencer, seduzir o outro. No modelo da Semântica cognitiva também abandonamos a idéia de verdade como dando suporte ao significado: o significado está no corpo que vive, que se move, que está em várias relações com o meio e não na correspondência entre palavras e coisas. A heterogeneidade pode complicar mais as coisas, mas somente deixando coexistir diferentes abordagens é que se pode, um dia, chegar a compreender melhor a linguagem.

A década de 1970 conheceu uma explosão de trabalhos sobre a *pressuposição*. Salienta-se, dentre eles, o trabalho de Oswald Ducrot que, certamente influenciado pelos trabalhos de Émile Benveniste e pela escola francesa de Análise do Discurso, opõe-se veementemente ao tratamento que a Semântica Formal oferece para a *pressuposição* em particular e para o significado em geral (OLIVEIRA, 2001, p. 27). Suas críticas e análises possibilitaram a construção de um outro modelo: a *Semântica da Enunciação*, um tópico que será estudado com mais especificidade, dada a importância desta abordagem para a análise do *corpus* selecionado para este trabalho.

1.2.1 Semântica da Enunciação

A abordagem semântica, que se privilegia neste trabalho, é a Semântica da Enunciação, numa estreita relação com a Análise do Discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito.

A tradição apresenta Émile Benveniste (1950 e 1960) como “pai” da teoria da enunciação, embora o interesse dos lingüistas pelos problemas enunciativos remonte aos anos de 1910 e 1920 na Europa e na Rússia. Nessa época, realmente vê-se emergir a problemática enunciativa, mas seu desenvolvimento é interrompido pela rápida expansão do modelo estruturalista. Anterior a Benveniste, há também, do lado russo, Mikhail Bakhtin-Volochinov (1895-1975)¹⁴. Para ele, a linguagem humana pode apenas ser compreendida se ancorada na dimensão social de sua origem.

A princípio, Benveniste (1966, 1974) conceituou a enunciação como uma atividade do locutor em produzir um enunciado. Este é o pressuposto da unicidade do sujeito falante. Tal conceito foi adotado por vários outros lingüistas, entre eles, Ducrot, Vigot e Anscombre.

Seguindo, porém, uma formulação mais recente de Ducrot (1984), define-se a *enunciação* “como o evento histórico do aparecimento do enunciado”, ou “define-se a enunciação independentemente do sujeito”. Explica-se que é desse modo pelo qual se procurará apreender a diversidade do sujeito na representação da enunciação, notadamente depois que Bakhtin elaborou o conceito de polifonia. No enunciado há a representação de papéis diferentes do sujeito, isto é, o texto é atravessado por várias posições do sujeito, por várias vozes, falando simultaneamente, sendo também, uma dispersão de discursos. Pode-se dizer, portanto, que os recortes enunciativos são sempre polifônicos, ou seja, contêm uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido.

Neste trabalho, os enunciados marcam diferentes posições do sujeito no texto, e os textos são formados de enunciados de diversos discursos. Um enunciado em um texto corresponde a um *recorte* discursivo no texto.

¹⁴ Bakhtin publica sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* na Rússia, em 1929. Ela só será traduzida para o francês e o português no final dos anos 1970. Por questões políticas, a obra foi publicada na Rússia com o nome de V.N. Volochinov (PAVEAU;SARFATI, 2006, p.175).

Para a Semântica da Enunciação, dá-se ênfase, para a compreensão ou definição do *significado*, ao jogo argumentativo, não se respaldando em um modelo no qual se sedimenta a Semântica formal, pois o conceito de verdade adotado por ela está fora da linguagem, assim como o conceito de referência de Frege. A diferença é muito sutil, mas necessária, porque entre as semânticas ditas objetivistas ou realistas, que pregam uma ordem no mundo que dá conteúdo à linguagem, e semânticas mais próximas do relativismo, da subjetividade que acreditam que não há ordem no mundo que seja dada independentemente da linguagem e da sua história, a Semântica da Enunciação, certamente, inscreve-se nesta última.

Daí o fato de se utilizarem os *dêiticos* – termos cujo conteúdo é a remissão à externalidade lingüística, como os pronomes, advérbios, certos verbos entre outros -, que dão a sensação/ilusão de se estar fora da língua, porém sempre se está inserido na linguagem e pela linguagem. A *dêixis* é como a referência no sentido de que ela ‘refere-se a’, ‘aponta’, ‘mostra’, porém se sobrepõe a ela porque está relacionada ao contexto da ocorrência. A referência pode ser dêitica ou não-dêitica. Ela pode ser, ao mesmo tempo, mais ampla e/ou mais restrita do que a referência, mas não envolve, necessariamente, referência. A propriedade essencial da *dêixis* é que ela determina a estrutura e a interpretação dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e aos eventos, na situação real da enunciação. Para o lingüista francês Benveniste, esse fenômeno, assim como os Atos de fala e as Implicaturas conversacionais demonstram “a presença do homem na língua” (ILARI; GERALDI, 2003, p. 64).

Existe um número relativamente extenso de palavras que funcionam como dêiticos. Entre eles, têm-se os pronomes demonstrativos ‘este’, ‘aquele’, ‘esse’ etc., com o papel habitual de identificar algum objeto presente na situação de fala, acompanhando verossimilhantermente pelo gesto de apontar; alguns advérbios locativos e temporais ‘ontem’, ‘hoje’, ‘amanhã’, ‘aqui’, ‘ali’; a primeira pessoa dos verbos; artigos definidos, em alguns casos, são dêiticos, entre outras classes de palavras (LYONS, 1987, 127-128).

A linguagem, afirma Ducrot, “é um jogo de argumentação enredado em si mesmo: não falamos sobre o mundo, falamos para construir o mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, criada pelas nossas interlocuções”. Assim, a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma “argumentalogia”; não falamos para trocar informação sobre o mundo,

mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo da nossa verdade.” (OLIVEIRA, apud MUSSALIM; BENTES, 2001, p. 28).

A descrição semântica, portanto, para Ducrot, é um conjunto extremamente heterogêneo, porque a linguagem deve englobar, além das informações habitualmente chamadas de lingüísticas, outros conhecimentos de ordem psicológica, lógica e sociológica, um leque de figuras de estilo, empregadas pela coletividade que fala a língua L, com suas condições de aplicação, em suma, informações referentes às diferentes utilizações da linguagem nessa mesma comunidade (DUCROT, 1987. p.15).

O objeto da lingüística não pode mais ser o enunciado propriamente dito, mas igualmente seu processo de construção, concebido como prática sócio-histórica, modo de ação sobre o outro, forma de vida social e interação. Importa saber o que se disse, mas também o modo *como* se disse aquilo que foi dito. Se não se trilhar por esses caminhos, como se explicar os *subentendidos*, as *ironias*, os *silêncios*, a *negação* e a carga *semântico-pragmática* que eles trazem para o espelho da folha de papel? (Grifos da autora do trabalho). A respeito disso, Vogt (1980) afirmou: “Há na linguagem muito mais que a inocência da informação”. Nesse sentido, não há discursos neutros; ao contrário, toda fala é dotada de intenções, representadas nas marcas do texto. Do mesmo modo não há vozes únicas, fontes puras do dizer, mas vozes que se cruzam e constroem de forma dinâmica os discursos e seus sentidos. É uma linguagem subjetiva traduzida à luz de uma quantidade de advérbios, de adjetivos, de associação de frases que são intercaladas, os diversos empregos dos verbos, do elemento subjetivo que caracteriza o emprego dos tempos verbais, em especial do imperativo, que une à idéia da ação, a idéia da vontade. São elementos que fazem alusão à personalidade humana e que, por isso mesmo, são valorizados, entre outros lingüistas, por Ducrot.

Na Semântica da Enunciação, o conceito de *pressuposição* é substituído pelo de enunciador. Já foi visto que um enunciado se constitui de vários enunciadores (é, portanto, polifônico, constituindo-se de várias vozes) que, por sua vez, formam um quadro institucional que dá autenticidade ao espaço discursivo em que o diálogo vai transcorrer.

O conceito de *polifonia* aparece, inicialmente, nos estudos de Bakhtin, que procurava caracterizar a especificidade do romance de Dostoievski. Por outro lado, uma concepção de *dialogia*, como fundamental na linguagem, aparece em *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicada em nome de V. Voloshinov (1976), aluno de Bakhtin e que muitos testemunhos

afirmam ser de Bakhtin. Bakhtin (Voloshinov) procurou se desvencilhar de uma concepção racionalista da linguagem, pois considerava que a linguagem em seu sentido verdadeiro é um processo não-monológico, mas de interação verbal que se completa no circuito da comunicação. Significa, pois, que “o sistema abstrato da língua, isto é, o estudo isolado das palavras, ou o ato psicofisiológico para sua realização, não são a verdadeira realidade da língua” (BAKHTINE (Voloshinov) apud GUIMARÃES, 2002, p. 19).

Veja-se o que acrescenta Bakhtin:

Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe, contudo, uma boa metade. Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante de ato fisiológico de materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico (BAKHTIN, 2004, p. 113).

Pode-se então considerar que a polifonia é dialógica, pois os personagens se constroem na medida em que um se coloca diante do outro. O *Eu* se constrói constituindo o *Eu* do *Outro* e é por ele constituído. Para Bakhtin (Voloshinov), a *estrutura social da fala* é o que interessa estudar. A fala em que se opera uma comunidade de falantes e que é fundamentalmente dialógica, isto é, para ele, a palavra é um ato de duas faces. E o dialógico a que se refere Bakhtin (Voloshinov), não é necessariamente uma conversa entre duas pessoas. Para ele, “até quando se escreve, tem-se presente o outro, mesmo que virtualmente” (VOLOSHINOV, apud GUIMARÃES, 2002, p. 20). Por isso, a Semântica da Enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado, incorporando o conceito da *polifonia* constituído por Bakhtin - locutor/alocutário e enunciador/destinatário - personagens da enunciação lingüisticamente consideradas.

O locutor é uma figura marcada no discurso pelas formas do paradigma *eu*. O alocutário é o *tu* do discurso, representado enquanto correlato do locutor pelo próprio locutor. Tem então o locutor marcado por dois papéis: Locutor-L que se representa como fonte do dizer, e o Locutor-Lp que é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo.

Suponham-se as seqüências:

(16) *Eu* garanto que *eu* vou ainda hoje à corte.¹⁵

¹⁵ A frase (16) é uma adaptação da autora do trabalho de uma situação retirada d’*A demanda*.

O primeiro *eu* marca o L e o segundo *eu*, o Lp.

- (17) Senhor, disseram eles, *nós* nos partimos por pavor de morte que houvermos de vós
 (...) (DSG, Recorte II, linha 10-11).

Conclui-se que o *nós* de “*nós nos partimos*” representa uma posição de sujeito da enunciação – o sujeito como Lp. Mas o que aí se apresenta não é só a referência à pessoa que fala, mas à representação desta pessoa, enquanto companheiro de Lancelote com outro(s) igualmente companheiro(s). Correlativamente ao Locutor-L tem-se o Alocutário-L, e ao Locutor-enquanto-pessoa-no mundo, há o Alocutário-enquanto-pessoa-no-mundo (ALp).

Por outro lado, tem-se o nível da relação entre *enunciador* e *destinatário*. O enunciador como sujeito e o destinatário é o correlato segundo a perspectiva do enunciador.

Suponha-se que no meio de uma conversa alguém diga:

- (18) Antes um pássaro na mão do que dois voando.

A enunciação (18) representa um L que fala da perspectiva do senso comum, por se tratar de um provérbio, do conhecimento de todos, e que pode até servir de argumento para o que se diz. Assim L, nesse caso, fala de uma perspectiva genérica. Esta enunciação representa um *enunciador genérico*. Observa-se que, nos recortes enunciativos selecionados para análise, neste trabalho, existe a presença da *polifonia*, já que representam mais de um locutor para o enunciado. É o caso do discurso relatado (direto e/ou indireto, por exemplo). Na *negação* também se detecta outro tipo de polifonia na perspectiva enunciativa que é distinta da posição do locutor.

Para melhor exemplificar, considere-se o enunciado retirado do cap. 12, p. 27, da DSG:

- (19) – *Senhor, ora podedes buscar quem na prove, ca eu **nom** meterei i mais mão, ca eu bem vejo que Deus **nom** ma quer outorgar* (DSG, 26 (12, 12-13)).

A interpretação deste trecho poderia ser a seguinte:

E¹ - Galvam não quer sacar a espada da pedra.

L=

E² - Até Galvam se recusou a retirar a espada da pedra.

Se a enunciação fosse formulada da seguinte maneira:

(20) **Só Galvam não** quis retirar a espada da pedra.

Também neste caso haveria mais de um enunciador:

E¹ - Galvam não quer retirar a espada da pedra agora.

L=

E² - Todos, que não Galvam, querem retirar a espada da pedra agora.

Bakhtin, em sua caracterização da polifonia, em oposição a outros aspectos históricos da linguagem, mostra como o fato polifônico corresponde à coexistência das falas de sujeitos diferentes, num mesmo espaço, falas atravessadas pela ideologia, e que Ducrot classificaria como *posto*, *pressuposto* e *subentendido*, que se tratará em seguida, reflexões que servirão de base para a análise dos recortes que constituirão o *corpus* deste trabalho, e que, segundo Guimarães, “é esta característica da coexistência que dá lugar de passagem de uma teoria que trata dos aspectos ideológicos da linguagem para uma teoria da enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 19 - 23).

Se, modernamente, os dispositivos teóricos inaugurados pela Análise do Discurso, mostram outros caminhos indicando que o dizer tem relação com o não-dizer¹⁶, nada mais natural acolherem-se metodologicamente tais dispositivos e praticá-los nesta análise.

Em 1969, Ducrot formula sua primeira teoria semântica que aparece de forma mais elaborada em *Dire et ne pas dire* (1972). Considera que o enunciado produzido por um locutor, nas suas diferentes formas de não-dizer (implícito) pode ser desdobrado em dois atos ilocutórios – o ato de *asserção* (*posto*) e o ato de *pressuposição* (*pressuposto*). O *posto* (o dito) corresponde ao que já está dito no enunciado, sendo de competência exclusiva do locutor que, por seu intermédio, garante a realização do discurso e traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente) que dá margem a que o locutor diga implicitamente alguma coisa, recorrendo ao interlocutor para, juntos, interpretarem o que foi dito. Está, portanto, na instância da linguagem. Mas o motivo, por exemplo, fica como um terceiro elemento de significação – o

¹⁶ O não-dizer tem sido objeto de reflexão de alguns lingüistas dos quais se tomou como exemplar o trabalho desenvolvido por O. Ducrot (1972-1982).

subentendido – que foi identificado. Distingue-se dos precedentes, por depender do interlocutor para a sua interpretação. Se se diz “Deixei de fumar”, o pressuposto é que se fumava antes. Mas o motivo fica subentendido. Pode-se pensar que é porque me fazia mal ou pode não ser esta a razão. O *subentendido* depende do contexto. Não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. É, portanto, o que está implícito. O *pressuposto* estaria inscrito na própria significação da frase, ao passo que o *subentendido* se caracterizaria pelo fato de que, presente em certos enunciados de uma frase, não estaria marcado pela própria frase, donde a necessidade do processo interpretativo, através do qual se indaga “por que o locutor disse o que disse?” e “o que tornou possível sua fala?” (KOCH, 1993. p. 64). O *posto* (que pode corresponder ao ato locucionário descrito por Austin¹⁷) se apresenta simultaneamente ao ato da comunicação, no momento da realização desse ato. O *subentendido* (que pode corresponder ao ato ilocucionário), ao contrário, ocorre em um momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado, através da interpretação do ouvinte, oferece apenas uma verossimilhança e nenhuma certeza, permitindo que o locutor possa se recusar a assumir qualquer responsabilidade sobre ele. Está na dependência do conhecimento de mundo do locutor, e por isso muito subjetivo, infinito. Enquanto que o *pressuposto* é finito, pois se limita ao *posto*.

Se o *posto* é o se afirma, enquanto locutor, se o *subentendido* é o que se deixa o ouvinte concluir (seria correspondente aos atos perlocucionários), o *pressuposto* é o que se apresenta como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, e nas quais se detecta certo grau de cumplicidade, que é fundamental entre os participantes em um ato de comunicação. Em relação ao sistema de pronomes, poder-se-ia dizer que o *posto* é o EU, e ocorre no momento do ato da enunciação, o pressuposto é o NÓS.¹⁸

É importante assinalar também que há outra forma de se trabalhar o não-dito na Análise do discurso (ou *de* discurso). Trata-se do *silêncio*: do *silêncio* que dá sentido ao sentido, do *silêncio* como horizonte, do *silêncio fundador* e do *silenciamento* ou política do *silêncio* que, por sua vez, divide-se em *silêncio constitutivo*, pois uma palavra apaga outras palavras - para dizer é preciso não-dizer.

Se se diz: “-*Nom hajades medo, disse ela, ca pois é cousa de encobrir, eu vo-la encobrirei mui bem*” (DSG, 91(111, 5-6)), silencia-se “**Tenha coragem...**” . É o *silêncio* local, a

¹⁷ Cf. capítulo 1.3: O silêncio e outras linguagens: A Pragmática.

¹⁸ As observações entre parênteses são de responsabilidade da autora deste trabalho.

censura, é aquilo que é proibido dizer em uma certa situação. Isso é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: no discurso religioso do século XIII / XIV, presente na *Demanda*, muita coisa não se diz, não porque não se saiba, mas porque não se pode dizê-la para não haver censura de instância superior, isto é, deve-se submeter às relações de poder daquela sociedade, de tal modo que há sempre o *silêncio* acompanhando as palavras. Isso tem que fazer parte da observação. No exemplo acima, cabe perguntar: o que “*Não hajades medo*” silencia, o que ele não deixa dizer?

É a *polifonia enunciativa*, nome que se dá ao sujeito da enunciação e às vozes que ele deixa aparecer no enunciado. Ducrot explica que o sujeito falante reúne três instâncias distintas: o sujeito falante propriamente dito, indivíduo que pertence ao mundo, locutor responsável pela enunciação face a seu alocutário, e o enunciador responsável pelos atos ilocucionários, isto é, pelos efeitos produzidos sobre seu destinatário.

Neste trecho: (21) “A ordem será mantida custe o que custar”, o locutor é um ministro, os alocutários são os cidadãos, os destinatários são os bons cidadãos para quem o ato ilocucionário é uma garantia; para os maus cidadãos o ato ilocucionário é uma ameaça. Há dois tipos de destinatários neste enunciado (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 185). No discurso direto, cria-se um efeito de sentido de realidade e não de ser real, já no discurso indireto analisa-se o discurso ou o texto de outrem. Ele serve para constituir uma imagem do locutor, pois mostra suas posições ideológicas ou o seu modo de ser psicológico.

Veja-se o exemplo (22):

(21) - *Cavaleiros da Távola Redonda, ouvide! Vós havedes jurada a demanda do Santo Graal. E Naciam o ermitam vos envia dizer per mim **que niũũ cavaleiro desta demanda nom leve consigo dona nem donzela, senam fará pecado mortal*** (DSG, 41(34, 7-10)).

Na enunciação (22) há o discurso citante (*E Nasciam...per mim...*) e o discurso citado que aparece sempre com verbos introdutórios - *verbum dicendi* (*dizer...que...*) - que regem uma oração subordinada substantiva objetiva direta. O discurso indireto tem apenas um meio para a introdução do discurso citado, tanto no discurso oral quanto no escrito: o verbo introdutor. Tais verbos têm dupla função: a de enunciar e por isso contêm, de certa forma, o significado de *dizer* e dar informação sobre o ato de dizer (FIORIN, 2001, p. 72-119).

Isso porque,

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante (BAKHTIN, 2004, p. 147).

A Semântica da Enunciação também propõe a estratégia da multiplicação de sentidos para o operador “*mas*”. Para a Semântica formal, não há diferença semântica entre “*e*” e “*mas*”. Já para a Semântica da enunciação são dois itens lexicais distintos.

Os autores Anscombe, Ducrot e Vogt, para descreverem o morfema “*mas*”, que Ducrot considera o operador argumentativo por excelência, fazem distinção entre um *mas*SN – que possui valor semântico-pragmático de refutação, retificação, ou ainda, justificação de uma recusa de **p**, que segue sempre uma proposição negativa (Neg **p**’ MAS **q**) e que pode ser substituído por ‘ao contrário’; um *mas*PA, argumentativo, apresenta os argumentos e chega a invalidar os anteriores, pois encabeça argumentos mais fortes, frustrando uma expectativa que se criou no destinatário.

Tomem-se as sentenças:

(22) Maria não é ginasta, *mas* atleta.

O “*mas*” presente em (22) é *mas*SN pois tem o valor semântico de refutação ou justificação. Ele repara, na segunda sentença, o que foi dito na primeira.

(23) Pedro passou no concurso, *mas* não foi contratado

Trata-se aqui de um *mas*PA, pois a primeira sentença leva um outro enunciador a supor uma certa conclusão e esta conclusão é negada na segunda sentença. Esta segunda sentença encerra o argumento mais forte, chegando a anular todos os antecedentes.

É, portanto, a enunciação pondo em evidência a dimensão *reflexiva* da atividade lingüística e dando ênfase à força ilocucionária que possui o enunciado e que ele “mostra’ por meio de sua enunciação.

1.3 O SILÊNCIO E OUTRAS LINGUAGENS: A PRAGMÁTICA

“...há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora”(ORLANDI).

Pragmática – noção empregada tanto como substantivo (“A Pragmática”) quanto como adjetivo (“uma abordagem pragmática”), regida pela instabilidade, pois permite designar ao mesmo tempo uma subdisciplina da lingüística, certa corrente de estudo do discurso ou, de modo mais amplo, certa concepção da linguagem.

Empregado como adjetivo, o termo ‘pragmática’ pode especificar um componente da língua, ao lado do componente semântico e do componente sintático. Essa noção provém da tripartição de Morris, em 1938, que distinguia três domínios na apreensão de qualquer língua, fosse ela natural ou formal: **(i)** a sintaxe, que diz respeito às relações dos signos com outros signos; **(ii)** a Semântica, que trata das relações dos signos com a realidade; **(iii)** a Pragmática, que se interessa pelas relações dos signos com seus usuários, pelo seu uso e pelos seus efeitos. De maneira mais geral, quando se fala hoje em componente pragmático ou quando se diz que um fenômeno está submetido a “fatores pragmáticos”, quer-se dizer que o componente trata dos processos de interpretação dos enunciados em *contexto*: quer se trate dos determinantes do substantivo, quer se trate da força ilocutória do enunciado, da maneira como o locutor assume esse enunciado (que pode ser irônico, por exemplo) dos implícitos que ele permite, dos conectores etc.

A Pragmática será um dos instrumentos utilizados nas análises das formações dialógicas na *DSG*. Por ser considerada como a teoria que privilegia o uso lingüístico, caracteriza-se como um modelo que faz o percurso da linguagem em sua prática, considerando, entre outros aspectos, as motivações psicológicas dos falantes, as reações dos interlocutores e os tipos socializados da fala. O conjunto diversificado e trabalhos já produzidos a respeito das interjeições, dos conectores, da determinação nominal, dos provérbios, dos ritos de polidez e das interações conversacionais, entre outros, muito contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Nessa perspectiva, a linguagem passa a ser estudada não mais como um objeto independente da prática, deixando-se assim aparecer uma “antropologia”, pois atravessa o conjunto das ciências humanas, e se caracteriza pelo entrecruzamento de diversas correntes que

compartilham certo número de idéias-força, como: **(i)** a *semiótica* inspirada pelo filósofo americano Peirce; **(ii)** a *teoria dos atos de linguagem* ou *atos de fala*, provenientes das pesquisas do filósofo inglês Austin, continuadas por Searle, no que diz respeito à dimensão ilocutória da linguagem, sobre aquilo que se *faz* falando; **(iii)** o estudo das *inferências* que os participantes extraem de uma interação (Grice, Sperber e Wilson); **(iv)** os trabalhos sobre a *enunciação* lingüística, desenvolvidos na Europa por Bally, Jakobson, Benveniste, Culioli; **(v)** as pesquisas sobre a *argumentação*; **(vi)** o estudo da *interação verbal*, entre outros.

Como concepção da linguagem, a Pragmática retoma algumas preocupações da retórica tradicional, colocando em primeiro plano a *força dos signos* e o caráter *ativo* da linguagem. Insiste também na sua flexibilidade fundamental (o fato de que a linguagem se refere ao mundo, reflete o mundo, mostrando sua própria atividade enunciativa), seu caráter *interativo*, sua relação essencial com um *quadro*, interagindo com o grupo social de tal modo que permite interpretar os enunciados e sua dimensão *jurídica* (a atividade de fala é sustentada por um tecido estrito de direitos e obrigações) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 395).

Comumente costuma-se dizer que a Lingüística sofreu, na segunda metade do século XX, uma “guinada pragmática”, pois muitos lingüistas, ao invés de se preocuparem com a estrutura abstrata da língua (com a *langue* de Saussure e a *competência* do falante, defendida por Chomsky), voltaram sua atenção para os fenômenos mais diretamente ligados ao *uso* que os falantes fazem da língua. Por isso, a Pragmática é uma área bastante complexa, por ser heterogênea, pois estuda a *intenção* do falante e o que está por trás do dito, devendo-se levar em consideração o estudo da língua em relação a sua produção social. Abandonaram-se, portanto, as duas hipóteses chomskianas de que há perfeita homogeneidade na comunidade lingüística e os conceitos de competência e desempenho que permitiriam, a cada locutor, o uso adequado de sua língua em situação de interação. Isso porque se sabe que os estudos diacrônicos pragmáticos (a introdução da História na Pragmática, e a introdução da Pragmática na História) propõem que se reflita sobre o contexto e sua relação com as palavras, pois a história de um ato lingüístico requer um conhecimento mais abrangente do que a história das palavras. Por estas razões, são abandonadas as tendências antipragmáticas das duas hipóteses adotadas por Chomsky (BYL, MM S.; DEROUX, G.; NACHTERGAEL, G., 1980, p. 10 -11).

Faz parte integrante da Pragmática uma série de fatores lingüísticos e não-lingüísticos, incluindo o que está por trás do dito, a intenção com que é dito, o modo como é dito, o

posicionamento físico, os papéis sociais, as identidades, as atitudes, os comportamentos, as crenças dos participantes, bem como as relações que entre eles se estabelecem. Localizados no espaço e no tempo, esses fatores constituem, no momento mesmo da produção lingüística, o *contexto situacional* ou *contexto*, que diz respeito, unicamente, ao conjunto de palavras que, em um sintagma ou em uma frase, são usadas em articulação com uma palavra particular, diferente do chamado *contexto lingüístico* ou *co-texto*, que permite ao pesquisador o acesso ao significado de uma palavra, em caso de dúvida, ou de como ela está sendo usada. Por exemplo, observem-se os trechos abaixo, 1(a) sentença retirada do cap. 42 da *Demanda*, e a sentença 2 (b) criada pela autora do trabalho apenas para caracterizar uma situação na qual se possa comprovar o que se diz.

É a utilização de uma mesma expressão, em contextos lingüísticos diferentes, que permite ao pesquisador compreender o significado da expressão *vós me encobrides* em 1 (a), diferente do significado da mesma palavra em 2 (b), sem que se busquem os fatores situacionais de decodificação:

1 (a) – Dizede-me, quem é vosso padre?

- Senhora, disse el, *nom no sei mui bem*.

- Ai, senhor! Disse ela, *vós mo encobrides*. Por que o fazedes? (*DSG*, 42 (35, 6-11))

2 (b) - Ai, senhor! Disse ela, *vós mo encobrides* com jóias e véus

Como se pode observar, “*encobrides*” no contexto do exemplo 1 (a), significa ‘esconder’ e em 2 (b) significa ‘cobrir’.

Os enunciados apresentam traços de uma enunciação individuais espaço-temporalmente demarcadas, que pertencem ao domínio da produção, não se tratando de uma unidade de sintaxe como a frase, mas uma unidade do discurso que pertence ao fazer pragmático e seu elo inseparável com a metáfora. Entende-se, em última análise, que o que gramaticalmente não pode ser considerado uma frase (seqüências não frásicas como “hã, hã...”, “nam, nam, nam...” ou partes de frases como “obrigado”, “por favor”), pode ser legitimamente considerado um enunciado. É muito importante, por conseguinte, que em qualquer investigação pragmática se passe, necessariamente, pela distinção *frase / enunciado*.

À Pragmática, portanto, não interessam os estudos centrados "na língua e pela língua, mas defende um quadro de 'pesquisa' sobre, para e com os sujeitos sociais" (PINTO, 2001, p. 65). Portanto, pode-se fazer uma delimitação semântico-pragmática no caso das formas discursivas

interlocutivas, pois o componente pragmático está associado aos enunciados/mensagens do contexto, ao *uso* que os interlocutores fazem de um código. E, se se coloca do ponto de vista do código, a Pragmática constituirá um limite comum de junção – uma interface entre o sistema lingüístico e os locutores. Nesse estudo semântico-pragmático, pode-se divisar o conteúdo e a forma das mensagens, acoplados ao conhecimento e à intencionalidade dos interlocutores (CARREIRA, 2001, p. 53 -55).

O que vale é reafirmar a importância do que é estudado pela Pragmática que entende, como linguagem, a *fala*, e, como parte integrante da produção social, o *uso* que se faz da linguagem. Se o homem é um ser fundamentalmente social, não se pode entender a língua somente quanto ao seu aspecto estrutural, alheia aos processos sociais, não articulável com as práticas sociais, com a História e, muito menos com o sujeito. Numa formação discursiva, portanto, existe sempre, de acordo com as teorias dos estudiosos da Pragmática, a presença do *Outro*. Não se subtraem os interlocutores descartados pela Lingüística saussuriana, ao contrário, somam-se os conceitos da sociedade com os conceitos da comunicação, observando-se tanto os aspectos estruturais da língua, quanto os que se relacionam com a vivência / situação dos que utilizam essa língua.

À Pragmática, portanto, cabe explicar a linguagem utilizada pelos falantes e cabe também valorizar todos os elementos não-convencionais. Daí privilegiarem-se a *metáfora*¹⁹ e a *metonímia*.

Como *metáfora* não se deve entender, como usualmente é vista, como uma linguagem poética, extraordinária. Ao contrário, que “a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45). Para a Análise de Discurso, ela significa, basicamente, “transferência”, isto é, tomada de uma palavra por outra. As formações discursivas, por sua vez, representam, no discurso, as formações ideológicas, significando que “palavras falam com outras palavras e todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2005, p. 43).

¹⁹ A metáfora interessa igualmente à Semântica e à Análise de Discurso.

Desse ponto de vista, o lingüístico e o discursivo são distintos, mas estão relacionados intimamente. É nessa perspectiva que a metáfora se inscreve na linguagem, produzindo diferentes efeitos de sentido. Assim, Eni Orlandi conceitua a metáfora:

Em princípio não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade. Segundo Pêcheux (1975), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*metaphora*), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Ainda segundo este autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) da qual uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (ORLANDI, 2005, p. 44).

A Pragmática, como a metáfora, é muito heterogênea, no entanto pode-se, a partir de um grupo mais ou menos coeso, procurar delimitá-la, admitindo a diversidade. Neste trabalho, procurar-se-á enfatizar o que torna possível reconhecer certos tipos de estudos como pragmáticos.

Os fatores pragmáticos sempre influenciaram a seleção de sons, de construções gramaticais e de vocabulário dentro dos recursos da língua. Os *erros* pragmáticos não infringem as regras de fonologia, da sintaxe ou da semântica, pois eles não fazem parte da “estrutura” da língua. Podem-se observar, nas várias línguas, as distinções pragmáticas de formalidade, polidez e intimidade que estão espalhadas em todos os sistemas: gramatical, lexical e fonológico, caracterizando questões de classe, *status* e papel social.

Por esse motivo, um segundo aspecto que ficou acordado entre os estudiosos nessa área: que os fenômenos lingüísticos não são os puramente convencionais, mas constituídos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e se interagem durante o processo de uso da linguagem. São objeto de estudo dos lingüistas essas situações de “exceção”, fundamentais para a compreensão da linguagem em uso: diálogos colhidos entre falantes de uma mesma comunidade, em que se pode detectar a criação de uma estrutura “alterada” da língua, como um objeto indireto inesperado, mas de grande importância para o ato da comunicação, situações ímpares que podem ser encontradas na literatura, na poesia, no humor, nos trabalhos que analisam material lingüístico-visual, como *cartuns* e propagandas.

Sabe-se que um grande número de fatores influencia a escolha lingüística dos falantes de uma língua no processo de interação social. Porém, ainda não se sabe quais são todos eles, como se inter-relacionam, e como se devem distingui-los. Por esta razão, várias superposições de áreas de interesse da Pragmática ocorrem:

- *Pragmática e Semântica* - os lingüistas voltam-se para os fenômenos mais diretamente ligados ao *uso* que os falantes fazem da língua, levando em conta as suas *intenções*, os efeitos de um enunciado sobre os ouvintes, as implicações que seguem ao se expressar alguma coisa de certo modo, os conhecimentos, crenças e pressuposições acerca do mundo sobre os quais os falantes e ouvintes representam na instância de interlocução;
- *Estilística e Sociolingüística* – estudos que trabalham explicitamente com a heterogeneidade da língua, considerando as relações sociais que existem entre os participantes, e do modo como o contexto extralingüístico, a atividade e o tema da conversa regulam a escolha de estilos, aspectos e variedades lingüísticas;
- *Pragmática e Psicolingüística* - investigam os estados psicológicos, atitudes e habilidades mentais dos participantes que terão um maior efeito sobre seu desempenho verbal – fatores como a atenção, memória e personalidade;
- *Pragmática e Análise da Conversação* - compartilham várias das noções filosóficas e lingüísticas que foram desenvolvidas para lidar com o exame das interações verbais: o modo como a informação é distribuída dentro da frase, assim como as formas dêiticas (MIRA MATEUS et al., 2003, p. 61- 66).

A Pragmática lingüística nasceu, primeiramente, no campo da Filosofia e, por isso, os nomes mais importantes, nessa área, são os três filósofos de língua inglesa: John L. Austin (1911-1960), John Searle e H. P. Grice. Por ser uma corrente de estudo em pleno desenvolvimento, talvez seja o campo de estudo mais fértil para a Lingüística do século XXI (WEEDWOOD, 2003, p. 143-148).

Como na Semântica, há diversas correntes de estudos pragmáticos que foram influenciados pelo grupo filosófico referido, ao selecionarem objetos e métodos que deveriam ser estudados entre os fenômenos lingüísticos e as perguntas concernentes a esses fenômenos. São elas: (1) o *Pragmatismo americano*, (2) a *Teoria dos Atos de Fala* e (3) a *Teoria dos Estudos da Comunicação*.

(1) o *Pragmatismo americano* - Segundo os estudos semiológicos feitos por William James, a partir dos estudos do filósofo americano Charles S. Peirce (o primeiro a utilizar a palavra *pragmática*), valoriza-se a pessoa que fala como detentora do próprio significado, mesmo porque sempre foi objeto da lingüística “o sinal, aquilo que a este sinal remete e, principalmente, a quem lê significa” (PINTO, 2001, p. 53).

(2) a *Teoria dos atos de fala* é um movimento que se preocupou em estudar a linguagem corrente como solução para resolver problemas lingüísticos. Autores como Gilbert Ryle, John Langshaw Austin e Peter Frederick Strawson seguem os estudos iniciais feitos por Moore depois que assistiram a cursos proferidos por Wittgenstein. Porém, quem demonstrou melhor essa teoria foi Austin que considerou ser impossível discutir a linguagem sem levar em consideração o ato da linguagem, o ato de se estar falando, enfim, linguagem como ação (PINTO, 2001, p. 57).

Em *Quando dizer é fazer*, uma das distinções feitas por Austin, em 1962, nessa sua defesa dos atos da fala, focaliza os *enunciados performativos* (pratica-se a ação enquanto se faz, concomitantemente, o seu enunciado: “eu vos declaro marido e mulher”) e *enunciados constativos* (a ação foi constatada: “o furacão destruiu a cidade”). É claro que para as palavras realizarem seus atos, devem ser ditas pela pessoa certa, na situação certa, com o conjunto certo de compreensões. Sem essas situações o *ato de fala* não é bem sucedido.

Continuando com seu raciocínio, ele propôs chamar *atos locucionários* aqueles que declaram alguma coisa sobre o “eu”, dizendo respeito ao próprio locutor, como na sentença “Hoje eu vou trabalhar”. É literalmente o que é dito.

O ato que se quer que o interlocutor ou ouvinte reconheça é o *ato ilocucionário* que é a força que o enunciado produz, que pode ser de pergunta, afirmação de promessa, ou fica diluído entre uma promessa e uma afirmação, dependendo do contexto em que é enunciado; *ato ou efeito perlocucionário* é o modo como as pessoas recebem os atos e determinam as conseqüências deste ato para futuras interações, isto é, o efeito produzido na pessoa que ouve o enunciado – certos efeitos como **humilhar, ofender, atemorizar, gabar, ameaçar, agradecer** etc., que o locutor produz por intermédio de suas enunciações. (Grifos da autora deste trabalho)

Essa análise em três níveis dos *atos de fala* – o que foi literalmente dito, o ato pretendido e seu efeito real – é também aplicável a textos escritos. Na fala e/ou no *silêncio* dos personagens que povoam a *Demanda*, serão investigadas a *intenção ilocucionária* e a *percepção perlocucionária* de quem lê.

Portanto, a identificação dos atos de fala permite ao analista do discurso compreender o *status* das afirmações ou representações contidas nos textos sobre o estado das coisas no mundo – os *atos proposicionais* como são denominados por Searle. E a força *ilocucionária* é a de obter a aceitação do *ato proposicional* (BAZERMAN, 2005, p. 25-28).

O próprio Austin jamais se sentiu inteiramente satisfeito com a distinção constativo-performativo, porque os *atos de fala* são, muitas vezes, de efeito ambíguo, podendo expressar tanto uma promessa quanto ameaça, além da impossibilidade de manter a distinção verdadeiro/falso, para esses tipos de enunciados (PINTO, 2001, p. 59).

Mas a teoria austiniana firmou-se na Lingüística, de fato, com os desdobramentos dos estudos da significação realizados por John Searle, em 1969. A partir daí, abriu-se espaço para a preocupação com a realidade lingüística, ao considerar o fato de que aquilo que se diz tem efeito, altera o sentido e o funcionamento lingüístico. Para a realização de atos de linguagem Searle segue Austin no que se refere aos *atos ilocucionais*. São atos globais que “engajam, de forma particular, o locutor com relação ao que diz na frase” (GUIMARÃES, 1995, p. 37 - 40).

Tais valores *ilocucionários* foram reconstruídos por ele segundo 12 critérios, porém só os quatro primeiros constituem referencial importante para o estudo dos atos de linguagem que Searle, em 1981, denomina *atos ilocucionais*, seguindo Austin :

- (a) o objetivo *ilocucionário* (condição essencial);
- (b) o ajustamento palavras *versus* mundo;
- (c) a condição de sinceridade;
- (d) o conteúdo proposicional (uma relação colocada sobre o passado ou o presente, uma previsão do futuro).

Esses critérios regem as “forças ilocucionárias primitivas”:

(i) *atos ilocutórios assertivos* (afirmar, constatar, admitir,acreditar, concordar, confessar) que se caracterizam pela correspondência entre o enunciado e o estado de mundo, como em “- *Filho, se vos praz, eu vos farei cavaleiro*” (DSG, 21(4, 29)).

Observe-se que o que se diz foi pronunciado por quem tinha autoridade para fazê-lo: Lancelote, cavaleiro da corte do rei Artur, tinha poderes para sagrar outros cavaleiros.

(ii) *atos ilocutórios diretivos* (ordenar, aconselhar...), que visam a modificar a situação do alocutário. Veja-se em: “-Sobrinho, pois Lançarot receou a espada, *provade-a vós e veremos que averá*” (DSG, 26 (11(2-3))).

(iii) *atos ilocutórios compromissivos* (prometer, jurar...), que visam a fazer corresponder o mundo com as palavras, como se detecta da fala de Lancelote: “*Verdade é, disse Lançarot, e polo grande amor que me ora mostrou lhe prometo que ja mais em tal vida fazer nom tornarei*” (DSG, 167 (209, (14-15))).

(iv) *atos ilocutórios expressivos* (felicitar, agradecer...), que não visam nem a fazer corresponder as palavras com o mundo, como no enunciado (i), nem a modificar o mundo em função das palavras como no enunciado (ii).

(v) *atos ilocutórios declarativos* (decretar, abrir uma sessão...), que instituem um estado de fato ao mesmo tempo em que o descrevem, elas participam tanto de (i) quanto de (iii) (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 222-223).

De acordo com o que foi abordado, Searle reconstruiu e implantou as bases de um novo desenvolvimento da teoria dos *atos de fala*, ao tentar responder “à questão de saber sob quais condições os sujeitos podem adequadamente interpretar os enunciados e, portanto, increverem-se de maneira adequada nos processos de comunicação (verbal e não-verbal)” (apud PAVEAU; SARFAT, 2006, p. 223).

A *Teoria dos Atos de Fala*, seu desdobramento na filosofia da linguagem e nos estudos lingüísticos, tem sido muito utilizada para explicar efeitos de linguagem em uso, à situação em que se fala algo, como a relevância de uma promessa ou a eficácia de uma ordem. No início dos anos 70, já se encontram referências aos atos de fala em muitos trabalhos – na Semântica, na Análise do Discurso, na Lingüística Textual, na Análise Conversacional, entre outras vertentes.

O maior problema que se coloca diante da posição de Grice, Searle, Austin e outros teóricos da comunicação é o da suposição de que quem fala, fala sinceramente. Isso porque nem sempre a comunicação se dá de maneira transparente. Ocorre com frequência a alusão, a ironia, o “*blefe*”, que são aspectos constitutivos da linguagem.

(3) Na Teoria dos *Estudos da Comunicação*, os grupos de pesquisadores acrescentaram às correntes anteriores renovadas leituras e muitas questões: seria a classe social legitimada pela linguagem? O que significaria a diferença de classes sociais para a comunicação?

De acordo com Grice, o introdutor do *conceito da cooperação*, para haver comunicação seria preciso haver *cooperação* entre os usuários de uma língua. É a linguagem que legitima a

realidade social. Portanto, para a corrente pragmática, nos estudos da comunicação, se se excluir o social, tais estudos serão ineficazes.

A Lingüística, na *Teoria da Comunicação*, passou a identificar os conflitos e/ou relações entre as pessoas, através da *cooperação comunicativa*. Conseqüentemente, abriu-se espaço para se acreditar nas teorias filosóficas historicistas, e, assim, muitas situações do cotidiano devem ser estudadas, levando-se em conta a distinção entre o conhecimento lingüístico - da língua e pela língua - e entre o conhecimento pragmático - o contextual ou conhecimento do mundo (portanto histórico), isto é, um conhecimento extralingüístico. Por isso, qualquer procedimento, envolvendo descrição da comunicação que exclua os aspectos sociais é ineficiente para a pesquisa pragmática. Daí se revestir de importância para tais estudos o uso de termos inovadores e não-dicionarizados de palavras e/ou de estruturas sintáticas não tratadas pela língua (PINTO, 2001, p. 63 - 64).

A partir das colocações apresentadas, é possível trabalhar com conceitos como os de *significado frásico* ou *literal* e de *significado do enunciado*. Veja-se como exemplo a frase “Destruí sua argumentação” que, excluindo-se o significado literal, chega-se a diferentes significações, conforme seja utilizada no sentido de ‘demolir’, no sentido de ‘pôr abaixo algo construído’, ‘fazer desaparecer’, ‘matar’, ‘exterminar’, entre outras significações. É nesse estado de tensão entre o significado do enunciado e o significado literal que, por exemplo, as *metáforas* encontram sua razão de ser. Explica-se isso, porque o significado metafórico é um significado de enunciação a que o interlocutor chega por intermédio do significado literal, que constitui o lastro de sua interpretação.

Diante do exposto até aqui, pode-se inferir a grande importância dos estudos do filósofo britânico John L. Austin, para o desenvolvimento da Pragmática, ao chamar a atenção para as múltiplas funções que os enunciados desempenham na interação verbal.

Quanto à *pressuposição*, ela pode ser, fundamentalmente, de natureza semântica ou de natureza pragmática. Em uma situação de diálogo, acontece, muitas vezes, de os falantes, com os seus enunciados, quererem dizer algo mais do que realmente dizem na literalidade, realizando atos de fala indiretos. Por vezes, acontece o contrário, e os falantes querem dizer menos do que de fato dizem. A relação de sentido que se estabelece entre o que se diz em um enunciado e o que o enunciado (se) deixa dizer, é o que se chama de *pressuposição*. A pressuposição pragmática de um enunciado diz respeito a um conjunto de condições adequadas ao ato

ilocutório para sua realização. O elocutor e o elocutário também devem partilhar das informações, isto é, as informações contidas no enunciado devem funcionar como condições necessárias para a transmissão do significado. Por exemplo, em um enunciado como “João vai divorciar-se”, pressupõe-se “João é casado”, isso porque, para João divorciar-se, é condição determinante que ele seja casado.

Além dos fenômenos ligados aos atos de fala e da pressuposição pragmática, há de se considerar também:

➤ *implicatura conversacional* – quando o falante *implícita*, sem o enunciar, o que quer dizer. Evoca, a nível de interação verbal, produções de sentido não convencionais que permanecem implícitas nos enunciados e que devem ser consideradas relevantes e legítimas para a interpretação do enunciado (FARIA, 2003. p. 71-72). O *silêncio*, o olhar, as lágrimas, a postura corporal podem ser considerados como fenômenos de implicatura conversacional ligados aos atos de fala e constituirão um dos focos deste trabalho.

➤ *princípio de delicadeza* – quando determinados contextos situacionais requerem da parte do locutor um comportamento lingüístico e social mais formal (as regras de etiqueta, por exemplo) ou quando se prestam como efeito minimizador dos aspectos desagradáveis (ou eufemismo), configurando-se como atos de fala indiretos, como por exemplo “Importa-se de apagar o cigarro?”, ou ainda pode ser marcado dentro de um contexto que funciona dentro do registro da ironia.

➤ *dêixis* - elo de ancoragem entre a produção lingüística dos falantes e os contextos situacionais, em que tal produção ocorre, refletindo-se na própria estrutura da língua. As expressões dêiticas têm como função “apontar”, indicar os referentes no interior do contexto ou da situação onde são usadas, ficando, logicamente, na dependência desse mesmo contexto, para que haja interpretação plena das referências pessoais, temporais e espaciais e, gramaticalizada, permeia a gramática e o vocabulário das línguas naturais nas categorias de pessoa, tempo e lugar. Por isso, pode vir representada por cinco grandes categorias que dizem respeito à pessoa (a dêixis pessoal ‘eu’, ‘tu’, ‘você’), ao lugar (a dêixis espacial ‘aqui’, ‘lá’, ‘esse’, ‘aquele, este’, pronomes e advérbios), ao tempo (a dêixis temporal ‘ontem’, ‘hoje’, e também os tempos verbais, pois correspondem ao momento da enunciação), ao discurso (a *dêixis* discursiva que diz respeito à identificação co-textual de zonas e fragmentos discursivos – ‘desse’, ‘isso’, ‘próximo

capítulo’) e à própria dinâmica social (a *dêixis* social ‘Magnífico Reitor’, ‘Senhor’, ‘Senhor Secretário’, ‘Digníssimos Colegas’) (FARIA, 2003, p. 61-65).

Os *dêiticos espaciais* se organizam a partir da oposição do corpo do enunciador; os *dêiticos temporais* têm como origem o momento em que este fala, momento que corresponde ao presente lingüístico. As indicações temporais podem ser de localização absoluta (No dia 21 de abril...) ou se apóiam em uma referência para que sejam interpretadas “(...) [1, a] *Véspera de Penticoste foi grande assuada(...)*” (DSG, 19 (1, 1)). Alguns demonstrativos são *dêiticos* puros, que acompanham o gesto do enunciador (*isto, isso aquilo*), outros combinam valor lexical e valor semântico: diretamente “*Quando Lancelote ouviu estas novas...*” (DSG, 477 (656, 1)) ou por pronominalizações (*Isto* não se diz...). Não se deve confundir esses verdadeiros *dêiticos* com os demonstrativos de valor anafórico, que retomam uma unidade já introduzida no texto (“Mais ora leixa o conto a falar *deles* e torna a rei Artur e a sua campanha” (DSG, 477 (656, 12))).

Dentre os eixos de oposição (*isto / aquilo, aqui / aí / lá*), a língua privilegia a oposição do próximo e do distante. Observe-se que, no domínio do *lá*, pode não significar o distante e sim uma exclusão e, a depender do contexto, significar um elogio ou sinal de desprezo: *aquele homem-lá...*

Existem, ao lado dos *dêiticos* facilmente observáveis, outros não menos freqüentes, porém mais difíceis de serem reconhecidos ou identificados. É o caso dos verbos *ir* e *vir*. ‘Vir’ se emprega quando o agente do processo se dirige ao lugar em que o enunciador se encontra no momento em que se realiza/se realizou/se realizará esse processo. Ainda se devem enfatizar as marcas de “tempo” inscritas na morfologia verbal, quer se trate do presente, quer se trate do passado, ou do futuro. Assim, em *Eu o vi ontem* comporta dois *dêiticos temporais*: ‘ontem’ e o ‘passado’, associado ao paradigma do pretérito perfeito do verbo *ver*. Deve-se observar que somente os paradigmas do modo indicativo podem ter um valor *dêitico* (MAINGUENEAU, 2001, p. 23-34).

1.4 A ANÁLISE DE DISCURSO

Para fazer Análise de Discurso não é preciso saber Lingüística, não é preciso saber Marxismo, não é preciso saber Psicanálise. É preciso saber Análise de Discurso (ORLANDI2003).

A Análise de Discurso (AD), que tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux, intitulada Análise Automática do Discurso (AAD), bem com o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, vai à busca do sujeito, até então descartado. Encontra-o, em parte, na psicanálise, como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si. A outra parte desse sujeito, sujeito do inconsciente, “a Análise de Discurso vai encontrar no material histórico, na ideologia althusseriana, o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia” (FERREIRA, 2005, p. 14 -17).

Portanto, não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Consta-se nos recortes analisados,

[...] também e sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciator estratégico que coloca em cena “sua” seqüência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa) (PÊCHEUX, apud INDURSKY e FERREIRA, 2005, p. 204).

A AD trata do discurso, embora a língua e a gramática também façam parte do seu campo de interesse. Etimologicamente, a palavra *discurso*, como em *discorrer*, do latim *discursus*, *-us*, significa ‘percorrer, atravessar’, ‘tratar’, ‘expor’, ‘analisar’ denotando ainda a idéia de ‘curso’, ‘percurso’, ‘de correr por’ (CUNHA, 1986, p. 269). Segundo Orlandi (2005), “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: *com o estudo do discurso observa-se o homem falando*” (ORLANDI, 2005, p. 15). (Grifo da autora deste trabalho)

De maneira geral, para os anglo-saxões, a AD corresponde à análise conversacional, isto é, ao estudo das trocas verbais orais ou escritas, cujo postulado é que todo discurso é fundamentalmente interativo. Porém, a abordagem que foi tomada como centro de interesse aqui

e que é representada pela chamada “Escola francesa da análise do discurso”, define-se como a teoria que estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais e de produção. Na origem da Análise de discurso ou Análise do discurso (AD) francesa, tal como é pensada por M. Pêcheux, seu fundador, está a relação da linguagem com a ideologia, posição que também aparece em Orlandi (1978, 1983). Tem a sua origem ligada a uma nova percepção do político, ou, melhor dizendo, a AD procura “compreender as formas textuais de representação do político”. No entanto, Pêcheux, em 1969, deixa bem claro, que

(...) a teoria do discurso não pode, de forma alguma, substituir uma teoria da ideologia, não mais que uma teoria do inconsciente (embora suponha um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente), mas pode *intervir* no campo dessas teorias (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 1990, p. 25-26).

Justifica-se, assim, a escolha de tais teorias para estudo de um texto como o da *Demanda*, em que a situação política e social estava impregnada pela ideologia que o Cristianismo propagou no medievalismo, inclusive no que se refere à prática moral.

É no discurso religioso que, segundo Althusser (1918 - 1990) “Deus define-se, portanto, a si mesmo como sujeito por excelência, aquele que é por si e para si (Sou Aquele que É) e aquele que interpela seu sujeito (...) eis quem tu és: és Pedro” (ALTUSSER apud ORLANDI, 2003, p. 241). Althusser destaca ainda que só há essa multidão de sujeitos religiosos possíveis, porque existe um Outro Sujeito único absoluto: Deus. Althusser passa então a distinguir o Sujeito – Deus - dos sujeitos vulgares – os homens - seus interlocutores-interpelados, os seus espelhos. Em cada capítulo da *Demanda*, a ideologia está assegurando a submissão do sujeito e o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos e, finalmente, o reconhecimento do sujeito por ele próprio, garantindo assim, por essas relações de sujeito o reconhecimento, a identidade, o apaziguamento (melhor dizendo, o assujeitamento). Segundo Althusser, a ideologia constitui-se em práticas, tem existência material, não é uma representação. O termo *ideologia* contém a idéia de que o sujeito, contrariamente à concepção clássica que o coloca como um ser autônomo, tendo domínio de si, é um produto da ideologia e suas escolhas são *aparentemente transparentes* (Grifo da autora deste trabalho). A análise dos discursos constitui-se como ferramenta indispensável para a desconstrução da ideologia, já que ela é essencialmente *discurso*.

No discurso religioso, de acordo com Althusser,

(...) o indivíduo é interpelado como sujeito livre para que aceite livremente a sua sujeição, embora esteja submetido ao Sujeito/sujeitos *reconhecidos* pelo Sujeito, podendo-se afirmar que o conteúdo da ideologia religiosa se constitui de uma contradição, uma vez que a noção de livre arbítrio traz, em si, a de coerção. (...) A religião constitui um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia dado, entre outras coisas, o lugar atribuído à Palavra (ALTHUSSER, apud ORLANDI, 2003, p. 242).

Então, a característica do discurso religioso, considerando-se a relação sujeitos / Sujeito, quem fala é a voz de Deus. Observe-se que na análise discursiva que se faz da *Demanda*, a voz dos monges ou dos eremitães, que são considerados representantes de Deus aqui na terra, é a voz de Deus. Os homens, porque se sabem mortais, apegam-se ao desejo da salvação para a vida eterna. O móvel para a salvação é a fé, exatamente porque entre o discurso de Deus e o discurso dos homens há uma grande diferença, surgindo, como consequência a obscuridade dessa significação, inacessível e desejada. Daí prega-se a importante função do ser *sacro*: porque não se compreende, deve-se crer e obedecer.

Como o homem está em um plano inferior em relação a Deus, é preciso que, para serem ouvidos por Deus, submetam-se a determinadas regras: eles devem ser bons, puros, devem ter mérito, ter fé, obedecer cegamente aos ensinamentos da Igreja, às leis divinas. Daí os cavaleiros que povoam a narrativa da *DSG* são todos imbuídos de ardor guerreiro, de honra, de obediência, de companheirismo e sobretudo de fé cristã, sempre em busca do perdão dos seus pecados para, assim, alcançarem a salvação eterna.

Por isso, diz-se que a linguagem na AD não é um *dado*, mas um *fato*: ela desloca tanto o que se considera “lingüístico” como o que se entende por “político” e “histórico”, estes dois últimos nos termos de relações de força e de dominação ideológica, estabelecendo a relação língua / sociedade / história.

A AD se constitui no intervalo entre a lingüística e essas outras ciências – humanas e sociais -, problematizando, para estas, a natureza da concepção do sujeito e de linguagem sobre as quais essas ciências se organizam. A AD faz saber que não há discurso neutro e, por isso, coloca o analista em estado de reflexão e, embora se saiba que não se é consciente de tudo, a AD permite que se tenha uma relação menos ingênua com a (opacidade) linguagem.

Como bem lembra M. Pêcheux,

(...) a Análise de Discurso não pretende se instituir como especialista em interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito* (...) O desafio crucial é o de *construir interpretações*, sem jamais neutralizá-las (...) a Análise do Discurso depende das ciências sociais e seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução científica que domina este campo (PÊCHEUX, apud MAINGUENAU, 1993, p. 11-12).

O analista de discurso supõe que, no ato enunciativo há, ou uma multiplicidade de sentidos, na realização do dito com o não-dito e o que se poderia dizer, que pode ser estudado no processo de interlocução. Considerando o que disse Pêcheux, a AD aponta para a construção de procedimentos que revelem a opacidade de um sujeito e a possibilidade de interpretação, para uma relação das ciências sociais com o político (ideológico, o histórico etc.). Nessa perspectiva, a linguagem serve tanto para comunicar como para não comunicar, assim como acontece na *Demanda*. Aquele que fez o trabalho de tradução ou elaboração ou quem os executou simultaneamente selecionou o que divulgar, deixando de lado o que não convinha à Igreja e à cultura oficial, utilizando, para tanto, a língua vulgar como sustentáculo, já que era impossível estancar a evolução dessas línguas. Veja-se o que se afirma no próprio texto:

Mas esto nom ousou traladar Ruberte de Borem *em francês de latim*, porque as puridades da Santa Egreja nom nas quis ele descobrir, ca nom convém que as saiba homem leigo. E, doutra parte, havia medo de descobrir a demanda do Santo Graal, assi como a verdadeira estória o conta de latim, como os homêes, em quanto nom sabem em estudar, caem em erro e em menospreço de fé. (...) Mas quando esto quiser trabalhar-se de saber, o livro do latim, aquel livro [21, b] vos fará entender e saber enteiramente as maravilhas do Santo graal. Ca nós devemos louvar as puridades da Santa Egreja. Nem eu vos direi mais, segundo meu poder, ca o que aa estória convem, ca no convem ao homem descobrir as puridades do alto Mestre (*DSG*, 62 (63, 6-11;18-22)).

Nesta citação, como se vê, a relação da história com o poder e a da linguagem com o sujeito produzem uma organização ideológica constitutiva do discurso, cujos efeitos são a unicidade do sujeito e da linguagem. Porém nem o sujeito e nem a linguagem têm unicidade. E é essa relação não - unívoca que se procura descobrir, através da análise dos *corpora* escolhidos da *Demanda do santo graal*, na perspectiva discursiva, o funcionamento da linguagem, que só faz

sentido porque se inscreve na história. Na AD não se procura só o inteligível (para encontrá-lo é só saber português), mas o interpretável, a compreensão, a significação presente no texto correlacionada com outros textos. Uma compreensão que permita ao analista de discurso “escutar” outros sentidos que ali estão inscritos.

No interior da teoria do discurso há um conceito que trouxe uma maior especificidade às noções do conceito de dialogia e, através dele, à concepção de enunciação, ou à expansão desmedida desse conceito – é o conceito de “heterogeneidade”. A presença da heterogeneidade do sujeito parte da Teoria da Enunciação e elege a dialogia como constitutiva da fala de qualquer sujeito: há de haver a relação com o “outro”, que regula e preenche tudo (ou quase tudo), explica tudo (ou quase tudo), tanto o sujeito como o sentido (AUTHIER, apud ORLANDI, 1990, p. 38). A heterogeneidade diz “constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro”. Coloca para o sujeito o “dizível”, na perspectiva do discurso, que é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas, já que se trata de um diálogo, uma conversa. Cada formação discursiva recorta a ordem e deve ser dita a partir de uma posição do sujeito e da conjuntura em que se realizou o diálogo (ORLANDI, 1990, p. 38).

O jogo de formações discursivas remete o texto à exterioridade, sua relação com o interdiscurso, com o Outro. O interdiscurso representa o domínio do “saber”, exterior à língua e ao sujeito, constituindo o dizer. É ele que “solda” as formações discursivas. E a exterioridade, que é considerada como constitutiva, só se define em função do interdiscurso que marca as posições do sujeito, mobiliza a intertextualidade e constitui o sentido, trabalhando a historicidade específica da enunciação.²⁰

Orlandi (1990) ainda esclarece que, embora a noção de heterogeneidade não considere a *natureza* da relação entre diferentes e a ilusão só é dizível pela teoria e não pelas marcas, pois a heterogeneidade constitutiva não é representável, já que ela é o escopo do interdiscurso, o trabalho de J. Authier é importante, pois a heterogeneidade refere o “enunciável” e não apenas o “gramatical”. Além disso, produz, no dizível, um recorte importante: não o que não se diz (o não-dito de O. Ducrot), mas o dizer do outro no um (ORLANDI, 1990, p. 41).

²⁰ Na Escola francesa, especialmente em Pêcheux, a formação discursiva não pode produzir o “assujeitamento” ideológico do sujeito do discurso a não ser na medida em que cada formação discursiva está de fato dominada pelo interdiscurso – conjunto estruturado das formações discursivas – em que se constituem os objetos e as relações entre esses objetos que o sujeito assume no fio do discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 287).

Entende-se que tais deslocamentos são fundamentais, embora não suficientes para tratar a concepção como condição de significação. Se falar é o dizer entre outras palavras (o que seria a heterogeneidade), há de se considerar também o proibir, apagar outras palavras – o que se chama de *silêncio* - esquecida na noção de heterogeneidade. Nesse apagar, proibir, produz-se um jogo de “transparências” cujas evidências permeiam a produção dos sentidos e os sujeitos na relação com o outro, daí a importância da noção de paráfrase. É através dela que se pode observar a relação entre diferentes formações discursivas, e mesmo no seu interior. Não se pense, portanto, o sujeito centrado em si mesmo, há um jogo de relações entre formações discursivas distintas.

O trabalho do analista do discurso é registrar um sentido na relação das diferentes formações discursivas, encontrar o lugar desse sentido, registrar sua significação, pois as relações entre o EU e o TU não são claras, nem unívocas, nem diretas, são confusas e desorganizadas. Entre o sujeito e o sentido permeiam a ideologia e o inconsciente, provocando essa des-organização, essa não-comunicação, mas é uma relação, segundo Pêcheux, constitutiva da linguagem.

Constata-se, de tudo que foi dito, que

Há um descontrole nessas relações. E ao des-controle, à des-organização, à di-fusão, à con-fusão corresponde, a meu ver, não o heterogêneo, mas a diferença: o *silêncio* (e não o implícito) como constitutivo, onde a *metáfora* tem o estatuto não do desvio mas do lugar da necessidade do sentido (que circula) e enfim a *paráfrase* como matriz em que o um remete ao outro mas sem porto originário (ou seguro). O sentido não tem origem. Não há origem do sentido nem no sujeito (onto) nem na história (filó). O que há são efeitos do sentido (ORLANDI, 1990, p.42).

Assim é que a AD considera a heterogeneidade e a diferença: todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina).

O sentido, quanto à natureza do processo de sua produção está na relação entre “paráfrase”, que seria, em outra linguagem, “o mesmo”, e “polissemia”, que seria, em outra linguagem, o “diferente” (o “outro”), que às vezes são passíveis de distinção; quanto ao espaço em que se espriam os sentidos é de multiplicidade, é o dos sentidos imbricados uns com os outros: um sentido se desdobra em outro, em outros; e quanto ao tempo é o da fugacidade, o que vale dizer que não se eterniza. O que dura é a instituição que o cristaliza e o fixa. Veja-se, por

exemplo, discursos como os da *Demanda*: a ideologia pregada pela Igreja se apropria de paráfrases e de metáforas para atuar fundamente no estabelecimento do um, do mesmo e da permanência do sentido.

Na concepção de seus princípios teóricos, a Análise do Discurso propõe uma relação entre a *paráfrase* e a *polissemia*, partindo do princípio de que, em uma formação discursiva, o sentido é apreendido pela passagem, quase imperceptível, do reconhecimento (reprodução) para a atribuição de múltiplos sentidos no interior de classes de equivalência. Nesse caso, pode-se admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem “ter o mesmo sentido”, como diz Pêcheux, no interior de uma formação discursiva dada. A *paráfrase*, no entanto, deve ser considerada como “a matriz do sentido”, por outro lado, a *polissemia* é a “fonte do sentido” (ORLANDI, 2003, p.137).

A *polissemia* só é possível, apesar do número infinito de significantes, porque a interação, entre os indivíduos através da linguagem, acontece dentro de um discurso determinado social e historicamente. Este discurso é institucionalizado²¹ e restringe a polissemia, por isso, há uma limitação do jogo polifônico e a polissemia do signo, que não é incontrolada e nem arbitrária. E o indivíduo, ao se expressar, promove mais uma ilusão: a ilusão de estar criando um discurso próprio e original (GRIGOLETTO, apud ARROJO, 1992, p. 33-34).

Na AD “a memória, em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso que é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. (...) É também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que é relevante para a discursividade” (ORLANDI, 2005, p. 31-33). É a memória discursiva que torna possível todo dizer, afetando o modo como o sujeito visualiza o objeto em uma dada situação.

Em sentido restritivo, o interdiscurso é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos que mantêm relações de limitação recíproca uns com os outros, considerando-se que esse espaço discursivo é guardado pela memória.

Em sentido lato, chama-se também de interdiscurso o conjunto das unidades discursivas que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, ou discursos contemporâneos de outros gêneros, com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. Pode-se

²¹ No caso da *Demanda*, o discurso institucionalizado passa pela hierarquia / ideologia pregada pela Igreja, em conformidade com o que se disse no parágrafo anterior. (Observação da autora do trabalho).

citar como exemplo uma definição de um dicionário, uma estrofe ou um verso de um poema, um romance e, no caso da *Demanda*, o discurso religioso. Charaudeau (1993) refere-se a “sentido interdiscursivo” tanto para as locuções ou enunciados cristalizados, ligados regularmente às palavras, contribuindo para lhes dar um “valor simbólico”, quanto para unidades muito vastas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 286).

Segundo Orlandi (1990), constata-se que é necessário o estudo da Instituição (no caso, da *DSG*, a Igreja), “tal como é trabalhada por Foucault”: lugar da regularidade, da normatividade que dirige o discurso, e que, por seu turno, é presidido pela metáfora e pela paráfrase, aparentemente diferentes entre si, mas em seu âmago podem ser consideradas como o uso do diferente no mesmo: a repetição. A relação entre elas pode dar ao analista do discurso a dimensão “sem fundo” do sentido.

Como se sabe, a repetição é um dos meios de assujeitamento, de domínio, de jugo do sujeito. Há enunciados que devem ser repetidos por uma questão estilística, mas também há enunciados que são feitos para serem repetidos (“*Deus o faça assi...*”, “*assi Deus me conselhe...*”, *DSG*), ou melhor, há enunciados que pertencem a essa zona de repetibilidade e aí se representam na produção dos discursos. Estes últimos são utilizados como domínio, como assujeitamento. Note-se que falar sobre o “outro” – “*Deus o faça assi...*” – para instituir a imagem de “si”, cria sua tradição (sou-sempre-já), além de sua imagem (como deve ser). Assim o sentido ganha “corpo” como história, através da relação entre fixar-se / transmudar-se.

É um fato que os indivíduos sociais sejam ‘ativos’ na história e ‘agentes’ das diferentes práticas sociais. Mas não são sujeitos ‘livres’ no sentido filosófico do termo. Todo indivíduo está preso à história e às práticas sociais. Estas compreendem necessariamente como parte ‘integrante’, ‘as relações sociais / jurídicas / ideológicas’, que, para funcionar impõem a todo indivíduo-agente a forma de ‘sujeito’(CORACINI, apud ARROJO, 1992, p. 19).

Ainda segundo Altusser, em 1976, a ideologia não é de ordem psicológica, porque ela fabrica o real, modulando as identidades e os modos de ser dos indivíduos, e é por se constituir em práticas que Altusser pode declarar que “a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa”. A Análise do Discurso pode constituir-se em instrumento desmistificador da ideologia.

É Pêcheux que recebe a herança althusseriana para elaborar sua conceituação, ao mostrar que a ideologia é, de alguma forma, anterior ao discurso. Enquanto o locutor acredita que é o

sujeito de sua elocução, pensa que é ele que fala, ele é falado pelo *já-lá* ideológico (a Bíblia). Daí as noções de pré-construído e de interdiscurso que estão no centro da história da Análise do discurso (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 205-206).

De tudo que foi exposto, depreende-se que o analista do discurso não se deve prender à idéia de que nada muda, acreditando firmemente no fato de que “não há metalinguagem”, quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos, pois,

(...) toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

O que abre a possibilidade de interpretar, portanto, são os pontos de deriva que nos oferece o enunciado, é a presença do *outro* nas sociedades e na história, podendo-se estabelecer a ligação entre as filiações históricas que se organizam em memórias, com as relações sociais em redes de significantes.

1.4. 1 A inter-ação pela linguagem: a argumentação

O processo argumentativo busca procedimentos próprios para a persuasão do alocutário pelo locutor. É nessa relação locutor / alocutário que se constitui a enunciação.

Para Grize (1990), a argumentação é “uma atividade que visa a intervir sobre a opinião, a atitude, e mesmo sobre o comportamento de qualquer indivíduo” por intermédio do discurso. Não se pense, porém, que o interlocutor seja um objeto a manipular, mas busca-se uma co-participação de uma determinada visão das coisas, evidenciando-lhe certos aspectos e ocultando-lhe outros, propondo-lhe novidades, tudo dentro de uma determinada esquematização (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 52).

A argumentação parte de asserções não questionáveis (“*E Nosso Senhor, assi como a ele aprouver...*”; “*assi Deus me conselhe...*”) (DSG, p. 21, cap. 4), ou consideradas verossímeis e

delas extrai o que, considerado separadamente, parece duvidoso ou menos verossímil. Assim, é que,

(...) uma atividade verbal e social que tem por objetivo reforçar ou enfraquecer a aceitabilidade de um ponto de vista controverso junto a um auditório ou a um leitor, alegando uma constelação de proposições destinadas a justificar (ou a refutar) esse ponto de vista diante de um júri racional (VAN EEMEREN *et al.*, 1966, apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 153).

Sabe-se que se podem produzir argumentos para inúmeros fins. Porém, neste trabalho, a maior parte dos argumentos apresenta-se com uma função específica: argumentos justificatórios que servem como apoio de asserções. É uma atividade de interpretação de texto que se baseia na suposição de que quem fala tem determinadas intenções e, para captá-las, abre-se diante do pesquisador um leque de possibilidades de leitura. Compreende-se “**o querer dizer**” como um “**querer fazer**”; desse modo, “introduzem-se no sentido todas as intenções de ação (i. é, os atos ilocucionários) e admite-se que o locutor deseja, de algum modo, fazer conhecer essa intenção” (KOCH, 1993, p. 26).

Veja-se o capítulo 1.3, na *Teoria dos Atos de fala* discutida pelo professor J. L. Austin. Uma coisa é se dizer “S é P” ou “eu farei A”, e dizer “eu sei que S é P” ou “eu prometo que farei A” (TOULMIN, 2001, p. 69). Na análise do Recorte enunciativo I, observa-se a fala de Lancelote antes de sagrar seu filho Galaaz cavaleiro: “-Filho, pois vos praz, **eu vos farei cavaleiro**” (*DSG*, 21(4, 11)). Conhecendo-se o contexto em que está inserida a enunciação, tem-se a certeza de que Lancelote tem plena intenção de fazer o que diz. Ele não está enganando de maneira deliberada, se por acaso o que disse não der certo por algum motivo (verbo no futuro “farei”). Bem diferente se ele dissesse “eu prometo” estaria se comprometendo com outros e arriscaria sua reputação se, por acaso, o que disse não fosse feito.

Na análise dos recortes escolhidos para este trabalho, procurou-se reconhecer todos os empregos possíveis das palavras ou sentenças, pois essas podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção. É o conceito da **situação** que deverá reunir, em um todo, tanto a situação real dos fatos do mundo, quando o locutor emite um enunciado e pode ser avaliada em termos de verdade/falsidade (referência), quanto à situação que resulta da ligação entre o texto e a realidade, em um processo de mediação, partindo do princípio de que a linguagem é constitutiva das próprias possibilidades de significação.

Assim, cada ato de linguagem é constituído de três atos: **falar**, **dizer** e **mostrar**.

O **falar** depende essencialmente da produção da frase a nível gramatical, correspondendo ao ato locucionário da *Teoria dos atos da fala* de Austin (1962), o que diz alguma coisa sobre o “eu”, e se refere ao locutor.

O **dizer** estabelece a relação entre uma seqüência de sons e um estado de coisas, produzindo enunciados. O enunciado é uma entidade semântica.

O **mostrar** está ligado à enunciação. Visto à luz do processo da enunciação, o enunciado passa a ter um sentido que se concretiza no que se denomina **texto**. **Dizer** e **mostrar** constituem dois níveis ou modos de produção da significação que funcionam de maneiras diferentes: enquanto a **significação** do enunciado é dada pela relação entre a linguagem e o mundo, constituindo, conforme se disse anteriormente, o domínio da Semântica, o **sentido** é dado pela relação entre a linguagem e os homens, constituindo o campo da Pragmática (KOCH, 1993, p. 30).

1.4.1.1 As marcas lingüísticas da argumentação

A enunciação faz-se presente no enunciado através de um grande número de marcas lingüísticas – expressões argumentativas, os conectores argumentativos, os *topoi* - que revelam como se poderá chegar às intenções de quem fala, ao comunicar-se. Entre elas, podem-se destacar: **(i)** as pressuposições; **(ii)** as marcas das intenções explícitas ou veladas que o texto veicula; **(iii)** os modalizadores que revelam sua atitude perante o enunciado que produz (a análise e o funcionamento dos tempos verbais no discurso²², certos advérbios, expressões do tipo “*é certo*”, “*Deus me conselhe*”, “*assi como ele aprouver*” (no caso da *Demanda*); **(iv)** os operadores argumentativos, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva (conjunções, elementos dêiticos, anafóricos e catafóricos); **(v)** a retórica; **(vi)** a seleção lexical.

As expressões argumentativas são elementos lingüísticos que, introduzidos em um enunciado, não modificam em nada o valor dos fatos desse enunciado, mas invertem sua

²² Neste trabalho não se levou em consideração a proposta de H. Weinrich (apud KOCH, 1993, p. 37), que não aceita a doutrina do aspecto verbal. Optou-se por analisar os verbos quanto ao tempo e ao aspecto em consonância com as abordagens descritas nas Gramáticas de Evanildo Bechara (2001), Celso Cunha (1970), M. Said Ali (2001) e na *Gramática da língua portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus et al., (2003).

orientação argumentativa (isto é, as conclusões às quais se é possível chegar a partir desse enunciado, seus desdobramentos possíveis). A noção foi aplicada à descrição linguística de palavras “vazias” ou “operadores argumentativos” pertencentes à classe das preposições, advérbios e conjunções (“não”; “pouco/um pouco”; “apenas”; “só”; “até”, “embora”, “mas” entre outras), assim como de palavras “cheias” (como os pares “prestativo/servil”, “corajoso/temerário”, “econômico/avaro”...). Desse modo, a argumentação pode ser considerada como importante elemento coesivo. Além disso, se a pressuposição, ao estabelecer um quadro para o desenvolvimento do discurso, garante-lhe a **coerência**, a **argumentação**, ao articular entre si os enunciados, por meio dos operadores argumentativos, estruturando o discurso enquanto texto, apresenta-se como principal fator, não só de **coerência**, mas também de **progressão**, condições básicas da existência de todo e qualquer discurso (KOCH, 1993, p. 159).

O *pronome demonstrativo* atualiza um ser do discurso, situando-o no espaço. Observem-se, no *corpus* deste trabalho, as funções que desempenham tais pronomes: uma de designar ou mostrar (dêitica) e uma de lembrar (anafórica). Em um discurso há de haver a singularização dos seres a que se refere o locutor, pois não se podem construir discursos somente com referências universais. Em função dêitica, *este* e *esse* indicam o espaço da cena enunciativa e *aquele* o que está fora dela. *Este*, por sua vez, marca o espaço do enunciador, o que está próximo dele; *esse* marca o espaço do enunciatário, o que está perto do *tu*. O mesmo sentido se pode atribuir a estes pronomes quando a referência é para o fator tempo: *aquele* marca o que foi dito há algum tempo (momento não concomitante ao da enunciação ou fora do contexto da enunciação); *esse* assinala o que acabou de ser dito, mas já pertence ao espaço do enunciatário; *este* tem função catafórica, pois indica algo que ainda está apenas no espaço do enunciador ou quando dois termos precisam ser retomados, *este* refere-se ao que foi dito por último e *aquele* ao que foi dito primeiro (FIORIN, 2001, p. 266-271). Nesta parte do trabalho, serão tomadas seqüências do texto em análise para revelar o funcionamento dos tempos verbais no discurso, dos operadores argumentativos, da retórica, dos elementos dêiticos, dos anafóricos e dos catafóricos, se houver. Pode-se afirmar que são fenômenos típicos da linguagem humana, que explicitam o tratamento dado à situação da enunciação. Segundo o lingüista francês Benveniste, esses fenômenos demonstram a “presença do homem na língua” (ILARI; GERALDI, 2003, p. 64).

1.4.2 Texto e recorte

O *recorte* é uma unidade discursiva, que é entendida como fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um *recorte* é um fragmento da situação discursiva. Porém, o entendimento mais completo da noção de *recorte* só se realiza, segundo Orlandi, se se atentar para o fato da incompletude da linguagem e da polissemia. Sobre a incompletude entenda-se que “o que digo não é completo, parte do seu sentido está no que outros dizem e vice-versa”. Quanto à polissemia, é definida pela autora como “o processo que, na linguagem, permite a criatividade. É a atestação da relação entre o homem e o mundo” (ORLANDI, 1984, p. 14-16).

Faz-se importante neste trabalho o sentido dos enunciados, visto da posição de uma teoria da enunciação. E como o texto é considerado pelos analistas como um lugar de dispersão de discursos, e atravessado por várias posições do sujeito, a noção de *recorte* é que vai propiciar o lugar de articulação com a análise do discurso. Nesta perspectiva, portanto, o *recorte* será o resultado da análise semântica que a análise do discurso institui como unidade para seu estudo na abordagem textual. Um enunciado em um texto é um correlato de um *recorte* discursivo no texto. E deste modo o texto é a relação de um conjunto de *recortes* discursivos.

Halliday e Hasan (1976) definiram o *texto* como uma *unidade de uso da língua em uma situação de interação e como uma unidade semântica*:

Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido (HALLIDAY; HASAN, apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 467).

O *texto* é uma seqüência significativa, coerente, geralmente ordenada linearmente, e que possui a especificidade de constituir uma confluência ou conjunto no qual elementos de diferentes níveis de complexidade estabelecem, uns em referência aos outros, relações de interdependência. Constitui ainda o *texto* a representação de uma posição específica do sujeito (a de autor) que procura criar a ilusão da unidade textual, ao mesmo tempo em que procura criar a unidade do sujeito. Nessa perspectiva, portanto, o *texto* é uma unidade resultante de um efeito ideológico da posição do autor.

2 METODOLOGIA

Um dos primeiros pontos que se considerou para a consecução deste trabalho foi a escolha do *corpus*, cuja análise está fundamentada nos princípios teóricos da Semântica, da Pragmática e da Análise de Discurso, que dão sustentação à tese que se vai defender – *O homem sacro e profano e as formas do silêncio n'A Demanda do santo graal*. Não se objetiva, nesta análise, a exaustividade horizontal, em relação ao objeto empírico, pois ele é inesgotável. Objetiva-se a exaustividade vertical que deve ser considerada em relação aos objetivos da análise, às hipóteses levantadas, à temática, ao situacional. Isso porque, por definição, “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2005, p. 62). Quanto à natureza da linguagem, deve-se dizer que, tanto a Semântica, quanto a Pragmática e a Análise de Discurso se interessam por práticas discursivas de naturezas várias, explicitadas nos capítulos referentes aos componentes teóricos de cada uma, e que serão exploradas nas análises dos recortes escolhidos como *corpus*.

É imprescindível enfatizar que a forma do recorte determina o modo da análise e segue o dispositivo teórico da interpretação que se construiu. Por isso, o dispositivo analítico pode ser diferente nas diversas tomadas que se fazem do *corpus*, a depender dos objetivos traçados pela analista. Orlandi (2005) dá como exemplo a possibilidade de análise de um texto do século XVII, pensando o discurso jesuítico na colonização do Brasil: os dispositivos que vão mobilizar as noções de análise/interpretação não serão os mesmos se se considerar o mesmo texto em função de uma análise que visa a compreender como neles se encontram traços do discurso machista, por exemplo. Isso porque os textos são documentos nos quais se inscrevem múltiplas possibilidades de leituras, não se enfatizando idéias pré-concebidas, mas fornecendo pistas para se compreender o melhor modo como o discurso se contextualiza.

Sabe-se que, em um contexto comunicativo, a maior parte dos enunciados tem, além do seu conteúdo explícito, um ou vários conteúdos implícitos, que vêm a se introduzir no precedente, podendo o conteúdo implícito sobrepujar o explícito, como é o caso do *silêncio*. Interessa, para este trabalho, o conteúdo implícito. Segundo Charaudeau e Maingueneau “a literatura semântica e pragmática menciona numerosas variedades de conteúdos implícitos –

(inferências, implicações e implicaturas, alusões e insinuações etc.)” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 270). Entre as distinções mais importantes, optou-se por escolher para este trabalho a que foi estabelecida por Ducrot (1972, p.173 ss.) – *pressuposto* e *subentendido* dois tipos de conteúdos implícitos que se opõem ao conteúdo explícito, ou *posto*.

Tome-se um exemplo dado por estes autores:

Um enunciado como “Pedro parou de fumar” veicula as informações seguintes: (1) “Pedro, atualmente, não fuma”: é o *posto*, que corresponde a “aquilo que é objetivo confesso da enunciação dessa declaração”; (2) “Pedro, antigamente, fumava”: é o *pressuposto*, que, embora, como o *posto*, esteja de fato inscrito no enunciado (já que repousa sobre o marcador “cessar de”), não constitui, contudo, o verdadeiro objeto do dizer; e, eventualmente, também, (3) “Você faria bem em fazer a mesma coisa”: conteúdo *subentendido* que só se atualizará em circunstâncias enunciativas particulares (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 270).

Para tanto, observar-se-á que, nos conjuntos de conteúdos implícitos, alguns são *marcados* (por possuírem algum suporte lexical ou morfossintático, como a presença de operadores argumentativos, as implicaturas *convencionais* vs *conversacionais* de Grice, ou os atos de linguagem indiretos *convencionais* vs *não-convencionais* de Searle) e os *não marcados* cuja decifração e/ou entendimento só poderão ser alcançados mediante o conhecimento de certas informações prévias, particulares ou gerais, que podem ser dadas pela ideologia da época e pelo momento histórico em que ocorreram as ações.

Configurado o *corpus*, delineados seus limites, feitos os recortes, retomam-se conceitos e noções, pois a análise semântica, pragmática e de discurso demandam um ir-vir constantes entre teoria, consulta ao *corpus* e à análise. É um comportamento que se adota em todo o trabalho.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 12 recortes da novela cavaleireca *A demanda do santo graal*, com base na edição crítica de Irene Freire Nunes, 1995.

A demanda do santo graal é um documento medieval, um dos mais preciosos da língua portuguesa, narrativa novelesca difundida universalmente. Esta difusão ocorreu com maior intensidade, apesar de britânicos os territórios reais ou míticos de que Artur foi rei, através da literatura medieval da França. Por ser uma edição crítica, o texto é tão próximo quanto possível do ânimo autoral, complementado por um glossário que cobre parte da obra.

É na *Legenda Sancti Goeznovii*, uma vida de santo escrita em latim na Bretanha Francesa, que se encontra a primeira referência direta à personagem Artur. É no *Roman de Brut*, datado de 1155, que o normando Wace apresenta a Távola Redonda e transforma lendas celtas que falavam das aventuras de Artur e do seu regresso messiânico naquele que seria um dos temas centrais da literatura francesa dos séculos seguintes. Mas é Jean Bodel quem convencionou analisar a *Demanda* como uma das matérias dignas de tratamento literário, tanto quanto as matérias de Roma e de França. São franceses autores como Chrétien de Troyes, século XII, o maior de todos, Robert de Boron e outros anônimos que, escrevendo em francês entre os séculos XIII e XIV, inundaram toda a Europa com fascinantes histórias de cavaleiros, amores castelões, magia e muita religião. A influência francesa foi muito forte, pois foi a que dedicou um número substancial de textos importantes ao Graal. Entretanto, nenhuma literatura arturiana, nem mesmo a francesa, existe ou está restrita a um determinado território nacional. No que tange à literatura portuguesa, tal constatação não poderia deixar de trazer os melhores frutos para sua história.

O discurso dos críticos de grande estrutura como Ferdinand Lot, Albert Pauphilet, Jean Frappier e Alexandre Micha foram construindo em torno da redação dos ciclos romanescos, na primeira metade do século XIII, explica como surgiram os ciclos da Versão Vulgata (ou de Robert de Boron) e do Tristan em prosa, mas não sabe lidar com um outro ciclo – Pseudo-Boron ou Post-Vulgata – visto como uma desencontrada reunião de narrativas.

Cabe a Fanni Bogdanow o mérito de propor para a *Post-Vulgata* uma explicação única, transformando-se a *Vulgata* em um ciclo mais curto e homogêneo. Richard Trachesler afirmou que, graças aos trabalhos de Bogdanow, o ciclo da Post-Vulgata goza hoje do “estatuto ontológico de uma realidade codicológica” (TRACHSLER, apud CASTRO, 2001, p. 15-17).

De acordo com a teoria de Fanni Bogdanow, os textos portugueses derivam de uma tradução da *Post-Vulgata* francesa e são, em parte, substanciais da *Demanda*, único

testemunho conhecido. A pesquisadora percebeu que o conjunto de testemunhos franceses está longe de reconstituir o original, sendo indispensável trazer os testemunhos das traduções. Resolve-se então fazer o cotejamento do texto com o respectivo manuscrito. A partir dessa recensão, o códice vienense da *Demanda* portuguesa adquiriu grande importância, revelando-se como o *corpus* mais bem acabado que existe de *La Version Post-Vulgata de la Quest Del Saint Graal et de la Mort Artur, troisième partie du Roman du Graal* (MEGALE, 2001, p. 176).

Irene Freire Nunes, autora da edição crítica de onde foi extraído o *corpus* deste trabalho, tomou como ponto de partida os manuscritos de Viena, traduzidos do francês, pleno de bilingüismos, de linguagem familiar, oderecida pela intermediação da linguagem trovadoresca, da quantidade de construções ditas arcaicas, mas que permaneceram ainda bem vivas nos dias atuais. A autora recorreu às Anotações Críticas do texto d’*A demanda do santo graal (DSG)* de Piel e, após sua morte, coube-lhe terminar a honrosa tarefa de dar continuidade aos trabalhos, movida pela edição de Augusto magne de 1944, pelas edições de Rodrigues Lapa e pela edição (parcial) de Reinhardstoettner de 1887, assim como os trabalhos de Fani Bogdanow (MEGALE;OSAKABE, 1999, p. 77).

Artur é o soberano da Grã-Bretanha – o melhor rei que jamais existiu – e sua esposa é a rainha Genevra. Lancelote é o amante da rainha Genevra, exemplo de cavaleiro galante e perfeito, se não fosse seu grande amor por ela. É pai de Galaaz, o novo herói do Graal, cujo significado é ‘Graça’. A *Busca do Graal*, última das aventuras, é a reprovação, por parte da Igreja, do espírito aventureiro – as aventuras “terrenas”, simbolizando a luta entre Deus e o Inimigo, reservam-se apenas para os soldados do Senhor. Portanto, a função desses cavaleiros é conduzir a “aventura” do Graal a um bom termo (BÉGUIN; BONNEFOY, 1965, p. 6-13).

Esse lendário rei britânico, que aparece em um ciclo de romances medievais, é o soberano da Távola Redonda. A partir da *História Regnum Britannie* de Geffrey de Monmouth (1136-1138), a narrativa básica alcançou grande prestígio. Daí, então, foi ampliada por Chrétien de Troyes e Robert de Boron, já citados, que adicionaram alguns dos elementos mais românticos e de grande beleza da saga – Excalibur, a espada na pedra, a descoberta do Santo Graal e os amores de Lancelote e Genevra. A verdade histórica acerca do rei Artur ainda é confusa e indeterminada. O que se pode dizer, diante de tantas opiniões

desencontradas, é que Artur parece ter sido um chefe de clã britânico que capitaneou uma força militar ao longo das fronteiras romanas, agindo em nome dos reis britânicos, no início do século VI (LOYN, 1990, p. 33).

Segundo Hauser, o fim do século XII e início do século XIII é, sem sombra de dúvida, uma das épocas mais significativas, tanto no que se refere aos gêneros poéticos, quanto à ideologia em geral, ao contrário do que se cognominava como sendo essa, a “época das trevas”. Pode-se observar a grande atividade poética de cavaleiros nascidos da vassalagem, fazendo com que tanto a lírica quanto a épica sofressem grandes transformações. A responsabilidade dessas grandes divisões deve-se, também, à estrutura social (HAUSER apud MEGALE, 1992, p. 13).

A novela de cavalaria *A demanda do santo graal* e seu contexto, a cavalaria feudal, podem ser considerados como uma instituição social da Idade Média. Na época, o conjunto de leis que regulamentavam a ordem sócio-política era o feudalismo. Como instituição, o feudalismo apresenta quadros diferentes, de acordo com as épocas e as regiões em que foi introduzido. Apontam-se, nesta sociedade feudal, os seguintes caracteres: laços de dependência de homem para homem, com uma classe de guerreiros a ocupar escalões superiores na hierarquia, parcelamento máximo do direito de propriedade, uma hierarquia dos direitos sobre as terras provenientes deste parcelamento, entre outros. Feudalismo seria o termo que reuniria o conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de obediência e de serviço, sobretudo militar, da parte de um homem livre, chamado *vassalo*, para com outro homem livre chamado *senhor*, a obrigação de proteção e sustento da parte do senhor para com o vassalo, e a concessão de um bem chamado *feudo*.

A cavalaria que, de início, era uma organização à margem do sistema, foi incorporada ao feudalismo. Os cavaleiros não passavam de uma classe de soldados profissionais, oriundos de variadas condições. Aos poucos, porém, o serviço militar começou a ser compensado por privilégios legais, doação de propriedades rústicas, impostos especiais, que configuraram a vassalagem dos beneficiários, estabelecendo vínculos de lealdade, serviços e obrigações mútuos. Enfim, a tendência feudal tornou-se hereditária, criando-se a nobreza da cavalaria feudal. De fato, somente poderão ser cavaleiros os filhos de cavaleiros. A Igreja encorajou a formação dessa nova nobreza de cavalaria, com todos os meios a seu dispor, consolidou a posição social dos cavaleiros pela consagração, encarregou-os da proteção dos fracos e dos

oprimidos, reconheceu-a como exército de Cristo, conferindo-lhe uma espécie de dignidade espiritual. É uma cavalaria “já propriamente fundida com a nobreza e depurada pela incisiva influência do clero, cavalaria resultante da fusão da força do guerreiro com a caridade do cristão” (MEGALE, 1992, p. 22).

No século XIII, com a evolução da cavalaria, e já fazendo parte das casas senhoriais, a instituição culminará em grupos fechados em que já não será fácil ingressar, e a produção literária pode ser considerada como um documento do que eram as relações dos homens entre si, não se podendo desprezar a idéia de que era uma sociedade formada por duas classes: a dos dominantes e a dos dominados. Então, há de se considerar a ideologia que justifique a situação do dominado, desde quando, em todas as épocas, o que se observa é a ideologia do dominante. Há de se considerar, também, as reflexões dos teólogos medievais, desenvolvidos essencialmente a partir da segunda metade do século XII. Ao se lançar um olhar globalizante sobre a época da qual se põe em evidência, e o momento sócio-cultural em que os diversos níveis culturais se inter-relacionam, depreendem-se as variações e diferenças impostas pelo *silêncio*, no seu jogo com a Palavra, para a aventura da linguagem, veiculada pelas aventuras dos cavaleiros medievais. Na essência dessa linguagem, partindo-se do princípio de que a palavra nunca é neutra, está a busca da palavra perdida, nas várias lacunas deixadas pelo *silêncio*, um *silêncio* perdido, no bojo do qual se encontra ou se esconde “a verdade” do Sujeito, do Outro e os mistérios da Criação.

Depreende-se também que os heróis, na *DSG*, são individualizados, contrariamente ao que se detecta nas canções de gesta e/ou nas epopéias. Essa individualização pode ser direta ou indireta por via de consequência material ou moral do acontecimento. É o homem *sacro* e *profano* que aqui se propõe seja analisado, pelo estatuto moral da época, levando-se em consideração que a *Demanda* é, em sua essência, pagã e foi cristianizada pela Igreja. Interessa avaliar, neste trabalho, o contraste entre a presença do pecado (transgressão) paralelo ao desejo de salvação (fidelidade a Deus).

Conforme observa Colette-Anne VANCOOLPUT-STORMS:

Cependant, ce qui paraît caractéristique de la *Demanda*, ce n'est pas tellement la présence obsédante du péché que *l'attitude du pécheur face à sa propre faute* – ou ce qu'il *croit* être sa propre faute. Un lecteur tant soit peu attentif ne peut

qu'être frappé par le nombre assez élevé de suicides que l'on peut recenser dans l'oeuvre (apud MEGALE;OSAKABE, 1999, p. 63)²³.

No capítulo 115, p. 94, d' *A demanda do santo graal*, por exemplo, narra-se o porquê do suicídio da princesa, filha única do rei Brutus, que se apaixona por Galaaz e sua paixão não é correspondida. Declara-se a Galaaz e recebe como resposta “*Nom sei, disse el, o que será, mas, se esso fosse, ante eu queria morrer fazendo lealdade ca escapar e fazer torto, o que nom queria*”(DSG, 94 (115, 25-26)). No capítulo seguinte, narra-se o suicídio propriamente dito: “*Depois que isso ouviu, a donzela foi correndo aa espada de Galaaz (...) e feriu-se de toda força por meio do peito, de guisa que a espada passou-a de ua parte e caeu morta que nom falou mais cousa*” (DSG, 94-95 (116, 1-2, 13-15)).

Nos romances de Chrétien de Troyes, há uma ordem de estrutura profunda que traça um esquema de narrativa moral subentendida na narração dos fatos. Percebe-se que, em quase todos os capítulos da *Demanda*, existem várias situações testando o herói nas tentações que envolvem a exaltação da sensibilidade física e moral, capazes de romper o equilíbrio dos princípios do humanismo cavaleiresco, principalmente na área da luxúria. É o caso da tentação de Galaaz, citada anteriormente, e a de Persival, cujo recorte também não pôde ser escolhido para a análise, neste trabalho.

Um acento de modernidade se nota, na *Demanda* - “algo aparentemente próximo da literatura moderna atual, em que a história e a estória voltam a confundir-se ou sobrepor-se”(MEGALE, 2001, p. 45). Um exemplo disso é a discutida originalidade da *Chanson de Roland*. Roland é um herói cristão, sobrinho de Carlos Magno, que não é desprovido de veracidade histórica. Na verdade, não é importante saber se houve, realmente, na corte de Carlos Magno, alguém com esse nome. O fato é que a sua morte, no século VIII, durante uma emboscada, e narrada nos versos comovidos da *Chanson*, é a de um vassalo de um Deus guerreiro: na hora da sua morte, oferece sua luva a Deus, erguendo-a para o céu, que imediatamente se abre para que uma legião de anjos cristãos desça e leve o herói até às portas do paraíso (LE GOFF, et al., 1989, p. 60). Morte semelhante teve Galaaz na *Demanda*:

²³ Contudo, o que parece característica da *Demanda*, não é tanto a presença obsessiva do pecado quanto a *atitude do pecador diante de sua própria falta* – ou o que ele *crê* ser sua própria falta. Um leitor embora pouco atento não pode deixar de se impressionar pelo número bastante elevado de suicídios que pode ser arrolado na obra. (Trad. da autora do trabalho)

“ *Entom se tornou ante a távoa e ficou seus geolhos. E nom esteve i se pouco nom quando caeu em terra e a alma se lhi saiu do corpo e levarom-na os angeos fazendo gram ledice e beenzendo Nosso Senhor*” (DSG, 456(627, 36-38)).

É importante assinalar que a matéria arturiana, logo que foi prosificada, foi definida pela ideologia cristã, como sendo a reinterpretação da Bíblia, móvel centralizador de todo romance novo de fins dos séculos XII e XIII. Segundo Megale (2001), a novela aparece em prosa pela primeira vez (primeira vez que os romances em verso foram escritos em prosa) no ciclo do *Lancelot-Graal* ou *Vulgata* da matéria da Bretanha, comumente chamada de matéria arturiana. No segundo ciclo, houve a eliminação total dos três livros de *Lancelot del Lac* (talvez por ser o mais profano dos romances do ciclo, exalta a cavalaria, ao mesmo tempo que leva cavaleiro, preferido do rei e amante da rainha, à depuração de sua dupla infidelidade).

A segunda prosificação ficou dividida em três livros:

1º - O livro de *José de Arimatéia*, praticamente o mesmo texto da Estória do Santo Graal;

2º - *Merlim com suas Continuações*;

3º - *A demanda do Santo Graal*, que encerra o ciclo com um resumo da morte de Artur.

A *Demanda do santo graal*, que está no códice português de Viena, só fez crescer em importância, pois se trata do maior *corpus* da *Post-Vulgata*, como também é chamada, a segunda prosificação, *Ciclo de Boron*.

2.2 DELIMITAÇÃO DO CORPUS

A novela de cavalaria *A demanda do santo graal* está distribuída em 715 capítulos. Para se proceder à delimitação dos recortes que constituem o *corpus* discursivo, tornou-se indispensável fazer novas releituras e minuciosa reflexão sobre as condições sócio-históricas em que foram produzidos, a fim de que sejam constitutivos de sentido nas perspectivas da Semântica, da Pragmática e da Análise do Discurso da escola francesa de análise do discurso. Foram selecionados 12 recortes temáticos, retirados dos capítulos 04, 07, 11, 12, 16, 18, 34, 40, 110, 113, 202 e 627. Estes recortes foram escolhidos porque satisfazem plenamente à análise deste trabalho,

à luz dos aspectos semântico-pragmáticos e da Análise de Discurso. Observou-se o foco da narrativa que foi dado às designações lingüísticas das diversas formas do *SILÊNCIO*, e aos atos do homem medieval que, natural ou ideologicamente, é um homem dividido entre o *SACRO* e o *PROFANO*.

3 A BUSCA DA PALAVRA PERDIDA

Observam-se, neste capítulo, as investigações dos campos semântico-pragmáticos e os da análise de discurso, disciplinas em constante processo de construção, para se apreender a historicidade do texto, a ideologia que permeia as formações dialógicas. Conta-se, para isso, com a identificação do funcionamento dos operadores argumentativos, que forma um todo significativo, constituído pela enunciação. Como dizem Anscombre e Ducrot “a enunciação será para nós a atividade linguageira exercida por aquele que fala no momento em que fala (...) é, por essência, histórica, da ordem do acontecimento e, como tal, não se reproduz nunca duas vezes idêntica a si mesma” (FIORIN, 2001, p.31).

E nessa busca da palavra que emerge da memória e do interdiscurso, vale sublinhar que

(...) desde que se ingressa na ordem do discurso, está-se no campo do político, pois a língua e os sujeitos estão desde sempre sujeitos à ideologia. Assim, não há como não estar fazendo política, quer se fale de língua, de gramática, de religião, de gênero, de ciência, e inclusive de política. E importa lembrar, ainda, que esse fazer político será também sempre sujeito à contradição, à refração do real histórico que não escapa ao real da língua e, por isso, a importância de se tomar língua, sujeitos e discursos, em suas descontinuidades (RASIA, 2005, p. 231).

A escolha dos recortes a serem analisados recaiu em trechos onde se detectou a presença da obsessão nervosa do homem medieval *sacro* e *profano* - mas sempre em busca da salvação, consequência da ideologia das classes dominantes -, e das formas do *silêncio*. Estas podem apresentar-se sob diversos disfarces – pelo gesto, pelo olhar, pelas lágrimas, pela expressão facial, através do segredo, da supressão da voz – estudados pela Pragmática, ciência do uso que se faz da linguagem verbal ou não-verbal, da Semântica e suas implicações com a Análise de Discurso.

Através das análises, pretende-se descobrir o que está por trás do dito, a intenção de como é dito, o modo como é dito, os papéis sociais dos locutores da mensagem, os

comportamentos, as crenças dos participantes, as relações que entre eles se estabelecem, enfim, identificar o implícito do enunciado - *pressuposição* lingüística de Ducrot – algo intermediário entre o dizer e o não dizer, que constitui uma forma de significação contida de modo implícito no enunciado, o *pressuposto*, o que está em oposição àquilo que é *posto*. Para isso, não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção. É uma exploração das relações discursivas que pretende se estender para além do estritamente semântico, permitindo uma abordagem integrada da sintaxe-semântica-pragmática. Foge-se dos critérios meramente formais e sintáticos (a noção de completude das coordenadas e/ou da oração principal é feita com base nas suas funções argumentativas) para se trilhar pelos caminhos no nível do funcionamento global da linguagem e se chegar ao extralingüístico. Na mesma linha de investigação é visto o funcionamento dos tempos verbais, que são analisados mais como marcas de atitude dos personagens do que como indicadores de tempo cronológico.

Justifica-se, portanto, a integração das investigações dos campos semântico e pragmático – a noção dos atos da fala que pertence, sem dúvida, ao campo da Pragmática, mas que pode ser também avaliada em termos semânticos, visto que se trata sempre de uma atividade intencional do locutor, no sentido de levar o destinatário a determinados tipos de comportamento, ou a atuar sobre ele de determinado modo (KOCH, 1993, p. 90). Entra em foco a Semântica da Enunciação, fundamentada no jogo argumentativo, que orienta o discurso para determinadas conclusões, através do ato de asserção (o *posto*), do ato de pressuposição (o *pressuposto*) e do *subentendido*, que difere dos anteriores porque depende do interlocutor para sua interpretação.

Nas análises que serão feitas, dá-se destaque à noção de polifonia que vem sendo elaborada por Oswald Ducrot e, entre nós, por Carlos Vogt,

(...) e pode ser definida como a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções que podem ser atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral.(...) É o coro de vozes que se manifesta normalmente no discurso, visto ser o pensamento do outro constitutivo do nosso, não sendo possível separá-los radicalmente (KOCH, 1993, p.142).

É essencial, para este estudo, buscar-se, nos vários recortes destacados para a análise, o locutor e os enunciadores que o compõem sob as formas posto (**p.**), pressuposto (**pp.**) e do

subentendido (**sub.**), nas formações dialógicas que compõem o texto. E, justamente por se tratar, em sua maioria, de diálogos diretos, o movimento polifônico converge para a presença de vários locutores (L¹), (L²), (L³), que incorporam uma série de vozes (enunciadores). Estas vozes equivalem às diferentes representações que o movimento polifônico faz do tema a ser analisado, e serão explicitadas no quadro polifônico que acompanhará cada recorte enunciativo.

Os locutores e os enunciadores mobilizados serão comentados pela ordem de aparecimento no enunciado. Um discurso que, como todos os discursos, produz-se se sobrepondo a outros discursos. Portanto, o sentido de um enunciado é feito do interdiscurso em que se entrecruzam a memória e o presente do acontecimento. N'A *Demanda do santo graal* a Bíblia é o interdiscurso e dela emana toda a sabedoria e promessa de glória eterna para o homem medieval.

Ainda no nível da significação, procurar-se-á mostrar, através dos recortes das vozes presentes na dialogia do texto, como a decomposição dessas diferentes vozes é um fator importante na construção do encadeamento argumentativo do texto em estudo. Para tanto, é necessário aplicar-se a noção de polifonia, decompondo as diferentes vozes a partir da fala dos locutores, desdobrando-a nos conteúdos **posto** (**p.**), **pressuposto** (**pp.**) e **subentendido** (**sub.**). Será feita a análise dos operadores argumentativos que orientam o discurso, apresentando A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor e/ou leitor concluir C. Ou seja, dar A como uma razão para se crer em C, seguindo a orientação de Ducrot (1973), Anscombe e Ducrot (1977), Vogt (1977) que usam a expressão *orientação argumentativa* (GUIMARÃES, 2002, p. 25).

3.1 RECORTE ENUNCIATIVO I

4 Como Lancelot chegou aa abadia

- (1) -Filho Galaaz, disse Lançalot, **estranhamente vos fez Deus fremosa creatura.**
- (2) **Par Deus**, se vós nom cuidades seer bõõ homem ou bõõ cavaleiro, **assi Deus**
- (3) **me conselhe**; sobejo seria gram dano e gram mala ventura de nom seerdes
- (4) bõõ cavaleiro ca sobejo sodes fremoso.
- (5) E ele disse:
- (6) -Se me **Deus feze assi fremoso**, dar-mi-á bondade, se lhe aprouver. Ca em
- (7)outra guisa valeria pouco. E ele querrá que serei bõõ e cousa que semelhe
- (8)minha linhagem e aqueles onde eu venho. **E metuda hei minha esperança em**
- (9) **Nosso Senhor**. E por esto vos rogo que me façades cavaleiro.
- (10) E Lançalot respondeu:
- (11) - Filho, pois vos praz, eu vos farei cavaleiro. E **Nosso Senhor, assi como a**
- (12) **ele aprouver** e o poderá fazer, vos faça tam bõõ cavaleiro como sodes (13)fremoso.
- (14) E o ermitam respondeu a esto:
- (15) -Dom Lançalot, nom hajades dulda de Galaaz, ca eu vos digo que de
- (16) bondade e cavalaria os milhores cavaleiros do mundo passará.
- (17) E Lançalot respondeu:
- (18) - Deus o faça assi como eu queria.
- (19) **Entam começaram todos a chorar com prazer, quantos no lugar estavam** (DSG, 21 (4,19-37)).²⁴

3.1.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Existe n'A *demanda do santo graal*, tanto o *silêncio de plenitude*, quanto o *silêncio culpado*. No recorte em análise, os interagentes não só se comunicam pelas emissões vocais, como também pelo *silêncio* que se traduz por lágrimas. É a linguagem não-verbal, silenciosa, que denuncia a profunda fé e o respeito dos protagonistas pelas coisas que consideravam sagradas – o *homem sacro*. É o *silêncio da plenitude*, pois todos se transportam, espiritualmente, através das lágrimas, para Deus, levados pela fé: “*Entam todos começaram a chorar com prazer, quantos no lugar estavam*”, pela certeza de que alcançariam a graça de Galaaz vir a ser um bom cavaleiro, reforçada pelas palavras de Lancelot e do ermitão, que era muito respeitados. Da fala do locutor, subentendem-se asserções que podem ser atribuídas a outros enunciadores,

²⁴ (DSG = *Demanda do santo graal* + n° da página + (n° do capítulo + n° da(s) linha(s))).

um coro de vozes, marcado por um quantificador indeterminado “*todos*”, homens impessoalizados que se realizam no sujeito pela total adesão ao pensamento do outro (ou de terceiros), no sentido de repetição e submissão ao pensamento do locutor, não sendo possível separá-los, porque se movem em espaços sociais e culturais determinados pela relação com o poder dos homens e os poderes divinos.

Neste recorte, há o apagamento do homem *profano* e o que se mostra é o aspecto *sacro* do homem medieval, voltado para as coisas sagradas, respeitando as cerimônias religiosas, sempre movido pela fé e pelo desejo de salvação. Observe-se que as falas do ermitão e de Lancelote podem ser caracterizadas como uma argumentação por autoridade. “(...) **Par** Deus, (...) ‘da parte de’ – Lancelote escuda-se em Deus, aceitando a Sua vontade, como prova de sua fé, tornando o seu discurso irrefutável. Ao retomarem a asserção de outro(s) no jogo polifônico, o fazem, por conta própria, imbuídos da autoridade que representam na cena enunciativa e, a partir do papel que cada um dos locutores se atribui na ordem social, as personagens – figuras do discurso - se movem em uma escala hierárquica que pode ser assim representada:

Galaaz -----> (pede que o faça cavaleiro) -----> Lancelote

Mediador -----> vontade de Deus

Lancelote -----> (promete atender) -----> Galaaz

Mediador -----> Deus, Sua vontade e poder

Ermitão -----> (afirma que Galaaz será um dos melhores cavaleiros do mundo)

Mediador -----> Voz de Deus, que fala através do ermitão

Nesta representação dos enunciadores, que Ducrot chama de “encenação teatral”, pode-se observar um movimento ascendente que se inicia, no plano temporal, com a voz do homem (cidadão) que pede ao pai para sagrá-lo cavaleiro, deslocando-se até o plano espiritual na voz de Lancelote, ao alertar Galaaz que só a vontade e o poder de Nosso Senhor o fará “um bom cavaleiro”, e do ermitão que fala como se fosse Deus.

3.1.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado:

3.1.2.1 No plano da “narrativa”

Considera-se, na narrativa deste recorte, o predomínio de verbos *dicedi* “disse” e “respondeu”, cuja função, em um discurso direto, é o narrador fazer emergir o locutor que está com a palavra, fazendo parte de orações justapostas e independentes, em orações introduzidas pela conjunção coordenada aditiva “E” que dá seqüência às ações descritas pelos verbos.

Entre os elementos que dão coesão ao texto narrativo encontram-se o anafórico pronominal pessoal “*ele*” (não existindo na “narrativa” a existência de um TU, indissociável a um AQUI-AGORA como no “discurso”), e o pronome demonstrativo também anafórico “*esto*”.

O ponto alto do plano da “narração” está em “***Entam começaram todos a chorar com prazer quantos no lugar estavam***”, que revela como a predição/profecia sensibiliza e fortalece a adesão dos presentes ao discurso, marcado pelo *silêncio*. A interpretação plena do dêitico pronominal temporal “*Entam*” ‘neste ou naquele momento’ e do dêitico pronominal indefinido “*todos*” envolve uma interpretação presencial, uma vez que é o emprego destes operadores, no contexto, que permite identificar os protagonistas e sua localização no tempo e no espaço. Devido à presença da locução verbal “*começarom a chorar*”, infere-se a idéia de ação iniciada, mas ainda não concluída. É o aspecto *incoativo* ou *inceptivo*.

3.1.2.2 No plano do “discurso”

(L1) – Lançarot

(L2) – Galaaz

(L3) – Ermitão

(L1) – *Filho Galaaz, disse Lançalot, estranhamente²⁵ vos fez Deus fremosa creatura. Par Deus, se vós nom cuidades seer boo homem ou boo cavaleiro, assi Deus me conselhe; sobejo²⁶ seria gram dano mala ventura de nom seerdes cavaleiro ca sobejo sodes fremoso.*

(p.) Já que Deus vos dotou de uma beleza tão rara, tão extraordinária, necessário se torna que sejais tão bom homem e tão bom cavaleiro quanto sois formoso.

(pp.) Deus faz formosas criaturas que devem, acima de tudo, serem boas e serem bons cavaleiros.

(sub.) Quero que todos entendam que não é através da beleza que se conquista a felicidade (grande ventura), é preciso ser bom homem e bom cavaleiro, por intermediação da graça de Deus.

Ao se lançar um olhar globalizante sobre a época que se põe em evidência, e o momento sócio-cultural em que os diversos níveis sociais se inter-relacionam, depreendem-se as variações e diferenças impostas pelo arquétipo que liga feiúra ao pecado e ao mal, e a beleza à bondade. Em Lancelot, observa-se a presença do *homem sacro*, isto é, um homem que respeita as coisas sagradas, consideradas por ele como invioláveis. Ninguém deve tocá-las. Ao mesmo tempo, subjaz, através da carga semântica muito forte do advérbio atitudinal de valor argumentativo “*estranhamente*” (linha 1), a presença do *homem profano*: é um discurso que se faz com o entrecruzar de outros discursos – Galaaz não era filho de pessoas casadas legalmente e por isso fruto de uma relação considerada pecaminosa pela Igreja – história bem conhecida pelo próprio Lancelote. Galaaz era seu filho, fruto dos amores “ilícitos” com a filha do rei Peles. Daí o emprego de tal lexia, pois de acordo com a ideologia da época, sendo como é, filho ilegítimo, não deveria ter tantas e tão boas qualidades. Veja-se que o locutor lança mão do adjetivo “*sobejo*” para intensificar o grau de beleza de Galaaz, qualidade que lhe é conferida “*estranhamente*” por Deus. Portanto, Galaaz é *estranhamente* belo, quando deveria ser feio, por ser o produto de uma ligação espúria.

²⁵ Advérbio de base nominal, pois é formado por adjetivo: estranho ‘extraordinário’, ‘maravilhosos’, ‘raro’, acrescido do sufixo *-mente* (BECHARA, 2001, p. 293).

²⁶ Adjetivo significando ‘demasiado’, ‘excessivo’ XIII. De origem controversa, mas sem dúvida relacionado com o latim *super* (CUNHA, 1986, p. 729).

Considerem-se, inicialmente, os tempos verbais do discurso que estabelecem, juntamente com outros elementos, uma relação argumentativa. Em “(...) *sobejo sodes fremoso*” (linha 4), o tempo verbal presente está exprimindo semanticamente um estado considerado na sua realidade ou na sua certeza, mais do que qualquer referência ao fator tempo, quer em referência ao presente, quer em referência ao passado. O emprego do Pretérito perfeito em “(...) estranhamente vos *fez* Deus (...), (linha 1), denota um *processo culminado*, na medida em que é a enunciação de um fato já realizado (OLIVEIRA, 2003, p. 135-137), confirmando-se, pela certeza com que os fatos são enunciados, a presença do *homem sacro*. É o *homem sacro* que acredita no que estabelece as leis da Igreja e é respeitante ao culto divino. Veja-se que em “(...) *sobejo seria gram dano*(...)”, (linha 3), o enunciado aponta para as conseqüências indesejáveis, caso não fossem realizados os desejos anteriormente almejados. O emprego do futuro do pretérito, no texto, exprime a incerteza de ações posteriores em relação ao momento de referência pretérito. Apesar de ter valor hipotético, o contexto do enunciado sugere uma antecipação imaginária de que os desejos se transformarão em certeza, “*par Deus*”.

A análise de alguns operadores argumentativos é importante, por deixarem sua marca gestual e/ou proxêmica²⁷ na “cena enunciativa”, no tempo e no espaço de seu interlocutor, ao lado das contribuições semântico-pragmáticas e da análise de discurso. Os operadores são elucidativos, pois contribuem para delinear o perfil de cada enunciador no ato da enunciação. Veja-se o emprego da conjunção condicional *se* em “(...) *se vós nom cuidades* (...)”, (linha 2): detecta-se uma condição, uma exigência, para que não ocorra “*gram dano e gram mala ventura no futuro*”. A conjunção condicional aponta, semanticamente, para que sejam realizadas as condições necessárias à realização do fato principal e sempre acompanha os atos do homem medieval, já que este se submete aos desígnios da Igreja e deles depende total e irreversivelmente. Em seguida, revela-se o lado *sacro* de Lancelote “(...) *assi Deus me conselhe* (...)”, (linha 2) – é o homem medieval sempre submisso à “vontade de Deus”. É a situação que o locutor cria para a legitimação de seu discurso que é anterior a outros discursos, e cada um dos interlocutores tem consciência do papel que desempenha na formação social. A utilização do anafórico adverbial *assi* ‘dessa forma’ liga uma situação possibilitada pelo antecedente, pois este

²⁷ A proxêmica propõe-se analisar as relações espaciais e o modo como os sujeitos se utilizam do espaço para produzir significação (MAINGUENEAU, 1993, p. 31)

vocábulo orienta-se mais para o que precede do que para o que segue, estabelecendo uma relação de consequência/dependência.

Os dêiticos não poderiam se encontrar fora da situação de argumentação do discurso. Caracterizam-se por se encontrarem em uma situação de *comunicação imediata*, isto é, ocorre dêitico, quando há a introdução, no universo do discurso, de um referente novo, ainda não manifesto. Os pronomes dêiticos *vos/ vós/ me/ eu* localizam Galaaz/Lancelote no tempo e no espaço e no tempo *aqui / agora*, sendo que os pronomes *me / eu* referem-se ao ser do discurso (o locutor), responsável pelo enunciado e dotado de intenção comunicativa. Tais expressões permitem ilustrar, devido à peculiaridade da interpretação dos dêiticos, a distinção já mencionada entre sentido e referência: o sentido mantém-se, o que muda é a referência. Os pronomes *eu* e *me*, por exemplo, têm a função de identificar/apontar o falante, o ator do discurso, na situação de enunciação.

(L2) – *Se Deus feze assi fremoso, dar-mi-á bondade, se lhe prouver. Ca em outra guisa valeria pouco. E ele querrá que serei bõõ e cousa que semelhe minha linhagem e aqueles onde eu venho. E metuda hei minha esperança em Nosso Senhor. E por esto vos rogo que me façades cavaleiro.*

(p.) Quero me façais cavaleiro, porque acredito que Deus, se for Sua vontade, dar-me-á bondade, já que me fez formoso, e me fez descender de uma tão nobre linhagem.

(pp.) Eu acho que me podeis sagrar cavaleiro, porque Deus, que quis me fazer formoso e descendente de tão nobre linhagem, há de querer me fazer um bom cavaleiro.

(sub.) Deus provê aos escolhidos (na Idade Média, só os santos) com dons, não só da alma – amizade, sabedoria, honra, poder, segurança, alegria, graça, coragem, bondade -, mas também com os dons do corpo, entre eles, a beleza.

O (L2) toma a palavra, mostrando-se confiante com relação aos dons necessários para se sagrar cavaleiro, e esses dons Deus lhe dará, mesmo porque já é possuidor de uma grande beleza, de pertencer a uma descendência nobre e é um bom cavaleiro. Os dois empregos do conectivo *se* em “*Se me Deus feze assi fremoso, dar-mi-á bondade, se lhe aprouver*”, além de indicar uma hipótese, aponta, semanticamente, para que seja realizado o fato principal. No início do período

seguinte, o (L2) exprime a razão da afirmação da oração principal do período anterior, recorrendo ao emprego do conectivo causal *ca* ‘porque’. Pode tratar-se de um pretexto ou de uma condição para que se realize o que foi dito na oração principal “(...) *dar-mi-á bondade* (...)”. Em “*Ca em outra guisa valeria pouco* (...)” o efeito de sentido produzido através do uso do futuro do pretérito pelo (L2), é o de que as conseqüências indesejáveis são inevitáveis, caso não fossem realizadas as condições explicitadas anteriormente. Porém o emprego do futuro do presente em “(...) *dar-mi-á bondade* (...)”, (linha 6), e em “*E ele querrá que* (...)”, (linha 7), indica que o (L2) considera provável a ocorrência de fatos posteriores ao momento da fala. É a situação que o locutor cria para a legitimação de seu discurso que é anterior a outros discursos, que lhe dá a certeza daquilo em que acredita. É a presença do *homem sacro*.

Do mesmo modo, constata-se o uso de anáforas pronominais que comprovam a dependência do homem com relação a Deus, em “(...) *se lhe prouver* (...)” (linha 6) e em “*E ele querrá que serei bõõ* (...)” (linha 7) cujo anaforizado é Deus e o anafórico que retoma o grupo nominal é um pronome, podendo-se dizer, que tem a função de assegurar uma continuidade referencial – o homem medieval voltado para as coisas sagradas. Tal dependência encontra-se representada pelos anafóricos presentes em “(...) *se lhe prouver* (...)” (linha 6) e em “*E ele querrá que serei bõõ* (...)” (linha 7), respectivamente “*lhe*” e “*ele*”, cujo anaforizado é Deus.

(L1) – *Filho, pois vos praz, eu vos farei cavaleiro. E Nosso Senhor, assi como ele aprouver e o poderá fazer, vos faça tam bõõ cavaleiro como sodes fremoso.*

(p.) Eu vos farei cavaleiro, se este é o vosso desejo. E que você seja, com o poder e a permissão de Deus, tão bom cavaleiro quanto é formoso.

(pp.) Eu vos farei cavaleiro, porque se Deus o fez tão formoso, ele poderá fazer com que vós também sejais um bom cavaleiro.

(sub.) A minha fé me faz acreditar que, se Deus que tudo sabe e pode, perdoou meu pecado, conferindo-lhe extraordinária beleza, certamente o fará um cavaleiro respeitado por todos.

A presença da primeira pessoa em “(...) *eu vos farei cavaleiro* (...)”, (linha 11), representa o locutor, enquanto responsável pelo enunciado. Caracteriza-se como um enunciado performativo – “dizer é fazer” –, validado por Austin, em sua Teoria dos Atos de Fala. Seus estudos procuraram refletir sobre a possibilidade de uma teoria “que explicasse questões, exclamações e sentenças que expressam comandos, desejos e concessões” (PINTO, 2001, p. 57). Um ato de fala é uma forma que tomam as palavras que, se faladas ou escritas, em condições apropriadas e sob convenções apropriadas, constituem, na realidade, o desencadear de uma ação. O sucesso do ato de fala não está associado pelo seu valor de verdade, mas de acordo com a “*felicidade*” ‘sucesso’ de sua execução (IKEDA, apud MEURER et al., 2005, p. 57). É através do estudo que se faz dos atos de fala que se descobre o sistema de convenções sociais e políticos sobre os quais uma determinada sociedade está construída. Nesse caso, fica bastante claro que Lancelote está investido de autoridade, em tempo e lugar adequados, para fazer de seu filho um cavaleiro, assim como se obedeceu a certo número de condições lingüísticas adequadas, em detrimento de outras, daí a “*felicidade*” do ato de fala. Lancelote representa um misto do *homem sacro* e *profano* e que, por isso mesmo, sabedor de sua culpa, mostra-se humilde diante de Deus: “(...) *assi como ele aprouver e o poderá fazer* (...)”, (linha 12), isto é, em conformidade com a vontade de Deus, comprovado pela presença do pronome pessoal anafórico “*ele*”. É o homem que desempenha dupla função: ao mesmo tempo em que se dignifica, sagrando seu filho cavaleiro, submete-se à vontade de Deus total e irrestritamente.

(L 3) “ – *Dom Lançalot, nom hajades dulda de Galaaz, ca eu vos digo que de bondade de cavalaria os milhores cavaleiros do mundo passarã*”.

(p.) Dom Lançarot, afirmo que Galaaz estará entre os melhores cavaleiros do mundo, não duvide.

(pp.) Não se pode duvidar das qualidades de Galaaz como cavaleiro, por isso, estará entre os melhores do mundo.

(sub.) Galaaz tem as qualidades singulares de um bom cavaleiro (coragem, honradez, fidelidade e respeito ao sagrado) e, certamente, Deus o escolherá e, com Seu poder, vai colocá-lo entre os melhores do mundo.

A presença da retórica na fala do ermitão revela que ele é uma autoridade secular, também reconhecida pela sua eloquência no dizer, que se mostra, quando se utiliza da hipérbole – “(...) *de bondade de cavalaria os milhores cavaleiros do mundo passará*”, (linha 16), que empresta à frase um estilo retumbante e um tom declamativo. O ermitão exerce uma função específica de ir além da percepção comum, podendo-se atrelar a esta percepção o motivo religioso, a grande mola propulsora da época medieval, e o motivo político do exercício do poder que se percebe claramente na *DSG*. É um discurso que resulta muito eficaz porque o trabalho do ermitão é considerado sério e, por isso mesmo, é legitimado pela sociedade que representa. É a voz que fala no que Orlandi chamou de *Discurso da Seriedade*: impõe *silêncio* e impede a discussão e a discordância (ORLANDI, 1989, p. 41).

(L1) “- *Deus o faça assi como eu queria*”.

(p.) Deus o faça assim como eu sempre o quis.

(pp.) Que Deus o faça belo e bondoso como eu sempre o quis.

(sub.) O meu querer é limitado, porque não sou Deus.

Observe-se aqui o uso de anafóricos, elementos de coesão textual: a anáfora adverbial “*assi*” ‘desta forma’ está ligando um estado de coisas, um acontecimento ou uma situação possibilitados pelo antecedente “*estranhamente vos fez Deus fremosa creatura*”, (linha 1), pois “*assi*” orienta-se mais para o que precede do que para o que segue; o pronome pessoal oblíquo anafórico “*o*”, e o verbo “*querer*”, pois estes termos remetem a enunciados anteriores: *fremosa criatura, estranhamente, bõõ homem, bõõ cavaleiro*. O pronome pessoal “*eu*” está funcionando como um dêitico, como em “- *Deus o faça assi como eu queria*”,(linha 18). É uma manifestação do locutor que assim procede, assumindo explicitamente a responsabilidade e a autoria daquilo que afirma. São fenômenos típicos da linguagem humana, que explicitam o tratamento dado à situação da enunciação. Segundo o lingüista francês Benveniste, esses fenômenos demonstram a “presença do homem na língua” (ILARI; GERALDI, 2003, p. 64).

Na maioria das falas, o emprego do presente do indicativo está exprimindo semanticamente ações, consideradas em sua realidade ou em sua certeza, mais do que qualquer referência ao fator tempo, como em “(...) *ca sobejo sodes fremoso (...)*”, (linha 4). Além de marcar uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente, que deve ser um ponto preciso, refere-se ao que começou no passado, estendendo-se para o futuro. Não é, portanto, um presente momentâneo.

O pretérito perfeito, de um modo geral, indica uma ação que se produziu em certo momento do passado, e está sendo descrita tal como aparece a um observador situado no presente e que considera presente uma ação concluída no passado. A ação do verbo exemplifica um *processo* na medida em que é um evento que envolve duração ou uma ação concluída no passado – *processo culminado* - na medida em que é a enunciação de um fato já realizado como em “- *Se Deus me feze assi (...)*”, (linha 4), (OLIVEIRA, 2003, p. 135-137).

O emprego do futuro do presente tem presença marcante neste recorte, desde quando se presta para indicar a certeza daquilo que se quer obter, a expressão de fatos posteriores ao momento em que se fala “*E ele querrá que serei boo (...)*”, (linha 7), identificando a presença do *homem sacro*, cujo discurso pode ser identificado como uma asserção atribuída a outros enunciadores e a um intertexto – a Bíblia. É o coro de vozes que se manifesta normalmente no discurso religioso, visto ser um pensamento do outro constitutivo daquele que fala, não sendo possível separá-los radicalmente, pois está incorporado ao discurso do locutor. Daí a noção de *polifonia*, elaborada por Oswald Ducrot e por Carlos Vogt (KOCH, 1993, p. 142).

Outro argumento fortíssimo usado para corroborar a certeza no poder divino é o emprego do modal nuclear “*poder*” em “(...) *como a ele aprouver e o poderá fazer (...)*”, (linha 12). Detecta-se a força semântica do modal “*poder*”, denotando possibilidade e capacidade: *poucos podem fazer* o que desejam, mas Deus Nosso Senhor *pode*. Exprime “como característica determinante, nos atos ilocutórios, o valor de verdade da proposição” (PARRET, 1973, p. 47). Revela-se, portanto, a crença no poder divino.

3.1.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Pela seleção lexical, recurso retórico de grande importância, o tema do texto aponta para o estilo religioso: reiteradas vezes comprova-se a presença da palavra *Deus e Nosso Senhor*, estando garantida a manutenção do tema através de palavras e/ou expressões do tipo:

➤ *Sagrado*

(1) *fremosa criatura* (linha 1) – na qual *fremosa* ‘formosa’ (de forma), ‘mancebo formoso’; *bõõ homem, bõõ cavaleiro, minha esperança em Nosso Senhor, bondade*.

(2) *bõõ homem* (linha 2) - ‘que tem as qualidades adequadas à sua natureza ou função’, ‘bom naquilo que faz’.

(3) “*ca eu vos digo que de bondade e cavalaria os **milhores** cavaleiros do mundo passará*”, (linha 14-16): *milhor* ‘superior em qualidade’ ou *mëllor*. Tal presença denota que sempre se quer enfatizar a superioridade das coisas determinadas por Nosso Senhor, pois em se tratando das coisas divinas, não existe outro parâmetro de comparação.

(4) “*estranhamente*”(linha 1) - expressão adverbial que se derivou do adjetivo **estranho** ‘extraordinário, raro, maravilhoso’. Exprime o sentimento, a atitude do locutor, perante o fato que está contido no intertexto – Galaaz, não era filho de pessoas casadas legalmente. É um advérbio atitudinal, de valor argumentativo.

(5) “*se vós nom **cuidades** seer bõõ cavaleiro* ” (linha 2) – ‘cogitardes’, ser bom cavaleiro.

(6) “E *metuda* hei minha esperança em Nosso Senhor ” (linha 8-9) – a lexia poderia advir de *metus, us* ‘temor religioso’ e o enunciado ser semanticamente interpretado como ‘tenho minha esperança em Nosso Senhor apesar do temor religioso’.

(7) “(...) *dar-mi-á bondade, se lhe **aprouver*** .” (linha 6) – v. *aprazer* ‘agradar’.

Através da escolha lexical, percebe-se a presença da intencionalidade para atingir o interlocutor, “já que **não existe escolha neutra**: o que existe, apenas, é uma escolha que **parece neutra**, (...) que se destina a aumentar a credibilidade, por contraste, com um estilo argumentativo mais inflamado” (KOCH, 1993, p.157).

3.2 RECORTE ENUNCIATIVO II

7 *Como Lancelot viu Boorz que veerom após el.*

- (1) E outros cavaleiros que com ele andavam disserom:
 (2) - Senhor, pois já cavaleiro é, ele irá mais toste aa corte ca vós nom no
 (3) cidades, ca el será i mui cedo.
 (4) - Pois comendo-vos a Deus, disse Lançalot, ca me quero eu ir aa corte,
 (5) ca hora de terça hei i de seer.
 (6) Entam filhou suas armas e cavalgou: e u queriam sair do mosteiro, viu ante
 (7) ãa câmara Boorz e Lionel armados, que outrossi queriam cavalgar e, tanto
 (8) que o virom, foram pera el. E ele lhes disse:
 (9) - Que ventura vos adusse aqui? Eu cuidava que érades na corte.
 (10)-Senhor, disserom eles, nós nos partimos por pavor de morte que houvemos
 (11)de vós como menos que nós, ca vos nom partíades senom por algũa coita mui (12)grande.
 Por esso veemos pós vós atee aqui e nos encobrimos o melhor que (13)pudemos. Quando
 soubemos que vos queríades tornar aa corte, armamos-nos
 (14)por nos tornar com vós ca por al nom.
 (15 - Pois cavalgade e vaamos-nos, disse ele.
 (16) Entam cavall[2, d]garom e iindo póla carreira preguntou Boorz:
 (17) -Senhor, quem é este cavaleiro que ora fezeistes?
 (18) - **Cedo o saberedes**, disse Lançarot. **Leixade ende ora a pergunta.**
 (19) Er disse Lionel:
 (20) - Quem quer que seja é tam mais fremoso que nunca eu vi de sua idade
 (21)e, se for tam bõõ cavaleiro como fremoso, muito bem lhe faria Nosso
 (22)Senhor (*DSG*, 23 (7,10-31)).

3.2.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

De acordo com a tradição cisterciense²⁸ as virtudes de que se devem munir os cavaleiros os mantêm na via mística: só o amor de Deus é que levará as criaturas para seu fim verdadeiro que é a “visão de Deus”. Percebe-se no recorte enunciativo em questão que Lancelot põe, acima de tudo, a honra, o dever e, para o cumprimento dos deveres de honra de cavaleiros, todos devem chegar à hora aprazada à corte do rei Artur para a cerimônia do início d’ *A demanda*.

Veja-se o que escreve Megale:

A novela foi mostrando como a condição do cavaleiro está fincada sobre esta ambigüidade: sua disponibilidade, que redundava em dependência, e sua liberdade, em

²⁸ Membros de uma ordem cristã de monges e freiras fundada em 1098, que segue de uma forma especialmente estrita a regra beneditina. Até hoje, os cistercienses fazem jejum e fazem a abstinência de carne, não por motivos éticos ou higiênicos, mas porque a carne é tão boa que se abstêm dela (MICHAELLIS, 1998, p. 509).

submissão, acontecendo isso, via de regra, pela mistificação, para a qual concorrem as repetidas instruções e orientações advindas dos conselhos dados pelos ermitães, sempre atentos à articulação da errância cavaleiresca com o funcionamento do sistema (MEGALE, 1992, p. 15).

Os efeitos de sentido de um enunciado são efeitos da presença do interdiscurso, constituído pelo funcionamento da língua no acontecimento. Os sentidos construídos na relação de um discurso com outros discursos fazem parte do domínio da memória e do presente do acontecimento. Portanto, o *silêncio* de Lancelote, quando se recusou a esclarecer quem era o cavaleiro que acabara de sagrar, pode ser compreendido, em relação à ideologia, pela estrutura ideológica que atravessa a narrativa em toda a sua extensão – “*ca as cousas celestiaes sam escondidas, que já mais coração mortal [56, c] nom as poderá conhecer se polo Santo Espírito nom é*” (DSG, 128 (161, 12-13)). Estas palavras ditas por um ermitão a Galvam permitem perceber a ideologia religiosa cristã, pregada pela Igreja e fazem parte dos “desígnios superiores” que dão sustentação ao não esfacelamento do reino. Pode-se perceber que há um grande *silêncio* quando se trata das coisas divinas, dos mistérios, que o homem leigo não deve saber em relação às *puridades do alto Mestre*. É o *silêncio da submissão, da fé, da obediência* e que podem ser constatados em:

- FÉ – “*pois comendo-vos a Deus...*” (linha 4);
- HONRADEZ – “*(...) ca me quero ir aa corte, ca hora de terça hei de i de seer*” (linha 4-5);
- FIDELIDADE – “*(...) nós nos partimos por pavor de morte que houvemos de vós como menos que nós(...)*” (linha 10-11);
- BELEZA – “*Quem quer que seja é tam mais fremoso que nunca eu vi de sua idade (...)*” (linha 20);
- BONDADE (ser bom naquilo que faz) – “*(...) tam bõõ cavaleiro como fremoso (...)*” (linha 21)

3.2.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.2.2.1 No plano da “narrativa”

Neste recorte, a narração se desenvolve, em um leque de tempos verbais limitados, e funciona, predominantemente, sobre dois paradigmas: pretérito perfeito e imperfeito. A título de ilustração, considere-se: “*andavam*”,(linha 1), “*filhou*”, (linha 6), “*cavalgou*”, (linha 6), “*virom*”, (linha 8), que marcam uma relação de anterioridade entre o fato consumado no passado, e o momento de referência presente, exceto a forma “*andavam*” que também revela a idéia de continuidade de ação desde certo tempo até o momento da comunicação.

Os verbos *dicendi* ou de elocução “*disserom*”, “*disse*”, “*preguntou*” têm como principal função indicar o interlocutor no discurso direto.

Considera-se como destaque para a análise enunciativa, as seguintes passagens que são do domínio da “narrativa”:

(1) Em “*E outros cavaleiros que com ele andavam disserom:*” (linha 1), detecta-se a presença da conjunção “*E*”, operador de conjunção, dá início a uma sucessão de ações, idéias e argumentos, ocorrendo o uso deste mesmo operador nas linhas 6, 7, 17 e 20. Observe-se ainda o pronome demonstrativo catafórico “*outros*”, o pronome relativo anafórico “*que*”, cujo anaforizado é “cavaleiro”, a preposição “*com*”, indicando a situação em que se encontram os cavaleiros ‘em companhia de’ e o pronome pessoal dêitico “*ele*”.

(2) “*Entam filhou suas armas e cavalgou: e u quieriam sair do mosteiro, viu ante ua câmara Boorz e Lionel armados, que outrossi quieriam cavalgar e, tanto que o virom, foram pera el. E ele lhes disse:*”

Em primeiro lugar, quer-se dar destaque ao emprego dos modais nucleares “*quieriam sair*” e “*quieriam cavalgar*” que são atos ilocucionários constitutivos de certa realidade e cujo modal “*querer*” expressa desejo, vontade ou intenção de praticar determinada ação, emprestando à linguagem uma situação extralingüística da situação: o ato de “*querer*” dos personagens é do conhecimento do narrador – narrador onisciente –, pois ele sabe o que se passa na mente dos personagens.

O operador argumentativo adverbial temporal dêitico “*Entam*” ‘nesse momento’ intruz a oração que inicia o período, estabelecendo a coesão do texto. Os dois empregos da conjunção

aditiva “e” asseguram o encadeamento discursivo, a coerência e também a progressão do discurso, enquanto os dêiticos “u” ‘quando’, “ante” ‘diante’ e “tanto que” ‘logo que’ explicitam o tempo e a localização dos personagens. A presença dos anafóricos pronominais “que” cujos anaforizados são “Lionel e Boorz” e “o” (*virom*), referindo-se a Lancelote, complementam a interpretação presencial.

Em “*outrossi queriam cavalgar*”, (linha 7), - o operador “*outrossi*” ‘também’, ‘igualmente’, marcador de inclusão por excelência, é um operador que liga dois argumentos **p** e **q**, orientados para uma mesma direção – cavalgarem **também** com Lancelote.

3) Ainda no plano “narração”, “*Er disse Lionel*”, (linha 19), ‘então’ dá início a uma argumentação polifônica, cujo encadeamento possível seria: Você não nos diz, mas nós sabemos que..., sendo *disse* um verbo *dicendi* ou de enunciação.

É por meio de mecanismos como estes que se vai tecendo o encadeamento narrativo, dando-lhe coesão, “desenhando” a cena com as tintas da realidade aos olhos do leitor, tornando-o um co-participante dos acontecimentos que pertencem ao passado.

3.2.2.2 No plano do “discurso”

Quadro para a análise polifônica do *corpus* discursivo selecionado:

(**On**) – Ponto de vista dos cavaleiros em geral²⁹

(**L 1**) – Lancelot

(**L 2**) – Boorz e Lionel

(**L 3**) – Lionel

(**On**) - *Senhor, pois já cavaleiro é, ele irá mais taste aa corte ca vós nom no cuidades, ca el será i mui cedo.*

²⁹ Os falantes do francês, além de *eu-tu* e das formas de não-pessoa, possuem um morfema *on* cujo estatuto é associado a um verbo em terceira pessoa do singular, mas também pode ser interpretado, dependendo do contexto, como “eu”, “tu”, “nós”, “eles”, “elas”, “os homens em geral” etc. Maingueneau, em uma nota ao pé de página, esclarece que este item refere-se a uma peculiaridade da língua francesa, sem correspondente na língua portuguesa (MAINGUENEAU, 2001, p. 13-14).

(p.) – Senhor, ele já é cavaleiro e irá para a corte mais cedo do que pensais.

(pp.) – É dever de todo cavaleiro apresentar-se à corte do rei Artur.

(sub.) – Todo bom cavaleiro, inspirado na fé em Deus, coloca, acima de tudo, o cumprimento do dever e da honra.

O locutor (*On*) que representa a opinião dos cavaleiros que com ele andavam, remete a um grupo que o interlocutor pertence, apto a emitir juízo de valor sobre um cavaleiro, sagrado por Lancelote, que é considerado como “o melhor do mundo”. O (L1) aceita as argumentações do (*On*) como verdadeiras por terem sido asseveradas em conformidade com a ideologia da época – se ele *já é cavaleiro*, há de ter honra e comprometimento com a palavra dada - e baseiam-se nelas suas conclusões com a proposição “*Pois comendo-vos a Deus (...)*”, (linha 4). Como o monge, o cavaleiro é um herói de *pugna spiritualis*, da luta contra o demônio. Na *Demanda*, pode-se considerar que Galaaz é visto como Persival. O cavaleiro torna-se um místico e a aventura cavaleiresca transforma-se na busca religiosa do Graal, merecendo, em vista disso, a irrestrita confiança de todos.

Analisando-se o enunciado “- *Senhor, pois já cavaleiro é (...)*”, (linha 2), o verbo, no presente, funciona, também, como um dêitico temporal, em cuja conotação semântico-pragmática subjaz a enunciação de um dogma em “*já cavaleiro é*”, porque, para a época, constitui-se em uma proposição apresentada como incontestável e indiscutível. Sagrar um cavaleiro está intimamente ligado a um dos fundamentos do cristianismo. Quanto ao emprego da conjunção *pois*, não se detecta o mesmo matiz nos dois empregos: “- *Senhor, pois cavaleiro já é (...)*” ‘visto que’ funciona como um operador argumentativo responsável pelo encadeamento de um novo segmento discursivo, que consiste em um ato de justificação e de legitimação do enunciado anterior; significando ‘então’, ‘logo’, em “-*Pois comendo-vos a Deus (...)*”, (linha 4), orienta a conclusão a que chega o (L2) e, ao mesmo tempo, a aquiescência, por parte deste, da argumentação apresentada anteriormente. O verbo ‘ser’ traz uma sobrecarga semântica muito forte, reforçada pelo também dêitico temporal “*já*”, quantificador que está na raiz de uma afirmação. Com processos *culminados*, o Presente é raramente utilizado sem adverbiais de quantificação (OLIVEIRA et al., 2003, p. 144). Deve-se também dar destaque ao emprego do futuro do presente em “(*...*) *ele irá mais tarde (...)*”, (linha 2), e em “(*...*) *ca el será i mui cedo*”, (linha 3), porque, analisado dentro do contexto situacional, traduz um fato considerado como

certo no devir. Isso porque o que anima o espírito do homem medieval é o sentimento de fé, o desejo e a esperança de salvação, que lhe foram inculcados pelos ensinamentos da Igreja. O enunciado é atravessado por um tom de muita firmeza, podendo-se identificar que os atos de fala são executados por pessoas que têm conhecimento da situação e também têm opiniões estabelecidas.

A presença de dêiticos espacial “*i*” ‘lá’, pessoal “*vós*” e temporal “*cedo*” localizam os locutores no tempo e no espaço. E para assegurar a continuidade referencial, constata-se a presença das anáforas pronominais “*ele / el*”, cujo anaforizado é Galaaz.

(L 1) -*Pois comendo-vos a Deus, disse Lançalot, ca me quero eu ir aa corte, ca hora de terça hei i de seer.*

(p.) – Recomendo-vos a Deus, porque eu quero ir à corte, e porque à hora terça terei de estar lá.

(pp.) – Devo estar na corte à hora de terça.

(sub.) – É meu dever, como cavaleiro que crê na força religiosa que me comanda, que vá até à corte (do rei Artur), por isso, entrego-vos (e Galaaz) à proteção de Deus. até à corte (do rei Artur), na hora aprazada, e por isso entrego-vos (e Galaaz) à proteção de Deus.

Diante das palavras dos demais cavaleiros, Lancelote deixa-se convencer, mas quer que fique claro o seu desejo de estar na corte à hora aprazada e que, nenhum deles, nem mesmo sua preocupação com Galaaz, poderia impedi-lo de chegar lá. É através do emprego da conjunção “*Pois*” significando ‘então’ (linha 4) que se denota a aquiescência de Lancelote ao que foi dito anteriormente.

Considere-se o emprego do gerúndio “*comendo-vos*” ‘encomendo-vos’,(linha 4), como um dêitico temporal ‘neste momento, agora’, exprimindo um processo verbal em curso e uma ação realizada antes da indicada na oração principal (“*ca me quero eu ir aa corte...*”) (linha 4).

Em “(...) *ca me quero eu ir aa corte (...)*”, (linha 4), e “(...) *queríades tornar* aa corte (...)”, (linha 13), exprimindo volição, vontade de praticar determinada ação; “(...) *hei de seer i (...)*”, (linha 5), perífrase verbal que exprime obrigação, promessa, dever, noção de compromisso ‘consigo mesmo’, uma espécie de obrigação de ordem moral, uma contingência, corroborando o compromisso de honra, de cumprimento do dever que todo cavaleiro deve ter consigo mesmo,

com o reino e com Deus. São formas verbais apropriadas para significar que certo acontecimento, inexistente na época em que se fala, há de se efetuar. Nos dois primeiros exemplos, tem-se a presença do verbo modal “querer”, propriamente dito. São atos ilocucionários constitutivos de certa realidade, modificando, como um todo, o conteúdo semântico da enunciação e emprestando à linguagem uma situação extralingüística da enunciação.

As perífrases verbais, destacadas acima, são apresentadas para exprimir a possibilidade de um fato que ainda não se concluiu no presente, mas, animados pela fé e pela certeza de quem busca a salvação através de Deus, os desejos se realizarão em um futuro próximo. É o *homem sacro*.

É oportuno e esclarecedor o que escreve Herman Parret sobre os tempos modais:

Que comprend-on par “modalités”? On définit les modalités dans les théories grammaticales classiques au niveau superficiel de la *lexicalisation*: la force sémantique des modalités et leur distribution syntaxique s’identifiet alors au sens et au comportement syntaxique des *verbes modaux*, comme *pouvoir, devoir, savoir, vouloir*. Mais cette classe nucléaire des modaux peut être amendée par des lexicalisations périphériques, dans d’autres séquences morphologiques et même dans des types d’intonation et d’idiosyncrasies stylistiques. On se situe, sans aucun doute, à un niveau plus profond en considérant les modalités, non plus comme des propriétés de séquences lexicalisées, mais comme des caractéristiques déterminant la valeur de vérité de propositions; c’est ainsi que l’on dit, à la suite de KANT, que l’*assertion* est une propositions de mode zero, que la proposition apodictique est affectée par le mode du *nécessaire* ou de l’*impossible*, que la proposition *problématique* est affectée par le mode du possible ou du contingent. Ces quatre modalités traditionnelles, dites quelquefois aristotéliennes ou “aléthiques”, sont donc motivées *extensionnellement* puisqu’elles expriment la vérité des états de choses (PARRET, 1976, 47).³⁰

(L 1) – *Que ventura vos trouxe aqui? Eu cuidava que érades na corte.*

³⁰ O que se compreende por “modalidade”? Definem-se as modalidades nas teorias gramaticais clássicas no nível superficial da *lexicalização*: a força semântica das modalidades e sua distribuição sintática se identificam nesse caso com o sentido e com o comportamento sintático dos *verbos modais*, como *poder, dever, saber e querer*. Mas essa classe nuclear dos modais pode ser corrigida por lexicalizações periféricas em outras seqüências morfológicas e mesmo em tipos de entonação e idiosincrasias estilísticas. Situa-se, sem nenhuma dúvida, em um nível mais profundo, considerando as modalidades, não mais como propriedades de seqüências lexicalizadas, mas como características determinantes do valor da verdade de proposições; é assim que se diz depois de KANT, que a asserção é uma proposição de modo zero, que a proposição apodítica é afetada pelo modo do necessário ou do impossível, que a proposição problemática é afetada pelo modo do possível ou do contingente. Estas quatro modalidades tradicionais, ditas algumas vezes aristotelicianas ou “aléticas” (que não podem ou não devem ser ditas?) são portanto motivadas *extensionalmente* uma vez que elas exprimem a verdade dos *estados de coisas*. (Trad. da autora do trabalho)

(p.) – Que destino vos trouxe aqui? Eu pensava que estáveis na corte.

(pp.) – Gostaria de saber por que estão aqui, quando deveriam estar na corte.

(sub.) – Quero saber que fatalidade (acontecimento determinado pela providência divina ou pelas naturais) os trouxe até aqui, já que todos os cavaleiros da Távola Redonda têm o dever de estarem presentes na corte neste dia.

Pela fala do (L1), percebe-se que nem sempre o sistema lingüístico permite a interpretação de um enunciado. O que faz com que se entenda perfeitamente o falante são fatores extralingüísticos como a entonação que ele usa, a expressão facial e/ou seus gestos, por exemplo. Entra-se aí no campo da prosódia, significando que a investigação lingüística do significado ainda interage com o estudo de outros processos do conhecimento e que, em vista disso, o sistema semântico tem seu significado alterado para a compreensão final. A fala do (L1) pode ser estudada dentro do domínio de uma teoria da pragmática – a Teoria dos Atos de Fala – que tem como foco de estudo o que as pessoas fazem quando produzem sentenças: afirmam, questionam, prometem. No caso do questionamento feito por Lancelote aos demais cavaleiros, investigando as ações intencionais do falante, sente-se o tom de autoridade, de mando, e até de aborrecimento, por constatar que os companheiros estavam ali, quando deveriam, devido ao avançado da hora, estar na corte, sentimento que vem explícito na seqüência do enunciado “*Eu cuidava que érades na corte*”, (linha 9), no qual o locutor assume seu dizer através do pronome pessoal EU, dirigido ao TU, no plano da interação verbal.

Marcam presença o pronome pessoal dêitico “vos” e o dêitico espacial representado pelo advérbio de lugar “*aqui*”, este último, denotando o grau de proximidade entre os interlocutores.

(L 2) - *Senhor, disserom eles, nós nos partimos por pavor de morte que houvemos de vós como menos que nós, ca vos nom partiades senom por algũa coita mui grande. Por esso veemos pós vós atee aqui e nos encobrimos o melhor que pudemos. Quando soubemos que vos queríades tornar aa corte, armámo-nos por nos tornar com vós ca por al nom.*

(p.) Nós partimos não por nós, mas por medo de que vós corrêsseis algum perigo de morte, pois só um profundo sofrimento (*coita*) justificaria essa vossa ausência da corte.

(pp.) Só uma providência inadiável ou um grave motivo poderia justificar a ausência de Lançalot, na corte, naquele dia.

(sub.) A nenhum cavaleiro é permitido ausentar-se da corte por ocasião das festividades que vão acontecer para o início d' *A Demanda*. Por isso, desejamos saber as razões que impediram Lancelote de partir.

Há dois motivos prováveis para a preocupação dos companheiros de Lancelote. O primeiro, apresentado no posto, é uma prova da dedicação, respeito e amizade que dedicam a Lancelote, que poderia estar correndo perigo de morte, situação comum desde a época medieval até os dias atuais, porque “O homem que abandona seu ambiente natural e expõe-se aos perigos do caminho, estabelecerá relações com desconhecidos e irá ao encontro das armadilhas na natureza” (LE GOFF, et al., 1989, p. 234). Outro motivo é o apresentado no subentendido – por que Lancelote ausentou-se da corte em um dia e momento tão importantes, véspera de *Pinticoste*, início dos preparativos para da *Demanda*?

Neste recorte, há a predominância dos tempos verbais no pretérito perfeito que, normalmente, expressa um fato consumado no passado. No contexto, porém, revelam uma idéia de continuidade da ação de um certo tempo até o momento da comunicação em: “*Que ventura vos adusse aqui?*”, (linha 10), “(...) *nós nos partimos por pavor de morte que havemos de vós (...)*”, (linha 10-11), “*Por esso veemos pós vós (...)*”, (linha 12). Conotação diferente pode ser reconhecida em “(...) *armámo-nos por nos tornar com vós (...)*”, (linha 14), que expressa um fato consumado no passado. Infere-se, quanto à presença do modal “*querer*” em “*queríades tornar*” que, a partir das convenções lingüísticas das enunciações e das convenções extralingüísticas das situações comunicativas adotadas pela pragmática das modalidades, existe a expressão da possibilidade de um fato que ainda não se concluiu no presente, mas que, com certeza, concluir-se-á em um futuro próximo.

(L 3) – *Senhor, quem é este cavaleiro que ora fezestes?*

(p.) – Diga-nos quem é o cavaleiro que ora fezestes ‘sagrastes’.

(pp.) – Estamos curiosos para saber quem é este cavaleiro que ora fizestes.

(**sub.**) – Temos certeza de que é um cavaleiro muito especial, pois só assim justificaria vossa ausência da corte neste dia.

A presença do pronome dêitico espacial “*este*” indica proximidade entre os interlocutores, aliado ao dêitico temporal “*ora*” ‘agora’, determinante para que a ação pretérita do verbo “*fezestes*” se aproxime do presente. O ‘agora’ traz o fato para o presente a um observador situado no presente.

Através da força ilocucionária do enunciado, por não se tratar de um ato de ordem, depreende-se o papel social que cada personagem ocupa na sociedade – Lancelote comanda e os demais obedecem. Note-se que o enunciado performativo “(...) *quem é este cavaleiro (...)*”, (linha 17), só pode ser interpretado como *pedido* ou *solicitação*, nunca como *ordem* ou *ameaça*. Sem nenhuma dúvida, o contexto é que está exercendo um papel decisivo na interpretação da força ilocucionária.

(**L 1**) – *Cedo o saberedes, disse Lançarot. Leixade ende ora a pergunta.*

(**p.**) – Vós sabereis a resposta em breve. Deixai, por agora, a pergunta.

(**pp.**) – Não posso responder agora a pergunta.

(**sub.**) – É nosso dever guardar e louvar os segredos da Santa Igreja, e eu não direi mais porque não convém ao homem leigo descobrir os mistérios/desígnios do alto Mestre.

Quanto aos pressupostos e aos subentendidos, vale ressaltar que o *silêncio* de Lancelot produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. É o *silêncio da submissão* às coisas sagradas, “permitindo a constituição da história do sujeito não apenas como reprodução mas como transformação dos sentidos, resultado de uma articulação do sujeito “no” discurso com o sujeito “do” discurso” – Deus (ORLANDI, 1995, p.89, 95). É um não-dito que implica em algo intencionalmente excluído. Ele considera obrigação deixar de lado o que não convinha veicular – Galaaz / Nosso Senhor -, pois *as puridades da Santa Egreja nom quis ele descobrir, ca nom convém que as saiba homem leigo* (DSG, 61- 62(62, 8-11)). Galaaz, pelos atos que pratica em toda a narrativa, é o espelho de Cristo aqui na terra, e por isso, deve-se colocar um tênue véu entre ele e os “homens leigos”, que não tinham acesso aos textos (bíblicos), todos em latim, por sistemática proibição da Igreja de serem traduzidos. É preciso sagrar Galaaz cavaleiro, pois ele é

que é o escolhido para cumprir os desígnios superiores na Demanda: a busca do Graal e a sustentação do sistema do reino de Artur.

Leve-se em conta que nas falas de Lancelote é um indivíduo/líder dos cavaleiros que fala, considerando-se o subjetivismo em “(...) *ca me quero eu ir aa corte(...)*”, (linha 4), o ponto de vista pessoal representado pelos pronomes EU / ME que constroem um processo de valorização de si mesmo, assim como verbos na primeira pessoa – dêíticos pessoais; ao se apresentar em primeira pessoa do singular, ele se coloca explicitamente com a marca de sua posição atual de autoridade, conferida pela sociedade em que atua. Também neste recorte há a utilização de verbos no imperativo, nas falas de Lancelote, a voz de comando “- *Pois cavalgade e vaamos-nos (...)*”, (linha 16), assim como a máxima (considere-se assim, levando-se em conta o situacional) “-*Pois comendo-vos a Deus (...)*”, (linha 4). Na fala do (L3), (linha 20), também está presente o EU individualizante, mas não entra no jogo argumentativo por autoridade, já que não se percebe nesta sua fala a meta de convencer seus alocutários, conduzindo-os a certa conclusão, com o fim de conseguir adesão para seus propósitos.

(L4) – *Quem quer que seja é tam mais fremoso que nunca eu vi de sua idade e, se for tam bõõ cavaleiro como fremoso, muito bem lhe faria Nosso Senhor* (linha 20-22).

(p.) Quem quer que seja é muito formoso e se for bom cavaleiro como é formoso, um bem muito grande lhe faria Nosso Senhor.

(pp.) O mais importante é que ele seja tão bom cavaleiro quanto é formoso.

(sub.) Acredito, e é verdade, que todo aquele escolhido por Deus deve ter duas qualidades: bondade e formosura.

Esta asserção está construída, basicamente, sobre o grau superlativo, conforme se detecta através das expressões *tam mais...que*, sugerindo uma idéia superlativa, pois não há o termo comparado; e *tam bõõ... como* operador de comparação, observando-se uma espécie de cruzamento sintático entre *tam bõõ* e *como* (= ‘quanto’ ou ‘tal como’). Podem ser considerados como argumentos equivalentes semântico-pragmatically, porque orientam para uma mesma conclusão: *Galaaz é tam mais fremoso que eu nunca vi de sua idade* (= não há ninguém mais formoso do que ele) e, *se for tam bõõ cavaleiro como fremoso (...)* uma subordinada condicional, observando-se que a força argumentativa está no uso da comparação (= Galaaz é tão bom quanto

formoso). Tal assertiva está fundamentada no ato ilocucionário da fala (= acredito que todo aquele escolhido por Nosso Senhor deve ter duas qualidades: bondade e formosura). Para legitimar seu discurso, o (L3) traz à cena enunciativa a figura de Nosso Senhor, o que torna irrefutável seu argumento. O uso do presente do indicativo do verbo ser “*é*”, mais do que quaisquer outras informações, reforça a certeza dos desígnios de Deus: é um fato certo no presente, mas um presente *durativo*, de acordo com o que se subentende do contexto – está indicando um estado premanente ou assim considerado. Observe-se que a conjunção aditiva “*e*” introduz um ato ilocucionário cuja ação verbal exprime dúvida “*muito bem lhe faria Nosso Senhor*”, metáfora temporal de validade limitada por uma condição “*se for tam boõ cavaleiro como fremoso (...)*”. É o *homem sacro* que professa sua fé e vai à busca da salvação eterna, reconhecendo-se como um *ser profano*, por conseguinte, um pecador.

3.2.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Ao se analisar o léxico e a gramática da língua - o modo verbal, as expressões dêiticas, os anafóricos - pode-se perceber a interação unilateral típica do discurso religioso, no qual um personagem do mundo cristão apresenta considerações advindas de seus sentimentos e a respeito de determinada situação de uma maneira categórica. Portanto, “através da exploração do léxico e da gramática de um texto, depreende-se como as pessoas representam a realidade” (MOTTA-ROTH et al., 2005, p. 97).

Sobressai-se neste recorte a ocorrência da exibição de qualidades, com o emprego lingüisticamente marcado do grau superlativo: “*tam mais fremoso que eu nunca vi na sua idade*” e “*tam boõ cavaleiro como fremoso*”; o tratamento sempre na segunda pessoa do plural – *vós* – índice de distinção, tratamento usual da Idade Média; referência a Deus / Nosso Senhor para garantir a credibilidade daquilo que se diz, podendo-se destacar também:

(1) “*ele irá mais toste aa corte*” (linha 2) - ‘cedo’, ‘logo’, ‘depressa’; *tam toste* ‘logo’. O cumprimento da palavra dada por um cavaleiro faz parte de um verdadeiro pacto de honra entre eles: Galaaz iria logo, iria cedo à corte e por isso Lancelote não precisaria imaginar, pensar ou ficar receoso de que ele não fosse.

(2) “*Pois comendo-vos a Deus*” (linha 4) – ‘encomendar’, ‘recomendar’. Trata-se de uma questão ideológica em que a fala do locutor adota um poder de persuasão, quando se coloca como mensageiro de Deus, ‘recomendendo’ Galaaz a Deus. O conjunto das palavras proferidas por Lancelote caracteriza o *homem sacro*. Áustin, em sua Teoria dos Atos de Fala, distingue este verbo como *performativo*, isto é, existe a força do compromisso que parte de alguém que tem autoridade para fazê-lo, na hora e lugar adequados (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 218-219); MUSSALIN; BENTES, 2001, p. 54-56).

(3) “- *Senhor, quem é este cavaleiro que ora fezeste?*” (linha 17) – ‘criar’, ‘fazer de alguém um cavaleiro’. O uso, pouco habitual, do verbo ‘fazer’, está aí a serviço da argumentação e exercendo a função de índice de distinção e respeito por alguém (Lancelote) que tem o poder de “fazer” alguém cavaleiro (Galaaz).

(4) “- *Cedo o saberedes(...)*” (linha 18) – ‘outra hora’, ‘antes da ocasião própria’ Encontra-se aí o trabalho do *silêncio* – relação (necessária) de língua e ideologia. Lancelote nega-se a dizer, naquele momento, quem é Galaaz. Percebe-se que:

O sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas de um lugar ao mesmo tempo determinado pela / determinador da história desse sujeito, lugar este que o impede de ser a origem absoluta de seu discurso (LAGAZZY, 1988, p. 97-98).

“*Leixade ende ora a pergunta*” (linha 18) – ‘por isso’, ‘por esse motivo’, funcionando neste contexto como um pronome anafórico, cujo anaforizado é o advérbio “*cedo*”. É uma palavra que foi colocada no contexto, trazendo uma carga poderosa de implícitos, conforme se pode constatar no subentendido desta fala. É o *silêncio da submissão*, constitutivo de outras vozes, o *silêncio* que se deve guardar com relação às coisas sagradas. Pode-se considerar como intertexto o trecho de um diálogo entre o ermitão e Galaaz, no qual o ermitão, depois de explicar para Galaaz a “*senifiança*” de várias aventuras encerrou assim o diálogo: “*Ca nós devemos louvar as puridades da Santa Egreja. Nem eu vos direi mais, segundo o meu poder, ca o que aa*

estória convem, ca nom convem ao homem descobrir as puridades do Alto Mestre” (DSG, 61-62 (62, 21-23). A fala do (L2) está, pois, condicionada pelo seu objetivo no qual subjaz a ideologia da época que pode ser descrita também com outro trecho do capítulo mencionado “(...) as puridades da Santa Igreja nom quis ele descobrir, ca nom convém que as saiba homem leigo”. É, portanto, uma fala que encerra um coro de vozes que, em escala ascendente ficaria:

Lancelote -----> Ermitão -----> Bíblia -----> Nosso Senhor (SUJEITO maior)

Pela seleção lexical, chega-se à conclusão do comportamento do *homem sacro* que respeita a ideologia sustentada pela Igreja e se submete a ela em prol de sua salvação eterna.

3.3 RECORTE ENUNCIATIVO III

Como el-rei disse a Lancelot que tirasse a espada do padrom, e Lancelot nom quis

(1)- Dom Lançarot, filhade esta espada, ca ela é vossa, por testemunha de quantos

- (2) aqui estão que vos têm por melhor cavaleiro do mundo.
- (3) E quando isto ouviu houve mui grande vergonha e respondeu:
- (4) - Senhor, estes me têm pelo melhor cavaleiro do mundo, certas eu não sou
- (5) quem esta espada devo haver, ca mui melhor cavaleiro ca eu a haverá, e pesa-me
- (6) que não sou atam bõo como o cuidades.
- (7) Desto que Lançarot disse houverom muitos pesar, e mais os da linhagem do
- (8) rei Bam que o tinham polo melhor cavaleiro do mundo. El-rei, que entendeu
- (9) que havia já quanto de pesar, disse:
- (10) - A provar vos convém. E assi não seredes pois culpado se per ventura
- (11) falecerdes.
- (12) - Senhor, disse ele, salva a vossa graça, não me chegara i; ca, se Deus me
- (13) valha, não valho eu tanto que deva meter mão em arma de tal homem
- (14) [4, a] com aquele será que esta espada há-de trazer (DSG, 26(11, 3-16)).

3.3.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso : não dizer é dizer.

Neste recorte, as personagens do discurso movimentam-se entre os contrastes do cosmo cristão, espiritual e eterno e do mundo terreno, temporal e finito. É nesse espaço que se percebem os conflitos *homem profano versus o homem sacro*. Lancelote está consciente de que não conseguirá retirar a espada da pedra por estar envolvido com *os sabores do mundo*. Segundo Megale (1992, p. 15), essas condições interessam muito ao analista do discurso, porque revelam um funcionamento ideológico muito evidente dentro da narrativa - uma adesão ao cumprimento da história e do reino por via da mistificação.

Em toda a narrativa, o movimento da fala das personagens, oscila entre as tensões da realidade terrena e a observância da doutrina religiosa pregada pela Igreja. Apesar de Lancelote ser considerado “*a flor da cavalaria*” (e todos acreditavam que assim o fosse), confessava-se indigno de usufruir da visão do Graal, não aceitando o convite do rei para retirar a espada da pedra, devido às suas violações tanto morais, quanto religiosas, ao mesmo tempo em que não cumpre, com a mesma retidão de caráter de Galaaz, os desígnios superiores estabelecidos pela Igreja, que exigem piedade, austeridade, fidelidade e honra.

Há de se observar também o aspecto místico que faz parte d’*A Demanda*. Aquela espada introduzida na pedra sobre o lago deveria ser retirada pelo cavaleiro que não estivesse em pecado mortal. Ela surgiu do nada e não se buscou explicação para tal fato, porque na Idade Média entra em cena a autonegação, a humildade e a disposição para obedecer a Deus e crer que tudo depende da vontade Dele. E como Lancelote, até aquele momento, era considerado o cavaleiro

perfeito entre todos os outros, com certeza, ele conseguiria sacar a espada da pedra. Importa destacar que o (L1) se escuda sob a opinião de todos os outros cavaleiros, não assumindo a responsabilidade do seu dizer “(...) *ca ela é vossa, por testemunha de quantos aqui estão que vos teem por melhor cavaleiro do mundo (...)*”, (linha 1), e, ao mesmo tempo, argumenta, buscando persuadir Lancelote no sentido de que, por isso, ele (Lancelote) poderia retirar a espada. De acordo com a classificação que apresenta Ducrot (apud KOCH, 1993, p. 220), asserções como “(...) *por testemunha de quantos aqui estão que vos teem por melhor cavaleiro do mundo (...)*” (linha 1-2), intercaladas na exposição de um argumento, permitem concluir, a partir deste argumento, uma proposição na qual não há necessidade de demonstrar sua veracidade, já que não é o próprio locutor que os enuncia, mas faz enunciá-los em nome de todos. Lancelote poderia se sentir tentado a retirar a espada da pedra, tal o envolvimento pessoal que transcendia das palavras de Artur, mas está consciente dos atos que vem praticando, e a opacidade do *silêncio* que subjaz na negação – uma *forma de silêncio* – encontra-se mesclada ao sentimento de culpa que é muito mais forte do que o ato de obediência a um superior.

Lancelote sabia muito bem o que não se cansavam de dizer os ermitões:

Esto vos direi bem, (...) as grandes aventuras que agora aveem, sam demonstranças e os grandes sinaaes do Santo Graal. **Mas os sinaaes e as significanças do Santo graal nom parecem ao pecador nem a homem que é envolto nos sabores do mundo.** E porém se vos mostram já, ca vós sodes desleal pecador (DSG, 128(14, 5-9). (Grifo da autora deste trabalho)

A argumentação utilizada neste recorte aponta para a conclusão do tipo: ao desleal, ao pecador que está “envolto nos sabores do mundo” não lhes serão mostrados os sinais do Santo Graal. Lancelote, de forma mais explícita, e Artur são os espelhos do homem *sacro* e *profano*. *Sacros* porque respeitam as coisas sagradas e *profanos* porque não demonstram ser totalmente devotados aos fins sagrados, pregados pela Igreja, já que estão em pecado. Essa relação locutor / alocutário é que é constitutiva da enunciação. O fato de Artur não assumir a responsabilidade do seu dizer é uma lacuna aberta pela ideologia (instrumento de dominação) e pode ser considerada como uma forma de *silêncio culpado*. Por que, ele mesmo (Artur), não se aventura a retirá-la?

O episódio da espada é um dos muitos meios de seleção dos cavaleiros, com o objetivo de se chegar ao cavaleiro escolhido. É uma das passagens que, interpretada à luz do misticismo, do fantástico e do metafórico, pode ser articulada às palavras de Jesus na Bíblia: “*São muitos os chamados e poucos os escolhidos*” (Evangelho de São Mateus, 25,14).

3.3.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.3.2.1 No plano da “narrativa”

(1) “*E quando esto ouviu houve mui grande vergonha e respondeu:*” (linha 3)

Os tempos verbais, no pretérito perfeito, marcam uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente, descrevendo-se o passado tal como aparece a um observador situado no presente, e com tal realidade que o considera presente. A realidade é também mostrada através do anafórico “*esto*” ‘isto’ e do dêitico adverbial temporal “*quando*”, que também trazem o acontecimento para o presente. Pode-se considerar como modalizadores o advérbio “*mui*” e o adjetivo “*grande*” que intensificam o estado psicológico, de profunda angústia, que acometeu o espírito de Lancelote - *é o homem profano*.

(2) “*Desto que Lançarot disse houverom muitos pesar, e mais os da linhagem do rei Bam que o tinham polo melhor cavaleiro do mundo. El-rei, que entendeu que havia já quanto de pesar, disse:*” (linha 7-9).

Neste fragmento, a narração se desenvolve sobre o par perfeito/imperfeito. Para a narração de fatos passados que se sucederam uns aos outros, a forma dos verbos usada foi o pretérito perfeito – “*disse*”, “*houverom*”, “*entendeu*”-, porém o tempo do discurso não é fechado, nem cronológico, pressupõe uma troca intersubjetiva, e é nessa perspectiva que aparece o imperfeito – “*tinham*” e “*havia*”. Tudo indica que esse uso do imperfeito tem por objetivo dar ao leitor a impressão de interminável, um valor *durativo*, de ações inacabadas. Os cavaleiros da linhagem do rei Bam *tinham* Lancelote como o melhor cavaleiro do mundo, e que *havia* já muito pesar, ação também contínua realizada ao tempo de outra ação passada (ALI, 2001, p. 231). O imperfeito, portanto, marca que o processo é “aberto”, não se limita, mantém-se exterior à dinâmica da narrativa.

Tanto quanto no fragmento anterior, observam-se traços de subjetividade como em “*houverom muitos pesar*”, (linha 7), e “*e mais (pesar) os da linhagem do rei Bam*” (linha 7-8), “*melhor cavaleiro do mundo*” (linha 8).

Observa-se a presença de advérbios que quantificam / intensificam o próprio ato de dizer - “*muitos*”, “*mais*”, “*melhor*” e “*quanto*”-, podendo-se dizer que instauram na narrativa um

verdadeiro “coro de vozes”, ou melhor dizendo, “um murmúrio de vozes” que supõe a co-presença de alusões e citações bíblicas, saídas da boca dos ermitães, bispos e monges medievais.

Como fenômenos anafóricos, podem-se citar os pronomes “*Desto*” e “*o*” (*o tinham*); como elemento catafórico o pronome “*os*” em “*os da linhagem do rei Bam*”.

Estes fragmentos de “narrativa” contêm dêiticos e anafóricos, e igualmente exibem traços de subjetividade através de elementos avaliativos tais como “*mui grande vergonha*” e “*milhor cavaleiro do mundo*”, mas dispensam a presença de embreantes – de um EU que é indissociável de um TU e do AQUI-AGORA do discurso (MAINGUENEAU, 2001, p. 53).

3.3.2.2 No plano do “discurso”

Quadro para a análise polifônica do recorte selecionado:

(L1) Rei Artur

(L2) Lancelote

(L1)- *Dom Lançarot, filhade esta espada, ca ela é vossa, por testemunha de quantos aqui estam que vos teem por melhor cavaleiro do mundo.*

(p) Toma esta espada, Dom Lançarot, ela lhe pertence, porque eu e todos os que estão aqui o consideram o melhor cavaleiro do mundo.

(pp) Só o melhor cavaleiro do mundo, Dom Lançarot, tem o direito e força moral para conquistar esta espada.

(sub) El-rei sabe que o conhecimnto da verdade só é revelado ao cavaleiro cumpridor de seus deveres, obediente a Deus, isento do pecado, por isso, a escolha de Lancelote.

No que diz respeito às condições de produção do texto, há um sujeito que, dada a sua posição no reino, tem assegurado o direito hierarquizado de convocar e pedir. A fala do (L1) em “*Dom Lançarot, filhade esta espada (...)*”, (linha 1), coloca em evidência a situação de legitimação do discurso do locutor que tem consciência do papel que desempenha na formação social. A forma verbal no imperativo “*filhade*” ‘tomai’ implica em uma injunção a que o outro

responda e, portanto, marca uma relação desigual de forças, pois aquele que diz “*filhade*” encontra-se numa posição de autoridade.

Sobre o uso do imperativo, veja-se o que diz Bréal:

Il nous reste à parler du mode où l'élément subjectif se montre le plus fortement: l'impératif. Ce qui caractérise l'impératif, c'est d'unir à l'idée de l'action l'idée de la volonté de celui qui parle. Il est vrai qu'on chercherait vainement, à la plupart des formes de l'impératif, les syllabes qui expriment spécialement cette volonté. C'est le ton de la voix, c'est l'aspect de la physionomie, c'est l'attitude du corps qui sont chargés de l'exprimer. On ne peut faire abstraction de ces éléments qui, pour n'être pas notés par l'écriture, n'en sont pas moins partie essentielle du langage (BRÉAL, 1982, p. 240-241).³¹

Na seqüência, Bréal (1982) chama a atenção para o fato de que muitas vezes “as formas do imperativo são comuns às do indicativo, porém não há razão para atribuí-las ao indicativo”, exatamente pelo que foi explicitado por ele - o situacional é que vai informar, ao analista do discurso, a escolha que deve ser feita.

Nesse caso, pode-se entender que este ato de fala tenha sido uma exortação ou uma voz de comando, atenuada pelo grau de amizade e respeito que o (L1) sente por Lancelote. Como se sabe, conforme o tom da voz, a noção de comando pode enfraquecer-se até chegar à súplica, porém não é este o caso. Naquele momento, o (L2) sente-se em débito com Deus e sua posição, nas relações de força, é de cautela de cautela, de medo, de vergonha – ele tem consciência do *ser profano* que habita nele, portanto sabe que não merece aquela distinção.

Os verbos no presente marcam uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente “(...) *ca ela é vossa*(...)”, (linha 1), “(...) *que vos teem* (...)”, (linha 2), e em “(...) *de quantos aqui estam* (...)”, (linha 1-2), recebendo este último o reforço do dêitico pronominal espacial *aqui* que indica o grau de proximidade relativa em que se encontram os interlocutores. Do mesmo modo, o emprego do dêitico pronominal em “*esta espada*”, (linha 1). Tais expressões dêíticas envolvem, por princípio, uma interpretação presencial, uma vez que é a presença deles que permite identificar os protagonistas e sua localização e percursos no

³¹ Resta-nos falar sobre o modo onde o elemento subjetivo se mostra o mais fortemente: o imperativo. O que caracteriza o imperativo é o de unir à idéia da ação a idéia da vontade daquele que fala. É verdade que se procura em vão, na maior parte das formas do imperativo, as sílabas que exprimem especialmente essa vontade. É o tom da voz, é o aspecto da fisionomia, é a atitude do corpo que estão encarregados de exprimi-la. Não se pode fazer abstração desses elementos que, por não serem notados através da escrita, não são a parte menos essencial da linguagem.

tempo e no espaço (FARIA, p. 63). São pronomes que funcionam também como artigo, desde quando acompanham o substantivo (KALLMEYER et al., apud KOCH, 1993, p. 35).

(L2) - *Senhor, estes me teem pelo melhor cavaleiro do mundo; certas eu nom som que esta espada devo haver, ca mui melhor cavaleiro ca eu a haverá, e pesa-me que nom som atam bõõ como cuidades.*

(p) Todos que aqui estão me têm como o melhor cavaleiro do mundo, mas não sou eu que devo possuir esta espada, pois haverá um cavaleiro muito melhor que eu, por isso, pesa-me não ser tão bom como imaginais.

(pp) Tenho consciência de que não sou um cavaleiro honrado, puro, cumpridor da doutrina cristã, e, por isso mesmo, não sou o melhor cavaleiro, como todos imaginam, por isso, sei que não mereço esta espada e que haverá um cavaleiro digno de conquistá-la.

(sub) Lancelote, consciente de não ter cumprido seus deveres de cristão, confessa não ser um cavaleiro como todos imaginavam e recusa a honraria do rei e de seus companheiros, como auto-punição pelos pecados que esconde aos olhos dos homens, mas não a Deus que tudo vê e tudo sabe.

É o *silêncio culpado* que transcende com maior intensidade neste recorte. Na fala do (L2) observa-se a presença da negativa polifônica: “(...) *certas eu **nom** som quem esta espada devo haver (...)*”, (linha 4-5), “(...) *pesa-me que **nom** som ataam bõõ (...)*”, (linha 5-6), e “(...) *ca se Deus me valha, **nom** valho eu tanto que (...)*”, (linha 12-13). A negação pode, igualmente a outros recursos, ser objeto de uma análise polifônica, assim como ser uma forma de *silêncio*: o apagamento daquilo que não se quer ou não se deve veicular. Para Ducrot, na maior parte dos enunciados negativos, há o choque entre duas entidades antagônicas, atribuídas a dois enunciadores diferentes: há um primeiro personagem (E1) que assume o ponto de vista rejeitado (= *eu sou quem esta espada deve haver / sou ataam bõõ / eu valho tanto*) e o segundo incorpora-se ao discurso de um locutor L = E2: se agora ele não é digno da espada, pressupõe-se que ele já o foi antes. Acresça-se a isso a ocorrência de primeira pessoa do singular, dêitico pronominal pessoal, com quem o (L2) se identifica e assume a responsabilidade do seu dizer em “*eu nom som*” ‘eu não sou’, “*pesa-me que nom som atam bõõ*” ‘pesa-me que não sou tão bom’ (indissociável de um TU, e do AQUI-AGORA). Nessa perspectiva, o tempo presente marca uma

coincidência entre o momento do acontecimento e o momento da referência presente, embora não se possa precisar que haja uma identidade entre esses dois momentos – momento da referência e o da enunciação - em que ocorre o evento. No caso em análise, um ‘agora’ que contém um valor aspectual de habitualidade e não estritamente de tempo, podendo-se inferir ‘de pouco tempo até os dias atuais, habitualmente eu não tenho sido tão bom como pensais...’, pois tanto pode referir-se ao passado, como deve prolongar-se no futuro: é o presente durativo. O emprego do modal com o verbo ‘dever’ em “(...) *que esta espada devo haver* (...)”, (linha 5), sinaliza a existência de uma imposição externa, que pode ser imputada à ideologia, para a realização do ato, ou pode ser interpretada como ‘outro que não eu é que deverá ter a posse legal desta espada’. Além disso, o emprego do futuro do presente em “(...) *ca mui melhor cavaleiro ca eu a haverá* (...)”, (linha 5) em uma oração que representa a causa aparente da recusa de Lancelote, sugere a ocorrência de fatos posteriores ao momento da fala, considerados certos pelo (L2). É, portanto, um discurso que se compõe de outros discursos, produzindo o dizível, resultado do cruzamento de discursos diferentes do acontecimento, tornando a língua histórica. “Em “*Senhor, estes me teem* (...)”, (linha 4), e em “(...) *nom som quem esta espada* (...)”, (linha 5), os dêiticos pronominais espaciais permitem o reconhecimento da localização presencial locutor / interlocutor / e/ou demais actantes entre si e do objeto referido – a espada –, pois é a presença deles que permite identificar o(s) protagonista(s) e sua localização, e os percursos no tempo e no espaço. A proximidade relativa está também incorporada no verbo de representação de movimento “*filhade*” ‘tomai’. A fala do (L2) orienta-se para a conclusão ‘eu não sou quem vocês pensam que eu sou, por isso não sou digno de retirar a espada da pedra e, conseqüentemente, experimentar a visão do Santo Graal’, caracterizando o *homem profano*.

(L1) - *A provar vos convém. E assi nom sereis pois culpado se per ventura falecerdes.*

(p) Convém que vós deis o testemunho da verdade. E assim não sereis culpado, se por ventura falhardes.

(pp) Sereis julgado culpado se vós vos recusardes dar o testemunho da verdade.

(sub) É dever de todo cavaleiro dar o testemunho da coragem e da sua fé, e estabelecer irrefutavelmente a verdade, mesmo reconhecendo suas imperfeições e pecados. Quem assim não proceder, admitirá sua culpa e será julgado.

“*A provar vos convém*”, (linha 10) – há nesta fala de Artur um feixe de significações, partindo-se do fato de que “*X disse P*”, com base na suposição de que X, de acordo com sua situação ou competência, tem boas razões para dizer o que disse. Porém, o porquê da negativa de Lancelote não é tratado explicitamente pelo (L1), cuja resposta é uma justificativa evasiva, cheia de implícitos, imagens dispersas, não sinalizando para as razões concretas da rejeição: “*E assi nom seredes pois culpado se per ventura falecerdes*” (linha 10-11) ‘se falhardes’. A anáfora adverbial “*assi*”, que retoma a oração que a precede “*A provar vos convém*”, somada ao emprego da conjunção condicional “*se*”, dá margem a que este fato principal seja realizado ou não. É o (L1) procurando suavizar o momento de tensão, criado pela resposta de Lancelote, subentendendo-se, por trás do véu desse acontecimento, um rei tão culpado quanto seus súditos. A vergonha de Lancelote, ao recusar o pedido do rei, provoca constrangimento a todos os cavaleiros que ali estavam – principalmente aos que pertenciam à linhagem do rei Bam -, ao ouvirem a negativa “do melhor cavaleiro, a flor da cavalaria”. Constata-se a presença do “dizer”, mas não a do “fazer” por parte de Lancelot, pois, mesmo diante da insistência do rei ele não vai até a espada, conforme se verá a seguir.

(L2) - *Senhor, disse ele, salva a vossa graça, nom me chegara i; ca, se Deus me valha, nom valho eu tanto que deva meter mão em arma de tal homem [4,a] com aquele será que esta espada há-de trazer.*

(p) Apesar de todo o respeito que tenho por vós, não chegarei lá; pois não valho tanto que mereça empunhar uma espada que pertence a outro homem.

(pp) Há um homem que vale mais do que eu e só ele poderá retirar a espada da pedra.

(sub) Não vejo como eu poderia retirar a espada da pedra, se estou em pecado mortal não posso contar com a proteção de Deus.

Em “(...) *salva a vossa graça, nom me **chegara i***”, (linha 12), parece indicar que o mais-que-perfeito, neste caso, está sendo empregado em lugar do modal ‘eu não me *deveria chegar aí*’, exprimindo que o (L2) se nega a realizar uma ação posterior ao momento de sua fala, e no

ato de negar subjaz o *silêncio*.³² Instala-se um duelo de forças: de um lado, o (L1), rei e senhor de todos os senhores e, do outro lado (L2), Lancelote, considerado o melhor dos cavaleiros, que admite “*nom valho eu tanto que deva meter mão em arma de tal homem*”, (linha 13), podendo-se atribuir à expressão “*tal homem*” o significado de ‘tão grande homem’. Através de sua própria fala, Lancelote se coloca em um plano inferior àquele que deverá retirar a espada da pedra. A fala de (L2) sinaliza para o que se disse no subentendido da fala de (L1). Lancelote expressa a certeza de que outro cavaleiro que não ele “*esta espada há-de trazer*”, (linha 14): o emprego da locução verbal, introduz a noção de obrigação, de compromisso de ordem moral, com relação àquele que, por direito e pela vontade de Deus Nosso Senhor, “*esta espada há-de trazer*”. É o funcionamento do ideológico que não pode explicitar sua própria origem. É o *silêncio culpado* que se sobrepõe à atitude de ambos os locutores.

3.3.2 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*.

Um dos elementos que deve ser observado para se entender se houve eficácia na consecução dos objetivos, é se observar a seleção lexical que foi feita em cada recorte como uma microestrutura, para se chegar a conclusões mais abrangentes ou à macroestrutura da obra, objetivo maior.

Neste recorte, através da seleção lexical, pode-se estabelecer:

➤ *Silêncio*

1) “*estes me me teem...certas eu nom som*” – a presença do operador argumentativo adverbial “*nom*” esconde algo que não poderia ser dito – a negação é uma forma de *silêncio culpado*.

³² Segundo Cunha (1970, p. 313), na linguagem literária emprega-se, vez por outra, o Mais-que-perfeito simples em lugar do Futuro do pretérito como em “Um pouco mais de sol – e **fora** (= teria sido) brasa, / Um pouco mais de azul – e **fora** (= teria sido) além” (Mário de Sá-Carneiro).

2) “*que esta espada devo haver*” – ‘devo ter’, ‘devo possuir’: (não) devo ter esta espada, subentendendo-se que antes, em alguma época, poderia possuí-la.

4) “*nom me chegara i*” – ‘atingir’, com a dupla noção de tempo e também de espaço, reiterdo pelo dêitico adverbial “*i*” ‘lá’, ‘ali’. O advérbio “*nom*”, como já foi explicitado, instaura o *silêncio*: por que a recusa de Lancelote?

➤ *Sacro*

Tanto na postura de Artur quanto na de Lancelote, há o respeito pelas coisas sagradas, marcado pelo misticismo religioso “só o que não tem pecado poderá retirar a espada da pedra”, pela fé no poder divino, pelo fato de não questionarem, e nem os que ali se encontravam, sobre aquele mistério, cuja presença é garantida pela escolha de expressões e/ ou lexias como:

1) “*filhade esta espada*” – ‘tomar’, ‘obter’, ‘conquistar’. Do lat. *piliāre*, com provável interferência de *filho*. O misticismo, a fé no poder divino, tendo como intertexto a Bíblia, o desejo de salvação pela obediência aos preceitos religiosos, fazem o perfil do *homem sacro*, levando-o a acreditar que “só Lancelote”, por ser perfeito, ou assim considerado, retiraria a espada da pedra.

2) “*ca ela é vossa*” - ratifica tudo que foi dito anteriormente. O dêitico pronominal *vossa*, tratamento usual da Idade Média, permite o reconhecimento de uma distância menor entre locutor/interlocutor e o objeto referido.

3) “*A provar vos convém*” – ‘estabelecer a verdade’, ‘patentear, testemunhar’. É desejo do rei Artur que se cumpra a prova da espada, que se testemunhe o que dizem os preceitos religiosos, já que ele e todos que ali estão acreditam que Lancelote é a única esperança para que tudo se resolva. É o homem que peca e quer se redimir diante de Deus para alcançar o perdão.

4) “*ca, se Deus me valha*” – expressão consagrada pelo uso, na Idade Média, acrescenta um peso particular ao que foi dito, valorizando-o, e tornando-o irrefutável. Pode ser considerada uma argumentação por autoridade.

➤ *Profano*

Em Lancelote, é mais preceptível a presença do *homem profano*, pelo desafio de dizer “não” a um rei: de acordo com o situacional, o motivo da negativa deveria ser muito grave; quanto a Artur, por aceitar o “não” sem questionamento, sem impor sua autoridade, e sem, ele mesmo se dispor a retirar a espada, coloca-se no mesmo estado de culpa de Lancelote. Portanto, Lancelote e Artur, de forma implícita, são o espelho do *homem profano*, em busca da perfeição do *homem sacro*.

1) “*por testemunha de quantos aqui estão que vos teem por melhor cavaleiro do mundo*” - tal expressão intercalada na exposição do argumento, permite concluir uma proposição na qual não há necessidade de demonstrar sua veracidade, já que não é só o próprio locutor que acredita nela, mas faz enunciá-la em nome de todos. Trata-se de uma argumentação por autoridade, mas que, ao mesmo tempo, adota um clima de condescendência, próprio de quem deseja desonerar-se da responsabilidade de culpar alguém, já que ele mesmo também, de acordo com o hitórico/situacional, pode ser incluído no rol dos *homem profano*.

2) “e *pesa-me que nom som atam boo como o cuidades*” - ‘causa-me dor’, ‘pesaroso’. Como foi explicitado, neste trecho, o uso do presente do indicativo não traduz estritamente um ‘agora’, marcando o tempo presente, mas volta-se para o passado e transcende o presente: é um presente contínuo ou habitual, podendo-se subentender “de pouco tempo até os dias atuais, habitualmente eu não tenho sido tão bom...”.

3.4 RECORTE ENUNCIATIVO IV

12 Como Galvam provou a espada per mandado del-rei.

- (1) Entam disse el-rei a Galvam:
- (2) -Sobrinho, pois Lançarot receou a espada, provade-a vós e veremos que haverá.
- (3) - Eu, Senhor, disse el, prová-lo-ei por cumprir vosso mandado, mais sei que é
- (4) rem ca bem sabedes vós e quantos que aqui estão, quando dom Lançarot leixa

- (5) algũa cousa por mÍngua da cavalaria, **ca eu nom acabarei rem**, ca ele é mui
 (6) melhor cavaleiro que eu.
 (7) – E todavia prová-lo-edes ca assi me praz.
 (8) Entam se chegou Galvam e filhou a espada polo mogorom e tirou-a o mais que
 (9) pôde, mas nunca que a pudesse sacar da pedra, e leixou-a entam e disse a el-rei:
 (10) - Senhor, ora podeades buscar quem na prove, **ca eu nom meterei i mais mão**, ca
 (11) eu bem vejo que Deus nom ma quer outorgar. (...)
 (12) E entam preguntou a todolos outros:
 (13) - Amigos, há aqui tal que queira provar esta espada?
 (14) **E eles se calarom todos**. E, quando el-rei viu que nom faziam i mais, disse:
 (15) - Ora vaamos jentar, ca já tempo é, e Deus nos dê quem a esta aventura dê cima,
 (16) ca, certas, muito me prazeria que veesse cedo (*DSG*, 27(12, 1-13; 21-25)).

3.4.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

No conjunto das ações, desde os recortes anteriores, observa-se a eliminação progressiva dos culpados, a começar dos estamentos superiores. Artur aparece como um rei taciturno, que também, como os demais, dissimula um passado obscuro. Uma das versões sobre o seu passado é, segundo Carreto, o fato de que Artur

“(...) inaugura sua ascensão ao trono da Bretanha com a transgressão de um dos mais importantes tabus: um mês depois de ser coroado, pratica o incesto com a sua meia-irmã, Ana, filha de Ygrene e do Duque de Tintagel, do qual nasce Mordrec (ou Mordret)”³³, filho incestuoso de Artur. Quanto a Gauvain, cujas qualidades são literalmente opostas às deste seu irmão, é também apresentado, em algumas versões, como o filho que Artur teve de sua irmã³⁴, a esposa do rei Loth (CARRETO, 1996, p. 116).

Lancelote, considerado por todos o melhor dos cavaleiros, é amante da rainha Genevra, esposa do rei Artur, e por isso presta-lhe vassalagem amorosa, dedicando-lhe todos os seus feitos

³³ No *Lancelot en prose* esta relação é apenas esboçada, inter-dita, através de perÍfrases acerca de Mordrec. Em *La mort de roi Artu*, Artur reconhece esta filiação (164, 5-15) violentamente condenada pelo *Huth-Merlin* por estar, num autêntico cenário apocalÍptico, directamente na origem da destruição do reino de Logres (...) (CARRETO, 1996, p.116)

³⁴ Morgana (?)

(ao invés de dedicar seus feitos a Deus, conforme a ideologia da época). Assim, consciente de que não é digno de sacar a espada da pedra, recusa-se a atender o pedido de Artur, pois sabe estar indo de encontro aos mandamentos ditados pela Igreja – os atos dos cavaleiros devem ser dedicados tão somente a Deus, porque “fora da Igreja não há salvação” (MEGALE, 1992, p. 43).

Galvam, apesar de vir se recusando a retirar a espada da pedra, é obrigado pelo rei Artur a tentar retirá-la. Observe-se a fala de Artur “- *E todavia prová-lo-edes ca assi me praz*”. O “dizer” de Artur, além de transmitir ao outro as informações desejadas sobre o objeto de que se fala, foi também um “fazer”, pois agiu sobre o interlocutor e também sobre o mundo circundante. Na base da teoria austiniana, “este tipo particular de enunciado, os **enunciados performativos** têm a propriedade de poder e, sob certas condições, realizar o ato que eles denotam, isto é, “fazer” qualquer coisa pelo simples fato de “dizer” CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 72). A voz do (L1), apesar de ser, na linearidade do discurso, imperativa e de comando “*prová-lo-edes pois assim me praz*”, na circunstância em que interage com “sujeito do discurso”, não é senão o portador ou o efeito de outras formações discursivas, dentro das condições (históricas) de produção de um discurso.

Segue-se a impossibilidade e novamente a recusa de Galvam para retirar a espada e, finalmente, todos foram convidados a retirarem a espada da pedra, sempre instados por Artur, mas, unanimemente, “(..) *se calaram todos*”, (linha 15). É o *silêncio culpado*.

Como bem demonstra o recorte em análise, assiste-se à descaracterização dos valores, tendendo a uma desvinculação do sagrado, o que levará o reino à destruição. Literalmente, Artur apresenta-se como um rei “bondoso” e “compreensivo” demais para com seus súditos se se atentar para sua última fala “- *Ora vaamos jentar, ca tempo já é (...)*”, (linha 16), mas a frase / convite se configura como uma fuga, uma capa sob a qual Artur se esconde. O que se vê aqui não é tão somente a presença física e/ou a representação física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” (PÊCHEUX, apud BRANDÃO, 2004, p. 44). Assim, de acordo com as condições de produção do discurso, no interior da instituição religiosa da Idade Média há o “lugar” do ermitão, do rei, dos cavaleiros, cada um marcado por propriedades diferenciais e/ou diferenciadas.

Este recorte, assim como o anterior, está fundamentado em negativas e “a frase que substitui o *silêncio* seria uma negativa” (LYOTARD, apud ORLANDI, 1995, p. 53). A negação é o

sintoma de que ali o sujeito tem um problema em sua relação com o dizível, constituindo-se numa pista para o analista do discurso. Quando Galvam diz ao rei Artur “-*Senhor, ora puedes buscar quem na prove, ca **nom** meterei i mais mão, ca eu bem vejo que Deus **nom** ma quer outorgar*”, (linha 11-13), em seu dizer marcado pela negação, estará, necessariamente, não querendo dizer “outros” sentidos, pois *dizer* e *silenciar* andam juntos. É um *silêncio* que se instala para mascarar atos inconfessáveis de culpa: todos tinham consciência de seus pecados, e porque não estavam em estado de graça, não mereciam a espada. É o *silêncio culpado*.

3.4.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.4.2.1 No plano da “narrativa”

(1) “*Entam disse el-rei a Galvam:*”

Vê-se no início da asserção o advérbio de tempo “*Entam*” ‘naquele momento’, considerado por Maingueneau (2001, p. 33-35) como um não-dêitico, porque a localização temporal não é absoluta e a referência é um elemento do enunciado e não o momento da enunciação. O seu correspondente dêitico seria ‘agora’ ou ‘neste momento’, cuja referência é o momento da enunciação. A mesma classificação de não-dêiticos pode ser atribuída ao emprego de “*entam*” e do advérbio de tempo “*nunca*” na asserção (2).

(2) “*Entam se chegou Galvam e filhou a espada polo morgorom e tirou-a o mais que pôde, **mas nunca** que a pudesse sacar da pedra, e leixou-a entam e disse a el-rei:*”

Interessante focalizar o plano enunciativo da narração (linha 8-9), para a análise da conjunção aditiva *e*, que funciona normalmente como conector de orações do mesmo nível sintático, mas neste fragmento está introduzindo as ações sucessivas praticadas pelo (L2) ‘*e filhou a espada*’ / ‘*e tirou-a*’ / ‘*e leixou-a entam*’ / ‘*e disse a el-rei*’. Com o polissíndeto, o discurso adquire continuidade e fluidez, sugerindo movimentos ininterruptos, e dando vivacidade ao estilo. É o uso pragmático da conjunção.

Quanto ao emprego do “*mas*”, detecta-se nele um movimento psicológico de oposição, dando início a um argumento “mais forte” que um outro: ao dizer “P *mas* Q”, o locutor negligencia P para só enfatizar em Q a força do enunciado. A ação de ‘não sacar a espada da pedra’ se sobrepõe em importância ao que o locutor disse anteriormente, pois cristaliza boa parte da tese que se quer sustentar na *DSG*: para usufruir da graça, o cavaleiro deveria manter-se puro ou casto ou, no caso de eventual erro, purgar-se continuamente em penitência. Este trecho poderia ser parafraseado da seguinte maneira: “você está tentando retirar a espada da pedra por obediência a seu rei, *mas* sabe que não conseguirá seu intento”.

(3) “*E entam preguntou (el-rei) a todolos outros:*” (linha 13)

Destaca-se o emprego do pronome indefinido catafórico “*todolos*”. O sucessivo processo de seleção dos eleitos, em escala descendente (subentendendo-se que o próprio rei Artur deveria ser o primeiro a experienciar a aventura) chega ao fim:

LANCELOTE-----> GALVAM ----->TODOLOS OUTROS (cavaleiros)

.

(4) “*E eles se calarom todos. E, quando el-rei viu que nom faziam i mais, disse:*” (linha 15)

Vale ressaltar a presença do pronome pessoal anafórico “*eles*”, do advérbio de tempo não-dêitico “*quando*” e do dêitico espacial “*i*” ‘lá’. O tempo verbal “*faziam*”, de acordo com o contexto, pode estar no sentido de “*ir*” e não no sentido que lhe é normalmente atribuído, ‘realizar’, ‘executar’. Quanto ao advérbio de negação “*nom*”, que se pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciadador E^1 , incorporado ao discurso de um locutor $L = E^2$, é o responsável pelo fenômeno da polifonia, pois “todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo” (KOCH, 1993, p. 146): antes poderiam ter executado o ato de ir lá retirar esta espada (hoje, não). É o *silêncio culpado*. Desenha-se, mais uma vez, o perfil do *homem profano*: aquele que violou a moral religiosa, tratou-a com irreverência ou tornou-se impuro por desobediência às coisas sagradas.

3.4.2.2 No plano do “discurso”

Quadro para a análise polifônica do *corpus* selecionado:

(L1) Rei Artur

(L2) Galvam

(L3) *On* (= todos)

(L1) “ – *Sobrinho, pois Lançarot recebeu a espada, provade-a vós e veremos que haverá.* “

(p.) Já que Lancelote temeu a espada, dai vosso testemunho e veremos o que acontecerá..

(pp.) Não é porque Lancelote teve medo e recusou-se a retirar a espada da pedra que vós não deveis tentar.

(sub.) Um cavaleiro deve sempre tentar vencer o medo e enfrentar os desafios, para cumprir sua missão e chegar ao conhecimento da verdade, aconteça o que acontecer.

Na fala do (L1) observa-se a voz de comando expressa pelo imperativo “*provade-a vós*” que está ligado, pela origem, ao verbo latino *imperare* ‘comandar’. Entre os tempos verbais, o imperativo é o mais subjetivo de todos, porque nele se acham entrelaçados não só a ação, mas a ação e a vontade entrelaçadas no dizer daquele que fala. Percebe-se que houve um dizer anterior, pois a enunciação não se desenvolve em uma linha fechada de discurso, mas sempre vem atravessada por retomadas de falas – do interdiscurso, da ideologia dominante - que vêm referendar o dizer do locutor.

Predomina, neste recorte, um diálogo de natureza injuntiva, cujo objetivo é o de orientar o interlocutor para a realização de determinada tarefa – retirar a espada da pedra -, normatizando uma prática social de fundo místico/religioso. O rei Artur, investido pela autoridade que lhe compete, dá uma ordem ao (L2), para que este retire a espada da pedra e, concomitantemente, apresenta a razão desse seu pedido, introduzido pela conjunção causal “*pois* (= ‘já que’, ‘porque’) *Lancelote recebeu a espada*”.

O emprego do verbo no pretérito perfeito simples denota uma ação passada, descrita como o próprio fim, e que envolve um processo e a culminação desse mesmo processo. Em “(...) *veremos que haverá* a ação verbal expõe um fato vago e indefinido, no povir, pois, na

literalidade, não se sabe o que irá acontecer. O que se sabe, recortado do discurso do senso comum, é que “todos deveriam cumprir a sua missão”. Com relação à análise do dito, pode-se constatar que o funcionamento de X e Y produz um recorte tal que nele se representam dois enunciadores: o enunciador a partir do qual se diz Y pode ser, numa situação particular, um enunciador genérico = *e veremos* (todos) *o que haverá*, e o que é dito da perspectiva de outro enunciador (E1) que corresponde ao Locutor.

(L2) “- *Eu, senhor, disse el, prová-lo-ei por cumprir vosso mandado, mais sei que nom é rem ca bem sabedes vós e quantos aqui estam, quando dom Lançarot leixa algũa cousa por míngua da cavalaria, ca eu nom acabarei i rem, ca ele é mui melhor cavaleiro que eu.*”

(p.) Vou tentar retirar a espada da pedra, para cumprir vossa ordem, porém bem sei e vós também sabeis que não conseguirei tal façanha, haja vista que até Lancelote negou-se a retirá-la.

(pp.) Dom Lancelote negou-se a atender ao pedido do rei para retirar a espada da pedra por temer seu insucesso, eu, que não sou tão bom cavaleiro quanto ele, vou obedecer à ordem do rei, dever de todo cavaleiro, mesmo sabendo que também não conseguirei retirá-la.

(sub.) Galvam, cômscio de que “(...) *os sinaes e as significanças do Santo Graal nom parecem ao pecador nem ao homem que é envolto nos sabores do mundo*” (DSG, 128 (14, 7-9), cumpre a ordem do rei. Sabe, porém, por antecipação, que não vai retirar a espada da pedra, mas, tão somente, para legitimar a submissão que todo cavaleiro deve ao poder mediador que controla o espaço social na sua relação com o sagrado.

Através da fala do (L2) confirma-se o que dizem os historiadores sobre o cavaleiro medieval “uma espécie de “sacerdote” leigo, dedicado a Deus, ao senhor feudal – e, mais tarde, com a consolidação do absolutismo, ao rei e às damas (...)” (LE GOFF et al., 1989, p. 72). A dedicação e a lealdade ao rei são fortes motivos para que o (L2) obedeça às ordens de Artur. Mesmo sabendo que não poderá vir a alcançar o que todos desejam, justifica “*mais sei que é rem*” ‘nada, coisa alguma’, já que (até) Lancelote, “*ca ele é mui melhor cavaleiro que eu*”, declinou do pedido do rei. O “*mais*” funciona como um *masPA*, introduzindo o argumento mais

forte “*sei que é rem*” que pode ser interpretado como ‘sei que é inútil’, ‘coisa alguma’³⁵, e aponta para a conclusão: se eu sou pecador, jamais poderei retirar a espada da pedra. “(...) *mais sei que é rem*” ‘coisa alguma’, (linha 4), e em “(...) *ca nom acabarei rem* (...)” ‘nada’ (linha 5). Enunciados do tipo X *mas* Y sempre serão uma descrição polifônica, em que se atribui a X ‘*prová-lo-ei por cumprir vosso mandado*’ um enunciador diferente do locutor, uma outra voz, nada mais do que um eco do “fora da Igreja não há salvação” (MEGALE, 1992, p. 43).

Subentende-se que a recusa se fundamenta no mesmo motivo que se esconde por trás do véu do *silêncio* de Lancelote e do rei Artur, desenhando-se assim, o perfil do *homem profano*.

Considerou-se o advérbio *rem* ‘coisa alguma’, ‘nada’ (NUNES, *Gloss.*, p. 566), nos dois exemplos como um catafórico porque remete à seqüência do texto. O primeiro exemplo refere-se à seqüência “*quando dom Lançarot leixa algũa cousa por míngua da cavalaria*; e no segundo exemplo refere-se à seqüência “*ca ele é mui melhor cavaleiro que eu*”.

Em “*e quantos que aqui estam*” e “*quando dom Lançarot leixa algũa cousa* (...)”, as formas verbais no presente denotam uma coincidência do momento da fala, que envolvem tempo / localização, dando uma conotação de certeza do locutor sobre o que diz. Essa certeza lhe é emprestada pela ideologia que subjaz em todo discurso, tanto político quanto religioso. É o assujeitamento do sujeito, pois “a concepção de um sujeito, marcado pela idéia de unidade, de centro, fonte ou origem do sentido, constitui, para a análise do discurso (AD) uma “ilusão necessária”, construtora do sujeito” (BRANDÃO, 2004, p. 83).

(L1) “*E todavia prová-lo-edes ca assi me praz* (...)”

(p) Vós ireis tentar retirar a espada da pedra, porque assim me dará satisfação.

(pp) Só ficarei satisfeito se vós também tentardes retirar a espada da pedra.

(sub.) É fundamental que “todos os cavaleiros cumpram a missão” de tentar retirar a espada da pedra, sem levar em conta o medo do fracasso de Lancelote.

A conjunção “*E*”, que introduz o enunciado, apresenta-se de natureza adversativa, com o valor de um *mas*PA, pois estabelece oposição entre dois atos de asserção (= *mas* prová-lo-edes,

³⁵ *Rem* = ‘coisa nenhuma’ (NUNES, *Gloss.*, 566). Segundo Joseph Huber, tendo “*non*” como antecedente, significa ‘nada’; *rem* (*ren*) < *rem*, sem o advérbio de negação, significa ‘coisa alguma’ (HUBER, 1933, p. 199).

mesmo se recusando a prová-la), e recebe o reforço de outra adversativa “*todavia*”, contradizendo a expectativa que aflora em “*quando dom Lançarot leixa algũa cousa por míngua da cavalaria, ca eu nom acabarei rem, ca ele é mui melhor cavaleiro que eu*”. O movimento argumentativo seria algo como: **p** (= Lancelote é o melhor cavaleiro do mundo), você poderia ser levado a concluir R (= se Lancelote não conseguiu retirar a espada da pedra, também eu não vou tentar retirá-la porque não o conseguirei) **mas** não seja precipitado porque **q** (= os dados em que se baseia ainda são insuficientes para mim). O elemento **q**, portanto, opõe-se, não ao argumento **p** e à conclusão R, em si mesmos, mas à pressa, à precipitação do interlocutor em tirar essa conclusão. É o movimento psicológico de oposição do *mas* entre opiniões, desejos, emoções, decisões, quando estes se orientam em sentidos contrários (DUCROT, apud KOCH, 1993, p. 209).

Na seqüência, a conjunção adversativa *mas*, um *masPA* argumentativo, introduz o argumento mais forte e decisivo “*mas nunca que a pudesse sacar da pedra (...)*” e que reafirma a conclusão a que se quer chegar: “*(...) os sinaaes e as significanças do Santo graal nom parecem ao pecador nem a homem que é envolto nos sabores do mundo*” (DSG, 128 (14, 5-9)).

(L2) “- *Senhor, ora podedes buscar quem na prove, ca eu nom meterei mais mão, ca eu bem vejo que Deus nom ma quer outorgar.*”

(p.) Agora podeis buscar quem possa retirar a espada da pedra, já que eu não consegui retirá-la, pois Deus não me quis conceder tal graça.

(pp.) Eu me recuso a tentar essa aventura novamente, porque Deus não vai conceder esse privilégio a um pecador.

(sub.) Nada acontece se Deus não quiser, por isso, vós que tendes o poder, deveis procurar um cavaleiro digno de retirar a espada da pedra.

De início, o emprego do dêitico adverbial temporal “*ora*” ‘agora’, seguido dos modais nucleares “*poder*” e “*querer*” em “*podedes buscar*” e “*Deus nom ma quer outorgar*”, reflete o valor de verdade de um estado de coisas, segundo a ideologia dominante, ao mesmo tempo em que exprime o firme propósito de Deus de executar uma ação – a de não outorgar ‘consentir’ que

ele retire a espada da pedra, podendo-se caracterizar nesses modais uma ação permissiva e outra não permissiva, concomitantemente. Apesar de esses modais se aproximarem do presente, exprimem a continuidade de um ato até o momento em que se fala.

Constata-se o assujeitamento do sujeito em “*ca eu nom meterei mais mão*” e em “*ca eu bem vejo*” pois, ao utilizar-se da primeira pessoa do verbo – EU - , ele se coloca como

(...) origem do que diz, fonte exclusiva do seu discurso, apagando e rejeitando inconscientemente qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva (...). A concepção de um sujeito marcado pela idéia de unidade, de centro, fonte ou origem do sentido constitui, para a Análise do discurso (AD) uma ‘ilusão necessária’, construtora do sujeito (BRANDÃO, 2004, p.82- 83).

Na verdade, o que existe é o entrecruzar de outros discursos que ele “inconscientemente” rejeita. No domínio temporal, encontra-se o dêitico adverbial temporal “*quando*”, (linha 4), que encabeça a subordinada temporal “*quando dom Lançarot deixa algũa cousa por minguá da cavalaria (...)*” denotando época, ocasião em que se deu o fato. O advérbio “*quando*” sugere um intervalo grande de tempo que pode ser subdividido em intervalos menores e estes é que constituem de fato o momento da referência para o acontecimento que poderia ser: **quando** dom Lançarot leixa / leixava / leixará.

Atentar-se-á somente para o primeiro caso, que é o que corresponde ao enunciado em análise. Está correlato com o momento da fala, mas, quanto ao tempo, é de duração variável, difícil de delimitar, embora se empregue o tempo do verbo no presente. Por isso, pode ser considerado um não-dêitico, e, porque o tempo verbal sugere uma continuidade (= sempre) tem-se o presente de continuidade. O mesmo acontece com o dêitico adverbial temporal **nunca** ‘nunca na vida’, ‘em tempo algum’, (linha 9), difícil de delimitar, vem reforçando a idéia adversativa / argumentativa da conjunção *mas* que o antecede. Esse advérbio contradiz outros advérbios de tempo ou de aspecto, porque não traz em seu bojo os aspectos *pontuais* (como de repente, de chofre, inopinadamente, entre outros, que indicam uma descontinuidade e que irrompe na continuidade) ou *durativos iterativos* ou de *continuidade* (de hábito, com frequência, muitas vezes, sempre). Com o dêitico adverbial **mais** ‘outra vez’, (linha 11), dentro do contexto, indica idéia de limite de tempo: ‘acabou aqui, agora’, ‘lá não vou mais em tempo algum’.

Novamente é importante assinalar a presença da negação na fala do (L2) nas duas enunciações dialógicas: “(...) *sei que **nom** é rem (...)*” “(...) *ca eu **nom** meterei i mais mão (...)*”. A negação instaura a polifonia e é também uma forma de *silêncio*, conforme foi explicitado anteriormente. O (L2) respeita o ponto de vista de um outro “enunciador” que é posto em “cena” e que sustentaria uma posição antagônica a sua. A tese “(...) *ca **nom** acabarei i rem (...)*” é sustentada por dois argumentos dispostos, respectivamente, nos dois enunciados: no primeiro enunciado, antes de tentar retirar a espada da pedra “(...) *quando dom Lançarot leixa algũa cousa por mÍngua da cavalaria (...) ca ele é mui melhor cavaleiro que eu (...)*”, escuda-se em Lancelote, exemplo de cavaleiro; no segundo enunciado, o argumento mais forte que o primeiro e que pode ser considerado um argumento irrefutável, vem depois de tentar retirar a espada da pedra “(...) *ca eu bem vejo que **Deus nom ma quer outorgar***”. A conjunção causal *ca* ‘porque’ introduz a causa da asserção anterior em todos os exemplos vindo à frente de uma asserção que aponta para uma conclusão, coerente com a ideologia da época. Originária de uma estrutura social contra a qual é inútil protestar - “*ca eu bem vejo que **Deus nom ma quer outorgar***”-, conclui-se que nada acontece se Deus não quiser. Irrefutável, porque o (L2) escuda-se em Deus para legitimar seu discurso, coexistindo a fala dialógica entre os sujeitos (os que caminham afetados pela ideologia e por ela assujeitados) e o Sujeito (Deus). A forma do presente refere-se ao que começou no passado até o momento presente ‘ele *agora* vê que Deus *não* lhe *concedeu* ‘o privilégio de retirar a espada da pedra’. O texto é todo montado sobre oposições a partir da linha (3), um verdadeiro “coro de vozes”, segundo Ducrot.

(L1) “- *Amigos, há aqui tal que queira provar esta espada?*”

(p.) Quero saber se há aqui algum cavaleiro que queira experimentar retirar esta espada.

(pp.) Deve existir, entre vós, algum cavaleiro que deseje (possa) retirar a espada.

(sub.) Certamente haverá entre os cavaleiros alguém que queira dar o seu testemunho e deseje levar a cabo tão elevada missão.

O contexto espaço-temporal é criado e mantido pelo dêitico adverbial “*aqui*” que dá a localização do AQUI / AGORA dos protagonistas da ação, e do pronome dêitico “*esta*” que dá a localização do objeto – a espada –, denotando proximidade objeto X interlocutor.

A resposta à pergunta do rei foi o *silêncio*. E o *silêncio* não fala, ele *significa*. É um *silêncio culpado* que impede o interlocutor de sustentar outro discurso.

(L1) “*Ora vaamos jentar, ca já tempo é, e Deus nos dê quem a esta aventura dê cima ca, certas, muito me prazeria que veesse cedo*”.

(p.) Agora vamos jantar, porque já é tempo, e que Deus nos dê quem esta aventura dê um fim porque, certamente, muita satisfação me daria se viesse cedo.

(pp.) Agora, não adianta tentar, vamos jantar, na esperança de que Deus nos envie algum cavaleiro ungido com Sua graça para dar fim a essa aventura, o que me encherá de satisfação.

(sub.) Tenho certeza de que o cavaleiro escolhido, para retirar a espada da pedra, virá logo, pois assim está escrito e assim será, pela vontade de Deus.

A atitude do rei Artur, diante da recusa silenciosa de seus companheiros, reflete o que diz um dos dez mandamentos que deveriam reger a ética cavaleiresca e que o historiador Léon Gautier registrou: “Respeitarás todas as fraquezas das quais te constituirás defensor” (apud MEGALE, 1992, p. 20), podendo-se detectar um sentido semelhante no texto em análise, com relação à atitude de Artur, em face omissão dos cavaleiros.

A conjunção *e* liga duas orações “*Ora vaamos jentar (...) e (que) Deus nos dê quem a esta aventura dê cima (...)*”, somando uma exortação, um convite, a um desejo, no qual o rei Artur se coloca na dependência da vontade do SUJEITO maior – Deus -, fonte / origem de tudo, a cujas leis o homem se submete, ficando na dependência de uma estrutura social, como uma necessidade absoluta, e contra a qual é inútil protestar.

Em “*ca certas*” ‘porque certamente’, a conjunção está ligando dois atos de asserção do locutor: o primeiro consiste numa asserção categórica “*Ora vaamos jentar ca já tempo é(...)*” e o segundo consiste numa asserção mitigada “*(...) ca muito me prazeria que veesse cedo*”. A atenuação é expressa pelo emprego do futuro do pretérito que, neste caso, exprime um desejo ainda não realizado, uma verdade atemporal, pois esse tempo verbal não pode expressar uma verdade factual, desde quando seu valor de verdade não pode ser determinado no momento da enunciação.

No desfecho dessa aventura, a fala de Artur - “*e Deus nos dê quem a esta aventura dê cima*”, (linha 12) -, é um discurso que não pode ser contestado. Leve-se em consideração o situacional, a ideologia da Idade Média, o papel relevante que a Igreja ocupa nessa sociedade

iletrada, procurando sempre convencer o interlocutor da “verdade” que enuncia. Para isso, os que detêm o poder escudam-se sempre na pessoa de Deus, tornando o argumento inquestionável.

Para dar coesão ao texto, podem-se citar algumas anáforas pronominais, cujos anaforizados se situam necessariamente antes do anafórico do texto. Encontra-se, portanto, um sintagma e o anafórico é um pronome que seqüencializa a narração, assegurando a continuidade referencial do texto e tornando a estrutura do enunciado completa. Assim, “*provade-a*” (linha 1) o pronome “*a*” é o anafórico e o anaforizado é “*espada*”; o anafórico “*ele*” (linha 5) tem como referente *Lançarote*; “- *Sobrinho, pois Lançarot recebeu a espada, provade-a vós*”, em que o anaforizado é “*espada*”; o pronome anafórico em “ e *eles se calarom todos*” tem, como referente, *todos os outros* (cavaleiros) *que ali estavam*.

No domínio constitutivo da dêixis pessoal, o referente só pode ser determinado em relação à identidade ou à situação dos interlocutores no momento em que falam e dentro da ambiência espaciotemporal. É o que se verifica com os pronomes *vós / vosso* e *quantos*; a representação do pronome *eu* que figuratiza o ator, o ser único do discurso, é a pessoa subjetiva que se constitui a partir do *tu* (pessoa não-subjetiva), e que está especificada pela situação da enunciação; o pronome *nos* aponta todos que ali estão e o rei Artur se inclui entre eles; o dêitico *me*, (linha 17), traz uma nuance de reflexividade (= prazeria a mim mesmo).

3.4.1 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

O léxico escolhido para este recorte está voltado mais especificamente para o *silêncio* e o *profano*. Desse modo, as escolhas foram feitas para caracterizar tais funções:

➤ ***Silêncio***

(1) “*ca eu **nom** acabarei rem*” / “*ca eu **nom** meterei i mais mão*” / “*Deus **nom** ma quer outorgar*” – negativa caracterizadora do *silêncio*. Sabe-se que há um “coro de vozes” por trás das palavras de Galvam, ditado pela ideologia da Igreja.

(2) “*E eles se **calarom** todos*” – é a AD que mantém a materialidade lingüística e histórica da linguagem, como a que se percebe neste enunciado, sempre correlacionada com um verdadeiro amálgama forma/conteúdo e na qual se pode pensar o *silêncio*, que significa. Não se fala como estratégia para não-dizer outros discursos, que não podem ou não devem ser ditos.

➤ *Profano*

(1) “*receou*”- ‘temer’ ‘ocultar, ‘esconder’. Todos “recearam a espada”, pois estavam conscientes de estarem em pecado mortal.

(2) “*prová-lo-ei por **cumprir** vosso mandado*” – Somente por obediência e respeito às ordens do rei, Galvam iria ‘testemunhar a verdade’, mesmo sabendo que coisa alguma iria conseguir.

(3) “*nom acabarei **rem***” – ‘não arrematarei, não terminarei alguma coisa’, porque estou em pecado mortal.

(5) “*outorgar*” – ‘consentir, aprovar, conceder’ Em “*Deus **nom** ma quer **outorgar***”, daí tornar-se um questionamento irrefutável, quando se coloca o SUJEITO maior como agente da ação.

3.5 RECORTE ENUNCIATIVO V

16 Como Galaaz entrou no paaço e acabou a seeda perigosa.

- (1) E aveo entam ãa gram maravilha: **nom houve tal no paaço que nom perdesse a**
- (2) **fala**. E catavam-se ãs aos outros e **nom podiam rem dizer**, e nom houve i tam
- (3) ardido que ende nom fosse espantado; pero nom houve i tal que saísse da seeda
- (4) enquanto esto durou. Aveo que entrou Galaaz armado de loriga e de brafoneiras e
- (5) de elmo e de dous sobressinaes de eixamete vermelho; e depôs ele chegou o
- (6) ermitam (...)
- (7) E Galaaz, tanto que foi no meo do paaço, disse, assim que todos ouvirom:
- (8) - Paz seja com vosco.
- (9) E o homem bõõ pôs os panos que trazia sobre ii alfâmbar e foi a rei Artur e disse-
- (10) lhe:
- (11) - Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquel que vem do alto linhagem
- (12) del- rei David e de Josep Baramatia³⁶, per que as maravilhas desta terra e das
- (13) outras haverám cima.
- (14) E desto que o homem bõõ disse foi el-rei mui ledó. E disse:
- (15)– Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, ca
- (16)este é o que há dar cima aas aventuras do Santo Graal. Nunca foi feito em esta
- (17)casa tanta hon[5, c]ra, como lhe nós faremos. E quem quer que ele seja, eu
- (18)querria que lhe fosse muito bem pois de tam alto linhagem vem como vós dizedes.
- (19) - Senhor, cedo o verdes em bõõ começo.
- (20) Entam lhe fez vestir os panos que trazia e foi o assentar na seeda perigosa. E
- (21) disse:
- (22) - Filho, ora vejo o que muito desejei quando vejo a seeda perigosa comprida.
- (23) E quando virom Galaaz na seeda, logo todos os cavaleiros houvirom poder de
- (24) falar e bradarom todos a ãa voz:
- (25) - Dom Galaaz, vós sejades o bem veúdo ca eles já seu nome sabiam, ca o
- (26) irmitam o nomeera já i (*DSG*, 29 (16, 03-36).

3.5.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Todos os cavaleiros ficaram extasiados, sem o domínio da fala, sem se moverem ao menos das cadeiras em que se encontravam sentados, diante da luz radiante que invadiu o recinto: **nom houve tal no paaço que nom perdesse a fala (...)** e **nom podiam rem dizer(...)**. É o *silêncio da plenitude*.

Neste recorte, sente-se a íntima ligação do *silêncio* com o sagrado; domínio da teologia –

³⁶ De Arimatéia.

a fé, os milagres, o fantástico, o mito -, entrevedo-se, nas entrelinhas, o papel da ideologia dominante. No *silêncio* extático, resultante da surpresa e da admiração, o ser abre-se à luz e ao “*bõ odor como se todalas especiarias do mundo i fossem*” (DSG, 36 (25, 16-17)). Um mutismo tornado *silêncio*, um *silêncio* que atravessa as palavras, que “fala” por elas, e os cavaleiros permanecem numa atitude de escuta e contemplação que permite uma união transcendental com Deus, com o Além, de onde irrompe a boa palavra. O *silêncio* atinge a todos (porém só Galaaz atinge o Conhecimento), sendo, de algum modo, fonte de reconciliação e regeneração para a corte arturiana – consigo próprio, com os outros e com Deus.

A negação exerce o papel polifônico - “*nom houve tal no paaço que nom perdesse a fala*”, “*e nom podiam rem dizer*”, “*ende nom fosse espantado*”, “*pero nom houve*”. O parágrafo está construído, basicamente, sobre as negativas. O imperfeito do subjuntivo “*fosse*” pode ser interpretado como ‘ficasse’ e, empregado depois de uma conjunção consecutiva “*tam ardido que*”, tem valor de passado. A hipótese condicionante refere-se a uma imagem concebida, e portanto, subjetiva do mundo, isto é, nasce de uma simples concepção, uma idéia que foi formulada, decorrente do ponto de vista do *sujeito falante*³⁷ e não do *locutor* do enunciado. Esse uso conceptivo do tempo verbal, para traduzir o ‘espanto’ de todos os cavaleiros com a entrada de Galaaz no *paaço* ‘palácio’ e que fez com todos *perdessem a fala*, mesmo entre os mais *ardidos* ‘corajosos’, é mais uma pista de como funciona a ideologia no processo de projetar o homem de seu universo profano para um outro universo transcendente e sagrado, com o objetivo de valorizar o mundo espiritual e também de se processar a separação do *grão da palha*.³⁸

Veja-se o trecho abaixo e interprete-se o momento da aparição de Galaaz como sendo, embora em menor grau, a luz sacralizada do Graal a que Mircea Eliade se refere em citação de Megale:

Compreender, por exemplo, a experiência da luz, da claridade, da abundância do alimento e da transformação pela beleza, significa mudar radicalmente o *status ontológico* do sujeito, na expressão de Mircea Eliade, tornando-o aberto ao mundo do espírito. Que tenha havido, na história da humanidade, mil maneiras de valorizar o mundo do espírito é uma evidência. Mas, prossegue Mircea Eliade, qualquer que tenha sido a integração ideológica ulterior, o encontro com a luz produz uma ruptura na

³⁷ Inicia-se com Ducrot a distinção sujeito falante / locutor. Entenda-se como *sujeito falante* o que desempenha o papel de produtor do enunciado, do indivíduo (ou dos indivíduos) cujo trabalho físico e mental permitiu produzir esse enunciado, diferentemente do *locutor* de um enunciado que corresponde à instância que assume a responsabilidade do ato de linguagem (MAINGUENEAU, 2001, p. 86).

³⁸ DSG, 131(166, 36-37)

existência do sujeito. Ela lhe revela ou lhe desvenda mais claramente do que antes o mundo do espírito, do sagrado, da liberdade, numa palavra, a existência, enquanto obra divina, ou o mundo santificado pela presença de Deus (MIRCEA ELIADE, apud MEGALE, 1992, p. 54).

É o *silêncio constitutivo*, essencial e característico para aquele momento. O advérbio *nom* ‘não’ estabelece a polissemia: todos no *paço* perderam a fala, quando antes falavam; ao mesmo tempo todos ficaram espantados, quando antes não se encontravam em tal estado; e, enquanto isso durou, todos ficaram sentados nas cadeiras. Sair do *silêncio*, naquele momento, equivaleria a perder o estado de graça. As palavras poderiam quebrar o encantamento do instante do encontro com Galaaz, era o *silêncio* que antecedia aquele encontro.

Além da luz intensa, ninguém viu por onde entrara Galaaz, pois “*nom abriam a porta nem ouvirom abrir freesta*”, vindo a ocupar a “cadeira perigosa” (*seeda perigosa*), ainda vazia à espera do cavaleiro puro, casto, de que Merlim e todos os outros profetas falaram na Gram Bretanha [= Gram Batalha].

Como Cristo, de quem pouco se conhece a juventude, Galaaz aparece praticamente homem feito, repetindo outra imagem arquetípica. Sua origem é um tanto misteriosa, porque fruto de amor proibido. Por isso mesmo, repete outro arquétipo: foi uma criança que teve de viver em lugar secreto. Ao aparecer, embora seja filho de Lancelot com uma donzela que, para conquistar o amor do melhor cavaleiro do rei Arthur, fez-se passar pela rainha Genevra, Galaaz é anunciado como o cavaleiro desejado, *aquel que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Darimatia*. Conforme foi abordado, Galaaz não é filho legítimo e, talvez por isso mesmo, em razão da ameaça que representava aos postulados da Igreja o crescimento de uniões não-sacramentadas, foi o escolhido para repetir a trajetória do Salvador. Quem sabe, num esforço do catolicismo para mostrar aos ímpios que também ao filho do pecado é possível a redenção.

Em “*E o homem bõõ(...) foi a rei Artur(...)*” (linha 9), destaca-se o dêitico preposicional espacial “*a*” ‘até onde’, ‘de uma posição a outra’, indicando deslocamento, cujo esquema é denominado CAMINHO por Lakoff, e pode ser assim esquematizado:

A (fonte do movimento = *homem bõõ*) -----> B (alvo do movimento = *rei Artur*)

Segundo Lakoff, o significado lingüístico não é arbitrário, porque deriva de esquemas sensório-motores. O que está dando sentido à sentença não é uma relação de correspondência com o mundo, nem uma relação de dialogia com o outro, nem os encadeamentos discursivos, mas o fato de que nesta sentença está presente o esquema imagético CAMINHO (OLIVEIRA, 2001, p. 34-35).

3.5.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.5.2.1 No plano da “narrativa”

(1) “*E aveo*³⁹ *entam ãa gram maravilha: nom houve tal no paaço que nom perdesse a fala. E catavam-se ãs aos outros e nom podiam rem dizer, e nom houve i tam ardido que ende nom fosse espantado; pero nom houve i tal que saísse da seeda enquanto esto durou. Aveo que entrou Galaaz armado de loriga e de bafoneiras e de elmo e de dous sobressinaes de eixamete vermelho; e depôs ele chegou o ermitam (...)*”

Inicia-se a narração com a conjunção “*E*” que introduz uma explicitação ou desenvolvimento do que foi dito anteriormente. Este tipo de operador aparece várias vezes neste trecho da narrativa, introduzindo as ações e as reações sucessivas das personagens com a aparição de Galaaz: “*E catavam-se*” ‘olhavam-se’, “*e nom podiam rem dizer* (alguma coisa)”, “*e nom houve*”, “*e de bafoneiras*”, “*e de elmo*”, “*e de dous*”, para finalmente introduzir um novo ato de enunciação, com a chegada do ermitão. O emprego do polissíndeto faz com que o discurso adquira grande vivacidade, sugerindo movimentos ininterruptos, contínuos e vertiginosos, que se desenrolam com uma fluidez mágica aos olhos deslumbrados dos cavaleiros. São como as cenas de um filme que se sucedem e se multiplicam também diante dos olhos do espectador e também do leitor.

Quanto aos tempos verbais, prevalece em número os tempos do pretérito perfeito - “*aveo*”, “*houve*”, “*durou*”, “*entrou*” e “*chegou*” – que denotam um *processo culminado* na medida em que é uma situação com duração tendendo para um fim. Já nos tempos do pretérito

³⁹ Pretérito perfeito do verbo *avĩir* ‘admir’, ‘acontecer’, ‘vir a acontecer’ (lat. *advenire*) (NUNES, *Gloss.*, p. 539)

imperfeito “*catavam-se*” ‘olhavam-se’, “*podiam*” o processo não culminou, isto é, perdeu a culminação, pois esta não ocorreu ainda até o momento da enunciação. Alternam-se, com esses tempos verbais, alguns tempos no imperfeito do subjuntivo “*perdesse*”, “*fosse*” e “*saísse*”, denotando, mais do que o sentimento de dúvida e de possibilidade, a *surpresa*, como consequência de um fato tão desejado, mas tão inusitado.

Em “*nom houve tal ‘ninguém’ que nom perdesse a fala*” o dêitico pronominal assinalado permite determinar que todos que ali estavam perderam a fala diante da aparição de Galaaz – é o *silêncio da plenitude*.

O dêitico adverbial espacial “*i*” ‘aí’, ‘lá’ dá a orientação do corpo de seu enunciador, privilegiando-se, no caso, a oposição do próximo e do distante, e o dêitico adverbial temporal “*depois*”. Em “*que ende nom fosse espantado*”, empregou-se o anafórico “*ende*” ‘por **isso**’ e “*esto* durou” demonstrativo de valor anafórico cujo anaforizado é “*gram maravilha*”.

Portanto, as “pistas” para que a cena se delineie na mente do leitor com força de “realidade” são expressas pelos tempos verbais, pelos dêiticos e pelos anafóricos presentes na narrativa, e espelham, além da confiança nas promessas recebidas através dos ensinamentos bíblicos, os sinais e a significação da busca do Santo Graal, para se alcançar a vida eterna.

(2) “*E Galaaz, tanto que foi no meo do paaço, disse, assim que todos ouvirom:*”

A conjunção “*E*” introduz um novo ato de enunciação, marcado pelo dêitico adverbial temporal “*tanto que*” ‘logo que’. Ao lado dos dêiticos facilmente observáveis, pode-se considerar que em “*foi no meo do paaço*” a forma verbal assinalada é um dêitico espacial, pois a forma verbal “*foi*”, do verbo ‘ir’ indica o lugar ao qual se dirige o agente do processo.

O adverbial modal “*assim*” ‘deste modo’ pode ser considerado catafórico, pois o elemento nominal que ele “retoma” não está colocado antes, mas se encontra no grupo nominal que dá seqüência ao texto “*Paz seja com vosco*”.

(3) “*E o homem bõõ pôs os panos que trazia sobre ii alfâambar e foi a rei Artur e disse-lhe:*”

Brown & Yule, em 1983, ao tratarem de coesão, apresentam como um dos tipos de coesão co-referencial a substituição lexical (apud KOCH, 1993, p. 25). É o que acontece nestes trechos da narrativa: “*depôs ele chegou o ermitam*”, (linha 5-6), e em “*E o homem bõõ*”, (linha 9) –, daí em diante a expressão “*homem bõõ*” substitui “*ermitam*”.

Novamente a reiteração da conjunção “e”, denotando as ações sucessivas e ininterruptas do personagem, e o verbo ‘ir’ no pretérito perfeito, podendo ser considerado, como o verbo “vir”, dêiticos espaciais, “não menos freqüentes, mas mais secretos” (MAINGUEAU, 2001, p. 27). A presença da preposição “a” ‘até’ reforça a noção de espaço entre o ermitão e o rei Artur. Esse deslocamento de um lugar para outro é um esquema denominado de CAMINHO por Lakoff (apud OLIVEIRA, 2001, p. 34-35). Portanto, o significado lingüístico, para ele, não é arbitrário, pois deriva de esquemas sensório-motores.

(4) “*E desto que o homem bõo disse foi el-rei mui ledo. E disse:*”

A conjunção “E” dá prosseguimento ao que foi dito anteriormente, recebendo o reforço do anafórico “desto” ‘disto’. O verbo ‘ser’ “foi”, de acordo com o contexto, está significando ‘ficar’ seguido do advérbio “mui” que intensifica o sentido de “ledo” ‘alegre’, ‘jubiloso’.

(5) “*Entam lhe fez vestir os panos que trazia e foi o assentar na seeda perigosa. E disse:*”

Os dêiticos espaciais são indicadores da posição do corpo do enunciador, os dêiticos temporais explicitam o momento em que este fala, momento que corresponde ao presente lingüístico como ‘agora’, ‘hoje’, ‘neste momento’, indicações temporais que Mangueneau considera de localização “absoluta”. Com o advérbio de tempo “Entam” ‘naquele momento’ a referência é um elemento do enunciado, sendo, portanto, um não-dêitico, porque pertence a uma zona mais instável, mantendo apenas correspondência / equivalência com “agora”, ou com “neste momento” (MAINGUENEAU, 2001, p.34-35).

O pronome pessoal “lhe” e “o” anaforizam “Galaaz”, e o pronome relativo “que” anaforiza “panos”. Quanto aos tempos verbais utilizados, dá-se destaque aos modalizadores “fez vestir”, expressando a idéia de que a ação de ‘vestir’ é a causa de outra ‘o fato de que Galaaz, o cavaleiro desejado, o que deveria pôr fim à Demanda, deveria vestir aqueles tecidos, aquelas fazendas, segundo a liturgia da época’, seguido de “foi assentar” que também indica uma ação como causa de outra. Os dois mantêm, portanto, a função *causativa*.

(5) “*E quando virom Galaaz na seeda, logo todos os cavaleiros houverom poder de falar e bradarom todos a ùa voz:*”

Encontram-se as marcas não-dêiticas temporais “quando” e “logo” (*virom Galaaz na seeda*), seguidas do pronome catafórico “todos” que caracteriza o fato de os cavaleiros “*houverom*” ‘tiveram’ o “*poder de falar*”. Já em “*bradarom todos a ùa voz*” o pronome “todos” é anafórico.

Neste recorte, percebe-se a presença do *homem sacro*. Subsiste também a presença da polifonia, desde quando, na voz do narrador, é possível perceber a presença de várias “vozes”, que ressoam concepções de mundo da ideologia dominante.

3.5.2.2 No plano do “discurso”

Para o quadro da análise polifônica do recorte selecionado encontram-se:

(L1) Galaaz

(L2) Ermitão (homem bõõ)

(L3) Rei Artur

(On) *Vox populi* (todos)

(L1) – *Paz seja com vosco.*

(p.) Que a paz esteja convosco

(pp.) Eu estou em paz, e desejo que vós estejais em paz.

(sub.) Como sou o enviado de Deus aqui na terra, faço minhas as palavras que ELE pronunciou: *Eu vos dou a minha paz, eu vos deixo a minha paz.*

Percebem-se na fala do (L1) as contradições que marcam o sujeito na AD: nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, porque Galaaz aceitou, por livre e espontânea vontade ser o cavaleiro escolhido. É um sujeito que se move entre o espaço discursivo *do Um* (ele próprio) e *do Outro* (cavaleiros), é um sujeito que se desdobra e assume vários papéis no discurso e que remete ao conceito de polifonia, elaborado a princípio por Bakhtin. É um discurso “que ‘se finge’ monológico” (BRANDÃO, 2005, p. 85), porque, de acordo com as condições de produção, é um discurso que remete a outro(s) discurso(s) prévio(s).

A ação verbal “*seja*” ‘esteja’ envolve um matiz afetivo, acentua a expressão da vontade do (L1) e atenua a dureza de um imperativo categórico, como *sê* ou *sejai*. É o que se chama conjuntivo (subjuntivo) optativo, por traduzir um desejo da pessoa que fala (LAPA, 1998, p. 194). Através do uso do dêitico pronominal pessoal “*com vosco*”, chama a atenção para o lugar e o tempo AQUI / AGORA, dos protagonistas, indicando os interlocutores da pessoa que diz “eu”.

(L2) -*Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquele que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Baramatia⁴⁰, per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima.*

(p.) Rei Artur, eu te trago o cavaleiro esperado, que descende de alta linhagem, para que sejam concluídas as maravilhas desta e de outras terras.

(pp.) Eu trago, à presença do rei, não um cavaleiro qualquer, mas um cavaleiro de alta linhagem, escolhido (por Deus), o único capaz de realizar e conseguir o que todos vós desejais.

(sub.) Posso afirmar que este é o cavaleiro prometido e escolhido, para cumprir os desígnios de Deus, capaz de realizar ações extraordinárias aqui e em outras terras, para que a busca do Graal chegue ao seu final.

Neste caso, levando-se em conta uma das principais condições do discurso religioso - a necessidade de se sustentar na verdade -, pode-se dizer que o (L2) pretende que a finalidade da presença de Galaaz ali “(...) *per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima (...)*” ‘sejam concluídas, cheguem a seu final’ seja verdadeira, mesmo porque, todos têm certeza do que diz a Bíblia “muitos serão os chamados, mas poucos serão os escolhidos” (MATEUS, 22, 14).

O ermitão assume o papel de um enunciador universal, ou seja, representa um enunciador cuja posição é inquestionável, pois garante a verdade do que diz e por ela ser aceita por todos que ali estão. Se se considerar a situacionalidade, o aspecto sócio-cultural da época medieval, o discurso religioso apresenta pontos de contato com o discurso científico no que se refere à questão do sentido de verdade: pode apresentar, assim como o discurso científico, uma enunciação monofônica tal que (E1) e o (E2) correspondem ao locutor - posição do sujeito da enunciação que diz EU. A monofonia aproxima, portanto, o discurso religioso ao discurso científico. Há a representação do ocultamento do EU, ou a representação do EU como

⁴⁰ De Arimateia (DSG, p. 29)

enunciador único⁴¹ que se faz representar, para a sustentação das conclusões, por uma voz genérica que fala do interior do discurso, nascido de crenças historicamente constituídas, ou pela “convicção” do EU – é a configuração ideológica do sentido que subjaz nos dois discursos. E o sentido de uma asserção é uma representação aceita da relação entre a linguagem, usuários e o mundo (GUIMARÃES, 2002, p. 166-167).

Além da voz de Galaaz, impõe-se a voz do ermitão - “*eu te trago o cavaleiro desejado*”-, em que o verbo “trazer” é performativo, isto é, “pratica-se” uma ação e realiza-se um ato, enquanto é enunciado, - o de trazer - , donde se conclui que “dizer é fazer”. É a materialidade e historicidade da língua, discutida por Austin. Para Derrida, para a Teoria dos Atos de Fala existe identidade entre *dizer* e *fazer*. Os trabalhos de Austin popularizaram-se por intermédio de estudiosos e estudiosas franceses, e, principalmente, da divulgação feita por Searle, que abriu espaço para a preocupação de uma realidade lingüística até então problemática: “o fato de que aquilo que dizemos tem efeito, altera o sentido e o funcionamento lingüístico” (MUSSALIM; BENTES, 2001, p. 61). Entende-se com isso que se pode agir por meio da linguagem. A fala do ermitão “*eu te trago*”, aliada à ação de trazer, produziu uma verdadeira transformação na corte, no rei Artur e, conseqüentemente, também nos cavaleiros presentes. Instala-se também o jogo polifônico: desejado por quem? O ermitão é uma personagem inserida na narrativa com a função específica de ir além da percepção comum “*per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima*” ‘dar fim a’, ‘terminar’. Observa-se que a ação verbal, apesar de trazer implícita, como geralmente acontece, uma ação antecipada de caráter hipotético, imaginário, pois ainda não aconteceu (apenas deseja-se que aconteça), está dentro dos planos do locutor como algo certo. Em alguns dos recortes que se seguem, pode-se observar essa capacidade incomum do ermitão.

Neste recorte, a forma de tratamento usada pelo ermitão quando se dirige ao rei é “*te*” ao invés de “*vós*”, caso único em toda a narrativa. Talvez tenha sido uma forma de demonstrar que ele estaria em um plano superior ao do rei, no plano religioso/espiritual.

Chega-se à conclusão de que este é o cavaleiro prometido que cumprirá os *desígnios superiores*: o da busca do Graal e o da sustentação do sistema do reino de Artur. Assim, quando o (L2) esclarece a finalidade da presença de Galaaz ali com a conjunção *per que* ‘para que’ *as*

⁴¹ Dizer-se que o jogo polifônico da linguagem utilizado pelo discurso religioso tem pontos de contato com o utilizado pelo discurso científico para a comprovação da “verdade”, é um posicionamento adotado pela autora do trabalho.

maravilhas desta e das outras terras haverám cima ‘aconteçam’, ‘acabem’, ‘tenham um fim’, tem a mesma condição de verdade da fala do (L3) que sublinha seu dizer com o advérbio de tempo *nunca* ‘em tempo algum’ foi /será feita *tanta honra como lhe nós faremos*. Está patente a questão da legitimação dos discursos, que é anterior a outros discursos e cada um dos locutores tem consciência do papel que desempenha na formação social. Podem falar em nome do *status*, da credibilidade e da autoridade que representam na cena enunciativa. Um e outro querendo mostrar aos demais cavaleiros (TU) a legitimidade do seu discurso, a partir dos papéis que cada um dos locutores se atribui na ordem social, isto é, na relação de forças EMITÃO X REI.

(L3) – *Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, ca este é o que há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal. Nunca foi feito em esta casa tanta hon[5, c]ra, como lhe nós faremos. E quem quer que ele seja, eu querria que lhe fosse muito bem pois de tam alto linhagem vem como vós dizedes.*

(p.) Se isso é verdade, vós e vosso cavaleiro sejais bem vindos, porque as aventuras do Santo Graal serão cumpridas, e nós lhe faremos as honras como nunca foram feitas nesta casa. Eu gostaria que este cavaleiro, seja quem for, fosse muito bem, pois é descendente de tão alta linhagem como vós afirmais.

(pp.) Se isto não for verdade, vós e vosso cavaleiro não são bem vindos, porque as aventuras do Santo Graal não chegarão ao fim. Se não for quem vós afirmais, não lhe prestaremos honras, mas será tratado como um cavaleiro de alta linhagem.

(sub.) Devo acreditar nas palavras de um ermitão, pois é, por direito, o intérprete das palavras do Senhor na Bíblia Sagrada, mas os fracassos de tantos cavaleiros de alta linhagem, na busca do Graal, fazem-me duvidar de que este é o cavaleiro prometido.

A fala do (L3) vem marcada lingüisticamente pelo condicional “*Se*”, dando a entender que o locutor se posiciona defensivamente a uma possível refutação de algum alocutário. A asserção “*Se esto é verdade*” pode ser atribuída a um enunciador (E1) diferente do locutor (L3), pois poderia ser assim: ‘Se (como afirma a Igreja) isto for verdade, terá de haver um cavaleiro que há de finalizar as aventuras do Santo Graal. Nesse caso, este é o cavaleiro prometido, porque sois vós que nos estais dizendo isso’. Encontram-se neste trecho os operadores discursivo “*esto*” ‘isto’, anafórico pronominal, cujo anaforizado é toda a fala do (L2), (linhas de 11-13); “*ca este*”

‘porque este’ anafórico pronominal cujo anaforizado é seu antecedente “*cavaleiro*”, elementos de coesão que levam o interlocutor a determinado tipo de conclusão, com exclusão de outros – este é o cavaleiro desejado, o que dará cima às maravilhas do Santo Graal. É o efeito produzido pela linguagem e estudado pela Pragmática na asserção “*Nunca foi feito em esta casa tanta hon[5, c]ra, como nós lhe faremos*”. O pronome *nós*, intercalado na exposição deste argumento, permite concluir, a partir deste, a veracidade das palavras, pois não é o próprio locutor que os enuncia, mas se faz enunciar em nome de todos.

Constata-se que o pressuposto é básico para todo o recorte, pois está mantido até o final.

(L2) – *Senhor, cedo o veredes em bõo começo.*

(p.) Cedo vereis que ele se sairá muito bem.

(pp.) Tenho certeza de que vossas dúvidas terminarão logo, porque ele se sairá bem em tudo que fizer.

(sub.) Considero inquestionáveis quaisquer tipos de dúvidas do que digo sobre Galaaz.

O ermitão está consciente da força que representa a Igreja na organização social e sabe que tem o direito de falar, em razão do lugar que ocupa no processo enunciativo, e como representante que é dessa entidade cultural e economicamente superior. Por isso, sua fala é legitimada a partir da autoridade que lhe é concedida institucionalmente, para fazer sua asserção. Constitui-se, assim, uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que “**X disse P**” com base na suposição de que **X**, de acordo com sua situação e/ou competência, tem boas razões para não estar enganado, concluindo-se a verdade de **P**. Portanto, ele (o ermitão) tem certeza de que o **TU** será, no mínimo, seu cúmplice.

(L3) - *Filho, ora vejo o que muito desejei quando vejo a seda perigosa comprida.*

(p.) Agora vejo o que muito desejei, quando vejo que a seda perigosa está preenchida.

(pp.) Estou vendo agora o que não vi antes: a seda perigosa ocupada por um cavaleiro de alta linhagem.

(sub.) Acredito que, sendo este o cavaleiro eleito, os compromissos de cavalaria, assim como a defesa do reino, serão cumpridos.

Através do pressuposto e do subentendido, ficou explícito que elementos de várias ordens estão sendo encaminhados para que se manifeste a ideologia religiosa que vem sendo apontada: a projeção do homem, ser de um universo *profano*, para um outro transcendente e *sagrado*.

Em “*ora vejo o*” ‘agora vejo aquilo’ asserção iniciada por um dêitico adverbial temporal “*ora*” + verbo no presente do indicativo “*vejo*”, indicando a concomitância entre a narração e o narrado + “*o*” pronome demonstrativo catafórico, cujo referente é “*quando vejo a seeda perigosa cumprida*”.

(On) – *Vox populi* (todos os cavaleiros) – *Dom Galaaz, vós sejades o bem veúdo – ca eles já seu nome sabiam, ca o irmitam o nomeara já i.*

(p.) Dom Galaaz, vós sejais o bem vindo, pois já sabemos seu nome através do ermitão.

(pp.) Em nosso meio, vós sejais o bem vindo

(sub.) Estamos conscientes daquilo que disse Nosso Senhor na Bíblia - “São muitos os chamados e poucos os escolhidos”-, e Galaaz, agora ficamos sabendo, é o eleito, o cavaleiro perfeito.

O pressuposto e o subentendido desta asserção constituem-se em argumentos básicos para a consecução dos objetivos dos estamentos superiores: Galaaz representa a realização do ideal cavaleiresco e do padrão moral exigido para que a unidade do reino seja mantida.

Neste recorte, a palavra ampliou a relação de poder na medida em que funcionou como instrumento para a obtenção de apoio, adesão, submissão. É a linguagem a serviço do poder e dos desdobramentos nascidos desse poder. Note-se que o poder do ermitão encontra, na palavra, mecanismos para se manter sem o uso da força, uma vez que se criou uma relação de irrestrita confiança em torno de sua figura “personagens inseridos na novela com a função específica de irem além da percepção comum” (MEGALE, 1992, p. 39). Portanto, é um discurso que reforça socialmente as estruturas de dominação e no qual estão bem caracterizadas a materialidade e a historicidade da palavra, pois esta produz sentenças que expressam comandos, desejos e concessões. A palavra não descreveu, ela agiu sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre as estruturas sociais. Assim, tanto o ermitão quanto o rei Artur detêm esse poder que lhes é concedido, o primeiro, através de seu *status* de ermitão, “cuja atuação elucidadora consiste em informar, orientar e dirigir espiritualmente os cavaleiros” (MEGALE, 1992, p. 91); o segundo

pelo *status* de cavaleiro e poder do rei, poder que lhe foi conferido pelos próprios companheiros, que se colocam imediatamente na posição inferior de discípulos e de súditos.

O pretérito-mais-que-perfeito “*nomeara*” indica que o fato ocorreu antes do momento de referência. Habitualmente, é um tempo que serve para fazer saber os antecedentes do que se narra, ou seja, dos elementos que precisam ser conhecidos para se compreender a ação principal “- *ca eles já seu nome sabiam*”.

Ao rever o recorte em sua totalidade, destacam-se:

- (1) “(...) e nom **podiam** rem dizer (...)” (linha 2)
- (2) “(...) ca este é o que **há dar** cima (...)” (linha 16)
- (3) “Nunca **foi feito** em esta casa tanta hon[5, c]ra (...)” (linha 16)
- (4) “Entam lhe **fez vestir** os panos (...)” (linha 20)

No exemplo (1), o emprego do modal nuclear “*podiam*” corrobora com o que foi colocado por Parret, sobre o efeito estilístico dos verbos modais:

On se situe, sans aucun doute, à un niveau plus profond en considérant les modalités, non plus comme des propriétés de séquences lexicalisées, mais comme de caractéristiques déterminant la valeur de vérité de propositions (PARRET, 1976, p. 47).⁴²

Comprova-se que, em (1), “nom *podiam* rem *dizer*”, há uma ação posterior a outra, que estabelece um certo grau de realidade e está motivada por um jogo de intenções, de possibilidades, e / ou da capacidade do interlocutor (poucos podem fazer o que desejam) de fundo ideológico. No exemplo (2), “*há* (de) *dar* cima”, o enunciado é tido como dotado de grande força ilocucionária ou ilocutória, pois denota obrigação, compromisso, necessidade, estando também implícita uma promessa. Em (3), “*nunca foi feito*” e em (4), “*Entam lhe fez vestir*”, afirma-se, com precisão e energia, a realização de um ato passado. Em (3), o tempo está delimitado pelo dêitico adverbial temporal “*nunca*” e, no exemplo (4), o que limita o tempo decorrido corresponde ao espaço de tempo que uma pessoa leva para se vestir.

⁴² Situa-se, sem nenhuma dúvida, em um nível mais profundo, considerando-se as modalidades, não mais como propriedades de seqüências lexicalizadas, mas com características que determinam o valor da verdade da proposição. (Traduzido pela autora deste trabalho)

3.5.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*.

No recorte aparecem as diversas nuances sob as quais se apresenta a conjunção aditiva *e*, operador de conjunção de uma série de ações que pontuaram a chegada de Galaaz no recinto, acompanhado pelo ermitão, e cujo emprego dá uma nota de intensidade afetiva/emocional. “O processo não é novo, já vem do latim, e a linguagem popular e infantil adotam-no com predileção, porque obedecem de ordinário a motivos sentimentais” (LAPA, 1998, p. 250). No caso deste recorte, constata-se realmente que o operador “*E*” serve para descrever estados de espírito e emoções, um misto de espanto /admiração sentidos pelos cavaleiros. Daí ser de suma importância a seleção lexical. A polissemia vem à tona na descrição do comportamento dos cavaleiros, descrito pelo narrador, em expressões nas quais foram usadas reiteradas vezes a negação, a exemplo de: “*E aveo entam ua gram maravilha*”, “*E catavam-se uus aos outros*”, “*e nom podiam rem dizer*”... “*e nom houve i tam ardidado que ende nom fosse espantado*”, reações que se sucederam com a chegada de Galaaz, e antes de ele sentar-se na “*seeda perigosa*”; e outras vezes traduz a sensação de movimento ininterrupto, vertiginoso: “*Aveo que entrou Galaaz armado de loriga e de bafoneiras e de elmo e de dous sobressinaes (...) e depôs ele chegou o ermitam...*”. Quando os cavaleiros viram-no sentado na cadeira perigosa “*houverom poder de falar*” e “*bradarom todos a ãa voz*”, contrastando com o *silêncio* anterior. O recorte gira em torno do *silêncio e do homem sacro* como se verá a seguir pela seleção lexical.

➤ *Silêncio*

- (1) “*nom houve tal no paaço que nom perdesse a fala*” – ‘ser privado de’, ‘cessar de ter’.
- (2) “*nom podiam rem dizer*” – não podiam ‘expressar por palavras’, ‘proferir’, ‘enunciar’. A marca ideológica do *silêncio* está na negativa: é a negação polifônica.

(3) “*e nom houve i tam ardido que ende nom fosse espantado*” – ‘ficasse assombrado’. Observa-se que “*nom houve i tam ardido*” – (‘tão corajoso’) que não ficasse assombrado e, conseqüentemente, em profundo *silêncio*.

Neste trecho, o advérbio “*nom*” está representando o *silêncio* constitutivo do dizer, o apagamento de outras vozes. É a institucionalização do sentido através da história.

➤ *Sagrado*

(1) “*Paz seja com vosco*” – ‘ausência de lutas, violências ou perturbações sociais’. O dizer de Galaaz exprime o estado espiritual de alguém cujos sentimentos estão totalmente voltados para Deus Nosso Senhor, caracterizando o *homem sacro*.

(2) “(...) *ca este é o que há dar cima aas aventuras do Santo Graal*” - só um verdadeiro enviado de Deus, um cavaleiro puro e sem a mancha do pecado poderia “*dar cima*” às aventuras do Santo Graal.

(3) “(...) *quando vejo a seeda perigosa comprida*” – ‘realizada’, ‘preenchida’, ‘completada’.

(4) Vocabulário *sacro* – objetos que faziam parte do ritual de passagem para armar o cavaleiro: “(...) *entrou Galaaz armado de loriga* ‘couraça’ *e de bafoneiras* ‘peça de armadura que protege os braços ou as pernas’ *e de elmo* ‘armadura antiga para a cabeça, espécie de capacete’ *e de dous sobressinaes* ‘veste exterior com os sinais e divisas dos cavaleiros’ *de eixamete vermelho* ‘antigo veludo oriental’

Predomina, dessa forma, a intencionalidade de caráter ideológico e histórico, com sua força coercitiva e normalizadora, regendo o senso comum da vida cotidiana da época e as relações interpessoais, sempre voltadas para a busca da salvação.

3.6 RECORTE ENUNCIATIVO VI

18 *Como ùũ donzel deu novas aa rainha de Galaaz.*

- (1) Estas novas foram de ùa parte e da outra assi que chegarom aa rainha, ca ùũ
- (2) donzel lhe disse:
- (3) -Senhora, maravilha grande aveo ora no paaço.
- (4) – E que maravilhas sam? – disse a rainha – dize-de-no-las.
- (5) – Senhora, disse ele, a seeda perigosa é comprida: ùũ cavaleiro see i.
- (6) – Si? disse ela. Par Deus, fremosa criatura i⁴³ Deus deu. Ca de muitos que já i
- (7) severom nunca i tal foi que i nom fosse morto. E de que idade pode seer? disse
- (8) a rainha.
- (9) – Senhora, disse el, de dezooito anos.
- (10) E ela maravilhou-se das maravilhas que ende ouviu, pois disse:
- (11) – Maravilha pode ende aviir, se tem [6, a] eu nunca soube. E sabees de qual
- (12) linhagem é?
- (13) E o donzel disse que nom, fora que dizem todos que semelha do linhagem
- (14) do rei Bam mais que de outro. E ela começou a pensar e logo esmou em seu
- (15) coração que era filho de Lançarot ca lhe dissera Estor que era já Galaaz
- (16) gram donzel e que cedo seria cavaleiro. E disse a rainha ao cavaleiro:
- (17) – Donzel, sabes como há nome?
- (18)– Senhora, disse el, o nome Galaaz.
- (19) E ela, quando ouviu o nome, logo soube certamente ca era filho de Lançarot
- (20) ca peça havia que ela sabia como havia nome. Entam disse aas donas que com
- (21) ela siiam:
- (22) – Certas seede, se ele é bõõ cavaleiro **nom me maravilho muito** ca de totalas
- (23) partes vem bõõs cavaleiros que **nom pode errar** que nom seja melhor ca
- (24) outro cavaleiro.
- (25) – Senhora, disserom elas, quem é bõõ sobre todos?
- (26) - **Saberedes, disse ela, mais nom per mim** (DSG, 30 (18, 7-32)).

3.6.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Neste recorte, a curiosidade da rainha, faz uma ponte entre esta e o *silêncio*, em que subjaz um sentimento de culpa. Ela está consciente das conseqüências de seus atos: é o *silêncio culpado*. Tem certeza de que, futuramente, todos saberão quem é o melhor entre os melhores cavaleiros, mas não através dela. Não foi Lancelote o cavaleiro que preencheu a cadeira perigosa, e por isso ela diz “**não me maravilho muito**”, (linha 22), para logo se justificar “**ca de**

⁴³ Rodrigues Lapa propõe que se corrija para *lhi* (Apud NUNES, p. 31)

totalas partes vem bõs cavaleiros (...)”, (linha 22-23). Procura agir com prudência e sensatez por medo das conseqüências que poderão advir por parte dos homens, e não por medo da justiça divina. Na fala anterior da rainha, especificamente no trecho “(...) *que nom pode errar que nom seja melhor ca outro cavaleiro*”, (linha 23), ela se refere ao que foi apagado, excluído - Lancelot. É o *silêncio / dissimulação* que encobre um desejo (in)confessável – seu grande amor por Lancelot, amor adúltero que deve ser protegido com o selo do *silêncio*. É uma relação que se configura, na época, como um pecado tão grave que, se descoberto, culminaria com a destruição do reino (o que se vê confirmado na conclusão das análises), e segundo a ideologia pregada pela Igreja. Constata-se, portanto que “os processos discursivos se realizam necessariamente pelo sujeito, mas não têm sua origem no sujeito. É a ilusão do sujeito de estar na fonte do sentido: esquecimento nº 1, de Pêcheux que, ao falar, divide-se: as suas palavras são também as palavras dos outros (ORLANDI, 1995, p. 80).

Antes de se proceder à análise deste enunciado, é enriquecedor que se enfatize como era recortado o perfil da mulher no século XII até o século XIV, de acordo com a visão do historiador Georges Duby, em seu livro *Dames du XII siècle: o perfil psicológico da mulher se configura de acordo com o que vem escrito nas Escrituras “(...) a parte animal, apetecível, desejável, predomina nela (...)”*. No entanto, ela se enclausura dentro de si mesma, pois é o homem que domina nessa sociedade machista, e se diz “intermediário de Deus”, conforme vem explicitado no seguinte trecho:

L’homme est formé d’une part charnelle, le corps, d’une part spirituelle, l’âme, la première subordonnée à la seconde. À l’intérieur de l’âme, et dans le même rapport hiérarchique, coexistent la *pars animalis*, par quoi le corps est commandé, et la *ratio*, à quoi la “part animale” est subordonnée. (...) La femme, comme l’homme, est douée de raison; cependant, la part animale, désirable, prédomine en elle; alors qu’en lui le raisonnable, donc le spirituel, prévaut. Par conséquent, l’homme domine, intermédiaire entre Dieu, source de la sagesse, à qui il doit obéir, et la femme qu’il doit commander. C’est qu’Adam découvre lorsqu’il sort de la torpeur où Dieu l’a plongé: la femme est issue de lui, donc elle lui est substantiellement semblable; mais ce n’est qu’une petite part de lui, elle lui est donc naturellement assujettie (DUBY, 1996, p.62).⁴⁴

⁴⁴ O homem é formado de uma parte carnal, o corpo, de uma parte espiritual, a alma, a primeira subordinada à segunda. No interior da alma, e na mesma ligação hierárquica, coexistem a *pars animalis*, pela qual o corpo é comandado, e a *ratio*, à qual a “parte animal” está subordinada. (...) A mulher, como o homem, é dotada de razão; entretanto, a parte animal, desejável, predomina nela; enquanto que nele o racional, portanto o espiritual prevalece. Por conseqüência, o homem domina, intermediário entre Deus, fonte da sabedoria, a quem ele deve obedecer, e a mulher que ele deve comandar. Isso é o que Adão descobre logo que saiu do torpor em que Deus o prolongou: a mulher é originada dele, por isso ela lhe é substancialmente semelhante; mas não é senão uma pequena parte dele, ela lhe é submissa naturalmente (DUBY, 1996, p. 62). (Tradução da autora deste trabalho)

De acordo com o situacional, na mulher predomina “*la pars aimalis*”. Ela deve se submeter à vontade do homem, que ocupa um espaço de maior importância, pois é o intermediário direto de Deus aqui na terra. Por isso, a escolha dos que se destacaram na narrativa e que detinham o poder pela força dos seus atos e da palavra, está sempre creditada *por Deus* (Galaaz, os ermitões, o rei Artur, Lancelot, Persival) e que, por isso, eram respeitados pelos demais cavaleiros. Às mulheres e aos pecadores, era-lhes imputado o *silêncio*.

3.6.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.6.2.1 No plano da “narrativa”

(1) “*Estas novas foram de ãa parte e da outra assi que chegarom aa rainha, ca ãã donzel lhe disse:*”

A narração se inicia pelo pronome demonstrativo catafórico “*Estas*”, que remete a toda a seqüência do texto e anuncia o que será dito, indicando algo que está ainda apenas no espaço do enunciador através da asserção “- *Senhora, maravilha grande aveo ora no paaço*”. O fato é narrado, tal como se caracterizou para ele mesmo e para todos do reino como uma grande “*maravilha*” ‘coisa inexplicável’, ‘que causa espanto’.

O enunciado “*foram de ãa parte e da outra*” corresponde à localização não-dêitica, cuja sustentação é dada pelo próprio narrador, dirigindo-se ao leitor.

O operador “*assi que*” ‘de sorte que’, ‘de maneira que’ determina a conseqüência do que foi declarado anteriormente na oração principal, estando o período assim estruturado: Oração principal + subordinada consecutiva + subordinada causal

A presença do verbo “*dizer*”, em todos os trechos da narração, funciona como um verbo *dicendi* ou de elocução, com a função de introduzir diálogos diretos.

(2) “*E ela maravilhou-se das maravilhas que ende ouviu, pois disse:*”

A conjunção aditiva “*E*” inicia uma asserção que revela o estado emocional da rainha, ao ouvir tudo o que se dizia de Galaaz, e introduz um enunciado que reflete o estado de espírito da

rainha, através da lexia “maravilhar”, sob a forma de verbo no pretérito perfeito “*maravilhou-se*” ‘espantou-se’ e em “*das maravilhas*” ‘coisa inexplicável’, a mesma lexia, agora funcionando como um substantivo. Encontram-se aí os anafóricos pronominais “*ela*”, “*se*” e “*que*” cujos anaforizados são, respectivamente, “*rainha*”, “*rainha*” e “*maravilhas*”. Os anafóricos pronominais constituem o que se chama de *fenômenos anafóricos de pronominalizações*; o pronome relativo constitui o *fenômeno anafórico de substituição lexical*.

Em “*pois disse*” o operador de coordenação “*pois*” é responsável pelo encadeamento de um novo enunciado, apresentado como justificativa do que foi dito anteriormente.

(3) “*E o donzel disse que nom, fora que dizem todos que semelha do linhagem do rei Bam mais que de outro. E ela começou a pensar e logo esmou em seu coração que era filho de Lançarot ca lhe dissera Estor que era já Galaaz gram donzel e que cedo seria cavaleiro. E disse a rainha ao cavaleiro:*”

A reiterada presença da conjunção “*E*” tem a função de ligar argumentos orientados para a mesma conclusão: Galaaz, com certeza, era filho de Lançarot.

Em “*E o donzel disse que nom*”, é caracterizado como um discurso indireto, pois possibilita o ato de falar *sobre* a enunciação de outrem. Ao mesmo tempo em que o “*donzel*” negou, confirmou que “todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de um outro enunciador E¹, incorporado ao discurso do L = E², pelo fenômeno da polifonia” (KOCH, 1993, p. 146), com a ressalva “*fora que dizem todos*”. Neste trecho, a veracidade de seu dizer não é assumida, quando usa a terceira pessoa do plural “*dizem*”.

O emprego do operador adverbial “*mais que*” pode ser analisado como um índice de avaliação / comparação de que Galaaz pertence, mais adequadamente, à linhagem do rei Bam do que de outra (linhagem). Fica nítida, mais uma vez, a importância do aspecto dinástico, na realidade histórica. Há, durante toda a narrativa, a insistência no que se refere ao parentesco. A linhagem do rei Bam “configura a formação de um povo escolhido, dentro do qual surgirá o eleito, entre os que desfrutarão da postumeira festa” (MEGALE, 1992, p. 26). O emprego da conjunção comparativa, na sua intensidade, está voltado não para pessoas, mas para as linhagens.

O uso freqüente das comparações *quantitativas* de superioridade, no plano tanto da enunciação quanto da narrativa, funciona como “pista” para a conclusão, partindo-se do princípio de que, como as interpretações que se podem captar e que são orientadas pela mística religiosa,

dão conta de que Galaaz é o representante de Cristo aqui na terra, e, portanto, nada mais coerente do que se usar o superlativo nas construções de fundo comparativo. Toda a ação, desenvolvida por Galaaz, no decorrer da narrativa, está em perfeita consonância com essa orientação: Galaaz é o cavaleiro perfeito, o cavaleiro escolhido, e, como representante de Cristo aqui na terra, é único, singular e incomparável, à semelhança de Cristo – o *homem sacro*.

No segundo período, a locução verbal “*começou a pensar*”, indica uma ação durativa, pois é o processo de uma ação contínua, progressiva, que poderia intensificar-se cada vez mais, mas foi limitada pelo advérbio de tempo da oração seguinte “*e (= mas) logo* esmou ‘*imaginou*’”.

A conjunção “*e*” em “*e logo*”, (linha 14), e em “*e que cedo*”, (linha 16), encerram valor de seqüência temporal. Os demais empregos desta conjunção iniciam orações que dão apenas seqüência às orações.

Quanto aos tempos verbais, prevalece o pretérito perfeito, tempo que mais se adequa a textos narrativos, pois conserva toda a sua vitalidade. A ocorrência do mais-que-perfeito simples “*dissera Estor*” está em seu sentido fundamental –, o de narrar um fato passado anterior a outro. É como se o locutor estivesse contando a ação indiretamente a outrem, ou uma noção de dois tempos passados. Já o futuro do pretérito exprime uma relação de posteridade do momento do acontecimento em relação a um momento de referência pretérito. O momento de referência pretérito é o instante em que Estor disse algo a alguém, com referência a Galaaz “*ser um gram donzel*” e que “*cedo seria cavaleiro*”, são fatos que ocorrerão em momento posterior ao momento de referência.

(4) “*E ela, quando ouviu o nome, logo soube certamente ca era filho de Lançarot ca peça havia que ela sabia como havia nome. Entam disse aas donas que com ela siiam:*”

Para dar seqüência à narrativa, empregou-se a conjunção “*E*”, seguida de um anafórico, cujo anaforizado é “*rainha*”.

Quanto aos tempos verbais, o narrador empregou o pretérito perfeito dos verbos “*ouviu*” e “*soube*”, para caracterizar ações passadas e absolutamente concluídas; não acontece o mesmo com o uso dos verbos “*havia*”, “*sabia*” e “*iam*”, que, por estarem no pretérito imperfeito, exprimem uma ação passada, mas com uma conotação diferente: há nesse emprego uma boa dose de sentimento duradouro: “usar-se o imperfeito é viver no passado, por um esforço de simpatia” (LAPA, 1998, p. 190). É exatamente o que o narrador passa para o leitor: imprecisão,

impressão do interminável, uma Genevra que “*logo soube certamente ca era filho de Lançarot*”, filho daquele a quem dedicava tanto amor. Veja-se que a asserção “(...) *ca peça havia que ela sabia como havia nome*”, (linha 20), pode ser interpretada da seguinte forma ‘porque havia **uma porção de tempo** que ela sabia como era o nome (dele)’. Nota-se o vivo interesse de Genevra por Galaaz, por este ser filho de Lancelote.

Estaria o *silêncio* de Genevra, não respondendo à curiosidade das damas, ligado a motivos religiosos ou a um sentimento de culpa? Pelo que se conhece da história, pelo que contam os historiadores, seria um *silêncio culpado*, e não o *silêncio* que se impunha às pessoas leigas para não desvendar “os mistérios da Bíblia”.

3.6.2.2 No plano do “discurso”

O quadro para a análise polifônica do recorte selecionado é assim delineado:

(L1) Donzel ‘jovem’, ‘o moço que ainda não era armado cavaleiro’.

(L2) Rainha

(L3) Donas ‘mulheres’, ‘esposas’ que acompanhavam a rainha.

(L1) – *Senhora, maravilha grande aveo ora no paaço.*

(p.) Senhora, algo extraordinário houve agora no palácio.

(pp.) Não é comum acontecerem, no palácio, coisas extraordinárias.

(sub.) O donzel confessa à rainha estar admirado: é forçoso reconhecer que Galaaz realmente representa o ideal cavaleiresco, pois ocupou a “cadeira perigosa” e por isso sua presença causou em todos um estado de êxtase.

Depreende-se da voz do (L1) o tom de admiração emprestado pelo vocábulo “*maravilha*” ‘ato extraordinário que causa admiração’, e que também, neste caso, significa ‘prodígio’.

Pelo tempo de verbo empregado “*aveo*” ‘houve’, presume-se uma ação completamente concluída que se processou em algum momento do passado. O momento de referência é um *agora* que ocorre no século XIII, expresso pelo dêitico adverbial temporal “*ora*” ‘agora’, delimitando o tempo da ação verbal, modificando-a. Em “*no paaço*” e “*see i*” ‘aí’ - os dêiticos

espaciais indicam lugar / distância que separam o fato daquilo que o enunciador está dizendo. O advérbio de lugar “*i*” ‘*ai*’ marca um espaço fora do lugar da cena enunciativa, um lugar além.

(L2) – *E que maravilhas sam?* – disse a rainha – *dizede-no-las*.

(p.) Que maravilhas são?

(pp.) Quero saber quais são as maravilhas de que vós estais falando.

(sub.) Estou curiosa e, como rainha, devo saber o que de extraordinário está acontecendo no palácio.

Observa-se a curiosidade de Genevra. Dir-se-ia que ela desconfiava que este era Galaaz “...o cavaleiro de que Merlin e todos profetas falarom na Grã- Bretanha” (DSG, 30(17, 1-2)) e que era filho de Lancelote. Qual seria a resposta da “*maravilha*” a que o jovem cavaleiro se referia? Certamente ela gostaria que Lancelot fosse o protagonista de mais essa aventura.

O imperativo “*dizede-no-las*”, tempo em que o elemento subjetivo se mostra mais fortemente, é uma forma verbal performativa, pois tem a função de unir a idéia de ação à ação propriamente dita – o ato de “dizer é fazer” – tão enfatizado por Austin em sua Teoria dos Atos de fala e aperfeiçoada por Searle (PINTO, 2001, p. 57). Pragmaticamente, o imperativo, neste caso, é a expressão de um pedido, embora parta de um superior na escala social para um inferior, de alguém consciente de sua superioridade em relação ao outro, é uma expressão de ordem, mas, ao mesmo tempo, de um desejo, motivado pela curiosidade, que impele a rainha/mulher para formular a pergunta. Ao verbo, segue-se o dêitico pessoal “*no*” e o pronome pessoal “*las*”, este, funcionando como anafórico, referindo-se ao anaforizado “*maravilha*”.

(L1) – *Senhora, disse ele, a seeda perigosa é comprida: ãã cavaleiro see i.*

(p.) Senhora, a cadeira perigosa está preenchida: um cavaleiro está sentado lá.

(pp.) A verdade revelada se realizou e o cavaleiro prometido por Deus e desejado pelo rei chegou e ocupou a cadeira perigosa a cadeira perigosa.

(sub.) É preciso ter fé e confiar. A palavra de Deus é verdade e suas promessas são cumpridas.

Percebe-se que a fala do (L1) é um discurso que se produz sobre outros discursos. Isso é o que dá sentido ao dizer – o sentido se completa (*a seeda perigosa é comprida*) com o cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. No caso, o interdiscurso, que é a relação de um discurso com outros, é a Bíblia. A presença do modalizador “*é comprida*” serve como marcador de uma ação que coincide, no momento atual, com o momento da enunciação no passado. O verbo “ser” em “*é comprida*” serve marcador de uma ação que coincide, no momento atual, com o momento da enunciação no passado. Tem valor de verdade, pois não quantifica somente o mundo real, quantifica igualmente o interior do mundo possível. Nesse processo de construção, o (L1) incorpora uma série de vozes (enunciadores): E¹: “(...) *a seeda perigosa é comprida*” e E²: “(...) *um cavaleiro see i*”, um agora que se passa no século XIII.

(L2) – *Si?* disse ela. *Par Deus, fremosa criatura i Deus deu. Ca de muitos que já i severom nunca i tal foi que i nom fosse morto. E de que idade pode seer?* disse a rainha.

(p.) Sim? Por Deus, formosa criatura nisto Deus deu. Porque de muitos que já lá serviram nunca então tal foi que lá não fosse morto. E que idade pode ele ter?

(pp.) Genevra não sabia do acontecido e questiona, mas acredita que, sendo uma criatura que Deus deu, é uma formosa e jovem criatura e não terá a mesma sorte de muitos outros que lá foram.

(sub.) Se o relato do donzel for verdade, Deus nos enviou o formoso e jovem cavaleiro para defender o ideal cavaleiresco, tanto no plano religioso, quanto político.

O enunciado se inicia com o advérbio “*Si*”, significando ‘é verdade o que estás me dizendo?’ ‘É mesmo?’ Daí ser considerado como um operador argumentativo anafórico, pois está claro que o fato que se disse anteriormente provocou essa reação de espanto, surpresa ou emoção súbita, à semelhança de uma interjeição. A interrogação pode ser interpretada pragmaticamente como a expressão de uma grande surpresa por parte da rainha e pode-se imaginar um misto de espanto e admiração (reprimidos) em sua face. Para que fique claro o sentido, será feita a análise dos empregos adotados pelo “*i*” neste recorte:

a) “*fremosa criatura i Deus deu*” = por sugestão de Rodrigues Lapa (apud NUNES, p. 31) pode-se substituí-lo por ‘*lhi*’, caracterizando-o como um pronome anafórico;

- b) “*muitos que já i servirom*” = ‘lá’ dêitico adverbial que denota um distanciamento espaciotemporal;
- c) “*nunca i tal foi*” = ‘aí’ dêitico adverbial temporal que indica distanciamento entre enunciador / fato enunciado; “*que i nom fosse morto*” = novamente “*ai*”, distanciamento entre enunciador / fato enunciado.

Os verbos “*deu*” e “*severom*” fixam e enquadram a ação dentro de um espaço de tempo determinado no passado. Também o subjuntivo “*fosse*” tem valor de passado, em uma oração que indica conseqüência “*tal...que*”, a um fim que se quer ou se pretende chegar e não, a uma realidade. Nesse momento, o *sacro* sobrepuja o *profano*, pela utilização de marcas que são verdadeiros estereótipos da época medieval “*Deus deu*”, “*por Deus*”, caracterizando o recorte como religioso.

(L1) – *Senhora, disse el, de dezoito anos.*

(p.) É um cavaleiro que tem dezoito anos.

(pp.) É um cavaleiro muito jovem, não tem mais de dezoito anos.

(sub.) O cavaleiro prometido deveria ser jovem, pois não deveria estar contaminado pelas impurezas do mundo, e deveria levar uma vida de absoluta pureza.

O enunciado em apreço é atravessado por um ato ilocucionário global, que vai influenciar sobre o comportamento de seu destinatário: se o cavaleiro tem dezoito anos, é provável que seja este o filho de Lancelote.

(L2) – *Maravilha pode ende aviir, se tem [6,a] eu nunca soube. E sabedes de qual linhagem é?*

(p.) Maravilha pode de isso acontecer, se já houve, eu nunca soube. E sabeis de qual linhagem (ele) é?

(pp.) Não é do conhecimento da rainha que prodígios aconteceram, mas há possibilidade de virem a acontecer, resta saber de qual linhagem descende este cavaleiro. O cavaleiro há de pertencer a uma (importante) linhagem.

(sub.) Provavelmente os desígnios religiosos estão começando a se cumprir.

Em “*pode ende aviir*”, o modal “*poder*”, de acordo com uma orientação semântico-pragmática, denota a possibilidade de que algo prodigioso venha a acontecer.

A conjunção subordinativa condicional “*se*” introduz um ato de suposição, tomando como tema o enunciado anterior - “*Maravilha pode ende aviir*”. O EU refere-se necessariamente ao sujeito falante, o locutor que fala para um alocutário, um TU, constituído pelo EU que se responsabiliza pela enunciação. Ainda neste enunciado, detecta-se o uso estilístico da conjunção aditiva “*E*”, isto é, ela foi usada para dar à frase com uma boa dose de expressividade, de *curiosidade afetiva*, se analisada pragmaticamente, além de estar em uma frase interrogativa direta.

(L2) – *Donzel, sabes como há nome?*

(p.) E sabes como tem o nome?

(pp.) Toda pessoa tem um nome e eu desejo saber qual é.

(sub.) A rainha quer saber o nome do cavaleiro, para ter certeza se era ou não o filho de Lancelot e, para obter, sobre ele, uma referência que justificasse o alto posto que ora estava sendo ocupado.

O subentendido justifica a curiosidade de Geneva. É o “coro de vozes” que se instala por trás das palavras da rainha. O nome remete para uma linhagem e para uma terra, e representa sempre referências estáveis para o cavaleiro, quer sejam negativas, quer sejam positivas, de acordo com a ideologia da sociedade medieval. É importante saber o nome da pessoa inquirida, pois os dois referentes vitais para o homem medieval são a memória do nome e de Deus, sem os quais não é possível nenhuma forma de conhecimento. É o nome que possui e domina o sujeito, e não o contrário (CARRETO, 1996, p.189). Entende-se, portanto, que na Idade Média, a palavra só pode emergir a partir da referência fundadora do nome. É ele que constrói a *persona* do herói, enquanto que sua negação cria um grande impasse na comunicação.

(L1) – *Senhora, disse el, o nome Galaaz.*

(p.) O nome do cavaleiro é Galaaz.

(pp.) Alguém que se apresenta como representante de Cristo na terra se chama Galaaz.

(**sub.**) O nome, na Idade Média, constitui-se como referência fundadora para que haja a emergência da palavra.

Há dois grandes motivos que justificam o interesse da rainha, para saber o nome do cavaleiro: o primeiro grande motivo está relacionado à *persona* do herói; o segundo origina-se da suposição de que ela quer certificar-se da filiação de Galaaz. Observa-se que o interesse da rainha não se prende às coisas sagradas e, sim, ao interesse por tudo que se refere a Lancelote que, para ela, continua sendo, ele sim, o “melhor cavaleiro do mundo”. O perfil do *profano* começa a delinear-se e é uma “pista” que corrobora com o que dizem os historiadores:

As mulheres, de facto, são eminentemente falsas, volúveis e enganadoras e “todas as grandes desonras, vergonhas, pecados e despesas provêm das mulheres; por elas se conquistam grandes inimizades e se perdem grandes amizades”. A censura masculina, repetida obsessivamente, deriva da sensação que os homens têm de serem sempre enganados pelas mulheres. (...) As infrações à ordem normal das coisas, as inversões demasiado chocantes da autoridade natural, são passíveis de um julgamento e de um castigo simbólico, imposto pela comunidade (LE GOFF, 1989, p.206-207).

(**L2**) – *Certas seede, se ele é bõõ cavaleiro nom me maravilho muito ca de todalas partes vem bõõs cavaleiros que nom pode errar que nom seja melhor ca outro cavaleiro.*

(**p.**) Se ele é bom cavaleiro, não me causa muita admiração, porque de todas as partes vêm bons cavaleiros e não se pode errar, quando se diz que não seja melhor que *outro* cavaleiro.

(**pp.**) Não me causa admiração o fato de Galaaz ser bom cavaleiro, desde quando de todas as partes vêm bons cavaleiros e, além disso, é de meu conhecimento que há *outro* cavaleiro melhor que ele.

(**sub.**) A rainha, numa sociedade legitimada por Deus, mostra-se avessa a essa legitimação, quando considera que um outro cavaleiro é melhor do que aquele que veio ocupar a “cadeira perigosa” e é considerado por todos como o “enviado de Deus”.

Este recorte retrata o homem *sacro*, representado pelo *donzel*, e o *profano*, que tem como representante, a rainha. Pelo contexto histórico, percebe-se que Genevra se refere a Lancelote como sendo o “*outro cavaleiro*”. A carga de implícitos presentes neste enunciado é de uma

dimensão muito grande. Predomina, na rainha, “a parte animal, apetecível, desejável” (DUBY, 1996, p. 62). É o ser *profano*, isto é, contrário ao respeito devido às leis cristãs, que emerge do espírito, e se reflete nas palavras e nos gestos da rainha.

O pronome “*outro*”, neste caso, define semanticamente alguém ‘superior’, ‘maior’, intensificado pelo advérbio de intensidade “*milhor*”. A conjunção “*se*” inicia a oração, funcionando como uma concessiva ‘embora’, e, logo em seguida, vem o advérbio de negação “*nom*”, donde se pressupõe que este é o enunciado que vai prevalecer por dois motivos: primeiro, encontra-se implícito um ‘mas’ (= mas não); segundo, porque o ‘embora’ sempre nega argumentativamente o enunciado em que aparece. E é justamente no que a rainha acredita: que ele (Galaaz) é bom cavaleiro, ela sabe bem e todos acreditam nisso, porém ela também sabe que há outro melhor que ele (Lancelote).

(L3) – *Senhora, disserom elas, quem é bõõ sobre todos?*

(p.) As damas querem saber quem é o melhor sobre todos os outros.

(pp.) Há um cavaleiro melhor que todos os outros.

(sub.) A rainha dever saber o nome de um cavaleiro que considera o melhor entre todos e a revelação é do interesse das damas, pois só o melhor é que terá acesso às primícias do Santo Graal, e à salvação do reino.

O presente do indicativo “*é*”, além de exprimir um estado considerado na sua realidade e na sua certeza, guarda uma conotação semântica diferente dos demais tempos no presente: ao invés de marcar a coincidência entre o momento do acontecimento e o momento da referência presente, neste caso, a fala começa em um dado momento no passado, prolonga-se até o instante da enunciação e projeta-se para o futuro. É um presente *durativo*, pois Lancelote, para ela, “*foi, é e sempre será o melhor dos cavaleiros*”.

(L2) – *Saberedes, disse ela, mais nom per mim.*

(p.) Sabereis, mas não por mim.

(pp.) Outras pessoas sabem quem é o melhor cavaleiro e, no momento certo, elas falarão.

(sub.) A rainha sabe, mas precisa permanecer em *silêncio* para dissimular sua relação pecaminosa com Lancelote.

O *silêncio* de Genevra pode ser atribuído a dois motivos: o *silêncio* resultante da atitude peculiar do pecador, quando se trata da questão do pecado e da culpa – o *silêncio culpado*; um segundo motivo, pode ser atribuído ao fato de que as respostas deveriam ser esclarecidas, em primeiro lugar, pelos *homens bõos* ou *eremitas*, que são os detentores de um grande saber e estão autorizados a interpretar e anunciar, como intermediários de Deus aqui na terra, as verdades contidas na Bíblia. Ao se recorrer ao contexto histórico, porém, tudo converge para o primeiro motivo por se tratar de uma mulher (com o agravante de pertencer à nobreza) “parce que la quantité du péché est trois fois supérieure dans la femme que dans l’homme” (DUBY, 1996, p.78)⁴⁵

O futuro do presente “*Sabereis*” foi empregado para indicar um fato posterior ao momento de referência presente, e também para indicar a certeza desse acontecimento. Então, é altamente provável que “*aas donas*” venham a saber quem é esse outro cavaleiro. Quanto ao momento de referência é um *agora* que se passa no século XIII / XIV.

A presença do operador argumentativo, por excelência, “*mais*” (= mas PA) orienta-se no sentido de que há a possibilidade de a rainha manter-se em *silêncio*, naquele momento, porém há probabilidade de que esse estado de coisas venha a ser rompido ou superado, o que vem, exatamente, justificar a previsão anteriormente feita através do “*Saberedes...*”.

3.6.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Este recorte gira em torno do preechimento da *cadeira perigosa*, fato que deixou todos os cavaleiros do reino em estado de êxtase, daí o emprego, repetidas vezes, do vocábulo “*maravilha*”, funcionando como substantivo, adjetivo e como forma verbal derivada do vocábulo “*maravilhar*”.

A seleção lexical é uma poderosa “pista” para se chegar à presença do *homem sacro*, e do *profano*, sendo que, neste recorte, o estar em *silêncio* é uma conseqüência do ser *profano*.

⁴⁵ Porque a quantidade do pecado é três vezes superior na mulher do que no homem (Trad. da autora do trabalho)

➤ *Silêncio*

Uma das marcas da presença do *silêncio* é a utilização do advérbio de negação “*nom*”, analisado em outros recortes, como um operador que instala a polifonia, pois pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciador, como se pode constatar nos trechos abaixo:

(1) “*Ca de muitos que já i severom nunca i tal foi que i **nom** fosse morto*”, (linha 7). (= outros não foram mortos)

(2) “*E o donzel disse que **nom** fora que **dizem todos** que semelha do linhagem do rei Bam mais que de outro (...)*”, (linha 13). (= ele não sabe, mas outros sabem)

(3) “*Certas seede, se ele é bõõ cavaleiro **nom** me maravilho muito (...)*”, (linha 22). (= não me maravilho por este cavaleiro, mas por outro sim)

(4) “*(...) ca de todalas partes vem bõõs cavaleiros que **nom** pode errar que **nom** seja melhor ca outro cavaleiro*”, (linha 23). (= este não é o melhor cavaleiro, melhor é o **outro** que eu sei)

(5) “*Saberedes, disse ela, mais **nom** per mim*”, (linha 26). (= sabereis por outras pessoas)

A negação, portanto, faz parte integrante da “*política do silêncio*”. A rainha / mulher representa, neste e em outros recortes selecionados para análise, o aspecto *profano* na *DSG*. É o não-dito por que inconfessável, somatizando o medo profundo da descoberta de seu amor por Lancelote e da destruição do reino.

➤ *Sagrado*

(1) “*Ela **maravilhou-se** das **maravilhas***” – ‘prodígio’.

(2) “*(...) a seeda perigosa é **comprida***” – ‘está preenchida’, fato da maior importância para todos os cavaleiros da corte do rei Artur.

(3) “*Par **Deus** (...)*” – ‘Princípio supremo que as religiões consideram superior à natureza’. A expressão é consagrada pelo uso no mundo medieval, marcada pela oralidade. Por saber frágil o discurso verbal, o homem invoca sempre o nome de *Deus* para imprimir credibilidade a seu discurso. Ao invocar o nome de *Deus*, o enunciado tende a materializar-se, a tornar-se cada vez mais num objeto sensível.

(4) “*fremosa criatura i Deus deu*” – ‘de bela aparência, bonito’. As variações *fermoso* e *fremoso* predominaram durante todo o período medieval e até meados do século XVII sobre a variação *formoso*, apesar de esta já se documentar, esporadicamente, em um, ou outro texto medieval (CUNHA, 1986, p. 365, s.v. *formoso*). Através do uso desta lexia, há um processo de assimilação do *sacro* com o *pagão*, do *sagrado* com o *profano*, pois o homem medieval acredita que só Deus dá o dom da beleza e da formosura.

➤ **Profano**

(1) “(...) *e logo esmou em seu coração* (...) ‘avaliou’, ‘apreciou com amor’, intimamente, ‘em seu coração’, com o pensamento não em Deus, na graça divina, mas no homem. A sua preocupação era com a identificação daquele cavaleiro. No coração de Genevra, pelo menos até aquele momento, não havia lugar para a fé, a religiosidade, a crença em Deus. Ela age, em toda a narrativa como um ser *profano*.

(2) “(...) *nom me maravilho muito* (...) – detecta-se nas palavras em negrito a confirmação do que foi dito anteriormente: Genevra age contrariamente às normas da religião. A presença do advérbio de negação “*nom*” sugere que outros se *maravilham*, mas ela não.

(3) “(...) *nom pode errar que nom seja melhor ca outro cavaleiro*” – o grau superlativo estabelece aí o estado de confronto entre Galaaz e Lancelote, sendo que este, para ela, é superior, em bondade de cavalaria, a Galaaz. A rainha adota, portanto, uma atitude *profana*. O pronome indefinido “*outro*” denota ‘diverso de alguém ou de algo’, ‘superior’, ‘maior’, ‘melhor’, significações que se casam perfeitamente ao situacional.

3.7 RECORTE ENUNCIATIVO VII

34 *Como o homem velho disse que nem ãũ nom levasse consigo amiga demanda.*

- (1) E taes houve i que puserom com [11, a] suas amigas de as levarem. E assi fora se
- (2) nam fosse i ãũ homem velho que i chegou vestido de ãũs panos de ordem
- (3) que disse tam alto que todos ouvirom:
- (4) - Cavaleiros da Távola Redonda, ouvide! Vós havedes jurada a demanda do
- (5) Santo Graal. E Naciam o ermitam vos envia dizer per mim que ni ãũ
- (6) cavaleiro desta demanda nom leve consigo dona nem donzela, senam fará
- (7) pecado mortal. E nom seja tal que i entre se nam for bem menfestado, e bem
- (8) comungado e limpo e purgado de todolos cajões e de pecado mortal. Ca esta
- (10) demanda nom é de taes obras, ante é demanda das puridades e das cousas
- (11) ascondidas de Nosso Senhor que fará veer conhocidamente ao bem aventurado
- (12) cavaleiro que el escolheu por seu sargente antre todolos cavaleiros terreaes,
- (13) ao qual mostrará as grandes maravilhas do Santo Graal e lhe fará veer o que
- (14) coração mortal nom poderia pensar **nem língua de homem nom poderia dizer**
(DSG, 41(34, 3-16)).

3.7 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Este recorte obedece à estrutura de uma das três formas clássicas de discurso: a do *discurso citado ou relatado*, muito analisada pelas gramáticas como sendo a do *discurso indireto*: “quando um enunciado que não é atribuído ao locutor, mas são pensamentos atribuídos à subjetividade, sob o ponto de vista de uma personagem” (CHARAUDEAU; MAINGUEAU, 2006, p. 175).

.Veja-se:

(...) o discurso indireto só é discurso citado por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada. (...) Como o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá um equivalente semântico integrado à enunciação citante, ele apenas implica um único “locutor”, o qual se encarrega do conjunto da enunciação. Conseqüentemente, não há mais que uma situação de enunciação, a do discurso citante. O discurso citado não tem nenhuma autonomia. Assistimos ao desaparecimento das exclamações, das interrogações, dos imperativos etc. do discurso citado (MAINGUENEAU, 2001, p.108-109).

No texto medieval, encontra-se a função simbólica dos mensageiros, dos conselheiros ou dos eremitas, intermediários entre Deus e os homens. No recorte em análise, é um mensageiro de Nasciam, o eremita, que leva sua mensagem para todos os cavaleiros que vão participar d'A *demanda*.

O discurso indireto (caso em que se dá o uso polifônico da enunciação, pois é um discurso relatado), é proferido pelo mensageiro, e cujo teor se resume na recomendação “(...) *niũ cavaleiro desta demanda nom leve consigo dona nem donzela, senam fará pecado mortal*”, e na justificativa “*Ca esta demanda nom é de taes obras, ante é demanda das puridades e das cousas ascondidas de Nosso Senhor (...)*”. Está, dessa forma, esclarecido o argumento central no qual se fundamenta toda a narrativa: reunificar a comunidade da época em torno de verdades intangíveis. Para isso, é necessário que não estejam contaminadas “*pelos sabores do mundo*”. O cavaleiro, para usufruir da graça, devia manter-se puro ou casto, e só o amor de Deus e dos sacramentos garantem à criatura o caminhar para seu fim verdadeiro que é a “visão de Deus”, conforme a tradição cisterciense.

O homem, ao querer levar consigo suas amigas (esposas, namoradas e/ou amantes) para a *Demanda*, age como um ser *profano*, pois demonstra não ser devotado a fins sagrados e contrário ao respeito devido à religião. Enfim, age como um ser herético. Todos se mostraram suscetíveis de profanar algo sagrado, como era aquela *Demanda*, e as palavras do mensageiro colocaram um freio nos desejos de cada um. Isso porque o Graal representa, ao mesmo tempo e em sua substância, o Cristo morto em favor dos homens, mostrando os laços que ligam a história humana à encarnação e à redenção dos homens (BÉGUIN; BONNEFOY, 1965, p. 19-20). Percebe-se, portanto, o papel da ideologia e o jogo do poder, misto de encantamento, de ambigüidade e de manipulação por excelência. No final, o homem mortal provará do *silêncio/êxtase*, se lhe for concedida a graça da visão do Graal, prometida por Nosso Senhor.

3.7.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.7.2.1 No plano da “narrativa”

(1) “*E taes houve i que puserom com [11, a] suas amigas de as levarem. E assi fora se nam fosse i uu homem velho que i chegou vestido de ãũs panos de ordem que disse tam alto que todo ouvirom.*”

A utilização da conjunção “e”, geralmente, estará marcada por uma relação de adição. Porém, o que se deseja acrescentar em todas as análises, é o conteúdo-além dessa relação, os matizes que ela adquire devido aos significados dos lexemas envolvidos na adição. Neste enunciado narrativo, ela imprime mais expressividade às frases.

O vocábulo “*taes*” dêitico pronominal, significa ‘alguns’ e o dêitico adverbial espacial “*i*” ‘aí’, nas três orações, determina a posição mais distante entre o corpo do narrador e a cena narrada. É ainda Maingueneau (2001) quem chama a atenção para as dificuldades com as quais um narrador se confronta, quando deve situar alguma coisa em seu texto, pois manter-se como narrador onisciente eliminaria qualquer localização dêitica, daí porque as localizações efetuadas pelos romances oscilam entre uma localização não-dêitica (*ao lado da abadia, sobre a terra*) e os dêiticos puros que acompanham um gesto do enunciador (*isto, isso, aquilo*), outros combinam sentido lexical e valor dêitico: diretamente (*esta mesa*) ou por pronominalização (*isto aqui, aquilo lá*) (MAINGUENEAU, 2001, p.26-27).

Prevalecem, neste parágrafo, os tempos verbais no pretérito perfeito “*houve*”, “*puseram*”, “*chegou*”, “*disse*” e “*ouvirom*” que denotam uma ação passada e completamente concluída. Porém, o dêitico adverbial espacial “*lá*”, que acompanha as três primeiras formas verbais, marca melhor a idéia de que o intervalo de tempo/espço entre o momento da enunciação e o da realização do acontecimento não é concomitante, é relativamente grande.

Em “*E assi fora se nam fosse (...)*”, o pretérito mais-que-perfeito indica uma relação de anterioridade a outra ação e, além disso, está expressando uma ação irreal no passado, pois está implícito “*E assi teria sido se nam fosse (...)*”. O anafórico adverbial “*assi*” liga um estado de coisas a uma situação possibilitada pelo antecedente, isto é, orienta-se mais para o que precede do que para o que segue. A presença do operador argumentativo “*se*”, conjunção condicional e

do imperfeito do subjuntivo “*fosse*”, sinaliza algo que não se realizou e nem se realizará, mediante a referência de outro fato capital, cuja realização se afirma ser verdadeira “(...) *ũũ homem velho que i chegou* (...).

A expressão “*homem velho*” está funcionando como uma *forma remissiva*, pois fornece indicação da referência contida no contexto antecedente, correspondendo, neste caso, a “*ermitão*”.

No embate entre o *sacro* e o *profano*, venceu o mais forte – o *sacro* – através da fala do *homem velho*, mensageiro de Naciam.

3.1.1 No plano do “discurso”

Neste recorte, apesar de sua aparência monofônica, por apresentar um único locutor (L1), o movimento é polifônico, pois o mensageiro fala na perspectiva do eremita, investido da autoridade que lhe foi conferida. Durante o processo de construção do texto, o (L1) incorpora a voz do eremita (E1), responsável pelo conteúdo posto, contextualizando-o. Dessa forma, assume um tom didático, utilizando os verbos “*ouvide*” e “*envia dizer*” ‘manda dizer’, somado à autoridade de que está investido/autorizado por alguém que é o elo entre Deus e os homens. Constitui-se, assim, uma espécie de raciocínio experimental que parte do fato de que “X disse P”, com base na suposição de que X, de acordo com sua situação e competência, tem boas razões para não estar enganado, e conclui-se a verdade de P.

O quadro para a análise polifônica do recorte selecionado pode ser assim estruturado:

(L1) – Mensageiro, responsável pelo enunciado, representa a voz do ermitão.

(E1) – O ermitão, responsável pela posição expressa no enunciado, com quem o locutor (L1) se identifica. representa a voz que marca sua posição atual de autoridade que lhe é conferida.

(L1) – *Cavaleiros da Távola Redonda, ouvide! Vós haveis jurada a demanda do Santo Graal.*

(p) - Cavaleiros da Távola Redonda, ouvide! Vós haveis jurado a *Demanda do Santo Graal.*

(pp.) – Todos os cavaleiros da Távola Redonda estão sob jura na *Demanda do Santo Graal*, por isso, é dever de todos vós ouvirdes o que tenho a dizer.

(sub.) O ermitão, através do mensageiro, demonstra sua preocupação com o comportamento dos cavaleiros e sua obediência às juras de pureza e castidade que fizeram, mas que nem sempre são cumpridas.

Detecta-se, neste enunciado, um ser de discurso (L1), responsável pelo enunciado, e um ser de *pura enunciação* (E1) que determina o ponto de vista do enunciado: “(...) *niũũ cavaleiro desta demanda nom leve consigo dona nem donzela, senam fará pecado mortal*”, seguindo a linha adotada por Ducrot (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 458),

Para Charaudeau, o sujeito do discurso, neste caso, é sobredeterminado em parte pelo condicionamento imposto pela ideologia e livre para fazer suas escolhas no momento de focalizar seu discurso. Portanto, ele está se comportando como alguém coagido pela situação de comunicação (sujeito *comunicante*) e, ao mesmo tempo, livre para se *individuar* (sujeito *interpretante*) em nível situacional (CHARAUDEAU; MANGUENEAU, 2006, p. 458).

Também para Bakhtin (2004), o discurso indireto (“discurso citado”/ “discurso de outrem”) é *o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*. É uma enunciação de *outra pessoa*, porém conserva o conteúdo e, pelo menos, parte de sua integridade lingüística e da autonomia de sua estrutura primitiva. Não se deve relegar a um segundo plano o fato de que a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas – fato que reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso (BAKHTIN, 2004, p. 144).

No caso da *DSG*, a enunciação dirige-se ao grupo de cavaleiros que partem para a *Demanda*, exatamente com o objetivo específico de exercer uma influência reguladora, estimulante e inibidora sobre o comportamento dos cavaleiros.

Esclarece Bakhtin:

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro discursivo interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa o falante (BAKHTIN, 2004, p. 147-148).

O discurso, portanto, é polifônico, porque é constituído de várias vozes enunciativas que, representando ou não adesão à posição do locutor, no discurso indireto, carrega vários tipos de saberes, uns conscientes e outros inconscientes.

Chega-se, então, à análise dos recursos retóricos / argumentativos utilizados no enunciado atribuído ao (L1): destaca-se o emprego do verbo ‘ouvir’ no imperativo “*ouvide*”, tempo em que se mostra mais fortemente o aspecto subjetivo mais profundo da fala. Nele, estão entrelaçadas a idéia da ação e a idéia da vontade daquele que fala. Ao tom da voz, que emerge do século XIII, casa-se a imagem do aspecto fisionômico do enunciador “visivelmente” emocionado e/ou enfurecido com o que vê.

Segundo Koch, “a noção de **ato de fala** pertence ao campo da Pragmática, visto que se trata sempre de uma atividade intencional do locutor no sentido de levar o destinatário a determinados tipos de comportamento ou a atuar sobre ele de determinado modo” (KOCH, 1993, p.90). É o que também se pode atribuir ao uso do imperativo - é mais um recurso argumentativo a serviço da persuasão. É uma modalidade do ‘saber’, ‘do poder’, ‘do fazer’, que autorizam o ato do dizer. Pode exprimir uma ordem, um comando, uma exortação, entre outros usos, em que o discurso assume um caráter de ação, uma forma de agir sobre os interlocutores, pois objetiva, em geral, influenciar as pessoas para a realização de determinadas tarefas e/ou normatizar práticas sociais, como é o caso do texto em análise. Esses diversos valores dependem do sentido geral do contexto. No caso, está mais forte a idéia de uma exortação/convocação que irá atuar fortemente na atitude dos cavaleiros.

A exclamação também é mais uma “pista” que mostra “uma enunciação produzida de maneira direta ‘arrancada à alma’ por uma emoção ou uma percepção, caracterizando a fala como algo inevitável, não sendo suscetíveis de uma apreciação em termos de verdade ou falsidade” (KOCH, 1993, p. 158).

Em “*Vós havedes jurada a demanda do Santo Graal*”, subentende-se que o juramento dos cavaleiros reflete a obsessão do homem medieval, marcada tanto pelo desejo de levar a termo a *Demanda*, quanto para imprimir credibilidade a seu discurso através do juramento, pois a fragilidade do pacto verbal sempre foi reconhecida. A linguagem, neste caso, adquire um aspecto performativo.

Retomando a expressão utilizada por Austin, no ato de *jurar*, “dizer é fazer”, o enunciado materializa-se e o discernimento entre a verdade e a mentira deixa de existir.

Em “*havedes jurada*” a ação verbal expressa uma condição que está implícita no auxiliar *haver* (= *se* vós havedes jurada...), e que começou em um passado recente e se prolonga até o momento da enunciação, podendo se projetar para o futuro, a depender da posição que o TU assumirá: se a favor ou contra as palavras do enunciador.

Nesse contexto, o discurso organiza-se em duas dimensões: de um lado o poder da voz do locutor, na tentativa de mudar o comportamento dos cavaleiros, do outro, o poder dos destinatários para fazer ou não o que deles se espera. É nesse espaço conflituoso que o homem profano, terreno e pecador interpela-se como sujeito, para que se sujeite às regras estabelecidas e alcance o seu desejo de ascender ao plano divino.

(L1) / (E1) – *E Naciam o ermitam vos envia dizer per mim que niũũ cavaleiro desta demanda nom leve consigo dona nem donzela, senam fará pecado mortal. E nom seja tal que i entre se nam for bem menfestado, e bem comungado e limpo e purgado de todolos cajões e de pecado mortal. Ca esta demanda nom é de taes obras, ante é demanda das puridades e das cousas ascondidas de Nosso Senhor que fará veer conhocidamente ao bem aventurado cavaleiro que el escolheu por seu sargente antre todolos cavaleiros terreaes, ao qual mostrará as grandes maravilhas do Santo Graal e lhe fará veer o que coraçom mortal nom poderia pensar nem língua de homem nom poderia dizer (DSG, 41(34, 3-16).*

(p.) Naciam vos manda dizer por mim que nenhum cavaleiro leve consigo dona nem donzela, senão fará pecado mortal. Esta é uma demanda das privacidades e das coisas escondidas (mistérios) de Nosso Senhor.

(pp.) Comete pecado mortal o cavaleiro que levar donas e donzelas à *Demanda do Santo Graal*, é o que pediu o ermitão para vos advertir. Esta não é uma demanda das coisas mundanas, mas a demanda para se conhecer os mistérios de Deus que só serão revelados aos “puros de coração”.

(sub.) Não há lugar para mulheres na demanda do Santo Graal, adverte o ermitão, porque aos cavaleiros são proibidos os prazeres da carne e aos que cometerem pecado mortal não serão revelados os segredos de Deus.

Na palavra do ermitão, está a verdade para todos aqueles cavaleiros que acreditam em uma revelação divina. Mas, ao mesmo tempo que torna mais visível a significação de muitos mistérios, acaba escondendo a Verdade. A hermenêutica (glosa e comentário) não passaria assim de um texto que cobre e oculta o Texto, de uma verdade que acaba por esconder profundamente a Verdade, como ocorre em muitos trechos da *DSG*.

Através da voz de (E1), o (L1) procura provocar uma tomada coletiva de consciência da extensão e da gravidade do mal a que todo o reino ficará exposto, se caírem em pecado mortal. Alerta para a importância de que não devem entrar em tão alto serviço de Deus como este “*se nam for bem menfestado e bem comungado e limpo e purgado de todos cajões e de pecado mortal*”.

Há, neste recorte, o embate entre o *sacro* (as palavras do mensageiro e do ermitão) e o *profano* (todos os cavaleiros ali presentes). Os verbos, entre outros operadores argumentativos, oferecem muitas “pistas” ao pesquisador/leitor para que se chegue a essa conclusão e, ao mesmo tempo, comprovam o que foi dito no subentendido:

...(1) em “*Ca esta demanda nom é de taes obras, ante é demanda (...)*”, (linha 10), o verbo no presente cumpre um estado considerado na sua realidade e na sua certeza, porém de duração variável entre passado, presente e futuro, pois, embora esteja limitado pelo dêitico pronominal “*esta*”, a demanda não é, não foi e não será de *taes obras*;

...(2) em “*(...) senam fará pecado mortal*”, (linha 6), e “*(...) ao qual mostrará as grandes maravilhas (...)*”, (linha 13), o futuro do presente, antecedido pelo anafórico “*ao qual*”, cujo anaforizado é “*o bem aventurado cavaleiro*”, está expressando fatos considerados certos em relação aos fatos atuais, pois existe a convicção movida pela fé e de acordo com a ideologia

religiosa da época. É um argumento que é dado como razão, a fim de seus interlocutores aceitarem a conclusão ‘só os puros de espírito alcançarão a graça (*Graal*)’;

(3) a voz de comando, de desejo e também de proibição subjacente à ação verbal está expressa através do emprego do presente do subjuntivo em “(...) *desta demanda nom leve consigo dona nem donzela (...)*”, (linha 6), e em “*E nom seja tal que i entre (...)*”, (linha 7). No plano da enunciação, funcionam como “pistas”, para indicar o objetivo a que quer chegar o (E1) através da elocução do (L1). A presença da partícula negativa “*nom*”, nos dois exemplos, instala a polifonia e pressupõe outras vozes e múltiplas polifonias de outros discursos, ou deles são tomadas por empréstimo. Aplica-se aí a teoria austiniana “dizer é fazer”. Atos de linguagem que só serão bem sucedidos, além do respeito a regras propriamente gramaticais, se existir certo número de condições de sucesso para o ato da linguagem: qualquer um não pode dizer qualquer coisa em determinadas circunstâncias, pois não tornaria pertinente o ato da linguagem e este se perderia no vazio. O que não acontece neste recorte. A situação da legitimação do discurso é anterior aos discursos e o (L1) tem consciência do papel que desempenha na formação social, e quer mostrar ao público (TU) a legitimidade de seu discurso, já que está ali sendo o porta-voz de um ermitão, que ocupa papel de destaque no plano social e religioso da época, merecendo a total credibilidade de todos que ali estão;

(4) o emprego de várias locuções verbais e da força semântica das modalidades confirma a tese que se quer defender em toda a narrativa: a) em “(...) *vos envia dizer per mim(...)*”, (linha 5), a modalidade da ação da locução verbal exprime a repetição de um ato que se deu em um passado não muito remoto e tem sua continuidade até o presente da enunciação; em “(...) *nom deve entrar se nam for bem menfestado (...)*”, (linha 8), o modal “*deve*” expressa a prática de uma ação que denota compromisso, obrigatoriedade, o ‘dever’ de só participar d’A *demanda* o cavaleiro que estiver “*bem menfestado*” ‘bem confessado’, e “*bem comungado*”; em “(...) *fará veer conhocidamente (...)*”, (linha 11), a locução verbal, semanticamente, denota um fato considerado em sua certeza (não poderia indicar um fato provável, mesmo se tratando de algo que ainda não aconteceu, porque o situacional, direcionado para a ideologia religiosa do homem medieval, aponta para um fato bíblico, em cujo teor todos acreditam como sendo uma verdade eterna); já os modais em “(...) *coraçom mortal nom poderia pensar (...)*”, (linha 15), e em “(...) *nom poderia dizer*”, (linha 15), o modal “*poder*” foi empregado para designar ações posteriores à época de que se fala.

Entre os operadores argumentativos, destaca-se a conjunção “ca” ‘porque’ em “(...) *ca em tam alto serviço de Deus (...)*”, (linha 7), e em “*Ca esta demanda (...)*”, (linha 10), que introduzem uma justificativa bastante forte das asserções anteriores, assumem um tom categórico, enérgico, que demandam obediência, e cujo valor de verdade é sentido devido à aceitação do TU, corroborada pelo *silêncio* de todos que ali estão.

A fala do (L1) (E/1), no plano da enunciação, fundamentada no emprego dos operadores argumentativos, é a voz de comando que aponta para a conclusão - todos aqueles que estiverem em pecado mortal não poderão experimentar da visão do Graal, e nem serão agraciados por ela. O locutor (L), neste caso, não assume a responsabilidade do seu dizer, pelo que está expresso através do discurso indireto, sempre polifônico. É o que se pode cognominar de *discurso citado*, “que trata dos diversos modos de representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não a do locutor” (CHAREAUDEAU; MAINGUENEAU, p. 172, 2006), utilizado para caracterizar o locutor, atribuindo-lhe pensamentos semelhantes aos do (E1).

O recorte está montado sobre um conjunto de negativas. O emprego do advérbio de negação “*nom*” instala a polifonia, um “coro de vozes” em que se pressupõe o enunciado afirmativo de um outro enunciador que sustentaria ‘poder entrar na demanda’ SE “*for bem menfestado, e bem comungado e limpo e purgado de todos os cajões e de pecado mortal*”

Observa-se neste trecho o emprego do polissíndeto que, como já foi explicitado anteriormente, dá leveza e ênfase à enunciação e, semanticamente, deixa bem marcado o que se quer chamar a atenção.

3.7.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

A seleção lexical deste recorte está montada basicamente nas oposições “*puridades X pecado mortal*”: “*nom leve consigo dama nem donzela X senão fará pecado mortal*”/ “*Ca esta demanda nom é de taes obras X ante é demanda das puridades*”/ “*cousas escondidas de Nosso Senhor X fará ver conhocidamente ao bem aventurado cavaleiro*”.

Daí a presença dos seguintes campos lexicais:

➤ **Silêncio**

(1) “(...) *nem língua de homem **nom poderia dizer**.*” É o *silêncio do êxtase*. É a petrificação das palavras diante do *sagrado* (e também da culpa, do pecado, suspensas temporariamente pela imposição da ideologia, do que se deve manter em segredo).

➤ **Sagrado**

(1) “*Vós havedes **jurada** a demanda do Santo Graal*”, (linha 4)- os cavaleiros declararam ‘sob juramento’, ‘afiançaram’. O juramento, naquela época, imprimia credibilidade ao discurso, correspondendo a um documento escrito e com firma reconhecida nos dias atuais.

Além do compromisso assumido através do ato de jurar, várias condições são impostas aos cavaleiros:

(2) “(...) *se nom for bem **menfestado**(...)*”, (linha 7) – “*meenfestar*” ‘confessar’ (se). Parte-se do princípio de que todos teriam de confessar-se, arrepender-se profundamente dos pecados para que fossem perdoados. Essa é uma das principais condições para se fazer parte da *Demanda*.

(3) “(...) *e bem **comungado** (...)*”, (linha 7-8) – como consequência, deverão ‘ter recebido o sacramento da eucaristia’;

(4) “(...) *e **purgado** (...)*”, (linha 8) – só assim, tornar-se-ão ‘limpos’, ‘puros’, ‘purificados’, ‘remidos’;

(5) “(...) *purgado de todos os **cajões** e de **pecado mortal**.*”, (linha 8) – dos ‘desastres’, ‘danos’, ‘desgraças’, ‘males’ e de ‘pecado mortal’;

Ditas essas prerrogativas, o ermitão, fecha seu discurso justificando o porquê das exigências:

(6) “(...) *é demanda das **puridades** (...)*”, (linha 10)–‘segredo’, ‘privacidade’, da ‘pureza’, pois este é o desejo de Nosso Senhor Jesus Cristo na Bíblia;

(7) “(...) *ao bem **aventurado** (...)*”, (linha 11)- ‘afortunado’, ‘feliz’, ‘venturoso’ será aquele que obterá a graça de “provar” do Santo Graal;

(8) “(...) *que el* (Nosso Senhor) *escolheu por seu sargente antre todolos cavaleiros terreaes* (...), (linha 12). Vocábulo francês teve, na Idade Média, o sentido de ‘servidor’ e só depois passou a designar ‘homem de armas’ ou ‘oficiais de justiça’. De acordo com o situacional, a significação é de ‘servidor’ de Deus na terra.

➤ **Profano**

(1) “(...) *que puserom com suas amigas de as levarem*”, (linha 1)- ‘concupina’. Vê-se que subsiste uma ligação estreita entre o *sagrado* e o *profano*: ao mesmo tempo em que desejam ir para a *Demanda*, a fim de terem o direito de experimentar os prazeres infinitos do Céu, junto com Deus, carregam a mancha do pecado mortal. É o homem ao mesmo tempo *sacro* e *profano*.

Só Galaaz (que preenche todas as exigências aqui impostas pelo ermitão) é superior a todos por seu padrão moral, retidão de caráter, sua beleza, sua bondade como bravo cavaleiro; nos demais cavaleiros, falta-lhes a retidão moral, ausência da pureza e da castidade, condições imprescindíveis para um “*sargente do Senhor*”.

3.8 RECORTE ENUNCIATIVO VIII

40. *Como a Rainha pesava por Lancelot, que se ia aa demanda.*

- (1) Pois que houveram feito o sacramento e comerom ãũ pouco, por el-rei
- (2) que os rogou, er puserom seus elmos em suas cabeças, encomendarom
- (3) muito a rainha a Deus e espidirom-se com lágrimas e com choro. E ela
- (4) começou ãũ tam gram doo como se visse todo o mundo morto ante si. E,
- (5) **pola nom entenderem**, tornou-se aa sua câmara e leixou-se cair em seu leito
- (6) e começou a fazer tam grande doo que nom há homem que a visse que se
- (7) nam maravilhasse. Quando Lançarot foi já todo guisado e que havia pesar da
- (8) sua senhora que maior nom podia, foi aa câmara u a viu entrar. E tanto que o
- (9) ela viu, disse:
- (10) - Ai, Lançarot! Morta me havedes que leixades a casa del-rei por irdes aas
- (11) terras estranhas, que já mais nom tornaredes se nam por maravilha.
- (12) - Ai, Senhora, disse el, tornarei, se Deus quiser, mui mais cedo ca vós
- (13) cuidades.
- (14) - Ai! diz ela, meu coração me diz que me mate com tal pavor e com tal
- (15) coita como nunca foi [13, c] dona de tal guisa por cavaleiro.
- (16) - Senhora, disse el, eu me irei com vossa graça quando vos aprover.
- (17) - A meu prazer, disse ela, nunca pode seer.
- (18) Depois que viu que nom havia al de fazer, disse:
- (19) - Vades a graça de Deus Nosso Senhor, que vos guie e que vos torne acá
- (20) com saúde e vos dê honra em esta demanda.
- (21) - Senhora, disse el, assi o guise Deus, se lhe aprover (*DSG*, 46 (40,1-20)).

3.8.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Este recorte gira em torno dos acontecimentos ocorridos momentos antes da partida dos cavaleiros para a demanda.

No primeiro momento, a rainha se despede dos cavaleiros que se preparam para a partida. Ela demonstra seu grande pesar, como se previsse um fim trágico para todos, mas, sem nada dizer, retira-se para seu quarto “*pola nom entenderem*”, (linha 5).

Na linearidade do texto, constata-se a unificação *silêncio/lágrimas*. Estas surgem como a forma mais adequada à expressão da dor sincera. E como as lágrimas podem fazer falar os sentidos silenciosos, a rainha, em prantos, retira-se para a sua câmara. É a linguagem do corpo, estudada pela Pragmática, que toma o lugar do não-dito, superando-o, na medida em que atua

sobre a identidade do sujeito em uma conexão profunda com o sentimento. Na forma como se convergem os signos corporais, ou quando eles se sucedem, emergem os sentidos do que não foi dito. Pode-se, através dos movimentos do corpo, “ler” o que se deixou de dizer em outros espaços simbólicos, comprometendo o *silêncio* que se abre para significar. Assim como as palavras, o *silêncio* é ambíguo, não é transparente, e produz um recorte, um não-dito que deve ser excluído (ORLANDI, 1995, p. 75-77). A atitude da rainha privilegiou a linguagem do corpo, assim como o contato imediato com o olhar.

Entretanto, o pesar, o silêncio e as lágrimas da rainha foram entendidos por Lancelot, porque era o único interlocutor que se representou e se identificou com a situação e o contexto, reconhecendo-se como destinatário previamente delineado. O *silêncio*, o olhar, as lágrimas, a postura corporal podem ser considerados, como fenômenos de *implicatura conversacional*, isto é, quando o falante implícita, sem o enunciar, o que quer dizer. Mais uma vez, o teológico funciona como intertexto.

Veja-se o que se pode encontrar em H. Megale:

O não cumprimento dos estamentos dominantes em relação à ideologia configura-se em traição, hipocrisia, assassinato, mentira, emboscada e ódio entre as linhagens, sendo que as mais pesadas agressões à ordem estabelecida pela própria articulação revelam-se cometidas por membros da cúpula do reino, exatamente, é quem se utiliza desta articulação para atender tanto a interesses particulares como coletivos (MEGALE, 1992, p. 68).

A todo momento, na narrativa, pode-se constatar o não cumprimento da ideologia, pregada pela Igreja, pelos membros da cúpula do reino. De fato, “a corrosão do reino acaba vindo de dentro. É uma corrosão interna que se manifestará com a revelação do não cumprimento dos compromissos deste lado de Deus, pelos mais importantes detentores do poder (MEGALE, 1992, p. 69) (e a história se repete...). Basta que se considere a conduta de Genevra e de Lancelot, que a integram: traição, hipocrisia, incesto, mentira e ódio. Também se pode incluir o rei Artur em alguns desses desvios de conduta.

Quanto à visão da mulher *versus* a visão do homem, e corroborando com o trecho em análise, veja-se o que escreve Georges Duby, baseando-se na cena da tentação e seus três personagens, a serpente, a mulher e o homem, descrita na Gênese por Santo Agostinho:

Les femmes sont en effet frivoles. Elle sont trompeuses aussi. Lorsqu'elle dit au serpent, Ève déforma le commandement de Dieu 'évoquant pas l'arbre de la connaissance, mais "celui qui est milieu du jardin". Enfin, "donnant le fruit à son homme", elle ne le séduisit pas à proprement parler, elle ne chercha pas à lui faire croire ce qu'elle avait cru elle-même. Pas un mot prononcé. D'un geste, elle imposa, *imperando*. Impérieuse, comme elles le sont toutes. Elle obligea l'homme à obéir à sa voix plutôt qu'à celle de Dieu. Ici se trouve l'abus, *imperium abusivum*, *importunitas* du *féminin*, l'intorérable. Cette volonté de commander constitue le second péché d'Ève. Car elle a doublement péché, contre Dieu et contre l'homme. Aussi fut-elle doublement punie, non seulement comme Adam par la douleur physique, mais par l'assujettissement au pouvoir masculin. C'est pourquoi, depuis la chute, la femme ne doit pas cacher seulement son sexe comme le fait l'homme, mais sa tête, affichant doublement la honte des ardeurs de son ventre et de sa "témérité impérieuse".

.....

L'homme est l'image de Dieu, la femme n'en est que la semblance. L'homme, plus proche de Dieu, est donc plus parfait (...) (DUBY, 1996, p. 72-73)⁴⁶.

A visão da mulher e do homem na narrativa inscreve-se no perfil psicológico de Genevra e de Lancelote no *corpus* narrativo da *Demanda*. Ela, fria, só vê diante de si o amor imenso que cultivava por Lancelote. Ele, ao invés de se dedicar a Deus, ser-lhe Seu vassalo, presta vassalagem à rainha e a ela obedece cegamente, embora lhe seja dada a chance de se arrepender e purgar seus pecados tempos depois. Genevra, ao contrário, em momento algum, mostra-se arrependida. Enquanto que Lancelote se mostra totalmente submisso à vontade dela " - Senhora, disse el, **eu me irei com vossa graça quando vos aprover**", (linha 16), a rainha mostra-se, *imperiosa* " - **A meu prazer**, disse ela, **nunca pode seer**", (linha 17).

Pela descrição feita por Duby, a mulher "obriga o homem a obedecer a sua voz de preferência àquela (voz) de Deus". Apesar de se reconhecer que Genevra exerce um grande

⁴⁶ As mulheres são com efeito frívolas. Elas são enganosas também. Logo que responde à serpente, Eva deforma o comando de Deus não evoca a árvore do conhecimento, mas "aquela que é a melhor do jardim". Enfim, "dando o fruto a seu homem", ela não o seduz propriamente, ela não procura fazê-lo crer naquilo que ela mesma tinha acreditado. Uma palavra não é pronunciada. Pelo gesto, ela impõe, imperando. Imperiosa, como são todas. Ela obriga o homem a obedecer à sua voz de preferência àquela de Deus. Aqui se encontra o abuso, *império abusivo*, *importuno*, o intolerável. Esta vontade de comandar constitui o segundo pecado de Eva. Porque ela tem duplamente pecado, contra Deus e contra o homem. Assim, foi ela duplamente punida, não somente como Adão pela dor psíquica, mas pelo assujeitamento ao poder masculino. Isso é porque, depois da queda, a mulher não deve encobrir somente seu sexo como o faz o homem, mas sua frente ostenta duplamente a altitude dos ardores de seu ventre e de sua "temeridade imperiosa". (...) O homem é a imagem de Deus, a mulher não é mais que a semelhança. O homem, mais próximo de Deus, é portanto o mais perfeito. (Trad. da autora do trabalho)

domínio sobre Lancelote, a utilização do verbo “*obrigar*”, em se tratando dos dois amantes, talvez contenha certa impropriedade, pois os laços de um amor verdadeiro que unem Lancelote a Genevra são muito fortes. Ele, como também Genevra, age como um ser profano, presta-lhe vassalagem amorosa, dedicando-lhe seus feitos heróicos ao invés de dedicá-los a Nosso Senhor, conforme pregava a ideologia da Igreja, mas fazia isso por livre e espontânea vontade.

Como se vê, a noção de história é fundamental também para a abordagem da noção de sujeito. Marcado espacial e temporariamente, o sujeito é essencialmente histórico. Isso porque sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico, isto é, já foi produzida de um determinado lugar e de um determinado tempo – a criação do universo -, articulando-se, ao mesmo tempo, com a ideologia. Daí, relativizar-se a fala do sujeito - EU para o par EU-TU -, porque, na sua voz, outras vozes também falam, porque não há transparência na linguagem (BRANDÃO, 2005, p. 59).

3.8.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.1.1 No plano da “narrativa”

Consideram-se as passagens, apresentadas a seguir, do domínio da narrativa. São de grande importância para se verificar, mais uma vez, a presença do *sacro* e do *profano* e as formas de *silêncio* n’*A Demanda do santo graal*.

- (1) *Pois que houverom feito o sacramento e comerom ãũ pouco, por el-rei que os rogou, er puserom seus elmos em suas cabeças, encomendarom muito a rainha a Deus e espidirom-se com lágrimas e com choro. E ela começou ãũ tam gram doo como se visse todo o mundo morto ante si. E, pola nom entenderem, tornou-se aa sua câmara e leixou-se cair em seu leito e começou a fazer tam gram doo que nom há homem que a visse que se nam maravilhasse. Quando Lançarot foi já todo guisado e que havia pesar da sua senhora que maior nom podia, foi aa camara u a viu entrar. E tanto que o ela viu, disse:”*

A narração se inicia com a conjunção temporal “*Pois que*” ‘depois que’, operador argumentativo, que inicia uma série de ações que compõem a cena enunciativa, localiza o início do acontecimento. É costume pôr todos os verbos no pretérito perfeito na narração de atos passados, que não chegaram a durar até o momento da enunciação, fixando e enquadrando a ação dentro de um espaço de tempo determinado, como acontece em: “*comerom um pouco*”, “*os rogou*”, “*er puserom seus elmos em suas cabeças*”, “*encomendarom muito a rainha a Deus*”, “*e espidirom-se com lágrimas e com choro*”, “*tornou-se aa sua câmara*”, “*maior nom podia*”, “*foi aa câmara*”, “*tanto que o ela viu*”. O verbo ‘começar’, em “*começou ãã tam gram ddo (...)*”, no perfeito, corresponde a um tempo mais ou menos longo e dá a entender que a ação verbal não terminou naquele momento, mas sim, em outra ocasião. Em tal caso, quer o narrador pôr em evidência que este ato está sendo mais duradouro do que os demais, intensificado pelos operadores argumentativos “*tam... como*”, pois expressam, respectivamente, causa e consequência. Em “*como se visse todo mundo morto ante si*”, (linha 4), é um modo imaginário de encarar o fato, porque se usou, no início da oração a expressão hipotética “*como se*”. O sujeito do discurso, neste caso, está externo ao dito (narrador/autor) e exerce o papel de codificador, produz um ato de linguagem e o põe em cena, um modo imaginário de encarar o fato de natureza comparativa, antecedida pelo operador conjuntivo “*tam*”. Infere-se, pragmaticamente, a grande dor que transparece no rosto da rainha, a partir do elemento de comparação do mundo real, do qual o emissor lança mão: “*como se visse todo mundo morto ante si*”.

O emprego do presente do indicativo “*que nom há homem*”, na oração consecutiva, não marca uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento da referência presente. Aproxima-se de uma ação condicional, também hipotética, um momento fugidio que vem bem marcado na oração que se segue, com o verbo no imperfeito do subjuntivo “*que a visse que se nam maravilhasse*”.

Em “*houverom feito*”, “*leixou-se cair*”, “*u a viu entrar*” os tempos destacados fixam e enquadram a ação dentro de um espaço de tempo determinado, porém em “*começou a fazer*” a ação verbal sugere uma idéia *incoativa*, porque o verbo denota começo de uma ação que foi concluída em outra ocasião.

A marca da oralidade neste trecho (como em muitos outros da *Demanda*) está no emprego freqüente da partícula “*E*”, que traz uma grande contribuição para a estilística, tal é a variedade dos seus aspectos, como se enfatizou anteriormente. Rodrigues Lapa (1998) destaca a capacidade

desta partícula para matizar-se, graças à expressão oral, dando-lhe novos significados, preferencialmente de cunho sentimental:

Esta capacidade afetiva do *e* já vem de longe, na história da língua. Os trovadores do século XIII, que empregavam nas suas canções uma linguagem corrente, a linguagem da simpatia e do amor, usavam e abusavam dessa palavrinha nos seus cantares (...) (LAPA, 1998, p. 252).

Justifica-se, portanto, o emprego excessivo da partícula “*e*” neste trecho, recheado de grandes emoções, lágrimas e choro: “**E** *ela começou ãã tam gram doo(...)*” / “**E**, *pola nom entenderem (...)*” / *Lançarot foi já todo guisado e que havia pesar da sua senhora(...)*” / **E** *tanto que o ela viu(...)*”. Em “*(...) tornou-se aa sua câmara e leixou-se cair em seu leito e começou a fazer tam gram dôo (...)*”, (linha 5), a presença do polissíndeto faz prevalecer, além da dor sentida, a sensação de movimentos ininterruptos, vertiginosos, que contagiam o leitor pela intensidade afetiva/emocional.

Na passagem seguinte, “**Quando** *Lançarot foi já todo guisado (...)*”, (linha 7), a conjunção temporal “*Quando*” está estabelecendo ‘no momento em que’, ‘na hora em que’, delimitada pelo operador “**já**”, marcador de suficiência, isto é, Lancelote estava suficientemente *guisado* ‘arranjado’, ‘em ordem’, ‘arrumado’ para aquele momento da partida.

Outra relação de causa / conseqüência está implícita em “*e que havia (tanto) pesar de sua senhora (causa) que maior nom podia (conseqüência) (...)*”, (linha 7-8). Vale ressaltar, que o pesar maior era “*de sua senhora*”, inferindo-se que à mulher era imputada toda culpa pelo envolvimento amoroso do homem – presença do *profano* – intensificado pelo enunciado seguinte “**E tanto que o ela viu, disse**”, em que o operador “*tanto que*” denota intensidade ‘e era tanto o seu pesar’, ‘a tal ponto era o seu pesar’.

....Todo o parágrafo narrativo relaciona-se com a dor sentida por Genevra, por ver Lancelote partir, destacando-se a presença do *silêncio* e do *profano*.

(2) “*Depois que viu que nom havia al de fazer, disse:*”

A locução conjuntiva temporal “*Depois que*” introduz um período, cuja interpretação põe um ponto final às esperanças de Genevra: não havia outra coisa a fazer e a não se conformar-se com a partida de Lancelote para a demanda.

Nos dois períodos narrativos, há também, além dos que foram citados, vários exemplos de dêiticos e anafóricos que estabelecem a coesão e dão coerência ao texto.

Os anafóricos, em sua maioria, pronominais, estão assim distribuídos: “*os*”, (linha 2), = ‘cavaleiros’; “*ela*”, (linha 3), = Genevra; “*a*”, (linha 6), = Genevra; “*sua senhora*” = Genevra; “*a*” = Genevra; “*o*” / “*ela*”, (linha 8), = respectivamente Lancelote / Genevra.

Os dêiticos temporais “*Pois que*”, “*Quando*” e “*já*” estabelecem ligação com o evento (= partida dos cavaleiros para a demanda), e o dêitico, igualmente temporal, “*Tanto que*” ‘logo que’ está relacionado à ação de ‘entrar na câmara’, realizada por Genevra. O verbo ‘ir’ em “*foi aa câmara*” pode ser considerado um dêitico espacial somado ao dêitico pronominal espacial “*u*” ‘onde’. O deslocamento dos participantes da ação de um lugar para outro é o que Lakoff denomina CAMINHO (OLIVEIRA, 2001, p. 35), dando a impressão de que o narrador/autor está acompanhando o movimento da personagem de um lugar para outro; a lexia “*er*” ‘outra vez’, ‘de novo’, é um dêitico que está relacionando os objetos (= *elmos*) à ação (= *puserom*).

3.8.2.2 No plano do “discurso”

O quadro para a análise polifônica do recorte selecionado é assim delineado:

(L1) Rainha

(L2) Lancelote

(L1) – *Ai, Lancelote! Morta me havedes que leixades a casa del rei por irdes aas terras estranhas, que já mais nom tornaredes se nam por maravilha.*

(p.) – *Ai, Lancelote! Morta me tendes porque deixais a casa do rei para irdes a terras etranhas, porque jamais não tornareis a não ser por um prodígio.*

(pp.) A rainha está imensamente triste com a partida de Lancelote.

sub.) A rainha tem bons motivos para estar contra a partida de Lancelote, primeiro, porque naquela época, já se sabia que quem se aventura por lugares desconhecidos não voltava mais; segundo, (o maior de todos) é que ela não quer ver-se distante da pessoa amada.

...A presença reiterada da interjeição “*Ai!*” expressa um sentimento súbito e espontâneo, um verdadeiro grito instintivo, equivalendo, pragmaticamente, à grande emoção (assim como as lágrimas derramadas) que domina Genevra. Se é verdade que basta uma interjeição para expressar sentimentos variados (ou vice-versa), Genevra, nesse momento, deve estar se sentindo invadida por emoções muito fortes – a dor pela partida do amado “*ũũ tam gram doo como se visse todo mundo morto ante si*”, (linha 4); um medo profundo de pôr a nu, para os outros, a sua grande dor, expressa em “*E, pola nom entenderem...*”, (linha 5), pois significaria sua condenação à morte e, por isso, instala-se o *silêncio* e a dor provocada pelo mesmo amor, mais tarde tão bem definido por Camões – “*(...) fogo que arde sem se ver, ferida que dói e não se sente*”. Essa avalanche de emoções é intensificada pelo uso da hipérbole em “*Morta me havedes (...)*”.

..O emprego sucessivo do infinitivo pessoal “*Morta me havedes que leixades a casa del-rei por irdes (...)*”, (linha 10)” é por motivo de ordem estilística, pois empresta mais vigor e dinamismo ao enunciado e também maior expressividade, pondo em evidência o agente da ação.

Nesse momento da enunciação, instala-se um “duelo” nas relações de força: de um lado, Genevra que, para Lancelote, é a deusa que o domina na terra; do outro lado, o Deus a quem Lancelote e todos os homens devem obedecer cegamente (a sacralidade do homem).

Reportando-se ao recorte anterior, reveja-se o que ressalta Duby, utilizando-se das palavras de Santo Agostinho: “*Ici se trouve l’abus, imperium abusivum, importunitas du féminin, l’intoréable*”⁴⁷(DUBY, et al., p.72). É com se estivesse desenhando o perfil psicológico de Genevra.

(L2) – *Ai, Senhora, disse el, eu tornarei, se Deus quiser, mui mais cedo ca vós cuidades.*

(p.) *Ai, Senhora, eu retornarei, se Deus quiser, muito mais cedo do que vós pensais.*

(pp.) *Lancelote acredita que vai voltar bem antes do que a rainha imagina.*

⁴⁷ Aqui se encontra o abuso, *imperium abusivum, importunitas du féminin*, o intolerável. (Trad. da autora deste trabalho)

(**sub.**) Lancelote também ama a rainha e lamenta a separação (*Ai, senhora, (...)*), mas tem de cumprir seu dever de cavaleiro e promete que vai voltar muito antes do que a rainha imagina, porque acredita que esta será a vontade de Deus.

.A fala de Lancelote revela um maior conformismo em relação à dor da separação, contrastando com a exclamação de dor profunda de Genevra, donde se subentende que o homem, segundo as Sagradas Escrituras, é o ser mais próximo de Deus, demonstrando mais fé e confiança na providência divina, enquanto que a mulher é apenas a *semelhança*. A ausência da exclamação e a confiança presente na frase “(...) *se Deus quiser (...)*” sinalizam que Lancelote, apesar de sentir a dor da partida, controla sua emoção, ao contrário de Genevra.

Existe uma força ilocutória em “*eu tornarei*” que indica que tipo de ato de linguagem é realizado quando se enuncia, e como deve ser recebido pelo destinatário. Neste caso, o destinatário (a rainha) deve entender que se trata de uma promessa. Tal promessa vai realizar uma ação perlocutória, e provocar efeitos na situação por intermédio da palavra. Nesse caso, o ato perlocutório é Lancelote conseguir tranquilizar a rainha, assegurando-lhe previamente um final feliz, já que não pode e não deve satisfazer sua vontade nesse momento.

(**L1**) – *Ai! diz ela, meu coração me diz que me mate com tal pavor e com tal coita como nunca foi dona de tal guisa por cavaleiro.*

(**p.**) – *Ai! meu coração me diz que me mate com tal pavor e com tal sofrimento como nunca foi dona de tal nobreza por cavaleiro.*

(**pp.**) Não suportarei não só o sofrimento de amor da separação, mas a possibilidade de perder Lancelote para sempre..

(**sub.**) A rainha está entregue de corpo e alma a Lancelote. Não lhe fascina o encontro com Deus, ou o cumprimento dos preceitos religiosos, para alcançar a salvação. Nada lhe fascina tanto quanto o ‘estar com Lancelote’.

É semântico-pragmática a utilização da interjeição seguida do sinal de exclamação. O autor quer conferir à fala da rainha um tom de dor profunda, conforme foi explicitado. Porém, apesar das lágrimas, Genevra demonstra ser muito mais forte e mais destemida do que Lancelot,

em toda a enunciação, tanto no plano “narrativo”, quanto no plano do “discurso”. Ela, em momento algum, mostra-se arrependida por manter uma relação adúltera e, egoisticamente, só vê diante de si o amor imenso que cultiva por Lancelote. Ele, ao invés de dedicar suas obras e ações a Deus, presta vassalagem amorosa a Genevra, obedecendo-lhe cegamente no que está a seu alcance. É a presença do *profano*.

..Em “*meu coração me diz que me mate*”, o presente do indicativo na primeira pessoa, o possessivo e os pronomes oblíquos, também na primeira pessoa, são expressões dêiticas que permitem identificar a pessoa, a partir da situação da fala. Na oração que é complemento verbal do verbo ‘dizer’, “*que me mate*” é usado no subjuntivo presente, pois a oração principal exprime um sentimento acerca do qual se faz referência (= o *pavor* de perder Lancelote e o sofrimento de amor “*coita*” são tão grandes que vão matá-la). Evidencia-se, na elocução proferida pela rainha - “(...) *como nunca foi dona de tal guisa* ‘nobreza’ *por cavaleiro.*” – ,(linha 15), o estranhamento que sente, pois reconhece que nunca aconteceu que dona de tal nobreza sofresse tanto assim por um cavaleiro.

(L2) – *Senhora, disse el, eu me irei com vossa graça quando vos aprover.*

(p.) Só irei com vossa aquiescência e quando vos aprover.

(pp.) Não partirei se não for do vosso agrado e não tiver vossa aprovação.

(sub.) Só partirei feliz se me for concedida a graça de suas palavras de aprovação

Neste enunciado, há a desestruturação do sujeito e a negação de tudo que constitui a moral cristã que o cavaleiro deve prezar acima de tudo. Genevra passa a se instalar na vida de Lancelote como a Lei a qual ele se apraz seguir. Genevra, nesse e em outros tantos momentos, é o referencial único para ele. É o lado *profano* do cavaleiro.

Apesar disso, não tem coragem bastante para se comprometer. O (L2), ao dizer “*eu me irei (...) quando vos aprover*”, (linha 16), não está se comprometendo tanto quanto estaria se dissesse ‘Eu prometo que *só* irei (...)’, mas não, “protege-se” com o enunciado “*com vossa graça (e) quando vos aprover*”.

Veja-se o que diz Austin:

Você está proibido de dizer ‘eu sei que é assim, mas posso estar errado’, assim como está proibido de dizer ‘prometo que irei, mas posso faltar’. Se você está ciente de que pode estar equivocado (ter alguma razão concreta para supor que pode estar errado nesse caso), não devia dizer que sabe, assim como, se está consciente de que pode romper sua palavra, não tem o direito de prometer (apud TOULMIN, 2001, p. 71).

Ao se analisar o exemplo de Austin, e guardadas as devidas proporções, subentende-se que a argumentação de Lancelote não é tão consistente quanto a segurança que demonstra Genevra. Ele se escuda por trás de “*com vossa graça*”, “*assi o guise Deus*”, “*se Deus quiser*”. Por outro lado, não se pode esquecer também que Lancelote era um cavaleiro e, como tal, impunha-se o ardor guerreiro e a fé cristã, e nele (e nos guerreiros de modo geral) se podia rever a cristandade da *Reconquista* e das Cruzadas. Mas, a par de tudo isso, vibra nele a tensão erótica e espiritual da conquista da dama e, através dela, a afirmação de si próprio” LE GOFF, et al., 1989, p. 67). Entende-se, pelas entrelinhas da narrativa, que Lancelote preenche o padrão do cavaleiro idealizado do século XIII.

(L1) – *A meu prazer, nunca pode seer.*

(p.) Por meu prazer, nunca podereis ir.

(pp.) Se for por minha vontade, vós nunca partireis.

(sub.) Vós podereis partir para obedecer à vontade do rei e do Criador. Por minha vontade, permaneceríeis aqui.

Resume-se, na fala do (L1), a força e a determinação de uma mulher voluntariosa que, nessa época – séc. XIII a XV -, caracteriza a mulher medieval, de acordo com a ótica dos padres da Igreja Católica que, por sua vez, espelhavam-se nas palavras de Santo Agostinho. A concupiscência para ela é natural e mostra-se tão libidinosa quanto foi Eva.

(L1) – *Vades, a graça de Deus Nosso Senhor que vos guie e que vos torne acá com saúde e vos dê honra em esta demanda.*

(p.) Vades, que Deus Nosso Senhor vos guie e que esta demanda vos dê honra e glória.

(pp.) Se quereis ir, ide, desejo que Deus vos proteja e conceda a graça de regressar vitorioso.

(sub.) Como não posso impedir a vossa ida, mau desejo único é que Deus vos proteja e que retornéis com as honrarias que são destinadas aos melhores cavaleiros.

O uso subjetivo do imperativo “*Vades*” logo no início da fala do (L1), exprime um comando, uma ordem, já que ela se mostra contrária à idéia de que Lancelote vá à demanda. É um enunciado no tempo presente, mas, na realidade, esse “presente do imperativo” tem valor de futuro, pois a ação expressa ainda deve realizar-se. Semanticamente, é a manifestação da vontade ou do desejo, acompanhados pela esperança de que seu cumprimento por parte do interlocutor seja recusado. Porém, não se deve inferir nesse emprego o tom categórico que geralmente caracteriza o imperativo, mesmo proferido por alguém que pode fazer valer sua superioridade em relação ao outro, ou quer fazer valer uma ordem cujo cumprimento exige, pois o que menos Genevra deseja é que Lancelote parta. O imperativo está, como na maioria das vezes em que é empregado, como um elemento fortemente subjetivo, porque nele se abriga um entrecruzar de emoções: a voz a dizer “*Vades*” e o coração continuar a dizer “*A meu prazer... nunca pode seer*”.

Esse é um dos raros (talvez os únicos) momentos em que Genevra se apropria de uma expressão muito usada na época “(...) *a graça de Deus Nosso Senhor vos guie* (...)” (linha 19), mais por hábito do que pela fé e/ou religiosidade. A contragosto, vendo que não conseguia demover Lancelote, Genevra dá-lhe permissão para a partida.

(L2) – *Senhora, disse el, assi o guise Deus, se lhe aprouver.*

(p.) Senhora, assim o disponha Deus, se lhe aprouver.

(pp.) Lancelote espera que Deus assim disponha, para que ele volte com honras e glória.

(sub.) Como seu vassalo, é mau desejo obedecer-lhe aqui na terra, e como cavaleiro devo guardar obediência e humildade irrestritas a Deus Nosso Senhor, e agir segundo a Sua vontade.

Mais uma vez, Genevra mostra-se bem mais *profana* do que Lancelot, pois este, embora preste vassalagem amorosa à rainha, procura mostrar sempre sua condição de submissão e humildade a Deus, enquanto que aquela procura tão-só e egoisticamente o próprio prazer.

Pode-se entender a insegurança de Lancelote diante da imposição da rainha: por sua condição de cavaleiro, uma vez sagrado, é cavaleiro para sempre, é uma espécie de “sacerdote” leigo, dedicado a Deus, ao senhor feudal – e, mais tarde, com a consolidação do absolutismo, ao rei – e às damas” (LE GOFF, et al.,1989, p. 72).

3.8.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

A focalização deste recorte compreende o conjunto das ações que antecederam o momento da partida dos cavaleiros para a demanda. Por isso, a sua maior força argumentativa está fundamentada no uso de operadores argumentativos que denotam incerteza, desejo, desesperança, apresentando os fatos como possíveis ou duvidosos (o que pode ser comprovado pela presença de verbos no modo subjuntivo, operadores condicionais, temporais, comparativos e causais, como nos exemplos: “*tam gram doo como se visse...*”, “*nom há homem que a visse...*”, “*que já mais nom tornaredes...*”, “*eu me irei, com vossa graça quando vos aprouver*”, “*se lhe aprouver...*”.

➤ *Silêncio*

(1) “(...) e espidirom-se com *lágrimas* e com *choro*.” - como já foi explicitado, a lágrima, analisada pragmaticamente, é uma forma de *silêncio*.

(2) “E, *pola nom entenderem*, tornou-se aa sua câmara (...)” – ‘perceberem’, ‘interpretarem’, ‘julgarem’. A rainha se encontrou em uma situação tal, que foi obrigada a se retirar “*pola nom entenderem*” que sua dor era por Lancelote.

Orlandi sinalizou para o fato de que,

(...) sempre podemos nos deparar com situações em que, claramente, pode-se perceber que os sentidos “criam pernas” (ou “asas”) e são surrupiados de um discurso para outro. (...) Aqui cabe pensar a censura tal como a tenho tematizado no que chamo de “migração de sentidos”, isto é, o fato de que, uma vez estancados em um lugar, os sentidos migram para outros objetos simbólicos pelos quais vão significar aquilo que era proibido dizer (ORLANDI, 1995, p. 140).

.Em decorrência disso, foi o medo da censura e do julgamento de todos os cavaleiros que ali se encontravam, que fez com que a rainha, em prantos, fugisse para sua câmara. Enquanto Genevra assume seu papel de autoridade que lhe é atribuído e não aceita a partida de Lancelote (demonstra-o claramente como em “*a meu prazer, nunca pode seer*”), este procura sempre ocultar-se para dar lugar ao Sujeito maior - Deus. Neste recorte, há uma demonstração clara do funcionamento da ideologia, cujo intertexto são os comentários da Gênese, que traçam o perfil das mulheres com sendo ‘indóceis, agressivas e naturalmente hostis, rebeldes e pérfidas’, e são colocadas em um plano inferior ao do homem. Ao homem, vítima da teia enredada pela mulher, é dada a oportunidade de se arrepender dos pecados e, através de sacrifícios e penitências, conseguirá o perdão de Deus; à mulher, não foi dado espaço para essa reconciliação.



➤ **Sagrado**

(1) “(...) *houverom feito o sacramento* (...)” – ‘cada um dos sinais sensíveis produtores da graça, instituídos por Jesus Cristo como auxiliares indispensáveis para a pessoa conseguir a salvação eterna’. O objetivo de cada cavaleiro é exatamente conseguir a salvação eterna e, por isso, procuram participar de todos os ritos religiosos, obediência às leis advindas da Bíblia, através das falas dos monges e ermitãos.

(2) “(...) *encomendarom muito a rainha a Deus* (...)” – ‘pedir’, ‘recomendar’, ‘entregar a Deus a proteção da rainha’ (MICHAËLIS, 2002, p. 798).

(3) “-*Vades, a graça de Deus Nosso Senhor, que vos guie* (...)” – expressão sempre utilizada v

(4) “-*Senhora, disse el, assi o guise Deus*”- ‘disponha Deus’. (NUNES, *Gloss.*, p. 554) –

➤ **Profano**

- (1) “*E ela começou ãã tam gram **do** (...)*” (linha 4-5) - ‘sofrimento físico ou moral’, ‘aflição’, ‘mágoa’. A dor que sente por ver Lancelote partir é muito grande. É um amor adúltero e, na época medieval, o adultério constava em primeiro lugar na lista dos pecados mortais, e o castigo era a morte na fogueira.
- (2) “*(...) e que havia **pesar** da sua senhora (...)*” – a ‘aflição’ de Genevra por um sentimento mundano – separar-se de Lancelote.
- (3) “*(...)que se nam **maravilhasse**”(...* (linha 16-17) – ‘*que não causasse espanto*’, tamanha era a tristeza e a dor profunda que deviam estar estampadas em seu semblante.
- (4) “*coita*” (linha 15) – ‘dor’, ‘sofrimento’, palavras que reforçam o sentido de “*maravilhassem*”.
- (5) “*-**Ai**, Lançarot! Morta me havedes que leixades a casa del-rei por irdes aas terras estranhas (...)*” – “***Ai!** diz ela (...)*” – “***Ai**, senhora, disse el, tornarei (...)*” – As exclamações podem ser analisadas, pragmaticamente, como a representação de uma expressão de dor, causada pela separação, sugerindo que a elocução foi “arrancada do fundo da alma” dos amantes.

3.11 RECORTE ENUNCIATIVO IX

110 *Como a ama perguntou aa donzela porque chorava.*

- (1) Assi amou a donzela Galaaz, pero nunca o vira nem soubera que cousa era
- (2) amor. E catava Galaaz e prezava-o tanto em seu coração mais que todas cousas (...)
- (3) Esto cuidou a donzela enquanto seu padre siia falando com os cavaleiros. E,
- (4) depois que cuidou tanto que nom pôde mais, leixou-se cair em seu leito e
- (5) começou a fazer tam gram doo como se tevesse seu padre morto ante si.
- (6) Pero nom dava vozes, mas chorava tam de coração que maravilha era.
- (7) E ela assi fazendo seu doo entrou sua ama, que era dona de gram guisa que a
- (8) criara de pequeno e a amava tanto como se fosse sua filha. E quando ela viu a
- (9) donzela tam de coração chorar maravilhou-se que era. E disse:
- (10)– Ai, Senhora! Que havedes? Fez-vos alguém algũ pesar? Dizede,
- (11) minha senhora, porque choraes e eu vos porrei i algũ conselho, ca ja mais
- (12) nom serei leda em mentre vós fordes triste.
- (13) E a donzela nom lhe quis dizer porque chorava. E ela começou a
- (14) confortá-la e disse-lhe:
- (15)– Em todas [36, e] guisas, dize-me que havedes e donde vos vem
- (16) este pesar.
- (17) E a donzela calou-se e leixou já quanto seu dito. E disse-lhe a ama:
- (18)– Se me nom dizedes o que havedes, eu o direi a vosso padre. Pero será
- (19) melhor que mo digades ca, se cousa é de cobrir, nom hajades medo
- (20) que vos eu descubra nunca (*DSG*, 90-91 (110, 1-2; 12-30)).

3.9.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

No desdobramento do *silêncio* em *lágrimas*, percebem-se que os sentidos, ao se deslocarem para outros objetos simbólicos, produzem múltiplos sentidos, tornando possível compreender os efeitos da ideologia sobre o sujeito, o lugar de onde fala e para quem fala. Na *DSG* os pecados ligados à luxúria ocupam um lugar de destaque. A personagem, consciente de sua indignidade, “**nom dava vozes, mas chorava (...)**”. E “*não dar vozes*” é ficar em *silêncio*. É o silêncio *íntimo* ou *contido*. O conhecimento de quando *não* falar pode ser tão fundamental para a produção e análise de comportamento do personagem, quanto um conhecimento do que se deve dizer. Assim, depreende-se que, no *silêncio* da donzela, há um misto de culpa e de medo, pois ela sabe quais seriam as conseqüências de seu ato leviano. É a palavra aprisionada, cujo intertexto é a Bíblia, funcionando como controlador das ações humanas. É a ideologia

cristã, repressora por excelência, que faz de todos verdadeiros títeres, objetos para serem usados e manipulados. E as lágrimas que aparecem são como uma outra forma de transcender as limitações da palavra.⁴⁸

O temor pelo que poderia acontecer se seu pai viesse a saber sobre seus amores ocultos por um cavaleiro da Távola Redonda era grande. Poderia até ser morta se se concretizasse o seu desejo e seu pai descobrisse tudo. O *silêncio* era necessário, protegendo sua identidade, e evitando incorrer na responsabilidade de dizer o que deveria deixar de dizer. Qualquer tentativa de verbalização provocaria ruptura com os princípios cristãos e sua integridade moral estaria destruída.

.....Como põe em destaque Pedro Damiano, um dos importantes reformadores monásticos do século XI, é a Bíblia que deve ser tida como a fonte primeira para qualquer reflexão ou debate sobre a má ou a boa palavra. São as Escrituras que fornecem o repertório, o vocabulário e os argumentos para discussão, não havendo livro onde os autores não tenham ido procurar testemunhos, sugestões para legitimar determinada posição (CARRETO, 1996, p.61).

No trecho “*Pero nom dava vozes, mas chorava tam de coraçom que maravilha era*”, (linha 6), do ponto de vista da Semântica da Enunciação, que considera as escalas argumentativas, constata-se, devido à presença do conectivo “*mas*”, a introdução de um argumento mais forte. Na maioria das vezes, é empregado com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros. Constitui-se, entre outros morfemas, como uma marca lingüística das mais importantes, pois determina o valor argumentativo da enunciação (KOCH, 1993, p. 104 e ss.). De fato, pode-se perceber, neste trecho, a linguagem do corpo, que significa, que produz sentido e que fala pelas palavras. As lágrimas que podem estar metaforizando a ligação *amor / pecado / medo*, sentimentos intensificados pela possibilidade de que Galaaz não possa corresponder a seu amor: “**não dava vozes, mas chorava (...)**”.

Há também, neste recorte, um movimento do *silêncio* em direção a seu correlato simbólico o *segredo*, que produz diferentes sentidos, como em “*nom hajades medo que vos eu descubra*”

⁴⁸ Iniciam-se, no capítulo anterior a este, intitulado “*Como a filha do el-rei Brutos começou [a] amar Galaaz*”, os episódios das tentações. O primeiro deles, o 109, narra como esta princesa se apaixona perdidamente por Galaaz, o eleito, mesmo sem o conhecer, e, depois de travar ferrenha batalha contra sua própria consciência, resolve deitar-se a seu lado (capítulo 114), depois de ter prometido à sua ama que não amaria Galaaz. Achando-a em seu leito, Galaaz “*(...)espantou-se e foi sanhudo muito e fez-se afora dela(...)*”. Ela, indignada com a atitude do cavaleiro, suicida-se. (Os capítulos de 109 a 114 encontram-se no Anexo deste trabalho, à guisa de ilustração e de um maior esclarecimento para os leitores)

nunca”. Só o enunciador sabe, mas os sentidos proibidos circulam, abrem-se para outros espaços simbólicos e significam.

3.9.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.9.2.1 No plano da “narrativa”

(1) *Assi amou a donzela Galaaz, pero nunca o vira nem soubera que cousa era amor. E catava Galaaz e prezava-o tanto em seu coração, mais que totalas cousas (...). Esto cuidou a donzela enquanto seu padre siia falando com os cavaleiros. E, depois que cuidou tanto que nom pôde mais, leixou-se cair em seu leito e começou a fazer tam gram doo como se tevesse seu padre morto ante si. Pero nom dava vozes, mas chorava tam de coração que maravilha era. E ela assi fazendo seu doo entrou sua ama, que era dona de gram guisa que a criara de pequeno e a amava tanto como se fosse sua filha. E quando ela viu a donzela tam de coração chorar maravilhou-se que era. E disse:*

Logo de início, através do operador discursivo adverbial catafórico “Assi”, o narrador convoca o público leitor para ser testemunha do sofrimento silencioso da donzela que “*amou Galaaz, pero nunca o vira nem soubera que cousa era amor (...)*”, (linha 1-2) . A segunda oração se inicia com a conjunção “*pero*” ‘se bem que’, ‘no entanto’, ‘embora’ que seleciona (introduz) o argumento mais forte: a força avassaladora do primeiro amor.

.....Quanto à tonalidade que a ação verbal empresta à significação, há, nos dois casos dos verbos no mais-que-perfeito, “*vira*” e “*soubera*”, a possibilidade de transposição de tempo ‘*tivesse* visto’ e ‘nem *soubesse*’ nas duas formas verbais por influência da conjunção “*pero*”, se substituída por ‘embora’. “*Esto cuidou*”, “*cuidou tanto*”, “*nom pôde mais*” (em que está implícito ‘suportar’, ‘agüentar’), “*maravilhou-se*”, “*foi-se*”, “*entrou*” e “*era*” (= verdade) guardam toda a vitalidade: anterioridade em relação a um momento de referência presente e concomitância em relação a um momento de referência pretérito. Embora os quatro primeiros verbos correspondam a um tempo mais ou menos longo, todavia, a ação se deu em um determinado momento e terminou em outra ocasião. Por algum motivo; passa-se, de súbito, ao

emprego do pretérito imperfeito, “*dava vozes*”, “*chorava tam de coração*”, “*que maravilha era*”, “*que era dona*” e “*a amava tanto*” que denota uma ação durativa, quebrando a harmonia do uso do perfeito, cujo emprego é próprio para a narração de uma sucessão de fatos. Tal alternância perfeito/imperfeito é comum na linguagem quinhentista.

Concorrem também para dar maior significado ao texto, o emprego das locuções verbais, expressas por diferentes lexicalizações:

- “*sia falando*” (= obtém-se a idéia de progressão e simultaneidade no tempo;
- “*leixou-se cair*” (= ação que expressa movimento para realizar determinada ação;
- “*começou a fazer*” (= dá idéia de incoação, isto é, a ação foi iniciada, mas ainda não foi concluída)

Em “*tam gram doo como se tevesse seu padre morto (...)*”, (linha 4), e em “*(...) tanto como se fosse sua filha*”, (linha 7), a ação dos verbos denota um aspecto hipotético, uma condição irrealizável, tendo valor de uma ação no presente, o que é marcado também pelo operador de valor comparativo de igualdade *como*. Do cruzamento sintático entre *tam / tanto ... como* (= quanto), toma-se o termo comparado como tema, mesmo se tratando de um comparativo de igualdade, pois a maior força argumentativa está centrada nele.

O foco narrativo – o fato de a donzela ter amado Galaaz - desencadeia a predição de acontecimentos trágicos que se fundamentam na ideologia, pois, amar um cavaleiro considerado como *sargente de Deus*, aqui na terra, é pecado mortal.

...Em “**Pero** ‘embora’, ‘no entanto’ *nom dava vozes* (argumento possível), **mas** *chorava tam de coração que maravilha era*”(argumento decisivo), a concessividade é marcada pela conjunção *pero* ‘embora’ que inicia a oração em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-lo: “*Assi amou a donzela Galaaz*”. Deu-se relevo à asserção iniciada pelo *mas*PA o argumento mais forte e decisivo “**mas** *chorava*”: o choro é a exteriorização da dor mais profunda. É estudado pragmaticamente como substituto do *silêncio* e, como foi esclarecido anteriormente na análise semântico-pragmática, é a linguagem do corpo que está “falando” agora, e que está superando o argumento anterior, intensificado, além disso, pelo emprego do advérbio “*tam*”.

Vale ressaltar que em “*E ela assi fazendo seu doo(...)*”, (linha 6), o emprego do gerúndio empresta à frase o aspecto de uma idéia em progressão indefinida, uma ação em curso, realizada imediatamente antes da indicada na oração principal “*(...) entrou sua ama(...)*”, (linha 7). Mais

uma vez, pode-se verificar a ação das forças demolidoras, devido às transgressões de ordem moral e social, e por isso, os cavaleiros, continuamente, são expostos às tentações, a fim de que sejam postos à prova.

Inicia-se neste capítulo a provocação da donzela que tenta Galaaz. A presença de marcadores de excesso como “*prezava-o tanto*”, “*mais que todalas cousas*”, “*cuidou tanto que*” ‘durante tanto tempo’⁴⁹, “*que nom pôde mais*” intensificam, num crescendo, a luta íntima da donzela em querer conquistar Galaaz.

.Como se sabe, todo enunciado é o produto de sua enunciação que supõe um enunciador, um destinatário, um momento e um lugar particulares. O acontecimento enunciativo, a trama, os implícitos são apreendidos pelos lingüistas, através dos vestígios observáveis que o acontecimento enunciativo deixa no enunciado. Neste trecho, os dêiticos espaçotemporais e pessoais são inúmeros, mas chamar-se-á a atenção para certos dêiticos que assinalam informações mais incisivas, permitindo ao analista do discurso saber o que se passa na cena enunciativa: **(i)** encontra-se o artigo definido funcionando como dêitico, pois refere-se a determinando(s) indivíduo(s) com a preocupação de vê-lo corporeamente (“*a donzela*”, “*os cavaleiros*” e “*a ama*”) e não como soma de indivíduos que compõem a humanidade (A mulher do século XIII..); **(ii)** os dêiticos espaçotemporais “*nunca*”, “*enquanto*”, “*depois*”, “*em*”, “*ante si*” ‘diante’, localizam o personagem no tempo e no espaço, mesmo em se tratando de uma situação hipotética emprestada pela expressão “*como se*”.

(2) “*E a donzela nom lhe quis dizer porque chorava. E ela começou a confortá-la, e disse- lhe:*”

É o *silêncio* como “ponto de fuga” que permite ao sujeito afastar os sentidos que não podem ou não devem ser ditos (ORLANDI, 1995, p. 163). O que se silencia? Por que se silencia? E o *silêncio* tem duas faces: ele tanto pode corresponder a um *silêncio místico/religioso* de elevação do espírito para Deus, ou, ao contrário, pode corresponder ao *silêncio da consciência* que trabalha com a identidade do sujeito, sua relação com o poder da ideologia, que define o

⁴⁹ A expressão “*tanto que*” se emprega geralmente como conjunção temporal ‘durante tanto tempo’ até o século XVIII (SAID ALI, 2001, p. 168).

lugar que pode ocupar, e os desejos que lhe são proibidos. E é neste último espaço de subjetividade que o *silêncio* da donzela faz e produz efeito de sentido.

A presença dos anafóricos pronominais “*lhe*” e “*ela*”, cujo anaforizado é “*ama*”, e do também anafórico “*la*”, cujo anaforizado é “*donzela*”, podem ser considerados como pronomes **representantes**, pois retomam um grupo nominal antecedente, tornando a estrutura do texto mais completa (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p.37).

Para denotar uma ação passada, concluída e/ou delimitada em certo espaço de tempo, empregou-se o verbo modal nuclear “*quis dizer*”. Em “*começou a confortá-la*” a idéia expressa é *incoativa*, ação iniciada, mas não concluída, pois se espera que o objetivo a que se propõe o (L1) – saber por que a donzela está chorando - seja alcançado. O verbo no presente do indicativo, “*disse*”, em todas as situações, está funcionando como um verbo *dicendi* ou de *elocução*, cuja principal função é indicar o interlocutor da enunciação.

2) “*E a donzela calou-se e leixou já quanto seu dito. E disse-lhe a ama:*”

As mesmas perguntas podem ser feitas: o que se silencia? Por que se silencia? O ato de “*calar*” é, efetivamente, a única maneira de o (L2) se proteger da ira dos homens, embora não vá se salvar da ira de Deus. Em “*e leixou já quanto seu dito*”, (linha 17), ‘e **deixou neste momento** de dizer o *quanto* tinha a dizer’, subentende-se que o adjetivo “*quanto*” contém em seu interior uma quantidade enorme de coisas que não podem / puderam / poderão ser ditas, um excesso de emoções nunca sentidas, um verdadeiro vulcão que estava prestes a expelir sua larva súbita e violentamente.

Finalmente, detecta-se o emprego abundante da conjunção “*e*”, tanto no plano da “*narrativa*” quanto no plano do “*discurso*” que, além de denotar a oralidade da linguagem, carrega com ela um feixe de valores estilísticos. O texto começa sem maiores arroubos emocionais, mas, à medida que o tema vai-se tornando doloroso, o narrador e/ou o personagem parecem se empolgar cada vez mais e daí passam a traduzir, por meio da conjunção “*e*”, a ansiedade que os domina. A acumulação desta partícula, portanto, dá a impressão de movimento e de exaltação emocional neste recorte.

Vejam-se os trechos onde ocorre a presença do “*e*” nos dois planos:

- (1) “*E*, depois que cuidou tanto que nom pôde mais(...)” (linha 4)
- (2) “*E* ela assi fazendo seu doo entrou sua ama (...)”, (linha 7)
- (3) “*E* quando ela viu a donzela tam de coração chorar (...)”, (linha 8)
- (4) “*E* disse: (...)”, (linha 9)
- (5) “(...) *porque choraes e eu vos porrei* (...)”, (linha 11)
- (6) “*E* a donzela nom lhe quis dizer porque chorava”. (linha 13)
- (7) *E* ela começou a confortá-la (...)”, (linha 13-14)
- (8) “(...) *e disse-lhe*”, (linha 14)
- (9) “(...) *dize-me que havedes e donde vos vem* (...)”, (linha 15)
- (10) “*E* a donzela calou-se e leixou já quanto seu dito”. (linha 17)
- (11) “*E* disse-lhe a ama” (linha 17)

Nos exemplos (1), (2), (3), (6), (7) e (10), a partícula “*e*” não liga orações nem elementos de oração. Ela inicia períodos que dão ênfase, mais especificamente, à linguagem da alma; no exemplo (6), além do matiz emocional, detecta-se o matiz adversativo “*E (=mas) a donzela não quis dizer porque chorava*”; em (4), (8) e (11), iniciando as orações com verbo *dicendi*, observa-se que o texto ganha um certo movimento para envolver o leitor, na mesma ansiedade que se instalou na personagem; em (5), juntamente com outros elementos do discurso, existe uma leve insinuação, na frase, do sentido condicional “(...) *se me dizedes porque chorais e eu vos porrei i algũũ conselho* (...)”; já em (9), a partícula coordenada está apenas ligando duas orações da mesma função sintática “(...) *dize-me que havedes e donde vos vem* (...)”(linha 15-16).

3.9.2.2 No plano do “discurso”

Neste recorte, os questionamentos de (L1) ficam sem resposta, não houve verbalização pelo (L2). O medo aboliu a possibilidade de expressão do Outro. Falar, naquelas circunstâncias, representava uma ameaça para a integridade física e moral da donzela. Na oposição FALAR X NÃO FALAR “encenada”, percebe-se a presença da **polifonia**, pois incorporam-se ao discurso outras vozes de outros enunciadores que provocam o MEDO como forma de *silêncio*.

O quadro para a análise polifônica do recorte selecionado fica assim delineado:

(L1) Ama

(L2) Donzela

(L1) – *Ai, Senhora! Que havedes? Fez-vos alguém algũũ pesar? Dizede, minha senhora, porque choraes e eu vos porrei i algũũ conselho, ca ja mais nom serei leda em mentre vós fordes triste.*

(p.) Ai, Senhora! Fez-vos alguém algum pesar? Dizede por que chorais a fim de que eu possa dar-vos algum conselho, porque jamais serei feliz enquanto vós fordes triste.

(pp.) Estou preocupada com vossa tristeza. Preciso saber o que aconteceu. Quero vos ajudar, porque jamais serei feliz, vendo minha Senhora triste.

(sub.) Diante de vossa dor e de vossa angústia que vos fizeram calar sei que algo muito grave aconteceu. A revelação ou confissão do desejo vai conferir às palavras o papel terapêutico para vossa dor.

A interjeição, as interrogações e a exclamação mostram que a enunciação foi produzida, de maneira direta, por uma forte emoção ou percepção, por parte do (L1): algo grave está acontecendo ou irá acontecer à donzela. Daí usá-las com recurso para dar ao enunciado maior força argumentativa.

O emprego do tempo verbal em “*Que havedes?*” ‘que tendes’ marca a concomitância entre o momento do acontecimento e o momento da referência presente, embora o fato não deixe de perdurar por certo período de tempo. Infere-se, portanto, que o presente refere-se a algo que começou no passado e terminará no futuro, porém são momentos que não parecem estar muito afastados do instante da palavra (ALI, 2001, p. 228).

O tom de súplica é emprestado à frase pelo emprego da forma imperativa “*Dizede*”, em que o elemento subjetivo se mostra mais fortemente, além das interrogações e da exclamação. Embora o imperativo esteja ligado, pela origem, ao latim *imperare* ‘comandar’, neste caso, ele retoma um tom sensível de exortação, aconselhamento, convite, do que propriamente de comando. A ordem está ainda mais atenuada, mais afetiva, pelo emprego do vocativo “*minha senhora*”. Está unindo a idéia da ação à vontade do locutor, e o tom da voz com que foi proferido configura na mente do leitor/analista do discurso a expressão fisionômica e a atitude do corpo do (L1). “Não se pode fazer a abstração desses elementos que, por não serem notados através da escrita, não são, em menor grau, partes essenciais da linguagem” (BRÉAL, 1982, p. 241-242).

Com o emprego do futuro do presente “*porrei*” ‘porei’ e “*serei*’ evidencia-se, respectivamente, a promessa de dar à donzela um conselho que amenizaria sua dor, para logo em seguida dar-lhe a justificativa de tal procedimento “*ca ja mais nom seeri leda em mentre vós fordes triste*”, (linha 11-12), isto é, ela jamais será feliz enquanto a donzela, que ela ama como se fosse sua filha, for triste. O futuro do presente não está expressando uma verdade factual, pois seu valor de verdade não pode ser comprovado no momento da enunciação. Sugere, porém, uma condição que se considera necessária, indicando, neste caso, uma certeza, se se levar em conta a ótica / propósito do emissor, de um dado acontecimento em um momento posterior ao presente. Persiste, entretanto, o seu valor de não-facturalidade dos acontecimentos, pois fica sempre presente a dúvida de que tais fatos venham a acontecer.

O *silêncio* do (L2), motivado pelas pressões sociais e pelo ideológico/religioso, abre-se em múltiplos sentidos que se movimentam na dinâmica textual. É no espaço do *silêncio* que a donzela tenta conciliar a violação dos preceitos religiosos com um respeito aparente que seus intrlocutores presumem ser verdadeiro. Permanece em *silêncio* por precisar anular qualquer interferência possível. Se falar, transgride abertamente o que se espera dela – que se assujeite à ordem estabelecida.

Detecta-se aí, a petrificação da palavra e do sujeito. Para o (L2) é vital ficar em *silêncio*, pois enredou-se em um jogo extremamente perigoso, uma vez que “O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. (...) Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (ORLANDI, 2005, p. 47).

(L1) *Em totalas [36, c] guisas, dize-me que havedes e donde vos vem este pesar.*

(p.) De todas as maneiras, dize-me o que vós tendes e de onde vem este pesar.

(pp.) Quero saber, sem subterfúgios, o que vós tendes, quem ou qual o fato que vos causou este pesar.

(sub.) Não adianta calar, é necessário que me reveleis as razões de tão grande tristeza.

Novamente a insistência da ama e o *silêncio* da donzela como resposta. Mas um *silêncio* que atravessa muros de pedra, pois ele aparece claramente associado a um excesso de sentido, que permite prever a potencial fonte de perigo para a donzela, se responder a sua ama, e, ao mesmo tempo, tem a função de proteger o sujeito, sua identidade.

O imperativo, no enunciado acima, não expressa noção de comando, e sim, retoma um tom sensível de exortação, conselho, convite. A ordem está atenuada, pois a vontade do ordenante não se manifesta fortemente, estando ainda mais atenuada pelo emprego do vocativo “*minha senhora*” (linha 11). Nota-se aí que a forma “*Dizede*” (linha 10) é mais doce e afetiva. São sutilezas que podem ser encontradas nas línguas antigas e que foram conservadas no português moderno.

E o *silêncio* do (L2) continua, fazendo com que os “outros” sentidos circulem. Ao não responder, mais uma vez, à pergunta de sua ama, reforça sua posição de não confessar o que a aflinge, pois não quer passar por uma dama pecadora, desonrada. Por outro lado, pode-se entender que prefere o *silêncio* a uma enunciação mentirosa.

Não se fala só com as palavras. O *silêncio* relaciona-se com outro(s) discurso(s) inscrito(s) na(s) palavra(s). É no estado interior que reside a autenticidade da palavra, substituída pelos movimentos do corpo (trêmulo de medo talvez), da cor do rosto, das lágrimas e da petrificação da voz. É o *silêncio fundador*, aquele que torna toda significação possível.

(L1) – *Se me nom dizedes o que havedes, eu o direi a vosso padre. Pero será melhor que mo digades ca, se cousa é de cobrir, nom hajades medo que vos eu descubra nunca.*

(p.) É melhor me dizerdes o que tendes ou eu o direi a vosso pai. Se é cousa de guardar segredo, eu não a descobrirei nunca.

(pp.) Quero saber, sem subterfúgios, o que vós tendes, quem ou qual fato que vos causou pesar.

(sub.) Não adiante calar, é necessário que me reveleis as razões de tão grande tristeza.

A fala da ama segue uma escala ascendente: vai de um pedido, passa a uma exortação e, finalmente, a uma ordem. Este enunciado se inicia pela conjunção condicional “*Se*”, para pôr em evidência o agente do verbo, pois a fala da ama agora é autoritária, firme e incisiva. Foram usadas duas formas verbais “*dizedes*” e, na oração seguinte, “*havedes*”, que estão recebendo o reforço dos pronomes de primeira pessoa “*me*” e “*eu*”, estando a noção de subjetividade está relativizada no par EU-TU, incorporando o *outro* como constitutivo do sujeito. Não há, aqui, porém, uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro. É o dialogismo concebido pelo círculo da Bakhtin e retomado por Ducrot (1984) que vai mostrar, no seu “*Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*”, como mesmo num enunciado isolado é possível detectar mais de uma voz (DUCROT, apud BRANDÃO, 2004, p. 70).

Segundo Brandão,

Para essas abordagens, a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (BRANDÃO, 2004, p. 59).

.....Daí não se aceitar o sujeito como senhor único, origem e fonte de seu discurso, formulado inicialmente por Benveniste, porque, na sua fala, outras vozes também falam.

..A *polifonia* constitutiva do sentido evidencia-se, quando o (L1), responsável pelo enunciado, fala na perspectiva de discursos instituídos em um determinado momento histórico de uma sociedade. Sua fala se sustenta em recortes de outros discursos (interdiscursos), incorporados ao imaginário pelas práticas ideológicas.

O emprego dos tempos do futuro do presente “*direi*” e “*será*”, que sugerem uma condição consideradada necessária naquele momento, indicam que o fato ainda não aconteceu, mas é certo que acontecerá (de acordo com a ótica/propósito do emissor), em um momento posterior ao presente. Porém, permanece o seu valor de não-factualidade dos acontecimentos, pois está sempre presente a dúvida de que tais fatos possam não vir a acontecer.

A presença do *segredo* – outra forma de *silêncio* - está em “(...) *se cousa é de cobrir nom hajades medo que vos eu descubra nunca (...)*”, (linha 19-20); em “(...) *que mo digades (...)*” (linha 19), subentende-se a noção de desejo; a oração principal exprime uma relação de *comando*, de noção *imperativa*, com referência ao fato de que se fala “*Pero será melhor (...)*”, (linha 18-19); já em “(...) *nom hajades medo que eu vos descubra nunca (...)*”, (linha 19-20), prevalece a noção de uma promessa, de um compromisso de palavra dada. Veja-se também outro aspecto importante que se deve considerar sobre o emprego do imperativo:

Il nous reste à parler du monde où l'élémentsubjectif se montre le plus fortement: l'imperatif. Ce qui caractérise l'imperatif, c'est d'unir à idéede l'action l'idée de la volonté de celui qui parle. Il est vrai qu'on chercherait vainement, à la plupart des formes de l'impératif, les syllabes qui expriment spécialement cette volonté. C'est le ton de la voix, c'est l'aspect de la physionomie, c'est l'attitude du corps qui sont chargés de l'exprimer. On ne peut faire abstraction de ces éléments qui, pour n'être pas notés par l'écriture, n'en sont pas moins partie essentielle du langage (BRÉAL, 1982, p. 240).⁵⁰

É o que se percebe, exatamente, no uso do imperativo deste recorte: está unindo a idéia de ação (*que me digades...*) à vontade daquele que fala (a ama).

⁵⁰ Resta-nos falar do mundo onde o elemento subjetivo se mostra mais fortemente: o imperativo. O que caracteriza o imperativo é unir a idéia de ação à idéia da vontade daquele que fala. É verdade que se procurava inutilmente, na maior parte das formas do imperativo, as sílabas que exprimem especialmente esta vontade. É o tom da voz, é o aspecto da fisionomia, é a atitude do corpo que são encarregados de exprimi-lo. Não se pode ficar na abstração desses elementos que, por não estarem anotados na escrita, não são considerados partes essenciais da linguagem. (Trad. da autora do trabalho)

3.9.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Neste recorte dá-se destaque ao *silêncio* e ao *profano*. Vê-se como opositor ao estado cristalino da palavra, o *silêncio* (imposto pela ideologia) do qual emerge o sentido, como se verá a seguir pela seleção lexical:

➤ **Silêncio**

(1) “E a donzela **nom** lhe **quis dizer** porque chorava” - a negação é uma forma de *silêncio*.

(2) “E a donzela **calou-se** e leixou já quanto seu dito” – ‘estar em silêncio, não falar’.

A donzela permaneceu *calada* em ‘silêncio total’. É o *silêncio* da *auto-censura* e do *medo*. É um *silêncio* que não pára de produzir efeito. É a dimensão histórico-ideológica que faz com que o homem não esteja fora do sentido e nem fora da história.

(3) “(...) *se cousa é de **cobrir** (...)*”- a ama promete ‘ocultar’, ‘resguardar’ a causa da tristeza da donzela.

Aqui, o gesto e o olhar transcenderam a natureza da palavra. A ama entendeu, sem palavras, a gravidade da situação e mobilizou um conjunto de argumentos, tendo em vista um objetivo: descobrir o que causava tanta dor à donzela. Identificados os valores que se ligam ao enunciado, descobre-se o nível de seu funcionamento no discurso: a ama que vê na donzela uma

“filha”, pois a criou desde pequena, considera-se, portanto, autorizada para desempenhar tal papel (inquisidora). São enunciados performativos, segundo Austin, os que têm a propriedade de poder e, em certas condições de felicidade, realizarem o ato que eles denotam, isto é, “fazer” qualquer coisa pelo simples fato de “dizer”. E à medida que a mensagem é explicitada, distingue-se o que se chama de *autoridade mostrada*, pois se manifesta na interação face-a-face, ocupando uma posição superior na interação.

➤ ***Profano***

(1) “*Assi amou a donzela Galaaz (...)*” –indicando um ‘estado tamanho, que não se pode explicar’. A donzela comporta-se como um ser *profano* porque vai de encontro às leis da Igreja: é vedado amar e ser amada por um cavaleiro que está participando da *Demanda*. O advérbio “*assi*” vem fortalecer, portanto, com muita intensidade, o sentimento *profano* que está cegando a donzela nesse momento.

(2) “*E assi fazendo seu doo (...)*” – ‘sofrimento físico ou moral’, ‘mágoa’, sentimento de natureza incontrolável que caracteriza a mulher medieval. Segundo os historiadores, deforma ou mutila os “freios” impostos pela Igreja, apaga a capacidade de discernimento da donzela, impedindo-lhe uma reação que a reconduza ao caminho da palavra legitimada por Deus.

3.10 RECORTE ENUNCIATIVO X

113. *Como a donzela falava consigo em amor a Galaaz.*

- (1) E esforçou-se tanto contra a sua vontade que foi a Galaaz e ergueu o cobertor
 (2) e deitou-se a cabo dele. E Galaaz que dormia mui feramente polo trabalho
 (3) que houvera nom se despertou. (...) Entam disse antre si a voz baixa:
 (4) - Cativa, escarnida som arrefeçada e jamais nunca haverei honra de rem que
 (5) faça quando per meu pecado e per meu feito e sem rogo me vïim deitar com
 (6)este cavaleiro estranho que nom sabe rem da minha vida.
 (7) (...)E ela cuidava que, pois se ela ia deitar a par dele, que el com[37, c]
 (8) prisse seu coraçom. (...) Entam se chegou a ele mais que ante e pôs mão em (9)ele
 mui passo pelo espertar.
 (10)Mas quando sentiu a estamenha que o cavaleiro vestia – ca sem estamenha
 (11) nunca ele era, noite e dia – ela foi tam espantada, que disse logo:
 (12)- Ai, cativa, que é esto que vejo? Nom é ele cavaleiro dos cavaleiros
 (13)andantes, que dizem que sam namorados, mas é daqueles que a sua vida e a
 (14)sua lidice é sempre em penitência, pola qual lhes vem gram bem pera o (15)outro
 mundo e perdoa Deus aaqueles que erro houverem feito contra ele. E (16)per niuma
 rem, disse ela, nom posso eu acabar com ele o que querria.
 (17) (...) **Entam começou a chorar e fazer seu doo o mais baixo que ela pôde.** (18)
que a nom ouvissem (DSG, 92-93 (113, 10-19; 22-32)).

3.10.1 Os aspectos semântico - pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Este recorte é caracterizado pelo monólogo interior da donzela: ela fala “*antre si*” ‘de si para si’. É o *silêncio* provocado pelo medo da reação de Galaaz se ele despertar, e da reação dos outros se vierem a descobrir seu comportamento.

Pela orientação discursiva, “lê-se” o enorme conflito por que passa a princesa: apaixonou-se por Galaaz, sem ao menos saber seu nome “- *E esforçou-se tanto contra sua vontade que foi a Galaaz e ergueu o cobertor e deitou-se a cabo dele*”, (linha 1). Novamente a narrativa desenha o perfil da mulher medieval: a mulher tem consciência do pecado, reconhece-se rebaixada, sem valor, pois se deixa dominar pelo coração e vai de encontro a todas as convenções sociais e religiosas que governam a sociedade medieval: amar um cavaleiro andante, sem ao menos ser rogada e/ou solicitada por ele e, nem por um momento surpreendeu, por parte dele, um olhar. Um desconhecido.

Mais uma vez, a religião funciona como um poderoso intertexto no monólogo que o locutor, enquanto tal e como pessoa, produz para si mesmo, pensando em voz alta. Ele é o sujeito da enunciação, formulado em primeira pessoa – EU – e desempenha o papel do TU – destinatário – constituído por ele mesmo.

O movimento argumentativo do narrador se fundamenta no emprego do *mas*PA, estrutura do tipo adversativo, utilizada por Ducrot, Ascombre e Vogt. Ao se utilizar o “*mas*”, frustrou-se uma expectativa que se criou no destinatário. Isso porque ele introduz um argumento mais forte, no sentido de uma conclusão inversa, que pode ser assim interpretada: “*Ela cuidava que, pois se ela ia deitar a par dele, que ele com[37, c]prissee seu coração (...) MAS (não pôde fazê-lo) quando sentiu a estamena que o cavaleiro vestia (...)*”, (linha 7-10).

.....Diante da certeza de que Galaaz não é um cavaleiro andante “*que dizem que sam namorados (...)*”, (linha 13), a princesa conscientiza-se da impossibilidade de possuir o amado e assume, naquele momento, a perda do objeto desejado. A donzela “*(...) começou a chorar e a fazer seu doo o mais baixo que pôde, que a nom ouvissem*”, (linha 17-18). É o *silêncio do medo e da derrota da vontade*.

.....Neste contexto, compreende-se, através dos implícitos, o papel da ideologia, que proíbe que os cavaleiros da Távola Redonda tivessem *namorada / entendedor / amante*. E ela está consciente das graves conseqüências que advirão de sua atitude pecaminosa, se houver transgressão das ordens impostas pelos “fabricantes das leis”. É o *silêncio culpado*, misto de dor e de vergonha, diante do que representava aquele cavaleiro virtuoso, devotado a Deus, único, que estava à altura de usufruir dos mistérios do Graal. Na *DSG*, Galaaz representa um exemplo de cavaleiro, possuidor de qualidades, como fidelidade, bravura, honra e, principalmente, dotado do firme propósito de nunca se afastar da graça de deus, sem a qual não poderia viver. Não poderia

fraquejar e ceder aos apelos da luxúria. Para os cristãos medievais, as ações terrenas provocam reações celestes, e Galaaz, por ser o cavaleiro escolhido, deve mostrar-se indiferente, diante da atitude da donzela. Mais uma vez, a diabolização da mulher, na Idade Média, é representada.

. Neste recorte retrata-se mais uma situação, entre várias, em que a resistência do herói é testada frente à luxúria.

3.10.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.10.2.1 No plano da “narrativa”

- (1) “*E esforçou-se tanto contra sua vontade que foi a Galaaz e ergueu o cobertor e deitou-se a cabo dele. E Galaaz que dormia mui feramente polo trabalho que houvera nom se espertou. (...) entam disse antre si a voz baixa:*” (linha 1-3)

Percebe-se o controle do sujeito imposto pela pedagogia religiosa em “*E esforçou-se tanto contra sua vontade que (...)*”, mas, como consequência, venceu o lado diabólico da mulher: “*(...) foi a Galaaz e ergueu o cobertor e deitou-se a cabo dele* ‘ao lado dele’. O pretérito perfeito “*esforçou-se*” descreve o passado, tal como aconteceu a um observador situado no presente. A preposição “*a*” indica que o personagem percorreu um CAMINHO de um lugar *a* outro lugar, para praticar a ação ‘de deitar-se’.

O emprego do operador conjuntivo “*E*”, logo no início dos dois períodos, aparece com matizes diferentes: em “*E esforçou-se (...)*, (linha 1), introduz uma explicitação ou desenvolvimento do que foi dito anteriormente; em “*E Galaaz que dormia mui feramente (...)*”, (linha 2), equivale a um *masPA* argumentativo que frustra a expectativa do interlocutor e do leitor, introduz um argumento que anula o antecedente, apontando para o sentido de uma conclusão inversa - o impedimento da realização do desejo da donzela. Esta é a conclusão que deve prevalecer, determinada histórica e ideologicamente pela Igreja.

Em “(...) *polo trabalho que **houvera** (...)*”, (linha 2-3), é a justificativa para o sono forte, de Galaaz. Neste tempo verbal, mais-que-perfeito, há a noção de dois tempos passados: o tempo em que ocorreu o trabalho e antes do sono, que também é passado.

- (2) “*E ela cuidava que, pois se ela ia deitar a par dele, que el com[37, c]prissee seu coraçom. (...) Entam se chegou a ele mais que ante e pôs mão em ele mui passo pelo despertar. Mas quando sentiu a estamemha que o cavaleiro vestia – ca sem estamemha nunca ele era, noite e dia – ela foi tam espantada, que disse logo:*”

Para a donzela, vislumbrava-se a possibilidade de ser aceita por Galaaz. A conjunção “*se*” constitui esta “pista”, pois, “*se ela ia deitar a par dele*”, ele, certamente, teria de cumprir os anseios do seu coração. O tempo verbal “*cumprissee*” no subjuntivo denota possibilidade de algo que ainda viria a acontecer, fortalecido pela conjunção condicional “*se*”. Quanto ao morfema “*e*”, do primeiro período, não tem função lógica, está emprestando à frase um elemento de intensidade afetiva; já o segundo, está introduzindo um enunciado que deixa claro o estado de espírito da donzela, entregue totalmente, à paixão por aquele cavaleiro: “*e pôs mão em ele **mui passo pelo despertar***” ‘com bastante carinho’ ‘muito lentamente’.

Novamente o emprego da adversativa MAS, um *masPA*, que inicia o argumento mais forte, opondo-se e mesmo anulando a asserção anterior “*E ela cuidava que (...) el com[37, c]prissee seu coraçom*”, frustrando a expectativa que se criou na primeira asserção. O *mas* posto à frente do período tem um caráter negativo, de firme oposição, de energia.

- (3) “(...) *Entam começou a chorar e fazer seu doo o mais baixo que ela pôde, que a nom ouvissem*”.

Inicia-se o período com um dêitico temporal “*Entam*” ‘nesta hora’, ‘neste momento’, seguindo-se a locução verbal “*começou a chorar*”, com noção de aspecto, cuja força semântica está relacionada com a idéia de *incoação*, isto é, uma ação iniciada, mas não concluída, associada às lágrimas. Pragmaticamente, também se associa a dor *silenciosa* ao gesto, à

expressão facial de angústia de um sujeito, regulado por regras e padrões que lhe fornecem os parâmetros que ele deve seguir, enquanto membro de uma determinada sociedade.

A finalidade para que ela fizesse “*seu doo o mais baixo que pôde*” era para que “*nom a ouvissem*”. Percebe-se que nas situações marcadas “pela hierarquia de autoridade pré-estabelecida, as relações de força e as posições que os sujeitos ocupam na interlocução, já se encontram definidas por determinações institucionais e históricas, no jogo das relações sociais” (LAGAZZI, 1988, p. 96). É a presença do *silêncio culpado*.

3.2.2 No plano do “discurso”

Durante o processo de construção para a análise polifônica do recorte em análise, a presença do monólogo exterior, em que o sujeito pensa em voz alta, “produz uma mensagem da qual ele é o único destinatário, por meio de um tipo de desdobramento do sujeito da enunciação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p.340). A donzela recrimina-se a si mesma por estar “*cativa*” de um cavaleiro que não é dos que “*dizem que sam namorados*”, mas, mesmo assim, vai deitar-se a seu lado. É o estado interior do personagem que se revela. É o *profano* em conflito contínuo com o *sagrado*. É a narração da luta íntima da donzela, que tenta Galaaz, que se estrutura em escala ascendente: de início “*mui vergonhosa e com gram pesar (...)*”; depois “*ergueu o cobertor*”; finalmente, “*deitou-se ao cabo dele na cama*”. Não admitia, portanto, que ele não aceitasse seu amor, que não “*comprisse seu coração*”. Tocando-o, descobre que o cavaleiro usa uma “*estamenha*” (‘vestimenta áspera’) e se decepciona e chora, ao compreender que Galaaz “*não cairá em rentação*”.

O quadro para a análise polifônica do recorte selecionado estará composto de apenas um locutor, pois se trata de um monólogo.

(L1) – A donzela

(L1) – *Cativa, escarnida som arrefeçada e jamais nunca havei honra de rem que faça quando per meu pecado e per meu feito e sem rogo me vïim deitar com este cavaleiro estraho que nom sabe rem da minha vida.*

(p.) Cativa, escarnida sou arrefeçada e jamais nunca havei honra de rem que faça quando per meu pecado e per meu feito e sem rogo me vïim deitar com este cavaleiro estranho que nom sabe rem da minha vida.

(pp.) Sei que sou escrava deste amor e serei desonrada por violar as leis da moral cristã, ao deitar-me com um cavaleiro que nada sabe sobre minha vida.

(sub.) Amar um cavaleiro da *Demanda* é considerado desvio de conduta. A donzela tem certeza de que será castigada severamente, pois um desvio de conduta, como a luxúria, infidelidades e violações a juramentos, acarreta mortes.

O enunciado é auto-dirigido: o locutor pensa em voz alta e, como já foi esclarecido anteriormente, produz uma mensagem, da qual ele é, ao mesmo tempo, o único destinatário, por meio de um tipo de desdobramento do sujeito da enunciação, embora não haja aqui o emprego de uma segunda pessoa, pois o monólogo formula-se em torno do EU.

Através do emprego de dêitico temporal “*jamais*”, reforçado por outro dêitico temporal “*nunca*”, fica claro que a donzela está consciente de que, deitando-se com um cavaleiro, será desonrada. Mesmo sendo um só locutor, nessa leitura do enunciado, há o fenômeno da **polifonia**, pois se pode perceber uma pluralidade de vozes diferentes da do locutor. Ao se dizer “*Cativa, escarnida som arrefeçada e jamais nunca terei honra de rem que faça*”, duas coisas diferentes são ditas: tornou-se cativa, escarnida, arrefeçada e sem honra, mas antes era respeitada e honrada. A partir daquele momento, passa a ser o que não era. Há, portanto, dois atos ilocucionários diferentes, de natureza distinta: um, de asserção falando de sua atual conduta, outro de pressuposição, relativo à boa conduta anterior do falante.

Embora a enunciação tenha um locutor único (pois aqui se faz referência ao pronome “*eu*” explícito na pessoa do verbo “*som arrefeçada*” / “*jamais nunca havei*”), os **dois** atos são atribuídos a enunciadores diferentes: quem afirma que o locutor não era *cativo, arrefeçado e tinha honra*, não é apenas o locutor, mas uma comunidade lingüística que pode ser a “**vox populis**”, ou aquela formada pelo locutor e o alocutário, ou pelo grupo social a que o locutor

pertence. Já o enunciador da segunda asserção, que corresponde ao momento atual, é apenas o locutor. Além da memória, atribui-se à fala dos ermitões, à historicidade, àqueles que detêm o poder, ao situacional o papel de intertextos.

A expressão “*e sem rogo me vïim deitar*” ‘sem pedido, sem súplica’ é um agravante para a culpa dos atos de luxúria que ela pretende praticar, pois está assumindo sozinha tais atos, ao declarar explicitamente que não foi obrigada e nem mesmo tentada a praticá-los (mesmo porque Galaaz, o objeto do seu amor, está dormindo). Mais uma vez, constata-se o que diz a história:

Ève fut punie par Dieu. (...) Cependant pour Ève la peine est double: sa punition est d’une part d’enfanter, de prolonger douloureusement la vie, parce que, par sa faute, le mort est entrée dans les corps; d’autre part d’être assujettie à l’homme (DUBY, 1996, p. 76).⁵¹

Assim como Eva, a donzela deverá receber seu castigo, sua punição, não só dos homens, mas também de Deus. É no enunciado “(...) *me vïim deitar com este cavaleiro estranho que nom sabe rem da minha vida*”, que a inocência de Galaaz se encontra explícita, tendo como agravante o ponto de vista do próprio locutor.

(L1) “*Ai, cativa, que é esto que vejo? Nom é ele cavaleiro dos cavaleiros andantes, que dizem que sam namorados, mas é daqueles que a sua vida e a sua lidice é sempre penitência, pola qual lhes vem gram bem pera o outro mundo e perdoa Deus aaqueles que erro houverem feito contra ele. E per niuma rem, disse ela, nom posso eu acabar com ele o que querria*”.

Ela se autodenomina de “*cativa*” ‘sujeita ao amor’, prisioneira’, ‘escrava do amor’, denominações inseridas em um enunciado de valor interjetivo, isto é, como que arrancada do íntimo, ao locutor, pela situação. É como uma espécie de grito que nasceu do mais profundo do ser. A presença da interjeição e do sinal de interrogação constituem, por si mesmos, uma prova

⁵¹ Eva foi punida por Deus. (...) Entretanto para Eva a pena é dupla: sua punição é de uma parte de dar à luz, de prolongar dolorosamente a vida, porque, para sua falta, a morte penetra em seus corpos; de outra parte, de estar assujeitada ao homem. (Trad. da autora deste trabalho)

indicial da forte emoção que se apodera da donzela, dando ao enunciado maior força argumentativa. Está bem consciente do que pretende fazer, multiplicando o peso de sua culpa.

Descobrir o que está implícito no texto, através das “pistas” que conduzem o analista a sua reconstrução, tornando-se seu co-autor, é imprescindível. O emprego do anafórico pronominal “*esto*”, cujo anaforizado é a expressão “*sentiu a estamena que o cavaleiro vestia*”, por exemplo, sinaliza a proximidade locutor/objeto visado; os tempos verbais, no presente do indicativo, “*vejo*” e “*dizem*” (este último, cuja autoria pode ser atribuída a “**vox populi**”, um público genérico), exprimem uma ação que se passa durante um tempo breve ou longo, em que o locutor está falando. A noção de presente, neste caso, não está se limitando ao instante em que se fala. Sabe-se que não há enunciado sem a cognição, e, portanto, sem a preexistência do fato, o que faz com que qualquer acontecimento, por mais breve que seja, tenha duração mais ou menos longa.

No enunciado “*Nom é ele cavaleiro dos cavaleiros andantes que dizem que sam namorados*”, (linha 13-14), além da significação explícita, existe uma gama de significações implícitas, diretamente ligadas à intencionalidade do emissor, principalmente porque se trata de um enunciado, cujo sentido é uma negação. Pressupõe-se, neste caso, um enunciado afirmativo de outro enunciador E1, incorporado ao discurso de um locutor L= E2, pelo fenômeno da polifonia: há cavaleiros andantes que são namorados (têm amante, entendedor, namorada) e Galaaz não se encontra entre eles. Tal constatação deixa a princesa profundamente angustiada, porque o objeto de seus mais ardentes desejos está cada vez mais distante

Ao se empregar “*dizem*”, quer-se enfatizar o não comprometimento do EU, não se quer assumir a responsabilidade pelo que é asseverado (= não sou eu que o digo, *dizem*...). Tal constatação deixa a princesa temerosa e muito aflita, pois se levanta, entre ela e Galaaz, um obstáculo (quase) intransponível.

O operador argumentativo representado pela conjunção adversativa “*mas*” opõe dois atos ilocucionários: reconhece-se a validade do argumento contido em **p**, mas acrescenta-se, por meio de **q**, argumentos mais fortes, que orientam o leitor para a conclusão de que “há um cavaleiro cuja vida é de penitência, e que jurou a demanda, não se pode, em nenhuma hipótese, alimentar a luxúria”.

O dêitico temporal “*nunca*”, (linha 4), equivale a ‘em tempo algum’ e, ao mesmo tempo, dá uma noção da *negação*. Identificam-se os enunciadores, que se fazem reconhecer através da *pressuposição*. A voz de um (E1) locutor, enquanto ser do mundo, que diz “antes eu tinha

honra”, incorporada à voz de um L - E2, e um (E2) locutor, enquanto responsável pela enunciação, que diz “(...) *jamais nunca haverei honra de rem(...)*”, (linha 4). Ao utilizar a voz de um determinado enunciador (E1), o locutor está, de certa forma, valorizando a posição de outro, mesmo que o propósito argumentativo seja invalidar tal posição.

3.10.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Sobressai-se, neste recorte, a luta íntima da donzela: *sagrado* X *profano*, vencendo o *profano*, pois o léxico, os operadores argumentativos, os dêiticos, empregados no momento discursivo e na narrativa, permitem, ao analista do discurso, refletir e entender os efeitos do dito e do não-dito do locutor.

➤ *Sagrado*

(1) “(...) *sua lidice é sempre penitência (...)*”, (linha 14) – ‘empenho’ – é próprio da sacralidade do homem medieval, sempre estar empenhado a viver em penitência.

(2) “*estamenha*” – ‘vestimenta áspera feita de fio de lã’ – como bem explica o texto, era a roupa usada dia e noite por Galaaz “(...) *ca sem estamenha nunca ele era (...)*”, (linha 10-11).

(3) “(...) *e perdoa Deus a aqueles que erro houver feito contra ele (...)*”, (linha 15) – entende-se que Galaaz tem o poder de perdoar àqueles que pecam contra Deus.

➤ *Profano:*

- (1) “(...) *ergueu o cobertor e deitou-se ao cabo dele* (...), (linha 2) – (‘junto a’), (‘perto de’) – ação que mostra o lado diabólico da mulher: sem conhecer o cavaleiro, e “*sem rogo*” por parte dele, deita-se ao seu lado.
- (2) “*Cativa, escarninha som arrefeçada* (...)” (linha 4) – respectivamente, (‘dominada pelo amor, atraída, escrava’), (‘martirizada, ludibriada’) e (‘rebaixada, sem valor, depreciada’) – é o que o (L1) se auto-denomina.
- (3) “(...) *nunca havei honra de rem* (...)” (linha 4) – pode ser interpretado como ‘nunca terei honra de (em) alguma coisa’. Influenciada pela ideologia, por outras vozes, pelo intertexto – a Bíblia – o (L1) sabe que jamais terá restabelecida a sua honra em coisa alguma.
- (4) “(...) *per meu pecado* (...)”/ “(*per meu feito*)”, (linha 5) – o locutor, como no enunciado anterior, responsabiliza-se pelo enunciado, nomeando-se “*meu*”, embora esteja incorporada à sua fala, a fala de outros locutores: a partir da polifonia, associada ao uso dos pronomes e à pressuposição. A partir disso, como estas categorias contribuem para a identificação da orientação argumentativa do texto? Sendo o texto da época medieval, e o locutor do sexo feminino, a argumentação conduz para a confirmação de que, nessa época, a mulher é vista como um ser demoníaco, que tenta o homem de todas as formas, à semelhança de Eva que tentou Adão.
- (5) “(...) *e sem rogo* (...)”, (linha 5) – ‘sem súplica’, expressão que intensifica, ao mais alto grau, o pecado da luxúria que está sendo praticado pela princesa, pois não houve insistência por parte de Galaaz, e nenhum ato de sedução de sua parte, nem mesmo um olhar, pois ele “*dormia mui feramente*”.
- (6) “(...) *e pôs mão em ele mui passo pelo espertar*”, (linha 8-9) - ‘carinhosamente’. O ato de luxúria segue num crescendo, e chega ao auge quando ela descobre que ele está vestindo uma “*estamenga*”.
- (7) “*Nom é ele dos cavaleiros andantes que dizem que sam namorados* (...)”, (linha 13)- ‘que cortejam as mulheres’.
- (8) “*E per niuma rem, disse ela, nom posso eu acabar com ele o que querria*”. (linha 15-16). – respectivamente, ‘nenhum motivo’ e ‘levar a cabo’, ‘concluir’ – a donzela está consciente disso, o que é pior para acentuar sua culpa.

Viu-se, portanto, que o movimento polifônico deste recorte converge, no enunciado, para um único locutor (L1), que, durante o processo de construção do texto, incorpora uma série de vozes (enunciadores). Verifica-se também que o autor tem a intenção de levar o alocutário à inferência da diabolização da mulher medieval.

3.11 RECORTE ENUNCIATIVO XI

202 [Da outra visam que viu Lancelot.]

(1) Depós esta visom viu outra maravilhosa. Ca lhe semelhava que viia ante (2)si Morgaim, a irmã de rei Artur, mui fea e mui espantosa, assi que bem lhe (3)semelhava que entam saira do Inferno; e nom trazia vestido rem do mundo, (4)fora ùa pele de ùu lobo que a cobria mui mal. Ela gemia tam doridamente (5)como se fosse chagada. E Lançarot, que bem a conhocia por Morgaim, -(6)catou-a e viu-a que andavam em sua companhia mais de mil diaboos, e cada (7)ũu deitava a mão em ela pola teer melhor. E dizia uu ao outro:

(8) - Vaamos-nos quanto podermos.

(9) Pero nom na poderam tanto coitar que ela ua vez chegasse a Lançarot e (10)que o nom filhasse polas mãos, e dava-o a aqueles que a guardavam e (11)dizia-hes:

(12) - Tende-o bem, ca este é dos nossos cavaleiros.

(13)Assi como Morgaim o mandava, assi o faziam [73, b] eles e filhavam-no (14)e iam-se com ele mui toste e levavam-no a uu vale mui fundo e mui (15)escuro e mui negro e u nom havia rem de lume, se nam pouco. (...)

(16) E em meo daquele fogo ùa cadeira em que siia a rainha Genevra toda (17)nua e suas mãos ante seu peito; e siia escabelada e havia a língua tirada (18)fora da boca e ardia-lhe tam claramente como se fosse ùa grossa candeia;e (19)havia na cabeça ùa coroa de espinhas que ardia a gram maravilha e ela (20)mesma ardia de todas partes ali u siia. (...) E quando viia Lançarot nom se (21) podia sofrer que lhe nom dissesse ali u siia em tam gram coita:

(22)- Ai, Lançarot! Tam mau foi o dia em que vos conhoci! Taes sam os (23)galardões do vosso amor! Vós me havedes metuda em esta grande coita ca (24)pero eu som perduda e metuda em gram coita do Inferno, nom querria que (25) avesse assi vós, ante querria que avesse a mim, se Deus aprouvesse.

(25)Esto dizia a rainha Genevra a Lançarot e assi lhe semelhava ali u dormia (26)(DSG, 159 (202, 1-15; 25-39)).

3.11.1 Os aspectos semântico-pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Segundo Le Goff et. al.,(1989), na Antigüidade, o homem medieval estava vocacionado para ser um grande sonhador, pois vivia em um mundo onde se misturavam o visível e o invisível, o natural e o sobrenatural. A Igreja atribuía aos sonhos o rótulo de sonhos “verdadeiros” e sonhos “falsos”. Deus era a fonte dos sonhos benéficos e o Demônio era a fonte dos sonhos tentadores e perniciosos, e, por isso, pedia aos cristãos para se recusarem a procurar o significado, evitando essa ocasião de pecar. Só os privilegiados – o rei, os chefes, e, acima de todos, os monges – podiam decifrar seu significado, quer para encontrarem uma mensagem de Deus, quer para vencerem as tentações do demônio. O sonho, então, na Alta Idade Média foi proibido e o homem tornou-se um sonhador recalcado. Depois, por volta dos séculos XI e XII, a Igreja veio a admitir que os sonhos bons ou neutros prevalescessem sobre os demoníacos. E o homem medieval tornou-se um sonhador habitual, fascinado pelos sonhos e, para decifrá-los, procurava os monges ou os ermitãos, para interpretá-los.

Observa-se, na *Demanda*, o que diz a história. Lancelote tem várias visões, verdadeiras premonições que deviam ser interpretadas, pois as conseqüências seriam trágicas se não fossem obedecidas. Os sonhos de Lancelote vêm como uma força divina para regenerá-lo. A ideologia religiosa considerava os sonhos como um dos meios para revelar as fontes do saber bíblico e, através de sua interpretação, afastar das verdades divinas, o homem marcado pela degradação. É a voz de Deus que, depois do pecado, tornou-se um enigma que o homem tem de decifrar.

Nessa segunda visão de Lancelote⁵², lá está Morgaim, irmã de Artur, em companhia de mais de mil diabos, recomendando-lhes que se apoderem de Lancelote. Aparece também Genevra toda nua, descabelada e coroada de espinhos. É através do sonho, que Deus adverte Lancelote, para que busque sua regeneração pelo arrependimento, colocando-o diante da cena de horror que mostra o que é o Inferno. A Lancelote, *homem profano*, é dada a oportunidade de se arrepender dos seus pecados, enquanto que à mulher essa oportunidade é negada.

⁵² Nesse mesmo sonho, aparece-lhe o pai, o rei Bam de Benoit que, entre outras coisas lhe diz: “Aqui u nós somos nom hás tu rem de adubar, ca teu lugar e tua seeda está na casa do Inferno com a rainha Genevra (...) Em vão entraste na demanda do Santo Graal e tu nom acharás i senam onta que sobre ti vinrá se te nam quitas deste pecado”; e a mãe, a rainha Helena de Benoit: “Filho, tu és morto e escarnido, e aquel pecado, se o nom leixas, te fará morrer em tam gram desonra que todolos do teu linhagem que vivos seram, seram ende desonrados” (*DSG*, p. 160-161).

3.11.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

Além do *fenômeno da polifonia*, suporte da Semântica da enunciação desenvolvida por Ducrot (1987), será apresentada como foi construída linguisticamente a argumentação do texto, tomando como ponto de partida as perspectivas de diferentes enunciações, e como o autor, ao proceder à organização textual desse e de todos os outros discursos, fez prevalecer a orientação no sentido de determinada conclusão.

3.2.1 No plano da “narrativa”

(1) *“Depós esta visom viu outra maravilhosa. Ca lhe semelhava que viia ante si Morgaim, a irmã de rei Artur, mui fea e mui espantosa, assi que bem lhe semelhava que entam saira do Inferno; e nom trazia vestido rem do mundo, fora ùa pele de ùũ lobo que a cobria mui mal. Ela gemia tam doridamente como se fosse chagada. E Lançarot, que bem a conhocia por Morgaim, catou-a e viu-a que andavam em sua companhia mais de mil diaboos, e cada ùũ deitava a mão em ela pola teer melhor. E dizia ùũ ao outro:”*

As duas anáforas, usadas no início, “*Depós*” e “*esta*”, correlacionam-se com seu antecedente - a primeira visão de Lancelote. O emprego dos tempos verbais alterna-se entre pretérito perfeito “*viu*”, “*catou-a*” e o verbo *dicendi* que fixam e enquadram a ação dentro de um espaço de tempo determinado, e os tempos do pretérito imperfeito - “*semelhava*”, “*viia*”, “*trazia*”, “*cobria*”, “*gemia*”, “*conhocia*”, “*andava*”, e “*deitava*” – em que o narrador põe em evidência que esses outros atos são durativos, dão a sensação de que transporta os acontecimentos para o passado, mas mantém uma íntima ligação com o presente. Os primeiros representam friamente o passado e os últimos recebem um tom diferente, mais fantasioso e relacionado ao sentimento.

É a primeira vez que Lancelote se depara com a visão “*maravilhosa*” ‘prodigiosa’, ‘extraordinária’ do Inferno. Em “*Ca lhe semelhava que viia ante si Morgaim (...)*” ‘porque lhe parecia’, a conjunção causal “*Ca*” traz a justificativa de que aquilo que via era o Inferno, pois

Morgaim estava “*mui fea e espantosa*”, seguido do anafórico adverbial “*assi*” ‘do mesmo modo que’, operador argumentativo que assegura a associação da visão do Inferno com o feio, horrendo.

O narrador faz prevalecer a orientação da narrativa no sentido de que só o que Deus cria é belo e perfeito; o feio e horrendo é obra do Diabo, e ao pecador, mostra a visão do Inferno, argumento decisivo para levar o interlocutor a uma determinada conclusão, ou até mesmo a uma mudança de comportamento. Há nos espaços em branco “um coro de vozes”, que fala e atravessa os enunciados no interior da estrutura narrativa-discursiva, revelando uma relação radical com a ideologia da época e com outros textos com os quais dialoga, e evidencia que o principal intertexto presente na narrativa é a Bíblia.

Estabelece-se em “*Ela gemia tam doridamente como se fosse chagada*” – a comparação de igualdade, condicionada a um aspecto do mundo real “*chagada*” ‘ferida’, ‘transformada em chaga’. Tais operadores impedem que o sentido que se quer dar ao texto tenha sua continuidade numa direção oposta à orientação argumentativa que é mostrar o martírio, o suplício por que passam as pessoas pecadoras. Além disso, Morgaim está caracterizada como um animal selvagem “*nom trazia vestido rem do mundo, fora ãa pele de ãũ lobo (...)*”, (linha 3-4). Para tornar a cena mais aterrorizadora, o narrador utilizou uma expressão hiperbólica para traduzir seu grande sofrimento e agonia “*em sua campanha mais de mil diaboos, e cada ãũ deitava a mão em ela pola teer milhor*” (linha 6-7). Tudo isso era visto e sentido por Lancelote, em sua primeira visão do Inferno.

(2) “*Pero nom na poderam tanto coitar que ela ua vez chegasse a Lançarot e que o nom filhasse polas mãos, e dava-o a aqueles que a guardavam e dizia-lhes:*”

Este trecho pode ser entendido como ‘Porém, tantas vezes a faziam infeliz, mísera, quantas ela chegava a Lancelote e pegava-o em suas mãos e dava-o (também) àqueles que a guardavam’.

A presença da conjunção consecutiva “*que*”, combinada com o intensificador “*tanto*”, inicia duas orações, que evidenciam o grande sofrimento de Lancelote. Ela não sofria sozinha, fazia Lancelote acompanhá-la em seu calvário. Daí, interpretar-se a lexia “*maravilha*” (linha 1), não como normalmente se interpreta hoje ‘coisa que provoca admiração por sua beleza’, ‘coisa

excelente’ (MICHAËLLIS, 2002, p. 1322), mas como normalmente se usava naquela época, cujo sentido era ‘coisa inexplicável’, ‘que causa espanto’, ‘prodígio’.

A utilização alternada dos tempos verbais do imperfeito do indicativo “*dava-o*” e “*guardavam*” com tempos do imperfeito do subjuntivo “*chegasse*” e “*filhasse*”, que correlacionam ações e sentidos: ações durativas que levam o leitor a “viver no passado”, acentuadas pela presença do imperfeito do subjuntivo que exprime uma possibilidade “com todas as conseqüências que essa atitude de incerteza pode trazer para o espírito do homem: sentimento da dúvida, o desconhecido, a surpresa, a probabilidade” (LAPA, 1998, p. 192). Assim, o imperfeito caracteriza um ato vacilante entre presente e passado, e incute, nesse mesmo ato, o transporte do passado para o presente, através do sentimento e da fantasia, carregados de misteriosa imprecisão. Neste caso, para dar ao analista / leitor a sensação de um sofrimento interminável. E é exatamente através dessa sensação dos terríveis sofrimentos, que todos passarão no Inferno, que a *DSG* quer incutir sua doutrina religiosa na cabeça do homem medieval.

Em “(...) *a aqueles que a guardavam* (...)” (linha 10) deve ser interpretado como ‘àqueles que exerciam **vigilância** sobre ela’ - “*mais de mil demônios*” - hipérbole que vem intensificar o quanto de sofrimento espreita e aguarda Lancelote, caso ele continue em pecado mortal.

(3) “*Assi como Morgaim o mandava, assi o faziam* [73, b] *eles e filhavam-no e iam-se com ele mui toste e levavam-no a uũ vale mui fundo e mui escuro e mui negro e u nom havia rem de lume, se nam pouco*.(...)”

Inicia-se a narração com um operador de comparação “*Assi como*” ‘do mesmo modo que’, cujos termos comparativos são as ordens de Morgaim e o fazer dos Diabos. Os verbos estão no pretérito imperfeito, sugerindo um ação que teve começo, mas um fim não definido, dando uma idéia de descontinuidade, de duração de processo verbal, indicando, entre ações simultâneas, a que se estava processando, quando sobreveio a outra. Para dar maior fluidez e vivacidade às ações praticadas pelos Diabos, sugerindo movimentos ininterruptos e vertiginosos, empregou-se o polissíndeto. É o emprego pragmático da conjunção “*e*”, pelo fato de produzir um certo efeito dentro de um certo contexto verbal (mas que poderia também ser não-verbal): “*e filhavam-no, e iam-se (...) e levavam-no* (...)”, não só dando um matiz diferenciado às ações, mas

também às descrições “(...) *ũũ vale mui fundo e mui escuro e mui negro e u nom havia rem de lume (...)*”. Inicia-se, desse modo, um processo gradativo que vai do “*escuro*”-----> “*negro*”----> “*rem de lume*”.

- (4) “*E em meo daquele fogo ãa cadeira em que siia a rainha Genevra toda nua e suas mãos ante seu peito; e siia escabelada e havia a língua tirada fora da boca e ardia-lhe tam claramente como se fosse ãa grossa candea; e havia na cabeça ãa coroa de espinhas que ardia a gram maravilha e ela mesma ardia de todas partes ali u siia. (...) E quando viia Lançarot nom se podia sofrer que lhe nom dissesse ali u siia em tam gram coita.*”

Este trecho representa o clímax da narrativa: a aparição de Genevra. Não a mulher linda, amada por ele, mas uma criatura horrenda que “*siia descabelada e havia língua tirada fora da boca (...)*”, (linha 16-17), o mais forte argumento para que Lancelote se convencesse de que deveria se arrepender, para alcançar o perdão divino.

Ocorre aqui, como na passagem (2), o emprego do polissíndeto “*e siia descabelada e havia a língua tirada fora da boca e ardia-lhe (...)* e *havia na cabeça ua coroa de espinhas (...)* e *ela mesma ardia(...)*” em que se alternam a descrição e a narração de ações sucessivas. Segundo Rodrigues Lapa (1998), se se experimenta tirar a conjunção e substituí-la por vírgulas, recebe-se uma impressão diferente. Sem a partícula “*e*”, os períodos ficam mais lentos, vêem-se melhor, um a um (LAPA, 1998, p.250). Mas não é isso o que o narrador pretende; ele deseja dar ao analista / leitor a sensação de movimento ininterrupto, para melhor tornar a ação tão real quanto possível.

Com a aparição de Genevra mergulhada em fogo, de acordo com a descrição que se faz do Inferno, percebe-se como são próximos os vínculos narrativa / estrutura ideológica. Através dos sonhos, das visões terríveis que Lancelote tem do Inferno, espera-se sua recuperação, através do arrependimento, da penitência e da confissão. Mas só a Lancelote é dada a oportunidade para o arrependimento.

- (5) “*Esto dizia a rainha Genevra a Lançarot e assi lhe semelhava ali u dormia*”.

O emprego reiterado do pretérito imperfeito “*dizia*”, “*semelhava*” e “*dormia*” denota uma ação inacabada, que se iniciou no passado e foi trazida para o presente.

O demonstrativo “*Esto*”, que inicia a narração, e que funciona como um anafórico, reforça a continuidade do texto, pois retoma os elementos do contexto anterior (a fala da rainha). Com o emprego do operador de valor modal anafórico “*assi*” ‘desse ou deste modo’ e o dêitico “*lhe*”, que aponta para Lancelote, conclui-se que ‘era desse modo que a cena se lhe afigurava ali onde dormia’.

3.11.2.2 No plano do “discurso”

Quadro para a análise polifônica do *corpus* selecionado

(L1) – Diaboos

(L2) – Morgaim

(L3) - Rainha

(L1) “- *Vaamos-nos quanto podermos*”.

(p.) – Aproveitemos a ocasião tanto quanto pudermos.

(pp.) A ocasião é favorável e temos de usufruí-la o máximo possível

(sub.) No Inferno, são raras as oportuidades de prazer, é preciso aproveitá-las até o limite de nossas forças.

Através do emprego categórico do imperativo afirmativo “*Vaamos-nos*”, depreende-se que os diabos exprimem uma ordem cujo cumprimento se exige, conscientes que estão de sua superioridade em relação aos outros. Para traduzir uma idéia superlativa, de intensidade, empregou-se o operador adverbial “*quanto*”, podendo-se considerar que está implícito o adjetivo ‘tanto’, estabelecendo-se, a correlação ‘tanto...quanto’ = ‘a tal ponto’, ‘com tal intensidade’, ‘tão grande número de vezes’ etc. Tal superioridade do sujeito da ação, ainda vem confirmada através do emprego do infinitivo pessoal “*podermos*”, usado para pôr em evidência o agente do verbo (ALI, 2001, p.257).

(L2) “- *Tende-o bem, ca este é dos nossos cavaleiros*”.

(p.) – Apossem-se bem dele, porque este é dos nossos cavaleiros.

(pp.) Podem apoderar-se de Lancelote, porque ao rol dos cavaleiros do diabo.

(sub.) Os pecados de Lancelote o arrastaram até o Inferno, não hesitem, podem apossar-se do cavaleiro, ele já pertence ao rol dos cavaleiros do diabo.

O tom do verbo no imperativo “*tende-o bem*”, na fala do (L2), expressa um pedido que ela faz aos diabos, para que eles “*tenham Lancelote*” ‘tomem posse de Lancelote’, intensificado pelo advérbio “*bem*”. Na subordinada causal que se segue, sente-se a forte presença da ideologia, do “coro de vozes” que ressoam como um eco na voz do (L2): “*porque este é dos nossos cavaleiros*”. São as vozes proferidas dos monges que, têm sua origem nos textos da Bíblia.

A proximidade entre Morgaim e Lancelote é determinada pelo emprego do dêitico pronominal “*este*”, seguido do verbo ser, no presente do indicativo, significando que a ação se passa durante o momento em que se fala, porém pode ter uma duração mais longa, é o *presente durativo*. Com a expressão “*é dos nossos*” é possível afirmar que o (L2) classifica Lancelote como sendo “cavaleiro do Diabo” e não cavaleiro a serviço de Nosso Senhor.

Configura-se aí o *homem profano*. E o sonho é uma maneira de impedir que Lancelote continue a agir como tal e se arrependa, fazendo sacrifícios e mortificações, confirmando que “Apesar de estar imerso em seu mundo *profano*, o homem medieval está “impregnado de uma atmosfera religiosa a cercá-lo constantemente” (MEGALE, 1992, p. 80).

(L3) “- *Ai, Lançarot! Tam mau foi o dia em que vos conhoci! Taes sam os galardões do vosso amor! Vós me havedes metuda em esta grande coita ca pero eu som perduda e metuda em gram coita do Inferno, nom querria que avesse assi vós, ante querria que avesse a mim, se Deus prouvesse*”.

(p.) – Ai, Lançarot! Tão mau foi o dia em que vos conheci! Esses são os galardões do vosso amor! Vós me havedes metido nesse sofrimento, porque eu estou perdida e metida nesse grande sofrimento do Inferno, (mas) não queria assim para vós, antes queria que houvesse sofrimento só para mim, se Deus prouvesse.

(pp.) Melhor seria se nunca o tivesse conhecido. O prêmio de meu amor por vós são as penas do Inferno, mas não desejo o mesmo para meu amado, se Deus assim permitir.

..(sub.) O grande pecado de Genevra foi ter amado Lancelote. As convenções sociais e religiosas não permitem o adultério. O sonho é uma antecipação do que será para Lancelote e do devir de Genevra.

Mais uma vez, a presença do vocábulo “*Ai*” dá início à fala do (L3), seguida do vocativo “Lancelote”, que deve ser colocado em um plano superior ao das interjeições, pois estas são tão somente gritos de dor, e o vocativo é próprio da linguagem afetiva. Em “*Ai, Lançarot!*” depreende-se que Genevra lamenta a desgraça futura de Lancelote, pois esta é uma expressão de dor que dá a conhecer um juízo desfavorável a respeito de alguém (Lancelote) e, ao mesmo tempo, o sentimento de pesar que tal pensamento produz no falante. Da frase exclamativa, emerge uma linguagem subjetiva, carregada de afetividade, cheia de dor e sofrimento, ditada pelo sentimento e por certos estados particulares da alma, sobressaindo-se em meio da linguagem cotidiana.

Através da ironia “*Taes sam os galardões do vosso amor*”, Genevra atribui todo sofrimento pelo queal está passando a Lancelote, mas, mesmo assim, não quer vê-lo sifrer o que está sofrendo agora, como se pode comprovar em “(*...*) *nom querria que avesse assi vós, ante querria que avesse a mim*”, (linha 23-24). A ironia abre caminho para se fazer uma dupla leitura que se articula na ambigüidade, contida em *galardões*, que, em sentido literal, significa ‘recompensa’. É a presença da polifonia da linguagem, é a ironia como polifonia, defendida por Ducrot, mediante a interpretação da distinção entre **locutor** e **enunciador**:

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, posição cuja responsabilidade não é assumida pelo locutor L e, mais que isso, que ele considera absurda [...] a posição absurda é diretamente expressa (e não mais citada) na enunciação irônica e, ao mesmo tempo, ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem E (DUCROT, apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 291).

É mais uma prova irrefutável do amor de Genevra por Lancelote e de não estar arrependida de seus atos. Arremata seu dizer com a oração condicional “*se Deus aprouvesse*”, (linha 24), indicando, pelo emprego da conjunção “*se*” mais o tempo verbal “*aprouvesse*”, uma

possibilidade muito remota de Deus prover Lancelote com tal graça. Pode-se entender que a orientação argumentativa é no sentido de persuadir os alocutários de que será muito difícil Deus prover Lancelote com tal graça, estando em pecado.

Ao longo da narrativa, Genevra, em nenhum momento se arrepende por estar em pecado mortal - nem nos sonhos de Lancelote -, e tudo que deseja é que ele não sofra as penas do Inferno a que ela foi / será condenada. Vê-se isso, através da pressuposição, proposição que está inscrita no enunciado. A competência lingüística, o conhecimento das leis do discurso e um saber “enciclopédico”, nos quais se apoiam os elementos dos conteúdos implícitos – conhecimento das convenções que regem uma determinada sociedade –, segundo Maingueneau (1996), constroem o subentendido.

3.11.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Predomina, na literalidade deste recorte, a presença do *homem profano*, tendo no interdiscurso a presença do *homem sacro*, um efeito do já-dito. No imaginário daquela comunidade medieval, Deus está na origem do discurso e, por isso, é quem produz o sentido, tanto o *sacro*, quanto o *profano*.

➤ Profano

(1) “*Depós esta visom viu outra maravilhosa*” (linha 1) – (‘que causa espanto, enigma’) notando-se que o uso de tal lexia não se restringe a algo ‘que causa admiração’ ou ‘pessoa ou coisa maravilhosa’. Na maioria das vezes, o termo caracteriza coisas ou fatos horrendos, como se pode comprovar neste recorte: a visão de Morgaim não é uma visão que cause admiração ou espanto pela beleza, mas sim pela feiúra de alguém que “*saíra do Inferno*”.

(2) “*(...) mui fea e mui espantosa(...)*”, (linha 2) – aspecto físico que caracteriza os seres que não provêm de Deus, e sim do diabo.

(3) “(...) *saíra do Inferno*”, (linha 3) – é o lugar descrito na narrativa como um “*vale mui fundo e mui escuro e mui negro e u nom havia rem de lume*” (linha 13-14). Segundo o Cristianismo, é para lá que vão as almas dos que morreram em pecado, e para onde também iria Lancelote, se por acaso não se arrependesse. Ele teria como castigo a privação definitiva da comunhão com Deus.

(4) “(...) *pele de um lobo que a cobria mui mal*”, (linha 4) – animal carnívoro que inspira medo e terror, e cuja concepção presente em lendas e histórias é a de um lobisomem. Em sentido figurado, significa homem cruel, sanguinário. Vê-se que ela não está vestida com ‘pele de carneiro’, que significaria mansidão e paz, o que não caracterizaria, com exatidão, sua personalidade.

(5) “(...) *mais de mil diaboos* (...)”, (linha 6) – gênios do Mal, infernais, terríveis.

(6) “(...) *a rainha Genevra (...) siia escabelada e havia língua tirada fora da boca e ardia-lhe tam claramente como se fosse uma candeia* (...)”, (linha 16-17) - Comparando-a a uma “*candeia*” ‘aparelho de iluminação abastecido com óleo’, ‘vela de cera’, que representava, para aquela época, o que de mais potente existia em matéria de iluminação.

(7) “(...) *na cabeça uma coroa de espinhas que ardia a gram maravilha e ela mesma ardia de todas partes* (...)” (linha 18) – (‘coroa de espinhos’) símbolo do grande sofrimento de Jesus na cruz, transmite o grande sofrimento por que passava Genevra, aliado à presença do fogo que a fazia “*arder a gram maravilha de todas partes*”. Novamente a presença do vocábulo “*maravilha*” (‘que causa espanto’). A descrição do estado em que se encontrava Genevra é a mais terrível possível, conforme é vista através do léxico escolhido.

(8) “*Taes sam os galardões do vosso amor!*” (linha 21-22) – Genevra utiliza-se da ironia, dupla leitura que se articula na ambigüidade contida em “*galardões*”, que significa ‘recompensas’ e que está inscrita na situação de enunciação construída pelo texto. Neste caso, pode-se considerar também, que a ironia dirige-se concomitantemente a dois destinatários: a Lancelote, que deve ter entendido a transgressão moral contida na ironia, e a Morgaim, acompanhada dos mil diabos que não têm acesso à leitura irônica.

(9) “(...) *eu som perduda e metuda em gram coita do Inferno* (...)” –Confirma-se aí a orientação argumentativa de toda a narrativa: para os que vivem em pecado, o castigo são os sofrimentos infinitos e intermináveis do Inferno. E o objetivo de “pintar” um quadro que representasse o Inferno, juntamente com as visões fantasmagóricas de Morgaim e, mais fortemente ainda, com a

visão de Genevra, foi para produzir um grande impacto em Lancelot e reconduzi-lo ao arrependimento e à vida de sacrifícios e mortificações para merecer o perdão de Deus.

Deste modo, o sonho permite ao herói efetuar a passagem para o mítico, que possibilita a revelação a um saber e à regeneração.⁵³ De qualquer forma, o sonho, para o homem da Idade Média, é um dos mais fortes argumentos de que se servia a Igreja para reconduzir o herói à regeneração, e, por extensão, àqueles que viviam no pecado.

3.12 RECORTE ENUNCIATIVO XII

627. [*Como passou Galaaz*]

- (1) E quando foi depô-la sagrada, que o homem bõo tolheu a patena de
- (2)sobelo Santo Vaso, chamou Galaaz e disse-lhi:
- (3) -Vem, sargente de Jesu Cristo, e veerás o que tanto desejaste sempre
- (4) a veer.
- (5) E ele se chegou logo e catou o Santo Vaso e, pois houve catado ùu
- (6) pouco, começou a tremer mui feramente tam toste que a mortal carne
- (7)começou a veer as cousas espiritae e tendeu sas mãos logo contra o
- (8)céu e disse:
- (9) - Senhor, a ti dou eu graças e a ti oro e a ti bēego porque me fezeste
- (10)tam gram mercee, que eu vejo abertamente o que a língua mortal nom
- (11)podiria dizer nem coração pensar. Aqui vejo eu o começo dos
- (12)grandes ardimentos. Aqui vejo eu a raçom das grandes maravilhas. E
- (13)pois assi é, Senhor, que vós a mi compristes mīa vontade de me
- (14)leixardes veer o que eu sempre tanto desejei, ora vos rogo que em
- (15)esta hora e em esta gram ledice em que som vos plaza que eu passe
- (16)desta terreal vida e vaa aa celestial.
- (17) E tam toste como el rogou a Nosso Senhor o homem bõo que
- (18)cantava a missa prês o Corpus Domini e comungou-o. E Galaaz o
- (19)rece[186c]beu com grande humildade e o homem bõo o preguntou:
- (20) - Sabes quem som? (...) o filho de Joseph Abarimatia que Nosso
- (21)Senhor te enviou por te fazer companha. (...) porque viste as
- (22)maravilhas do Santo Graal assi como eu, e é direito que ùu virgem
- (23)faça campanha a outro virgem.
- (24) Posto esto Josefes disse a Galaaz, tornou a Persival e beijou-o. E
- (25)pois Galaaz er disse a Boorz:
- (26) - Saudade-mim muito a dom Lançarot, meu padre e meu senhor, tam
- (27)toste que o virdes.
- (28) Entom se tornou ante a távoa e ficou seus geolhos. E nom esteve i
- (29)se pouco nom quando caeu em terra e a alma se lhi saiu do corpo e
- (30)levarom-na os angeos fazendo gram ledice e beenzendo Nosso

⁵³ A vida do homem na Idade Média era assombrada por sonhos. Sonhos premonitórios, sonhos reveladores, sonhos instigadores, são eles a própria trama, os estimuladores da vida mental. (...) “De onde vêm os sonhos?” – pergunta o discípulo do *Elucidarium*. – “Umás vezes de Deus (...) outras vezes do Diabo (...) (LE GOFF, et al., 1983, p. 107).

(31) Senhor (*DSG*, 456 (627, 7-34)).

3.12.1 Os aspectos semântico - pragmáticos e os aspectos da análise do discurso: não dizer é dizer

Este recorte tem como fulcro básico a narração dos momentos que antecedem a morte de Galaaz, com todo o misticismo, com todo o aparato de um texto religioso, somado à experiência extática: contemplação do Belo e do Divino. O texto é atravessado por um ato ilocucionário global, cujo objetivo implícito é o de agir sobre o conjunto das pessoas que representam política e ideologicamente aquele grupo social, com relação às crenças e ao comportamento de um destinatário individual ou coletivo.

..Neste recorte, a “presença” do Graal para Galaaz revela um mundo espiritual e eterno. Pressupõe que ele vai alcançar a salvação e passar desta “*terreal vida e vaa aa celestial*”, conforme prometera Jesus Cristo aos que vivessem sem cometer pecado mortal. Não falta o grau supremo da contemplação espiritual em que o *Silêncio* e o *Verbo* entrelaçam-se para significar. E na alternância entre a fala do eremita e o *silêncio da contemplação* de Galaaz, os mistérios do Graal são evocados e mostrados como verdades. Este momento da enunciação parece reconstituir e legitimar a doutrina moral que envolve a *DSG*. É como se fosse uma síntese de todos os outros textos, construídos ao longo da narrativa, na medida em que dialogam com o divino à luz da fé e da predição de que os homens que “não cumprem a lei de Deus” são condenados às chamas do Inferno.

Acontece a revelação prometida – ver e tocar o *Santo Graal* -, manifestação de Nosso Senhor ao cavaleiro, que se manteve honrado e puro, fazendo do seu corpo um espaço sagrado. O discurso, até então mediado pela fé, passa a acontecimento, inscreve-se na história, através de Galaaz, que fez o que Deus espera que todos os homens façam.

O Graal tem significações diversas nas diferentes mitologias. Na *DSG*, apresenta-se como o símbolo de abundância, como o fim último do desejo de todos que faziam parte daquela sociedade medieval, e dos homens, de um modo geral, até os dias atuais: desejo ardente de Deus, da Graça, da Glória e de alcançar a Paz ascética.

Destaca-se, também, a figura do ermitão ou *homem bõõ*, que está em constante relação com um *outro*, Considerado uma autoridade secular que exerce a função específica de ir além da

percepção comum. Da fala do ermitão parte o convite “-*Vem, sargente de Jesu Cristo, (...)*”. O locutor está autorizado para tornar legítima sua enunciação, e o faz polifonicamente, pois incorpora sua fala a uma série de vozes, cujo intertexto é a Bíblia. Observa-se através das pressuposições e dos subentendidos, que as falas do ermitão e as de Galaaz, são marcadas pelas práticas ideológicas da época, revelando seu funcionamento ideológico na enunciação, e propiciando entender a vida social das personagens no mundo medieval.

Tanto a narrativa quanto o discurso do recorte em análise sinalizam para a predição e interpretação dos fatos pelos ermitões, no seu papel de mediador da palavra de Deus: “*os sinaaes e as significanças do Santo Graal nom parecem ao pecador nem a homem que é envolto nos sabores do mundo*” (DSG, 128(161, 5-7)). Ninguém se deve deixar envolver com as coisas do mundo, e nem fazer do seu corpo abrigo do pecado, a fim de que possa alcançar as *benesses* da paz celestial e a visão de Deus.

O Inferno, retratado nos sonhos de Lancelot no recorte anterior, é apresentado através de uma visão bem diferente da visão aqui reproduzida: nesta, a alma é elevada aos céus por “*angeos fazendo gram ledice e beenzendo Nosso Senhor*”; naquela, a rainha Genevra é retratada “*toda nua (...) siia escabelada e havia a língua tirada fora da boca e ardia-lhe tam claramente como se fosse uma grossa candea e havia na cabeça uma coroa de espinhas que ardia a gram maravilha e ela mesma ardia de todas as partes(...)*”(DSG, 159(202, 15-19)).

São argumentos decisivos para a compreensão da ideologia religiosa, podendo, no entanto, o interlocutor obedecer ou não a esse limite, dada sua possibilidade de ser livre para escolher.

3.12.2 A análise enunciativa: a polifonia e a argumentação do *corpus* selecionado

3.12.3 No plano da “narrativa”

A narrativa simula muito bem os movimentos e as ações dos personagens, desde quando o narrador / autor utiliza, com propriedade, as marcas lingüísticas da enunciação e o léxico da

língua, demonstrando estar munido da competência gramatical e lingüística para construir o mundo representado, ou que supostamente representa.

- (1) “*E quando foi depô-la sagrada, que o homem bõõ tolheu a patena de sobelo Santo Vaso, chamou Galaaz e disse-lhi*”.

O operador argumentativo “*E*”, tem como finalidade dar seqüência ao enunciado narrativo, e a presença do verbo *discendi* “*disse*”, introduz a voz do locutor.

A ação presente na oração inicial a partir do dêitico temporal “*quando*” e a presença de “*foi*”, verbo de natureza espacial, funcionam como operadores que incorporam o ponto de partida e o movimento ascendente em “*foi depô-la*”, que exprime o movimento para realizar determinada ação - colocar a hóstia, depois de consagrada, na patena. A anáfora pronominal “*la*”, retoma o antecedente e assegura a continuidade e o entendimento do texto.

Na segunda oração, encontra-se implícito o operador “*e*”, ligando duas asserções seqüenciadas. Trata-se de duas ações realizadas pelo ermitão, antes de chamar Galaaz: ‘*E quando foi depô-la* (a hóstia depois de) *sagrada* (e) *que o “homem bõõ tolheu”* ‘tomou’ a patena de *sobelo* ‘sobre o’ *Santo Vaso* ‘cálice’, *chamou Galaaz e disse-lhi*’. A presença dos pronomes pessoais dêíticos “*la*” e “*lhi*” são esclarecedoras, pois “remetem a um referente cuja identificação é operada necessariamente por meio da ambiência espaciotemporal de sua ocorrência” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 147).

- (2) “*E ele se chegou logo e catou o Santo Vaso e, pois houve catado ãõ pouco, começou a tremer mui feramente tam toste que a mortal carne começou a veer as cousas espirituaes e tendeu sas mãos logo contra o céu e disse:*”

Aqui cabe lembrar uma das reflexões de Gregório de Nisa: “*Comment expliquer et décrire ce qui est inexprimable en parole et insaisissable dans un concept? (...) Comment mettre sous ses yeux l’ineffable?*”⁵⁴ (apud CARRETO, 1996, p. 319). A ambiência é tão mística e misteriosa que, realmente, não se pode explicar, muito menos com palavras.

⁵⁴ Como explicar e descrever o que é inexplicável através da palavra e incompreensível em um conceito? (Trad. da autora do trabalho)

Novamente a conjunção aditiva “E”, dando seqüência a um feixe de ações, seguida pelo dêitico pronominal “*ele*”, cujo referente é Galaaz. As relações espaciotemporais são descritas através do tempo verbal no pretérito perfeito “*se chegou*” ‘se aproximou’, que expressa anterioridade em relação ao momento presente e concomitância em relação a um momento de referência pretérito, e do operador argumentativo temporal “*logo*” ‘imediatamente’ e “*catou*” ‘olhou’ *o Santo Vaso*”.

O auxiliar “*houve*” em “*e pois houve catado um pouco*” ‘tinha olhado’ revela o resultado ou termo de uma ação: depois que ele “*tinha olhado o Santo Vaso um pouco (...)*” (linha 5-6), para depois vir a reação de Galaaz diante da Visão do Santo Vaso ‘cálce’, explícita no aspecto incoativo “*começou*”, seguido de infinitivo “*a tremer*”, sugerindo uma ação iniciada, mas ainda não concluída. Subentende-se do enunciado que a interpretação dos mistérios do Santo Graal deve ser atribuída unicamente ao plano espiritual, intrinsecamente ligado à fé em Deus. Só Ele pode conceder a graça de o homem alcançar a salvação eterna. Para os homens que não têm fé, essa linguagem profética é inexplicável e incompreensível.

A seqüência lingüística “*mui feramente*” ‘muito fortemente’ formada pelo advérbio intensificador “*mui*” + o advérbio atitudinal ou afetivo “*feramente*” encenam a atitude psicológica da personagem, diante da visão das “*cousas espiritaes*”. Traduzem o estado emocional em que se encontra Galaaz, recategorizado pela expressão metafórica “*mortal carne*”. Para Koch, (2005), a escolha da metáfora para a recategorização do referente é importante para realizar uma avaliação que permite estabelecer a orientação argumentativa do texto, e aponta para a conclusão (KOCH, 2005, p. 95) “*ca as cousas celestiaes sam assi escondidas, que jamais coração mortal nom as poderá conhecer, se polo Santo Spritu nom é*” (DSG,128(161, 12-13)).

(3) “*E tam toste como el rogou a Nosso Senhor o homem bõõ que cantava a missa prês o Corpus Domini e comungou-o. E Galaaz, o rece[186 c]beu com grande humildade e o homem bõõ preguntou.*”

Em “*E tam toste como el rogou a Nosso Senhor (...)*”, (linha 17), ‘tão logo, depressa’ – ressalta-se o operador de comparação “*tam...como*”

(4) *Posto esto Josefes disse a Galaaz, tornou a Persival e beijou-o. E pois Galaaz er disse a Boorz:*”

O enunciado inicia-se com “**Posto esto** (...)” ‘colocado isto’ (que) *Josefes disse a Galaaz* (...), seguindo a ação verbal representada pelo pretérito perfeito “**tornou a Persival**”, ‘voltou’, denotando uma ação passada e concluída. A preposição “a”, que antecede o substantivo “*Persival*”, semanticamente, dá idéia de espaço percorrido de um ponto a outro ponto. À anáfora pronominal “o”, cujo anaforizado é “*Persival*”, pode ser atribuída uma função de identificação dêitica, apesar de não se tratar do pronome de primeira pessoa “eu”, pois identifica o referente (Persival). O operador argumentativo “*pois*” ‘depois’ está localizando Galaaz no tempo, na situação de comunicação imediata.

(5) *Entom se tornou ante a távoa e ficou seus geolhos. E nom esteve i se pouco nom quando caeu em terra e a alma se lhi saiu do corpo e levarom-na os angeos fazendo gram ledice e beenzendo Nosso Senhor*”.

..O dêitico temporal “*Entom*” ‘nesta hora’, ‘neste momento’ indica a situação de comunicação imediata: Galaaz se “*tornou*” ‘voltou’ diante da “*távoa*” ‘mesa’ onde se encontravam o cálice e a patena para ser celebrada a missa e “*ficou seus geolhos*” ‘fincou, cravou seus joelhos’. É o do encontro do homem com Deus, experiência emocional inigualável que culmina no estado de petrificação, de êxtase contemplativo, que antecede a subida aos céus.

Os tempos verbais, no gerúndio, “*fazendo*” e “*beenzendo*” ‘bendizendo’ dão colorido e movimento à cena e também apresentaram, com mais realidade, um processo verbal em curso - movimento dos anjos que voavam ao redor de Galaaz, num turbilhão de alegria, de ruflar de asas e de alvoroço, “*beenzendo a Nosso Senhor*”.

Os operadores argumentativos são “pistas” fundamentais para a compreensão dos atos de linguagem que constroem e estruturam as ações, não só de Galaaz e das personagens, mas de todos aqueles que obedecem à voz de Deus.

3.12.2.2 No plano do “discurso”

Neste recorte, há uma grande coerência entre o que Deus exige dos homens cristãos, para que lhes seja concedida a graça da salvação e da felicidade eterna. Os locutores (L1 – *homem bõõ*) e L2 (*Galaaz*) são lídimos representantes da voz de Deus, do plano de grandeza que reservou para os fiéis seguidores de Sua palavra. O discurso de Galaaz se movimenta no jogo entre o *profano* e o *sagrado*. Nesse movimento, a fé na doutrina cristã é autodeterminante, para que sacrifique seu corpo individual, seus desejos, e possa subir aos céus para receber o prêmio da bem-aventurança.

Os discursos do “*homem bõõ*” e de Galaaz, não esquecendo as condições sócio-históricas de sua produção, parecem dialogar, não apenas com os cristãos, mas com toda a humanidade, principalmente, com os homens que renegam a palavra de Deus.

O quadro para a análise do plano do discurso fica assim configurado:

(L1) – Homem bõõ

(L2) – Galaaz

(L1) – *Vem, sargente de Jesu Cristo, e veerás o que tanto desejaste sempre a veer.*

(p.) – Vem, sargente de Jesus Cristo, e verás o que tanto desejaste sempre ver.

(pp.) Galaaz, pode se aproximar para ver e tocar o Santo Graal. Deus atenderá a seu pedido, porque você foi fiel a Sua palavra.

(sub.) Só aqueles que não caíram em tentação, cometendo pecado mortal serão agraciados com a visão do Graal e tocados pela graça e bondade infinitas de Jesus Cristo.

A fala do ermitão não é senão o efeito de sustentação do já-dito, é mais um discurso que remete a outros discursos armazenados na memória, no interior de um universo discursivo.

O verbo no imperativo - “*vem*” - envolve a ação de afetividade, revelando a vontade daquele que fala - fazer cumprir os desígnios do Senhor, em favor de Galaaz. Subentende-se que é preciso que todos saibam que assim se cumpriu a palavra de Jesus Cristo na Bíblia.

Há, também, no emprego do imperativo, as marcas de pessoa e de tempo (= *vem* você agora), cujo objetivo é “dizer como agir” para “fazer agir” o interlocutor. Se houver interação

locutor / interlocutor, algo novo faz surgir e, daquele momento em diante, nada será o mesmo. Galaaz obedece com prazer, pois ele é o *sargente* ‘criado’ de *Jesu Cristo* aqui na terra.

(L2) – *Senhor, a ti dou eu graças e a ti oro e a ti bēego porque me fizeste tam gram mercee, que eu vejo abertamente o que a língua mortal nom podiria dizer nem coraçom pensar. Aqui vejo eu o começo dos grandes ardimentos. Aqui vejo eu a raçom das grandes maravilhas. E pois assi é, Senhor, que vós a mi cumpristes mīa vontade de me leixardes veer o que eu sempre tanto desejei, ora vos rogo que em esta hora e em esta gram ledice em que som vos plaza que eu passe desta terreal vida e vaa aa celestial.*

(p.) – Senhor, a ti dou graças, pois me fizestes ver o que sempre desejei. Vós cumpristes minha vontade. Agora vos rogo que, nesta hora, se assim vos aprouver, eu passe desta vida terrena para a vida celestial.

(pp.) Graças a ti, Senhor, estou cumprindo minha vontade, pois creio firmemente que, nesta hora, segundo TUA vontade, vou passar desta vida terrena para a vida celestial.

(sub.) Galaaz sabe que somente as promessas que o Senhor faz aos homens são infalíveis.

Na fala do (L2), pode-se apreender o acontecimento enunciativo através das “pistas” observáveis que marcam a relação do lingüístico com a ideologia e com as condições de produção.

O emprego reiterado do pronome pessoal dêitico “eu”, seu variante “mi” e ainda a presença do pronome possessivo “mīa” indicam que Galaaz é o locutor. Porém, não se trata de um locutor único, pois outras vozes ressoam no seu discurso, como a memória de diferentes recortes do interdiscurso, que se constitui de vozes passadas e esquecidas – vozes autoritárias e, às vezes, até ameaçadoras dos ermitãos, dos arcebispos, dos monges da Igreja –, tendo a Bíblia como intertexto. O “eu” de Galaaz e do ermitão increve-se tanto no plano da narrativa, como personagens, quanto no plano do discurso, como sujeitos que se constituem e que se representam no processo de interação, interpelados pela ideologia e sua relação com os contextos da

enunciação e do sócio-histórico, determinando o espaço da discursividade. O que poderiam dizer, mas não disseram, considerando as condições de produção do discurso.

Sobre a relação de um discurso com outros discursos e a “ilusão do sujeito”, dono de si e do seu dizer, assim se coloca Eni Orlandi:

Como dissemos, o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos. Resta acentuar o fato de que este apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem (ORLANDI, 2005, p. 54).

Constata-se, neste recorte, a frequência de verbos na primeira pessoa do presente do indicativo que podem ser considerados como dêiticos pessoais: “*dou*”, “*oro*”, “*beego*”, “*vejo*”, “*rogo*”, pois apontam para a pessoa que fala e, ao mesmo tempo, expressam uma ação (habitual) do sujeito, que foi exercida e continua sendo exercida no momento em que se fala.

No enunciado “(...) *que a língua mortal nom **podiria** dizer (...)*”, (linha 10-11), a presença do auxiliar modal nuclear “*podiria*” que, normalmente, expressa possibilidade, ou uma ação em potencial, mas nesta situação discursiva indica que o acontecimento que parecia improvável antes, agora é uma certeza, desde que o (L2) “*vê abertamente*” o que era promessa. A negação instala a polifonia e é uma forma de *silêncio*.

O advérbio atitudinal “*abertamente*” é indicador do modo como o locutor “*vê*” o que outros mortais não podem ver. O estado de êxtase do locutor é consequência do fato de Deus ter-lhe dado a graça de experimentar a visão do Graal.

A repetição enfática do dêitico espaciotemporal “*Aqui*” ‘agora’ na expressão “***Aqui** vejo eu*”, (linhas 11-12) quer dar relevo ao que de mais importante se configura para Galaaz: o tão esperado “*começo dos grandes ardimentos* ‘ausência de temor’ *a raçom das grandes maravilhas*”.

Finalmente expressa sua alegria “*em que som*” ‘em que estou’, submetendo-se à vontade de Deus quando assim se expressa “*vos plaza*” ‘e vos dê prazer’, pois os homens da Idade Média

pensaram, agiram e viveram dentro de um quadro de determinados valores fundamentais que correspondiam à vontade de Deus e às aspirações dos homens (LE GOFF, et al., 1989, p. 29).

O enunciado que indica finalidade do pedido “(...) *que eu passe desta terreal vida e vaa aa celestial* (linha 15-16) ‘a fim de que eu passe’ – retoma o princípio fundamental da doutrina cristã que representa, como passagem efêmera, a vida na terra, mas promete aos homens de fé, que cumprem as leis de Deus, a vida eterna. E acreditando que sua libertação dos sofrimentos e misérias do mundo só poderão acontecer após sua passagem para o céu, Galaaz suplica ao Senhor, seu Deus, que lhe permita partir para participar do paraíso celeste.

(L1) – *Sabes quem som? (...) o filho de Joseph Abarimatia que Nosso Senhor te enviou por te fazer companha. (...) porque viste as maravilhas do Santo Graal assi como eu, e é de direito que ù virgem faça campanha a outro virgem.*

(p.) – Sabes quem sou? (...) o filho de José de Arimatéia que Nosso Senhor te enviou para te acompanhar, porque viste as maravilhas do Santo Graal assi como eu, e é de direito que um virgem acompanhe outro virgem.

(pp.) José de Arimatéia tem um filho que tem o dom da beatitude e é virgem, tal qual Galaaz.

.....**(sub.)** – O pano de fundo teológico procura sempre moldar o espírito dos homens no medievalismo: aos puros de coração, as primícias do Céu; aos pecadores, o fogo do Inferno.

Verifica-se que a nomeação do sujeito permite a emergência de uma palavra adequada à verdade do próprio sujeito, pois o herói tem de se mostrar à altura do nome, tem de merecê-lo. Neste recorte, nomeado o ermitão, os heróis – Joseph de Arimetéia e Galaaz – se encontram em perfeito estado de equilíbrio: os dois viram as maravilhas do Santo Graal e os dois são virgens. Misticismo e religiosidade mesclam-se: foi Nosso Senhor quem mandou Joseph para acompanhar Galaaz .

(L2) – *Saudade-mim muito a dom Lançarot, meu padre e meu senhor, tam toste que o virdes.*

(p.) Cumprimente por mim muito a dom Lancelote, meu pai e meu senhor, tão logo que o virdes.

(pp.) Alguém tem um pai que está longe, naquele instante, mas presente na lembrança.

(sub.) É importante que Lancelote saiba do seu amor e respeito a ele devotados e das circunstâncias de sua morte. Seu exemplo poderá sensibilizar seu pai a arrepender-se dos pecados e obter a graça da salvação.

A significação de “*Saudade-mim muito*” pode ser entendida tanto como ‘pesar pela distância’, ou ‘cumprimento por mim’. É uma frase imperativa, mas, ao mesmo tempo, subjetiva, porque marcada pela forma adverbial intensificadora “*muito*”, que revela uma avaliação do fato pelo locutor.

O amor e o respeito que Galaaz demonstra pelo pai, embora não tenha convivido com ele, estão implícitos em “*meu padre e meu senhor*” (linha 26). Quando assim se refere a Lancelote, é interpelado pela ideologia, fala do lugar social de filho, do interior de sua sua relação com o mundo, que institui como dever o amor e o respeito filial. Em “*tam toste que o virdes*” (linha 26-27) ‘tão cedo’, ‘logo’, justifica-se pelo subentendido: ele deseja que Lancelote, sabedor das circunstâncias de sua morte, volte-se, o mais cedo possível, para o Senhor, e seja um exemplo de vida, para alcançar, como ele, a graça de viver em Cristo Nosso Senhor.

3.12.3 Seleção lexical: função categorizadora da linguagem do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Neste recorte, a seleção lexical, o situacional (relações de força), o espaço e a descrição das ações pretendem representar o *homem sacro* que se constitui e se identifica no processo de interação.

➤ *Sagrado*

(1) “*E quando foi depô-la (já) **sagrada** (...) – ‘pronta para o serviço divino’.*

(2) “*(...) que o homem bom tolheu a **patena** de sobelo **Santo Vaso**(...)” – ‘disco circular de ouro ou de metal dourado, que serve para cobrir o cálice e receber a hóstia’.*

- (3) “(...) *sargente de Jesu Cristo*(...)” – toda a argumentação básica da narrativa está fundamentada nas palavras de Jesus na Bíblia, o que aumenta a credibilidade do processo argumentativo.
- (4) “(...) o *homem bõõ que cantava a missa* (...) - são vocábulos que ratificam a presença da religiosidade: o “*homem bõõ*”, ermitão ou eremita, considerado o representante de Deus na terra, e que, por isso, estava ali, investido da autoridade, ocupando o lugar e a posição de sujeito, cantava a “*missa*” ‘ato solene, com que a Igreja comemora o sacrifício de Cristo pela humanidade’.
- (5) “(...) o *homem bõõ que cantava a missa prês o Corpus Domini* (...)”- ‘o corpo do Senhor’ – na hóstia, o corpo do Senhor está presente de corpo e alma, segundo prega a Igreja, responsável pela transmissão dos ensinamentos que o próprio Jesus, na Santa Ceia, deixou como uma mensagem de esperança e vida eterna para seus seguidores.
- (6) “(...) e *comungou-o*”. – ato comunitário de se ‘receber a Eucaristia’, ‘receber a hóstia consagrada’.
- (7) “(...) *caeu em terra e a alma se lhi saiu do corpo e levarom-na os angeos fazendo gram ledice e beenzendo Nosso Senhor*”. – a presença dos anjos, que levam a alma de Galaaz para Deus, “*beenzendo*” ‘bendizendo’ ao Senhor.

Pode-se dizer que o léxico está marcado, não de forma categórica, por traços ideológicos que apontam para a orientação argumentativa, que o locutor pretende inculcar no(s) seu(s) interlocutor(es): somente os puros de espírito e os que não se envolveram com os sabores do mundo participarão “*das demonstranças (...) nos grandes sinaes e nas nas significações do Santo Graal*”.⁵⁵

⁵⁵ Conta a história que Lancelote morre só, pois: “(...) *aaquela hora que ele passou nom estava com el o arcibispo nem Bliobleris ante dormiam fora sô ãũ olmo*”. Arrependeu-se dos pecados, não sem fazer muita penitência, mortificação e orações. Sua morte foi descrita através do sonho que teve o arcibispo “(...) *com tam gram festa e tam gram campanha de angios que nunca vi de gente tam gram assüada*” (DSG, 504 (706, 1-25)).

4 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho não foi apresentar um corpo de métodos, doutrinas e teorias, mas analisar, nos recortes selecionados, situações de linguagem à luz do instrumental teórico da Semântica, da pragmática e da Análise do Discurso, apontando elementos que possam contribuir para uma leitura do texto, entre outras possíveis, buscando compreender as relações do homem *sacro* e *profano*, lugar de conflito, que se constitui pela ideologia que também determina o lugar da Palavra.

Nesse espaço contraditório, os sujeitos (homem *sacro* / *profano*) reconhecem-se, mutuamente, o que são (identidade), responsáveis por seus atos (livre arbítrio), mas também reconhecem-se como submetidos ao Sujeito (Deus), todo-poderoso, a Quem devem obediência, condição para alcançar a salvação.

A análise do *silêncio* - o que não foi dito ou o que se disse para não dizer o que se deveria deixar de dizer - foi fundamental para a compreensão da ideologia dominante, e tecer, a aventura de percorrer outros caminhos, como o conhecimento sócio-histórico da época, que pudessem levar o analista do discurso ao desvendamento dos mistérios de um homem que peca e, ao mesmo tempo, busca desesperadamente meios para sua salvação. Em cada página da *Demanda*, encontram-se implícitas ou explícitas, as palavras “pecado” e/ou “culpa”, subterraneamente

marcadas pelo ao *silêncio*, que se constitui como “pistas”, “traços”, que põem em evidência a assimetria entre os interlocutores. Tanto para o rei Artur, representante do poder na terra, como para Lancelote, cavaleiro respeitado tanto pelos companheiros, quanto pela rainha Genevra, o *silêncio* foi necessário, para que se produzisse o espaço da seleção dialógica com o OUTRO, apagando sentidos, que na situação sócio-histórica contextualizada, eram proibidos ou, no mínimo, condenáveis.

Nessa perspectiva, o instrumental teórico da Semântica, da Pragmática e da Análise do Discurso foi mobilizado para a análise do *posto*, do *pressuposto* e do *subentendido*, *polifonia*, *argumentação* e *silêncio*. Reconheceram-se as relações de sentido entre as palavras, recorrendo-se às necessárias transposições semânticas e ao *uso* que se pode fazer da linguagem, à ambigüidade, à riqueza das metáforas e da polissemia, uma vez que não se pode falar de Deus por meio de uma linguagem comum.

Ao se proceder a análise da *DSG*, através dos recortes escolhidos, estudados os processos de significação, pôde-se compreender que o processo de interlocução na *DSG* é bastante complexo.

Ao término deste trabalho, evidencia-se a reflexão sobre os sujeitos do discurso, marcados pela tensão decorrente das relações de força que se estabelecem entre o *sagrado* e o *profano*. Nessas relações, o sagrado representa o poder de coreção, a Palavra de Deus, revelada na Bíblia, e que se faz presente pelos mediadores, os eremitãos, homens sábios e de visão profética. Ocupam na interlocução posições que são definidas por razões históricas e sociais. Ao assumirem o posto de autoridade na hierarquia pré-estabelecida, interpelam, ordenam, submetem e condenam.

Em contraponto, o discurso sagrado, que pretende exercer poder absoluto sobre os cristãos, é atravessado pelo *profano* e os sujeitos, apesar de sua aparente submissão, não aceitam coerção, a exemplo de Lancelote e de Genevra, que encontram maneiras para realizarem seus desejos e recursos para poderem dizer, mesmo em *silêncio*.

Nesse sentido, não há como não trazer, para a compreensão da linguagem, o histórico, o social e o ideológico.

Finalmente, pôde-se depreender das análise que:

- (i) não há discurso homogêneo, e a polifonia se faz presente, mesmo em enunciados isolados, aparentemente monológicos;
- (ii) a história está mais relacionada com o poder (a religião e a política) do que com a cronologia, atuando sobre a linguagem e operando no plano da ideologia;
- (iii) não há unicidade do sujeito, desde quando ele não é o autor, nem a origem dos atos ilocucionários, executados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, pergunta, da asserção), “mesmo quando o suporte do processo enunciativo é expresso por um verbo cujo sujeito é *eu*, o proprietário dos objetos qualificados de *meus*, é ele que se encontra no lugar chamado *aqui...*” (BRANDÃO, 2005, p. 70);
- (iv) não há autonomia no discurso religioso, pois seus representantes se apropriam da voz de Deus e, na representação dessa voz, mantém-se a *obscuridade* e a *inacessibilidade* desejada pelos estamentos superiores – os teóricos comandam, os demais obedecem – através de regulamentos categóricos, cuja transgressão pode levar à condenação e à morte;
- (v) o gesto aparece como uma outra forma de transcender as limitações da palavra, privilegia a linguagem do corpo e o contato imediato do olhar, suprime a fluidez e o poder medusante⁵⁶ da palavra;
- (vi) todos os processos de linguagem são permeados por uma orientação argumentativa que objetiva adesão do(s) outro(s), seja persuadir, para submeter, para convencer;
- (vii) a mulher, entre os séculos XII / XIV, representa a multiplicação do corpo simbólico de Eva, convite aos prazeres carnavais, afastando o homem de Deus e arrastando-o para o Inferno;
- (viii) a memória (o interdiscurso, e como intertexto a Bíblia) recorta e sustenta o discurso, e vai construindo a história dos sentidos.

E o trabalho não termina aqui. Ao contrário, é um ponto de partida ou de continuidade para outras leituras da narrativa que ficaram em aberto, mesmo porque cada leitura é constituída no processo de interação, no espaço da intersubjetividade.

⁵⁶ À semelhança de uma medusa / bruxa: feiticeira, maga, mágica, traiçoeira como uma serpente (FERREIRA, 1999, p. 231 e 911).

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8 ed. rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ARROJO, Rosemary (Org.). *O sigo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BÉGUIN, Albert; BONNEFOY, Yves (Org.). *A busca do graal*. Trad. José Maria da Costa Villar. Rev. H. Dalbosco. Paris: Seuil, 1965.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BORGES NETO, José. Semântica dos modelos. In: MÜLLER, Ana Lúcia et al. *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-13.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRÉAL, Michel. *Essai de semantique*. Saint-Pierre de Salerne: Gérard Monfort, 1982.

BYL, MM S.;DEROUX, G.;NACHTERGAEL, G. *Recherches de linguistique: hommages a Maurice Leroy*. Belgique: Éditions de l'Universite de Bruxelles, 1980.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad. Luís Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/ Londrina: EDUEL, 2003.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARREIRA, Maria Helena de Araújo. *Semântica e discurso: estudos de lingüística portuguesa comparativa (Português/Francês)*. Portugal: Porto, 2001.

CARRETO, Carlos Clamonte. *Figuras do silêncio: do interdito à emergência da palavra no texto medieval*. Lisboa: Estampa, 1996.,

CASTRO, Ivo. Apresentação. In: MEGALE, Heitor. *A demanda do santo graal: das origens aos códices portugueses*. São Paulo: Ateliê, 2001. p. 15-19.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1986.

DARRAULT, Ivan *et al.* *Langages: modalités logique, linguistique, sémiotique*. Revue Trimestrielle, 10^o année, n^o 43, septembre 1976.

DUBY, Georges. *Dames du XIIe siècle: Éve et les prêtres*. Collection Folio/Histoire: Gallimard, 1996.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Ver. Téc. da tradução E. Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FARIA, Isabel Hub. Contato e variação. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. (Org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 33-36.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2001.

FRATEL, Undira Maria de Oliveira. *O silêncio fundador n' A Demanda do Santo Graal: uma análise sincrônico-diacrônica*. 2005. Exame de Qualificação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

GARCIA, Othon M.. *Comunicação em prosa moderna*. 15. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1933.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003.

INDRUSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *A coesão textual*. 6.ed. São Paulo:Contexto, 1993.

LAGAZZY, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coord. da trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques et al. *A civilização do ocidente medieval*. 2. ed. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. v. 2.

_____. *O homem medieval*. Trad. Maria Jorges Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1989.

LOYN, H. R. (Org). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Trad. de Marilda Winkler Averborg. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

LYRA, Pedro. *Literatura e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Trad. Freda Indrusky. Campinas: Pontes, 1993.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. Marina Appenzeller. São paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARQUES, Antônio Carlos et.el. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. 109. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2002.

MEGALE, Heitor. *O jogo dos anteparos. A demanda do santo graal: a estrutura ideológica e a construção da narrativa*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

MEGALE, Heitor; OSAKABE, Haqira (Org.). *Textos medievais portugueses e suas fontes*. São Paulo: Humanitas, 1999.

MEGALE, Heitor. *A demanda do santo graal: das origens aos códices portugueses*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MEURER, J. L. et al. (Org.). *Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al.(Org.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MÜLLER, Ana Maria; NEGRÃO, Esmeralda V.; FOLTRAN, Maria José (Org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2. p. 17-45.

NUNES, Irene Freire. *A demanda do santo graal*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1995. Edição Crítica.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2. p. 17- 45.

OLIVEIRA, Fátima. Tempo e aspecto. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed., Lisboa: Caminho, 2003, p. 245-252.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Lingüística: questões e controvérsias*. Uberaba: Fiube, 1984, p. 09-26.

_____. Silêncio e Implícito. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) et al. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 39 – 47.

_____. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática* Trad. Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2006.

. PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2.

RASIA, Gesualda Santos. O estranho espelho da análise do discurso: um diálogo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 232.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística geral*. 24. ed. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2002.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VAN COOLPUT-STORMS, Colette-Anne. Souillure, indignite et haine de soi: l'impossible rachat dans la Demanda do Santo Graal. In: MEGALE, Heitor; OSAKABE, Haquira (Org.). *Textos medievais portugueses e suas fontes*. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 1999.

VITERBO, Joaquim Santa Rosa. *Elucidário de palavras, termos e frases*. Ed. crítica por Mário Fiúza. Porto: Civilização, 1983.

VOLOSHINOV, V. El signo ideológico y la filosofía del lenguaje. In: GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 19.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. 2. ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

A N E X O S

ANEXO A: Quadros demonstrativos do levantamento das lexias e/ou expressões caracterizadoras do *silêncio*, do *sagrado* e do *profano*

Corpora	Lexias e/ou expressões caracterizadoras do <i>silêncio</i>	Ocorrências
<i>DSG</i> , 21 (4, 19-17)	“...começaram todos a chorar... ”	X
<i>DSG</i> , 23 (7, 10-31)	“ Cedo saberedes (...) Leixade ende a pergunta...” X
<i>DSG</i> , 26 (11, 3-6)	“...eles me teem... eu nom som... ”	X
<i>DSG</i> , 27 (12, 1-13; 21-25)	“E eles se calarom todos...” X
<i>DSG</i> , 29 (16, 3-36)	“...nom houve tal no paaço que nom perdesse a fala ”. X
	“...e nom podiam rem dizer... ” X
	“...e nom houve i tam ardido que ende...” X
	“... nom fosse espantado... ” X
<i>DSG</i> , 41 (34, 3-16)	“...língua de homem nom poderia dizer ”. X
<i>DSG</i> , 46 (40, 1-20)	“...e espidirom-se com lágrimas e choro ”. X
	“E, póla nom entenderem... ” X
<i>DSG</i> , 90-91 (110, 1-2; 12-30)	“E a donzela nom lhe quis dizer porque chorava...” X
	“E a donzela calou-se e leixou já quanto seu dito X
	“...se é cousa de cobrir... ” X
<i>DSG</i> , 92-93 (113, 10-19;22-23)	“Entam começou a chorar... ” X
	“(...) e fazer seu dôo o mais baixo que pôde... ” X
TOTAL		17

Quadro 1: Levantamento das lexias e/ou expressões caracterizadoras do *silêncio*

Corpora	Lexias e/ou expressões caracterizadoras do sagrado
DSG, 21 (4, 19-37)	“... <i>fremosa criatura</i> ...”
	“... <i>bõõ homem</i> ...”
	“... <i>boo cavaleiro</i> ...”
	“ <i>Nosso Senhor</i> ...”
	“...de <i>bondade</i> ...”
	“... <i>Deus</i> ...”
DSG, 23 (7, 10-31)	“... <i>Deus</i> ...”
	“... <i>Nosso Senhor</i> ...”
DSG, 26 (11, 3-16)	“... <i>Deus me valha</i> ...”
DSG, 27 (12, 1-13;25)	“... <i>Deus</i> ...”
DSG, 29 (16, 3-36)	“Aveo que entrou Galaaz armado de <i>loriga</i> e de ... <i>brafoneiras</i>e de <i>elmo</i>e de <i>dous sobressinaes</i> de <i>eixamete</i> vermelho..
	“ <i>Paz seja convosco</i> ”.
	“... <i>homem bõõ</i> ...”
	“... <i>ermitam</i> ...”
	“... <i>Santo Graal</i> ...”
DSG, 30 (18, 7-32)	“... <i>maravilha grande</i> aveo ora no paaço...”
	“... <i>a seeda perigosa é comprida</i> ...”
	“ <i>Par Deus</i> ...”
	“...ela <i>maravilhou-se das maravilhas</i> ...”
	“... <i>bõõ cavaleiro</i> ...”
	“... <i>bõõs cavaleiros</i> ...”
DSG, 41 (34, 3-16)	“ <i>Vós havedes jurada a demanda do santo Graal</i> ...”

	“...se nom for bem menfestado...”	
	“...e bem comungado...”	
	“...e purgado...”	
	“...de todos os cajões...”	X
	“...é demanda das puridades...”	X
	“...ao bem aventurado cavaleiro...”	X
	“...que el escolheu por seu sargente...”	X
	“...homem velho...”	X
	“...panos de ordem...”	X
	“...e Naciam o ermitam...”	X
	“...das cousas ascondidas de Nosso Senhor...”	X
	“...as grandes maravilhas do Santo Graal...”	X
DSG, 46 (40, 1-20)	“...houverom feito o sacramento...”	X
	“...encomendarom muito a rainha a Deus...”	X
	“...a graça de Deus Nosso Senhor...”	X
	“...assim o guise Deus...”	X
	“...se Deus quiser...”	X
DSG, 92 (113, 10-23-)	“...sua lidice é sempre penitência...”	X
	“...estamenha...”	X X
	“...e perdoa Deus...”	X
DSG, 456 (627, 7-34)	“...Santo vaso...”	X
	“...Santo Graal...”	X
	“...sargente de Jesu Cristo...”	X
	“...Nosso Senhor...”	X X
	“...Corpus Domini...”	X
	“...cousas espiritais...”	X
	“...grandes ardimentos...”	X
	“...grandes maravilhas...”	X
	“Senhor...”	X X
	“a ti dou graças...”	X
	“...a ti oro...”	X
	“...a ti bengo...”	X
	“...a alma lhi saiu do corpo e levarom-no os	X X

	<i>angeos...</i>	
TOTAL	76

Quadro 2: levantamento das lexias e/ou expressões caracterizadoras do sagrado

<i>Corpora</i>	<i>Lexias e/ou expressões caracterizadoras do profano</i>	<i>Ocorrências</i>
DSG, 26 (11, 3-16)	<i>“...houve mui grande vergonha...”</i>	X
	<i>“...milhor cavaleiro do undo, certas eu nom som...”</i>	X
	<i>“...ca mui melhor cavaleiro que eu haverá...”</i>	X
	<i>“...e pesa-me que nom som atam bom como cuidades.”</i>	X
	<i>“...nom me chegara i...”</i>	X
	<i>“...nom valho eu tanto...”</i>	X
DSG, 27(12, 1-13; 21-25)	<i>“...ca eu nom acabarei rem...”</i>	X
	<i>“...podeses buscar quem ma prove...”</i>	X
DSG, 30 (18, 7-32)	<i>“...e logo esmou em seu coração...”</i>	X
	<i>“...nom me maravilho muito...”</i>	X
	<i>“...nom pode errar que nom seja melhor ca outro cavaleiro...”</i>	X
DSG, 41 (34, 3-16)	<i>“...que puserom com suas amigas de as levarem...”</i>	X
DSG, 46 (40,1-20)	<i>“E ela começou tam gram dôo...”</i>	X
	<i>“...e que havia pesar da sua senhora..”</i>	X
	<i>“- Ai, Lançarot! Morta me havedes...”</i>	X
	<i>“...meu coração me diz que me mate com tal pavor...”</i>	X
	<i>“...e com tal coita como nunca foi dona de tal guisa por cavaleiro...”</i>	X
	<i>“- A meu prazer (...) nunca pode seer...”</i>	X
DSG, 90-91(110, 1-2; 12-30)	<i>“Assi amou a donzela Galaaz...”</i>	X
	<i>“Esto cuidou a donzela (...) e cuidou tanto...”</i>	X X
	<i>“E assi fazendo seu doo...”</i>	X X
	<i>“E catava Galaaz...”</i>	X
	<i>“...e prezava-o tanto...”</i>	X
	<i>“...se é cousa de cobrir, nom hajades medo...”</i>	X
DSG, 92-93 (113, 10-19)	<i>“E esforçou-se tanto contra sua vontade...”</i>	X
	<i>“...ergueu o cobertor e deitou-se a cabo dele”.</i>	X
	<i>“...cativa...”</i>	X X
	<i>“...escarnida...”</i>	X
	<i>“...som arrefeçada...”</i>	X
	<i>“...e jamais nunca haverai honra...”</i>	X
	<i>“...per meu pecado...”</i>	X
	<i>“...e sem rogo vñm deitar com este cavaleiro estranho...”</i>	X
	<i>“Entam se chegou a ele mais que ante...”</i>X
	<i>“...e pôs a mão em ele mui passo pelo espertar”.</i>	X
	<i>“Entam começou a chorar...”</i>	X
DSG, 159 (202, 1-15; 25-39)	<i>“...mui fea...”</i>	X
	<i>“...mui espantosa...”</i>	X
	<i>“... saíra do Inferno...”</i>	X X
	<i>“...fora a pele de um lobo que a cobria muito mal...”</i>	X
	<i>“ andavam em sua companha mais de mil diaboos...”</i>	X
	<i>“...e cada ãũ deitava mão em ela póla teer milhor”.</i>	X

	<i>“...ca este é dos nossos cavaleiros”.</i>	X
	<i>“E em meo daquele fogo ua cadeira em que siis a rainha Genevra...”</i>	X
	<i>“...sua escabelada...”</i>	X
	<i>“...a língua tirada fora da boca...”</i>	X
	<i>“...e ardia-lhe tam claramente...”</i>	X X
	<i>“...na cabeça ãa coroa de espinhas...”</i>	X
	<i>“... eu som perdida...”</i>	X
	<i>“...metuda em gram coita ...”</i>	X
TOTAL		54

Quadro 3: levantamento das lexias e/ou expressões caracterizadoras do *profano*.

ANEXO B - Capítulos d'A *demanda do santo graal* de onde foram extraídos os recortes para a análise.